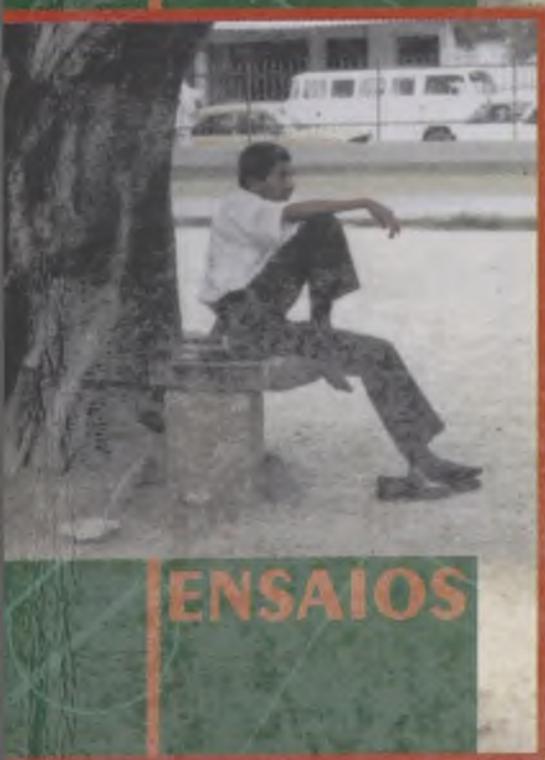
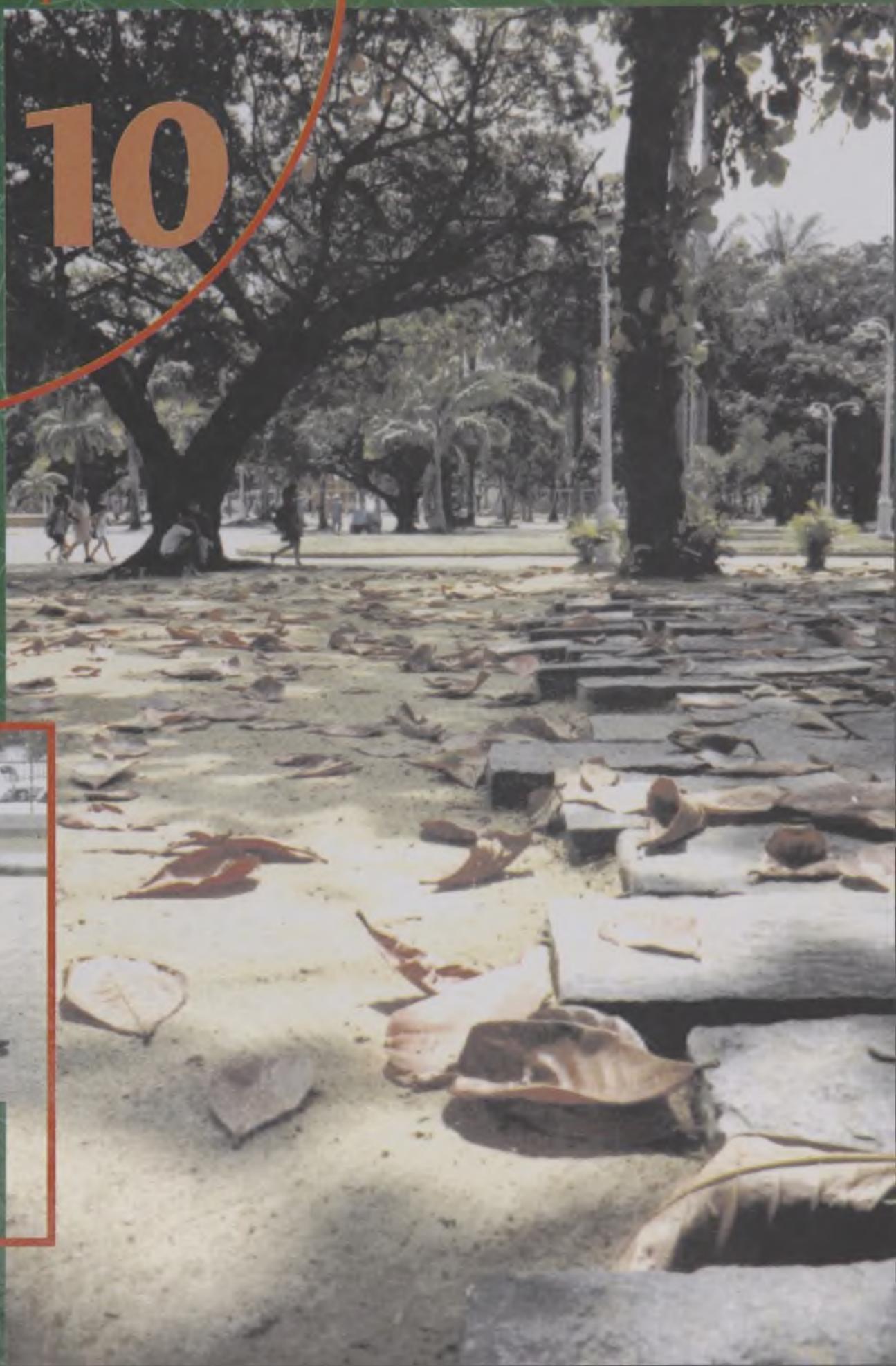


PAISAGEM AMBIENTE

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

10



ENSAIOS

Universidade de São Paulo

Reitor: Prof. Dr. Jacques Marcovitch

Vice-Reitor: Prof. Dr. José Adolpho Melfi

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Diretora: Prof^ª Dr^ª Maria Ruth Amaral Sampaio

Vice-Diretora: Prof^ª Dr^ª Sheila Walbe Ornstein

Editor Responsável

Silvio Soares Macedo

Comissão Editorial

Prof^ª Catharina Pinheiro Cordeiro dos Santos Lima

Prof^ª Dr^ª Maria Angela Faggin Pereira Leite

Prof. Dr. Silvio Soares Macedo

Conselho Editorial

Catharina Pinheiro Cordeiro dos Santos Lima (FAUUSP)

Euler Sandeville Junior (Univ. Brás Cubas)

Fábio Mariz Gonçalves (Arqto. paisagista)

Fany C. Gallender (Arqta. paisagista)

Helena Napoleon Degreas (UNIP/Univ. Brás Cubas)

Klara Anna Kaiser Mori (FAUUSP)

Maria Angela Faggin Pereira Leite (FAUUSP)

Miranda M. E. Martinelli Magnoli (FAUUSP)

Paulo Renato Mesquita Pellegrino (FAUUSP)

Silvio Soares Macedo (FAUUSP)

Vladimir Bartalini (FAUUSP)

Apoio Técnico:

Maria Ezilda Aparecida Gratieri



CRENCIAMENTO E APOIO FINANCEIRO DO:
PROGRAMA DE APOIO ÀS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS PERIÓDICAS DA USP
COMISSÃO DE CRENCIAMENTO

PAISAGEM AMBIENTE

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

10

ENSAIOS

ISSN 0104-6098

Paisagem e Ambiente: ensaios /
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. - São Paulo: FAU, 1996.

n. 9, dez. 1996

1. Ensino superior – Curriculum.
I. Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

Laboratório de Programação Gráfica
Prof. Coordenador: Minoru Naruto

Supervisão Geral
José Tadeu de Azevedo Maia

Supervisão de Projeto Gráfico
André Luis Ferreira

Supervisão de Produção Gráfica
Dívino Barbosa

Projeto Gráfico:
André Luis Ferreira

Capa:
Francine Gramacho Sakata

Preparação e Revisão
Ivanilda Soares da Silva
Stella Regina A. A. Anjos

Diagramação
Sóstenes Pereira da Costa

Tratamento de Imagem
Sóstenes Pereira da Costa

Fotolito
Sidney Lanzarotto

Montagem
Robson Brás Teixeira
Sidney Lanzarotto

Cópia de Chapa
Juvenal Rodrigues

Impressão
José Gomes Pereira

Dobra
Ercio Antonio Soares

Acabamento
Ercio Antonio Soares
Juvenal Rodrigues
Nadir de Oliveira Soares

Secretário
Maurício Miraglia Chaubet

Composição, fotolitos e impressão offset
Laboratório de Programação Gráfica da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Pré-matriz
Linotronic Mark 40

Tipologia
ZapfHumanist BT, no corpo 11 para o texto e ZapfHumanist BT bold nos corpos 14 e 13 para os títulos e subtítulos

Montagem
28 cadernos de 8 páginas

Tiragem
500 exemplares

Data
Dezembro 1997

Ficha catalográfica preparada pelo
Serviço de Biblioteca e Informação
da FAUUSP.

Distribuição

Universidade de São Paulo
Faculdade de Arquitetura
e Urbanismo
SEÇÃO DE PUBLICAÇÕES
Rua do Lago, 876,
Cidade Universitária
CEP 05508-900 - São Paulo - SP
Fone 818-4815

S U M M Á R I O S U M M Á R I O

PAISAGEM URBANA

PAISAGEM, LOTES E TECIDOS URBANOS

Silvio Soares Macedo – Arquiteto e paisagista, mestre, doutor e livre-docente na FAUUSP, especialista em patrimônio ambiental urbano, professor titular de paisagismo do Departamento de Projeto da FAUUSP

9

FUNDAMENTOS

BEIRA DO MAR, LUGAR COMUM? A VALORIZAÇÃO E A VALORAÇÃO DOS ESPAÇOS LITORÂNEOS

Antonio Carlos Robert Moraes – Geógrafo, Professor doutor do departamento de geografia da FFLCH-USP.

51

MEIO AMBIENTE

UMA INTRODUÇÃO AO PLANEJAMENTO URBANO DE ILHA COMPRIDA

Marllia Britto R. de Moraes – Mestranda, arquiteta da divisão de Planejamento do Litoral da Coordenadoria de Planejamento Ambiental – CPLA da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

71

HISTÓRIA

ANOTAÇÕES PARA UMA HISTÓRIA DO PAISAGISMO MODERNO EM SÃO PAULO: ELABORAÇÃO DA LINGUAGEM E CONCEITUAÇÃO DE UM CAMPO ENTRE ARQUITETOS

97

Euler Sandeville Jr. – Formado em arquitetura e urbanismo, licenciado em educação artística, pós-graduação *latu sensu* em ecologia, mestre e doutorando em arquitetura e urbanismo, professor da Universidade Católica de Santos, Universidade Bandeirantes e Universidade Braz Cubas.

O PROJETO, AS FUNÇÕES E O USO DOS PARQUES URBANOS DO RECIFE

167

Ana Rita Sá Carneiro – *Ana Rita de Sá Carneiro* – Doutora em Planejamento Paisagístico pela Universidade Oxford Brookes, Inglaterra, Professora Adjunta do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco.

PESQUISA

OS ESPAÇOS LIVRES DE EDIFICAÇÃO NAS PERIFERIAS URBANAS UM DIAGNÓSTICO PRELIMINAR EM SÃO PAULO E SALVADOR

189

Angelo Serpa – *Angelo Serpa* – Doutor em Planejamento Paisagístico e Ambiental pela Universidade de Agronomia de Viena, professor adjunto do Departamento de Geografia e do mestrado em arquitetura e urbanismo da Universidade Federal da Bahia

APRESENTAÇÃO

O ano de 1997 se encerrou com um saldo altamente positivo no tocante à divulgação do acervo de arquitetura paisagística nacional, que apesar de seu grande porte e qualidade, praticamente, se mantém desconhecido do grande público. A inclusão na III Bienal Internacional de Arquitetura de um espaço dedicado exclusivamente à arquitetura paisagística, permitiu pela primeira vez que uma série de autores expusesse suas obras ao grande público.

O que se observou foi um riquíssimo conjunto de idéias e tendências, que mostrou que os arquitetos paisagistas nacionais, apesar da onipresente influência de Roberto Burle Marx, estão em busca de caminhos próprios, procurando dirigir seus esforços no desenvolvimento de projetos adequados à realidade urbana nacional, em constante transformação neste fim de século.

As influências não mais se atêm à escola americana de Eckbo, Halprin e seus seguidores, representada entre nós pelos discípulos diretos ou indiretos de Roberto Coelho Cardozo, professor de paisagismo na FAUUSP nos anos 50 e 60 e criador de uma “escola paulista de paisagismo”, ou na escola burlemarxiana dos seguidores do outro Roberto.

Observa-se uma forte influência em termos formais das obras desenvolvidas na Europa, especialmente no eixo Paris-Barcelona, de onde projetos como os dos parques de Bercy, La Villette e André Citroen, da grande esplanada de La Defense (todos em Paris), do Port Vell, do Parc de Clot e outros tantos logradouros da metrópole catalã se tornaram paradigmas projetuais.

Paralelamente toda uma nova geração de paisagistas norte-americanos como Friedberg, Dan Kiley, Peter Walker e outros, bem como autores japoneses do porte de Sasaki ou Motoo Yoshimura, tem tido suas obras largamente divulgadas por revistas especializadas e anuários, que têm chegado rapidamente ao Brasil e influenciado ao extremo, o desenvolvimento de novos projetos tanto a nível conceitual como formal.

Desta forma chegaram ao Brasil, o ambientalismo, expresso em conceitos de ecologia urbana, na idealização de parques ecológicos, na discussão de idéias como nichos ecológicos urbanos, “Green Ways” e outras, o pós-modernismo arquitetônico-paisagístico expresso aqui, não em termos de criação, mas de cópia de figuras como pórticos e arcos utilizados, como elementos decorativos em praças, parques e jardins, se colocando esta como nova forma (sic) de encarar o projeto e produção dos espaços livres urbanos.

O que se constata é que uma grande quantidade de profissionais, a nível acadêmico ou não, estão envolvidos na construção do paisagismo brasileiro neste final de século 20, muitos deles dedicados totalmente à área, outros tantos apenas contribuindo em projetos isolados.

As escolas de arquitetura têm sido um celeiro de profissionais para a área e estudantes brasileiros têm participado e ganho em concursos internacionais de paisagismo, como os organizados pela IFLA – International Federation of Landscape Architects, em 1996 (Firenze) e 1997 (Buenos Aires), ao mesmo tempo que cursos e encontros têm tratado sobre o assunto por todo o país, ora organizados por entidades de engenheiros agrônomos, ora por arquitetos, ora por entidades mistas.

O incremento do interesse sobre o paisagismo no Brasil reflete um crescimento real do mercado de trabalho, que tem sido disputado por agrônomos, engenheiros florestais, arquitetos, geógrafos e amadores.

O conceito ‘paisagismo’ está sendo usado hoje de um modo totalmente arbitrário designando desde plantio de vasos decorativos até projetos de extensos parques nacionais, ou de praças públicas. A disputa pelo espaço de trabalho e pelo direito de exercer a profissão de paisagista, que existe sem existir, é grande e em muitos pontos do país causa crises profundas.

Hoje, ao menos três associações de nível nacional, congregam especialistas e técnicos no assunto, e existe em alguns estados a tentativa de atribuir o direito de exercer a profissão a este ou àquele profissional, arquiteto, agrônomo, etc.

Esta disputa é prejudicial, pois desvia o interesse de questões nacionais de fundo, em termos da formalização da paisagem urbana, para

interesses corporativos específicos, cada qual procurando garantir o seu “quinhão” Acredito ser este um momento em que a união é necessária, decisivo para a definição de qual é o papel da arquitetura e do planejamento paisagístico brasileiro e como nós, profissionais nacionais dedicados à área, não importando qual seja a nossa formação, devemos eticamente nos comportar.

Hoje, depois de mais de uma década de trabalho isolado dentro da Universidade de São Paulo, no grupo de professores de paisagismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, constatamos com prazer o surgimento de pesquisas e pesquisadores que, em vários pontos do país, vem juntar-se a nós no esforço de construir paradigmas do paisagismo brasileiro.

Estudiosos no Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Brasília, Florianópolis, Viçosa, etc. estão desenvolvendo trabalhos sérios de pesquisa e esta revista já tem acolhido trabalhos de numerosos destes pioneiros. Não estamos mais no plano zero e começa-se a ter uma base teórica consistente para a compreensão do paisagismo nacional. Muitas são as dissertações de mestrado desenvolvidas sobre o assunto, a maioria ainda em São Paulo, algumas no Rio de Janeiro outras no exterior. Neste número publicamos um texto da arquiteta de Pernambuco, Ana Rita de Sá Carneiro Ribeiro, que nos mostra algumas conclusões deduzidas em sua pesquisa sobre os parques de Recife, base de seu doutorado defendido na Inglaterra; um outro do nosso tradicional colaborador Euler Sandeville Junior, com suas anotações sobre o paisagismo moderno paulistano, extraído de sua dissertação de mestrado, e um outro do paisagista Angelo Serpa, professor da UFBA, que desenvolveu um estudo de pós-doutorado sobre as formas de apropriação dos espaços livres dos subúrbios de São Paulo e Salvador.

Estes textos, como o de Silvio Soares Macedo sobre paisagem urbana são resultados de pesquisas recentes, que deram origem a dissertação de mestrado e a tese de doutorado defendidas nos últimos anos. Apresentamos ainda outros dois artigos, que foram adaptados especialmente para o formato da revista e contêm uma síntese de algumas experiências profissionais destes estudiosos.

São eles de autoria de Marília B. de Moraes e Antonio Carlos Robert de Moraes, os dois desenvolvendo temáticas relativas ao planejamento paisagístico e ambiental, o primeiro discutindo tais questões sobre a Ilha Comprida (no estado de São Paulo) e o estabelecimento de uma área de proteção ambiental e o segundo formalizando uma discussão teórica sobre a ocupação do litoral brasileiro.

Nesta edição inauguramos uma nova seção dedicada a informar sobre eventos realizados no ano precedente em teses e dissertações defendidas na área. Esta seção será apresentada apenas em uma das edições de cada ano, referindo-se ao ano anterior.

Silvio Soares Macedo



PAISAGEM, LOTES E TECIDOS
URBANOS

Silvio Soares Macedo

PAISAGEM URBANA

**SILVIO
SOARES
MACEDO**

Silvio Soares Macedo – Arquiteto e paisagista, mestre, doutor e livre-docente na FAUUSP, especialista em patrimônio ambiental urbano, professor titular de paisagismo do Departamento de Projeto da FAUUSP.

RESUMO

Este artigo aborda algumas formas de ocupação do lote urbano verticalizado, dando ênfase àquele constituinte das áreas habitacionais paulistanas.

Introduz conceitos como tecido urbano e espaços livres e caracteriza tipologias urbanísticas desenvolvidas na cidade brasileira no século 20, que deram origem a paisagens urbanas, como os bairros de Copacabana (RJ) e Jardins (SP).

ABSTRACT

This paper focuses some kinds of urban settlements in the Brazilian cities, specially the high-rise buildings areas.

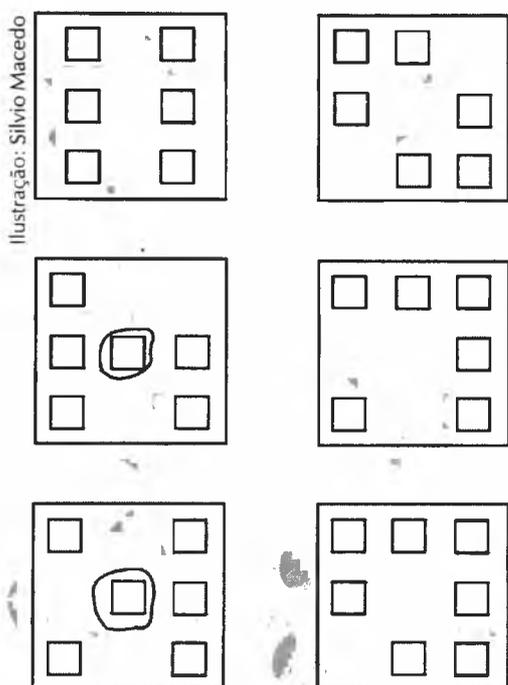
Explains basic concepts of urban landscape design as open-spaces and morphology patterns and presents examples about these standards.

PAISAGEM, LOTES E TECIDOS URBANOS

Uma paisagem urbana qualquer situa-se sobre um chão, seja ele um plano horizontal ou inclinado, cujo parcelamento acontece tradicionalmente dentro de alguns padrões particulares, do clássico reticulado ao sinuoso desenho de ruas entremendo-se por meio a quadras compostas de curvas delicadas. Sobre este desenho estrutural, cada quadra é redividida em unidades menores, cada uma destinada a abrigar pelo menos um edifício – o lote.

O lote urbano não define por si o desenho da cidade, mas hoje, sem dúvida possui uma importância fundamental na composição da paisagem das cidades. Como unidade morfológica, a não ser aqueles de grandes proporções que ocupam grandes quadras e contêm palacetes ou condomínios cercados por parques e jardins, pouca importância tem no conjunto urbano. O resultado final da articulação dos espaços e volumes urbanos, contidos em cada unidade-lote, entre si e com os demais espaços livres de edificação como as ruas e praças, este sim é básico na caracterização da paisagem. Cada conjunto organizado formalmente dentro das quadras e destas entre si criam a malha que enredeia a composição formal dos diferentes tipos de tecido urbano que identificamos nas nossas cidades. Um bairro-jardim com suas quadras com altos índices de espaços livres de edificação e de arborização, com suas casas isoladas é certamente uma unidade paisagística urbana, um tecido ... como também o é aquele conjunto de quadras e ruas ocupados por renques de grandes sobrados geminados e ruas discretamente arborizadas que formam um bairro de classe média. Tanto um como outro podem ter o mesmo tipo de suporte físico, por exemplo um terreno plano, como também o mesmo tipo de uso, como por exemplo este de habitação.

Confrontando-se os dois casos, observa-se que a diferença entre um e outro está justamente na forma de ocupação do lote, nas dimensões, distribuição, qualificação e usos de seus volumes construídos e plantados (prédios, arborização, etc.). Mesmo o porte dos edifícios sendo idêntico em cada caso, o tecido resultante é diferente devido exclusivamente à forma de distribuição, quantidade e qualidade dos espaços livres de edificação existentes, cada exemplo constituindo-se em um tecido urbano com uma configuração particular.



Formas diferentes de arranjo dos edifícios levam a formação de espaços livres específicos, bem como a unidades formadoras de tecido urbano particularizados

A simples forma de organização e de distribuição destes espaços pode definir então tipologias particulares de tecido urbano, sendo que qualquer forma de alteração, mesmo que pontual, de seu arranjo formal pode iniciar um processo de transformação da configuração geral de um tecido urbano específico e por conseguinte de um setor de paisagem urbana.

LOTE URBANO E CONFIGURAÇÕES ESPACIAIS

A figura que nos vem à idéia, ao imaginarmos um lote urbano plenamente constituído, com todos os seus elementos formadores é aquela da casinha, afastada da rua por jardim e muro com quintal ao fundo. No sonho ela terá recuos estratégicos, talvez arborizados e uma insolação plena. Este é um padrão, um modelo, que de um modo ou de outro se busca nos nossos

1 "Seria uma casa de alvenaria de tijolos assobradada com sua edícula separada, como tantas outras que vieram servir de modelo às casas de classe média que proliferaram a partir da Primeira Grande Guerra, caracterizada pelo seu jardim fronteiro e pelos corredores ajardinados laterais. Acreditamos que esse partido de casa isolada tenha sido voluntário, um modismo lançado pela sociedade à revelia das posturas municipais que ... enquanto exigia recuos fronteiros nas casas operárias da periferia, praticamente proibia esses afastamentos nas ruas dentro do perímetro urbano. Os recuos obrigatórios em certas ruas vieram mesmo já na década dos anos 20, após a experiência e o exemplo erudito das "cidades-jardins" da Cia. City, cujo Jardim América, de 1912 serviu de paradigma, a partir de sua efetiva instalação, a todos os loteadores desejosos de formar bairros elegantes." (Carlos Lemos sobre o caso de São Paulo. *Alvenaria burguesa*, p. 94.)

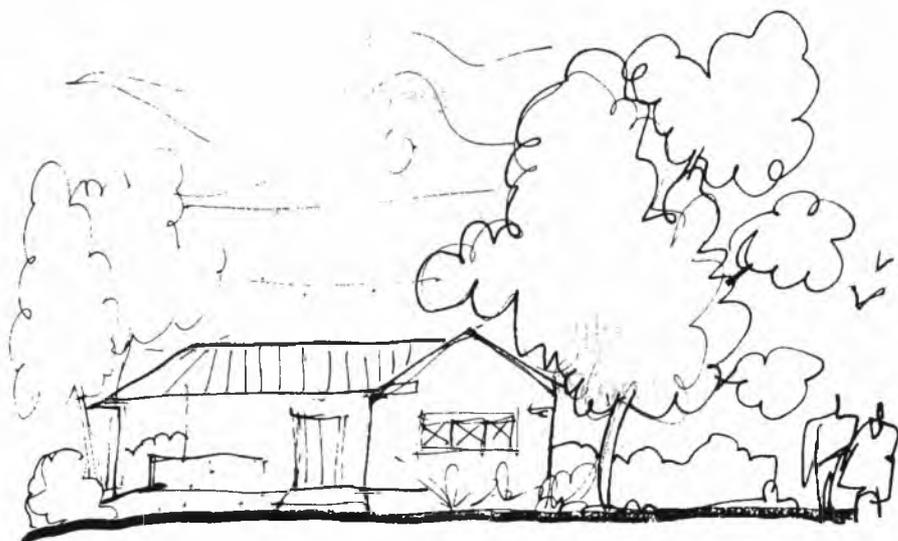
2 As posturas municipais como as de São Paulo incorporam com o tempo a seu acervo, disposições sobre e como arborizar as ruas, consolidando o processo de arborização instalado nos diversos centros urbanos, como se observa na lei n. 4.647 de 20 de abril de 1955, sucedânea de outras ultrapassadas, que dispõe sobre a arborização dos logradouros públicos. Vide São Paulo, (cidade) Prefeitura do Município – *Código de Obras*, 1956, p. 243.

3 Em Nishikawa, Ayako. *Espaços livres junto à habitação em São Paulo*, p. 16.

4 "A existência desse espaço livre só pode ser compreendida se o morador pode lhe conferir atributos no contato com o espaço público (da rua, da praça, da viela, do pátio, etc.), maior reserva de sua individualidade na habitação, na inclusão desse espaço livre como integrante da habitabilidade." MAGNOLI, Miranda M. In: *Espaços livres e urbanização: Uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana*, p. 61.

bairros destinados à moradia. Já houve tempo que o modelo era a casa alinhada ao calçamento¹ geminada, com quintais ao fundo, herança do velho período colonial. A unidade de moradia isolada cercada de jardins e quintais é o padrão do século 20 para habitação no Brasil e isto atestam os diversos bairros destinados às elites como a Barra (anos 80) e Copacabana (anos 20) no Rio de Janeiro, o Jardim Social em Curitiba, o Jardim Europa em São Paulo (principalmente a partir dos anos 40) e muitos outros casos. Isoladas também são as casas de praia, ao longo de todo o litoral, as pequenas casinhas, os conjuntos habitacionais e toda e qualquer construção que o dono tenha recursos financeiros e de espaço para mantê-la desta forma. Por motivos econômicos, os recuos laterais são abolidos total ou parcialmente, mas o recuo frontal permanece, mesmo que em muitos casos tenha semidesaparecido por sobre coberturas de automóveis e gradis, assemelhando-se por muitas vezes mais a avarandado e garagem do que a jardins. O edifício junto à rua não é mais desejável, deve-se isolá-lo da via pública, que com a mecanização dos veículos passa a ter como função preponderante a circulação de automóveis, ônibus e caminhões, onde ao pedestre sobra a calçada nem sempre de dimensões adequadas ao uso...

O novo e já velho padrão nem se instalou e já é adaptado, definindo as novas formas de estruturação das paisagens urbanas. Um espaço de uma rua, ladeada por casas recuadas, mesmo que cercadas por gradis é agora mais amplo, ao menos visualmente, que aquele outro onde os edifícios eram todos geminados e debruçados sobre as calçadas e isto por si só gera novos tipos de desenho para o espaço urbano. As ruas ficam com uma calha maior, pois a elas se agregam os espaços contidos intramuros e que então são visualmente acessíveis ao pedestre, bem como se afastam das calçadas os planos verticais determinados pelas massas de edificação.



O LOTE URBANO DO SONHO



O LOTE URBANO REAL

Ilustração: Silvío Macedo

5 Sobre este tipo de estruturação dos pequenos lotes e suas habitações lá pelos idos dos anos 20, nos conta Nestor C. Reis Filho sobre São Paulo:

... Essas habitações, edificadas com economia de terreno e meios, aproveitavam em menor escala as novas possibilidades. Conservando-se em geral sobre os limites dos lotes, recuavam quase sempre alguns metros das vias públicas, onde apareciam miniaturas de jardins... Em casos especiais, surgiria um afastamento, em um dos lados, dando lugar a uma passagem para automóveis, como nos edifícios de maiores dimensões, as edículas viriam a acomodar-se aos limites de fundo do terreno.¹ p.79 e 80.

Paralelamente, a partir do início do século 20 se consolida o processo de arborização das vias públicas, que a princípio, baseado nos boulevards parisienses e nos novos bairros ingleses, se instala nas principais avenidas e ruas, como a av. Central no Rio de Janeiro ou a av. Paulista em São Paulo, pouco a pouco se espalhando pelos bairros de moradia das elites (Higienópolis em São Paulo, Derby no Recife, etc.) e daí por todas as partes das cidades. A introdução da arborização de ruas altera significativamente a morfologia dos seus espaços², ao mesmo tempo que se constitui um importante elemento para a amenização do calor nas cidades de clima mais quente.



Dois momentos do processo de verticalização urbana, ainda incipiente nos anos 50. À esquerda, São Paulo – 1951, nas vizinhanças da avenida Rio Branco, os prédios de acordo com a legislação são construídos alinhados à calçada e encostados nos seus lotes vizinhos. À direita em Santos – cidade costeira do estado de São Paulo, 1952 – um início do processo, com os prédios implantados já com modestos recuos indicando o padrão a ser adotado em muitas das nossas cidades balneárias da costa

A rua "moderna" tem então uma configuração estabelecida sobre certos padrões rígidos onde a variação se dá na forma e volume dos seus elementos componentes e não na sua disposição básica. O esquema lote-rua-lote se decompõe em edifício-jardim-calçada-leito carroçável-calçada-jardim edifício e se repete com variações e adaptações pela maioria dos bairros residenciais construídos nas cidades brasileiras nas últimas décadas. Algumas soluções alternativas surgem em áreas especiais, como alguns condomínios à beira-mar ou as superquadras de Brasília onde a rua passa a ter um papel apenas de acesso aos edifícios e aos pedestres é destinado um passeio ajardinado entre as residências. Este como outros tantos padrões, a exceção do caso de Brasília, são soluções pontuais, que caracterizam formas de arranjo de apenas alguns tecidos urbanos particulares. O movimento moderno que tanto influenciou no-

vas soluções na arquitetura, somente consolida o padrão do edifício isolado no lote, especialmente as torres destinadas à moradia, pouco afetando a organização das tramas urbanas, que continuam se estruturando a partir de modelos que se pode denominar clássicos, já existentes desde o início do século e mais aquém.

Os conjuntos habitacionais produzidos em massa pelas cooperativas de habitação do Estado (nas suas áreas ocupadas por edifícios de apartamentos) e os novos condomínios verticais de habitação, que surgem a partir dos anos 70 nas nossas cidades são exceções a esta regra, apresentando formas diversas de organização interna das quadras, com a quebra do padrão lote em detrimento de uma outra organização das torres, agora isoladas entre si e separadas por generosos recuos, sendo que as ruas permanecem por muitas vezes com sua função de circulação mecânica e de pedestres, mantendo suas formas tradicionais de articulação.

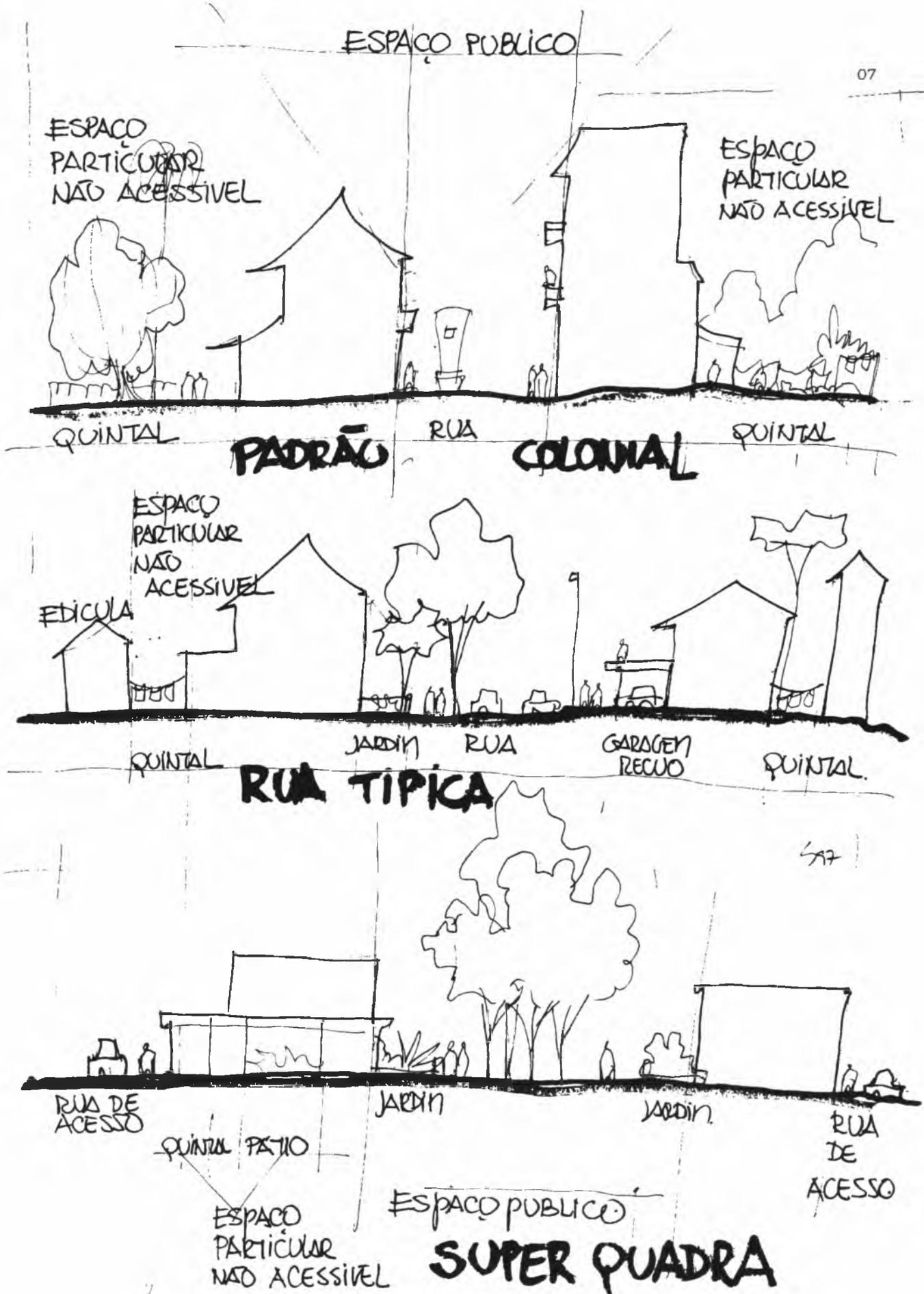
Hoje o lote urbano é uma figura consolidada e sobre ele recaem todas as legislações, já que é a unidade mínima de parcelamento e de propriedade do solo urbano e é dentro dele nos seus espaços abertos e fechados que corre grande parte do dia a dia da típica família urbana.

Foto: Silvío Macedo



Guarujá – 1987 – vizinhanças do Morro do Maluf – a verticalização se espalha, intensifica-se e ocupa todas as áreas planas e quando não são mais acessíveis ocupa os morros. O padrão de ocupação adotado é similar ao utilizado na cidade de São Paulo e outras mais um modo de construção da paisagem urbana, que independe do ambiente, que está inserido e que destrói características excepcionais da paisagem litorânea

“No conjunto porém o resultado seria lamentável. Os novos tipos de edificações conservariam os mesmos lotes e os mesmos esquemas de relacionamento com esses, como as antigas habitações, cujos terrenos tinham vindo ocupar. Torturavam-se então as plantas, a tentar então conciliar os velhos esquemas com as novas estruturas ocupando-se novamente dois ou três dos limites laterais dos terrenos, sobravam as áreas internas como soluções para arejamento e iluminação dos vários compartimentos afastados da rua. Agora, contudo, as dimensões das áreas livres que haviam bastado para iluminar uma residência térrea, não poderiam, senão de modo precário atende às novas condições. A nomenclatura dos códigos era esclarecedora: desapareciam “áreas” e surgiam poços. Nem poderia ser de outro modo, se os próprios códigos exigiam que as edificações nesse gênero fossem levantadas sobre limites e alinhamentos.” em FILHO, Nestor G. Reis, – *Quadro da arquitetura no Brasil*, p. 79 e 80.



USOS E USOS AO AR LIVRE

O lote médio destinado à habitação tem um uso muito simples e imediato de seus espaços, pois uma grande parte do seu interior é ocupado pelo edifício de moradia. Quintais e jardins, às vezes ligados entre si por corredores laterais, constituem, basicamente, sua estrutura de espaços livres não edificadas e são o palco de parte da vida urbana ao ar livre. A sua crescente redução em tamanho, devido ao aumento da demanda do solo urbano, vinculada a um também crescimento significativo da população, força os seus usuários buscarem outras alternativas para suas atividades como os parques, praças e a rua (esta tradicionalmente um espaço complementar às atividades da habitação).

"A ocorrência ou não de uma atividade no espaço depende das necessidades e das aspirações dos usuários e das suas potencialidades e limitações... nos espaços livres junto às habitações, estas pessoas são na maioria os moradores da vizinhança residencial-adultos, jovens ou crianças, que apresentam relacionamento social mais estreito a nível de parentesco (por exemplo pais e filhos) e mais fluidos, como nos pequenos grupos de interesse comum (como por exemplo, crianças da vizinhança, grupo de adolescentes, etc.)"³. Estas pessoas usam estes espaços de um modo muito simples e direto, para estar, para trabalho, como lavar roupas, para jogos infantis, como jardins decorativos, para guardar o automóvel, para a conversa...⁴

Estas atividades requerem por sua vez espaços adequados fisicamente para sua existência, como sombreamento e insolação balanceados, dimensão física de pátios, quintais, calçadas, terreiros ou ruas para jogos, chão plano, terra para as plantas, escoamento de água adequado – isto é rápido, de modo a não formar poças ou enxurradas, iluminação noturna mínima, segurança para seu desempenho...

7 No caso de São Paulo, nos anos 30 e 50, nos diz Maria Adélia de Souza: "O código básico das construções, na época (1954) é o ato n. 666 de 1934, uma mera atualização do código Arthur Saboya. As limitações de altura nas construções e dos requisitos de espaços abertos são ditados com a preocupação com ventilação e insolação dos interiores e nunca com a preocupação entre equilíbrio na oferta e demanda de equipamentos coletivos." Souza, Maria Adélia. *Produção e apropriação do espaço metropolitano, a avenida Paulista em São Paulo*. In: SOUZA, Maria A., SANTOS, Milton, (org.) *A construção do espaço*. p. 139 e 140.

8 "No período de 1920 a 1940 um novo elemento é introduzido na paisagem da cidade (no caso São Paulo) o edifício de apartamentos. A princípio restrito às áreas centrais, espalha-se a partir dos anos 50 por muitos de seus bairros residenciais tornando-se dominante e um caracterizador do seu perfil." In: MACEDO, Silvio S. *Higienópolis e*

arredores – Processo de mutação da paisagem urbana.
p. 16.

9 "No Rio, ... em nome das excepcionais e relativamente imutáveis vantagens do meio natural – o microclima, a paisagem e a proximidade à praia – algumas camadas da burguesia e em seguida da classe média, recusaram-se a se deslocar espacialmente e, conseqüentemente, foram convivendo e aceitando com condescendência o ruído, o congestionamento, a invasão do comércio e de camadas sociais inferiores e a redução do espaço da casa ..." em VILLAÇA, Flavio. *A estrutura territorial da metrópole sul brasileira.* p. 168.

10 Discorrendo sobre o concurso público para a formulação do Plano Piloto de Brasília, Maria H. Kohsdorf conta: "Os princípios do C.I.A.M. são quase denominador comum aos trabalhos apresentados, refletindo certamente o pensamento sobre cidade que se desenvolvia no Brasil da década de 50. O plano de Lúcio Costa insere-se neste contexto, estando para nossa industrialização

Naturalmente nem todo lote comporta todas as atividades ao ar livre, nem todas elas devem e precisam ser feitas no seu interior ou mesmo nas suas vizinhanças, mas com certeza a maioria deve acontecer sempre próxima ou o mais acessível possível ao espaço da habitação.

Nas estruturas urbanas, onde a habitação unifamiliar-horizantal é o elemento dominante à qualidade do espaço livre de edificação está vinculada basicamente à possibilidade da família, proprietária ou simplesmente moradora do lote de adequá-lo mais ou menos as suas necessidades e de poder adquirir a área que julgam indispensável para tal. Os quintais antes grandes e arborizados, com hortas ao fundo⁵, reduzem-se a espaços menores pavimentados e com pouco espaço para o plantio de árvores de porte ou criações. Os "jardins" frontais são pequenos e tendem a exercer as funções antes destinadas às garagens e os corredores laterais, quando existem, são na maioria das vezes espaços de simples circulação. Os espaços livres de edificação dentro do lote tendem a um mínimo e as diversas atividades possíveis tendem a uma superposição nestes espaços⁶.

ARTICULAÇÕES ENTRE EDIFÍCIOS E ESPAÇOS LIVRES – UM INÍCIO

A oposição entre os espaços livres de edificação, os espaços abertos e aqueles contidos dentro da construção – o edifício, configura-se juntamente com a construção dos primeiros prédios de apartamentos, com os primeiros arranha-céus que surgem em nossas cidades.

Em uma primeira fase, aos espaços livres era dado o caráter de poço ou pátio de iluminação, para onde convergiram janelas e terraços e quando muito nos prédios mais luxuosos encontravam-se garagens cobertas, dispostas ao fundo do lote em um pátio ou quintal⁷, o edifício ocupa o espaço possível, suas

Fotos: Oswaldo Macedo



Rio de Janeiro – 1942 – os primeiros edifícios da antiga avenida Central, adotam o padrão de ocupação total do lote (com um desenho do espaço urbano inspirado em padrões europeus)



São Paulo – no bairro de Santana em sua área mais antiga, diversos são os prédios altos e baixos que existem, ainda obedecendo a padrões tradicionais de assentamento, como é o caso do conjunto edificado à esquerda da foto, contrapondo-se às novas torres construídas, que obedecem a uma nova legislação, todas isoladas entre si

emergente como estavam em 1930, as proposições da *Carta de Atenas* para a sociedade industrial européia de então"... KOHSDORF, M. Elaine em *Breve histórico do espaço urbano como no campo disciplinas*. In: GONZALES, Kolhsdorf et al. *O espaço da cidade*. p. 63.

Sobre estes padrões dos espaços abertos nos diz Holanda: "Agora, explicitamente não são mais valores culturais ou históricos que contam como os elementos que essencialmente qualificam esses lugares, mas valores naturais como "sol, vento e verdor". em Holanda, Frederico de. *Arquitetura como estruturação social*. In: KOLHSDORF et al. *O espaço da cidade*, p. 135.

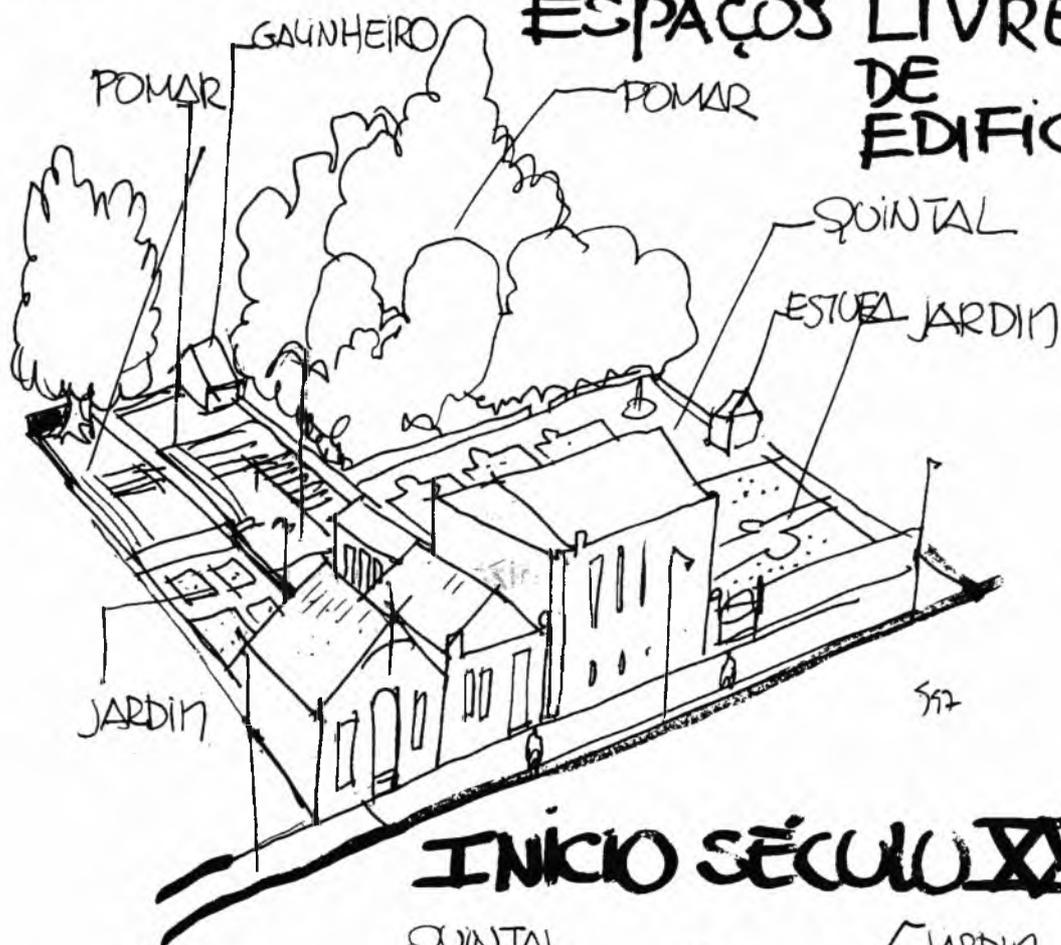
No código de edificações, lei n. 8.266 de 20 de junho de 1975 esta postura apresenta-se claramente consolidada no seu artigo 179. "As edificações para apartamentos deverão dispor, pelo menos de compartimentos, ambientes ou locais para:

- I Unidade residencial unifamiliar

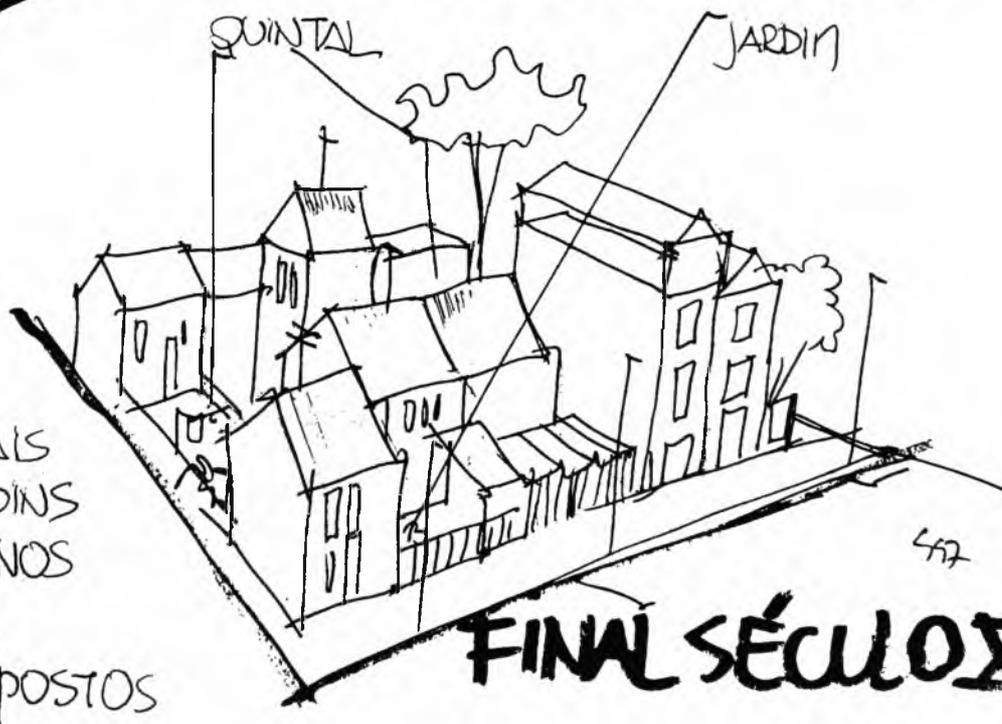
paredes se encontrando com as divisas do lote, formando fronteiras com os vizinhos. Cada rua ocupada por prédios, apresentava, planos verticais contínuos, compostos de fachadas geminadas que se sucedem uma ao lado da outra por muitos quarteirões. Este é o padrão adotado oficialmente, favorecido pelas primeiras legislações sobre o assunto⁸ e assim se configuram e direcionam os primeiros setores urbanos ocupados dentro de um processo de verticalização mais intenso. Alguns bons exemplos podem ser observados no Rio de Janeiro nos bairros da zona sul que primeiro se adensaram como Botafogo, Flamengo e Copacabana e em São Paulo e Porto Alegre junto as áreas centrais, todos eles seguindo este padrão de assentamento urbano.

A partir desta forma de organização do espaço urbano, nos locais onde se configura esta situação, as atividades ao ar livre e junto à habitação antes destinadas aos jardins e quintais, devem ser feitas no espaço público nas ruas, calçadas, praças ou se recolhem para dentro da habitação, ou são então simplesmente suprimidas. No Rio de Janeiro, a proximidade das praias e em São Paulo a localização dos novos prédios junto ao chamado "Centro Novo", onde se concentravam os melhores cinemas, teatros, lojas e escolas da cidade, bem como uma completa rede de praças públicas⁹ de certo modo compensam as deficiências criadas, devido à eliminação de tais espaços. O morador é convidado a usufruir um outro tipo de vida urbana... Nestes tempos, pela segunda e terceira décadas do século 20, a realidade é outra que a que se encontra nas cidades modernas. As ruas ainda são tranqüilas pois o movimento de circulação de veículos automotores ainda é moderado, os novos tecidos urbanos verticais que estão se formando ainda não estão consolidados e as densidades de ocupação e uso do solo urbano são baixas.

HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E SEUS ESPAÇOS LIVRES DE EDIFICAÇÃO



INÍCIO SÉCULO XX



QUINTAIS
E JARDINS
PEQUENOS
USOS
SUPERPOSTOS

Ilustração: Silvío Macedo

- II Acesso e circulação de pessoas
 - III Instalações sanitárias e de serviços
 - IV Acesso e estacionamento de carros".
- Em SÃO PAULO, Prefeitura do Município. *Código de edificações, lei n. 8266 20 de junho de 1975*, p. 79 e 80.

13 Sobre o surgimento do playground, ainda na América do Norte, no início do século nos diz Miranda M. Magnoli no seu artigo O parque no desenho urbano: "O período subsequente, de 1900 a 1930, é o de maiores transformações na evolução dos parques: é o *reform park* ou também o *playground-period*. Dois são os aspectos que o fundamentam na necessidade de mudanças: *playgrounds* e espaços locais. Passam a se internalizar no urbano, construindo áreas para crianças ... é decorrência óbvia, já que os espaços são reduzidos, já que próximos as habitações e locais de trabalho.¹

... Os estudos urbanísticos do após-guerra especialmente ingleses e o racionalismo na arquitetura distribuíam pelo mundo índices

No Rio de Janeiro o processo de verticalização se expande mais cedo, ocupando a orla marítima e consolidando um perfil urbano, como o de Copacabana, até celebrado em filmes, um modelo de ocupação urbana. Neste caso como citado, as desvantagens deste tipo de organização espacial são compensadas pela existência próxima às habitações da extensa faixa de praias, um verdadeiro parque linear de areia e água, em volta do qual flui a vida urbana. Em São Paulo este processo é mais lento e quando se expande para os bairros periféricos à área central, já tem embutido nas novas soluções de ocupação do solo uma forma alternativa de desenho para os espaços internos ao lote. Aos velhos padrões se contrapõe pouco a pouco a idéia do edifício, da torre solitária dentro do lote, recuada das ruas e das divisas do lote. Este não é um fato isolado, paralelamente no país se consolida todo um movimento "moderno" de "pensar" a arquitetura e o urbanismo, que tem como síntese formal, o seu ponto alto, na construção da nova capital – Brasília.

Nesta cidade edificada dentro dos cânones do novo urbanismo, baseado nos preceitos do C.I.A.M.¹⁰ as áreas residenciais estão imersas em jardins, a superquadra como unidade de vizinhança é criada como instituição e o lote tem sua importância reduzida ao mínimo. O "novo e moderno edifício está isolado, implantado no meio de áreas 'verdes', extensos gramados entremeados de árvores, distanciado de muitos metros de seu vizinho mais próximo, em condições 'ideais' de iluminação e ventilação", e a vida ao ar livre acontecerá em algum lugar deste parque contínuo, que se entremeia por entre as edificações¹¹

Este padrão de organização do espaço urbano foi na época uma exceção e ainda hoje permanece como tal. Outras cidades não se fizeram como a nova capital, mas por todos os pontos das nossas tramas urbanas encontram-se reduções aplicadas do modelo, seja na organização de um conjunto

habitacional onde os prédios de apartamentos se não formam superquadras ao menos estão afastados um dos outros, seja no assentamento de um edifício no lote totalmente isolado de seus vizinhos...



Ilustração: Silvio Macedo

de áreas verdes classificadas em *play-lots*, *play-fields*, de forma similar às casas, escolas, comércio, setores industriais e sistemas de trânsito. Em MAGNOLI, Miranda. O parque no desenho urbano. In: SEMINÁRIO SOBRE O DESENHO URBANO NO BRASIL. *Anais*, p. 118 e 119. Naturalmente estes fragmentos da história do playground nos Estados Unidos não explicam o surgimento desta estrutura no Brasil, mas com certeza, os padrões lá adotados, copiados e reduzidos chegaram ao país com maior força no período áureo da arquitetura e do urbanismo modernos nos anos 50 (aqueles de Brasília) e foram introduzidos no espaço de nossas cidades.

14 "Sabemos que as classes populares utilizam com mais intensidade os espaços livres de uso coletivo do que as classes média e alta, cuja rede de relações se constrói muito mais em espaços fechados e privatizados." Holanda, Frederico. "Arquitetura como estruturação social" Em KOHLSDORF, Maria Elaine et al. *O espaço da cidade contribuição à análise urbana*. p. 125

Os espaços livres do lote verticalizado a princípio limitaram-se a pátios e poços de iluminação e esporadicamente correspondem a pátios de serviços ou jardins frontais. As atividades ligadas ao trabalho doméstico, específicas de cada família como o lavar e secar roupas, criação de animais domésticos e plantas são restringidas e incorporadas ao interior das edificações. Poucos são os prédios que apresentam áreas adequadas a este tipo de atividade reservadas sempre à família de funcionários, como zeladores e porteiros.

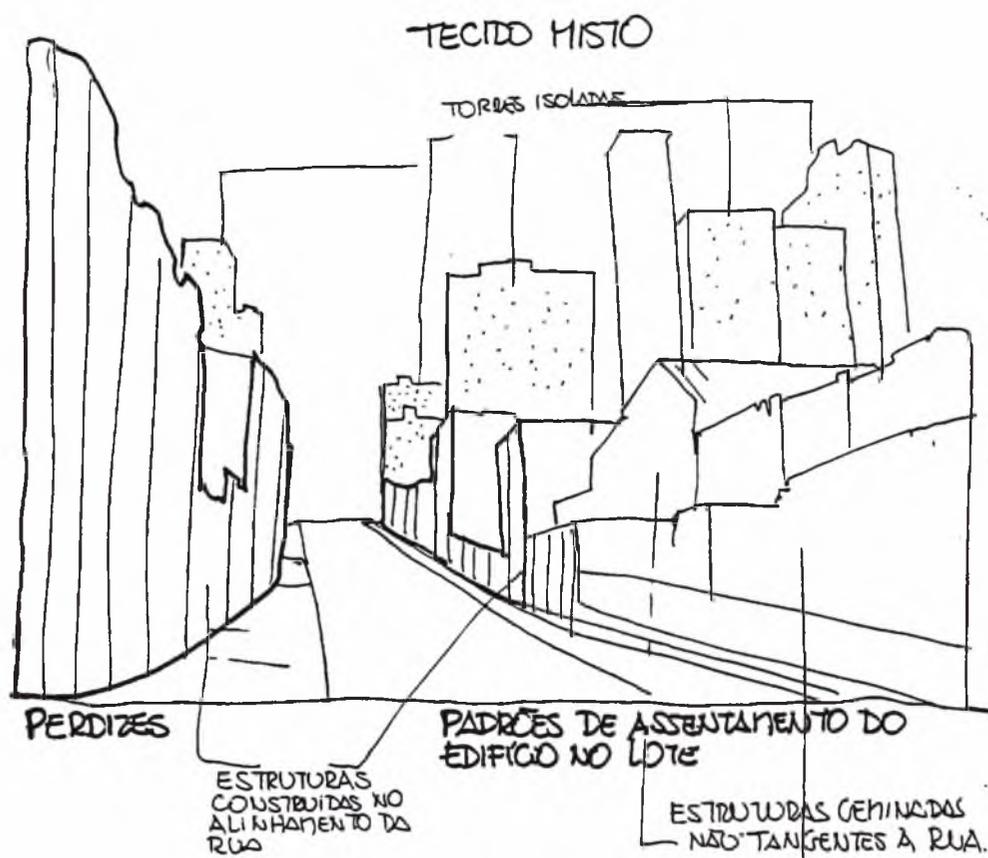
Este fato, que corresponde à eliminação das atividades domésticas do nível do chão, o seu fechamento entre paredes é básico na caracterização do novo espaço livre que se configura mais adiante. Liberado da atividade serviço, o espaço destinase todo à circulação, ao estar de pedestres e ... veículos! E são estes que ocupam primeiramente os espaços de fundo de lote, o lugar do antigo quintal, enquanto as áreas frontais quando liberadas da construção pouco a pouco vão recebendo jardins maiores e mais elaborados.

Este é um processo lento, de evolução que na cidade de São Paulo, por exemplo, demora várias décadas para se consolidar. A exigência pelos códigos¹² da existência de vagas para estacionamento dentro do lote, que surge no momento do início do processo de expansão da verticalização na cidade, altera mais uma vez a configuração destes espaços. A solução adotada para abrigo dos veículos é na maioria das vezes a garagem subterrânea restando aos pátios e áreas de fundo a função de complementar eventuais necessidades de estacionamento.

Aos espaços livres do lote quando liberados da carga de serviço dos automóveis cabem às funções de acesso e lazer. A princípio, a partir da década de 40 até o início da década de 80, estes espaços são tratados como jardins tradicionais, os de frente



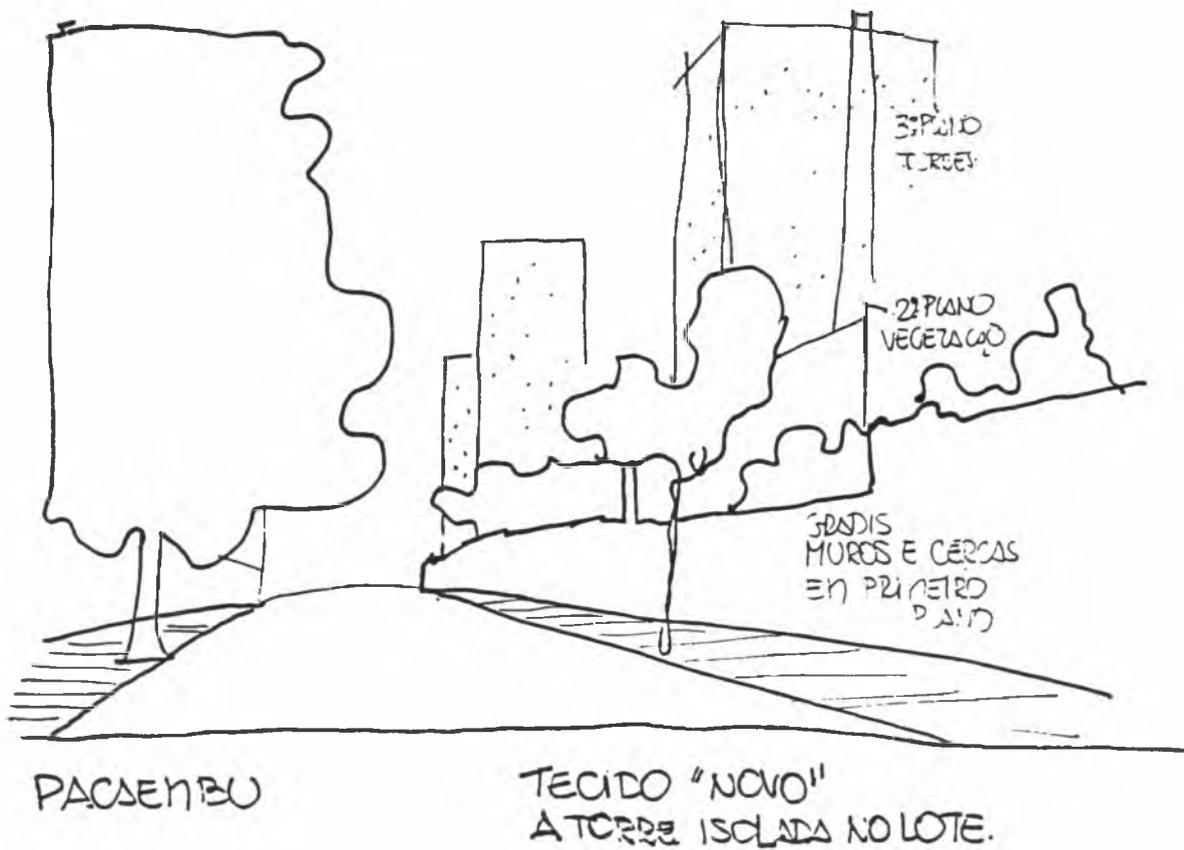
Nesta rua do bairro das Perdizes em São Paulo, observa-se em um mesmo segmento três tipos de formas de relacionamento edifício/rua – o prédio baixo geminado junto à calçada, dotado de recuos e a torre de apartamentos recuada, cada uma típica de um momento do processo de verticalização urbana



Fotos e Ilustrações: Silvío Macedo



O "novo" esquema de organização do espaço da rua – as calçadas ladeadas de prédios altos, isolados entre si, murados e recuados em relação a rua.



para a rua compondo a fachada, os de fundo ou laterais de um modo mais simples, às vezes apenas pavimentados e com pouca ou nenhuma vegetação.

O ajardinamento frontal dos edifícios é um modo de tratamento do espaço, que se origina e consolida nos bairros mais ricos e de classe média alta como Higienópolis e Perdizes, espalhando-se por todo o resto da cidade, a ponto de que em São Paulo, 1997, dificilmente se encontra um prédio de apartamentos, por mais distante que esteja situado, que não apresente sua parte frontal ao menos possuindo um modesto jardim. A consolidação deste processo é extremamente favorecida pela obrigatoriedade de recuos frontais às edificações, estabelecida pelo novo código de zoneamento, que são prescritos para quase todas as áreas da cidade. Paralelamente aos recuos frontais são também prescritos recuos laterais e de fundo como obrigatórios para diversas áreas, isto consolidando de vez o padrão do prédio isolado no lote.

O tamanho dos recuos e portanto das áreas livres varia de acordo com o lote, com a região da cidade, com os padrões do mercado imobiliário. Pouco a pouco, em torno dos anos 70, desenvolve-se uma tendência, de juntamente com os jardins, ao seu lado ou no lugar destes, de se instalarem uma série de equipamentos de lazer ao ar livre, que passam a ser frequentemente inseridos no espaço do lote. São introduzidos inicialmente os brinquedos infantis, formando pequenos "playgrounds"¹³ que se popularizam, logo após as piscinas, hoje um equipamento considerado quase que "indispensável" (encontram-se piscinas em pelo menos 50% dos novos empreendimentos imobiliários lançados em São Paulo na década de 80). Seguem-se uma plêiade de outros equipamentos como quadras poliesportivas, de tênis, pistas de cooper, quiosques, etc. em um total de mais de uma dezena de itens¹⁴ Como no caso

15 "A inclusão de uma piscina em um projeto de prédio residencial vem se tornando cada vez mais freqüente. Vários aspectos têm contribuído para que isso aconteça: uma opção de lazer para qualquer faixa etária, um conforto a mais proporcionado pela estrutura de serviços do edifício ou uma facilidade para quem tem filhos pequenos, são algumas das causas mais freqüentes. Há quem, na hora de comprar um imóvel, procure empreendimentos com piscinas e há aqueles que preferem outras vantagens, como o tamanho dos cômodos do apartamento. Contudo, ambas as partes concordam que ter uma piscina em casa é uma boa idéia, principalmente no verão. Segundo Flávio Lúcio Scaf, 43, diretor da Construtora e Incorporadora Edel, a presença da piscina em um edifício é fundamental, chegando até a ser obrigatória. "O imóvel fica mais valorizado com a inclusão de uma piscina, ou melhor, de um conjunto de equipamentos de lazer, como vestiários, sanitários, salão de repouso, enfim, uma infra-estrutura que

ofereça conforto aos moradores", diz ele. É quase certo que grande parte do sucesso que fazem os prédios com piscina se deve às crianças. Scaf afirma que os apartamentos destes edifícios estão mais adequados à venda e ao mercado, porque a maioria dos compradores pensa basicamente nos filhos no momento de fechar o negócio.¹⁶

Em Otero, Neiva, Lazer e valorização nos edifícios com piscinas, *Folha de S. Paulo*, 7 de junho de 1986, p. 36.

16 "Compatibilização de funções no tempo e no espaço: formas, superfícies e tratamentos diversificados; segurança (de desenho), conforto, adequação às condições de tempo, desenho apropriado à manutenção, localização e acessibilidades não podem ser substituídos por uma coleção de equipamentos por mais bem desenhados que sejam."

Em MAGNOLI, Miranda Martinelli. *Espaços livres e urbanização: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana*, p. 54.

VERTICALIZAÇÃO X LOTE

16

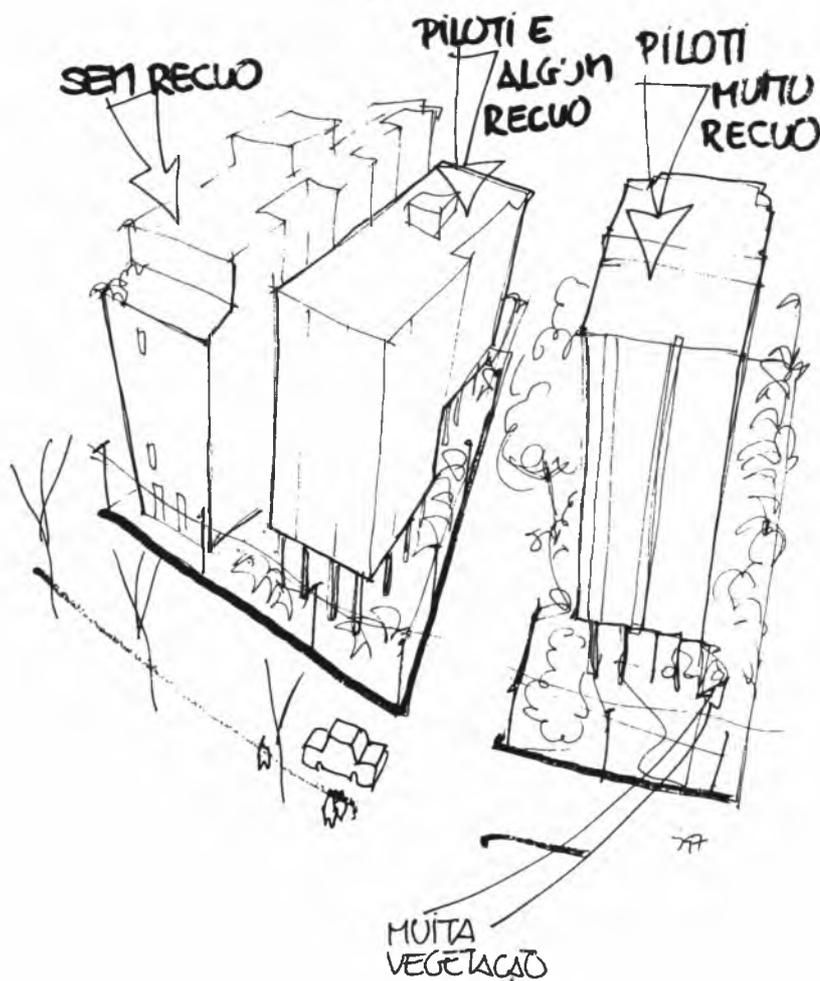


Ilustração: Sílvia Macedo

dos jardins e das garagens subterrâneas estes equipamentos são introduzidos primeiramente nas novas áreas em verticalização destinadas às camadas sociais de maior poder aquisitivo, como Moema, Real Parque e Morumbi, logo depois são adotados nos novos lançamentos imobiliários de áreas cujo processo de verticalização está consolidado, e daí mais lentamente e com menor diversidade pelo resto da cidade¹⁵

As décadas de 70 e 80, pelo menos em São Paulo, são palco do aparecimento e consolidação de uma nova figura urbana, o lote quadra, o grande condomínio verticalizado que ocupa, senão um quarteirão completo, pelo menos uma grande parte deste, no qual os prédios são dispostos mais livremente, sem obedecerem a padrões rígidos de paralelismo em relação às

divisas do lote. Nestes condomínios verdadeiras "superquadras" ou "unidades de vizinhança" existe *a priori* uma possibilidade maior de se equipar e tratar os espaços livres, o que de fato acontece na maioria dos casos. Estes surgem a princípio pontualmente em um ou outro lugar da cidade e depois por todos os pontos.

Paralelamente a esta nova situação observa-se o lento e gradual fechamento formal, por gradis, da maioria dos lotes verticalizados da cidade, dentro de um processo de isolamento do lote, dos condomínios em relação aos ditos perigos urbanos. Estas novas "superquadras" ao contrário das suas congêneres de Brasília e outras cidades novas então são propositalmente isoladas fisicamente do restante da trama dos espaços livres de edificação públicos ... das ruas, praças, da vida urbana.

Mais cedo que os novos condomínios, mas obedecendo aos mesmos princípios formais, do edifício de apartamentos descompromissado com a instituição lote-prédio, surgem já a partir dos anos 40 os conjuntos residenciais patrocinados pelos Institutos de Previdência, sucedidos mais tarde por aqueles produzidos pelas cooperativas habitacionais.

Nestas situações, que formam amplos segmentos de nossas estruturas urbanas o espaço livre é abundante, mas pouco cuidado é dedicado a ele. Não lhe é atribuído, quando da construção dos conjuntos, um valor formal, uma qualidade ambiental que facilite ao seu usuário morador uma vivência destes espaços e a comunidade demora muitos anos a conseguir ocupar, equipar, plantar e adequar formalmente tais espaços¹⁶.

Em geral para os espaços livres junto à habitação, ao contrário do prédio, a qual é naturalmente dedicado todo um projeto detalhado de arquitetura, de modo que seja habitável, que fique de pé, permanecendo assim pela "eternidade"... não é

17 "A adequação do espaço livre, apenas, não é o suficiente para garantir sua apropriação, uma vez que outras razões de fundo econômico e social podem ter grande importância."

Em SALVIATI, Eurico. *Os espaços urbanos de Brasília, uma avaliação preliminar*. p. 18

18 Sobre os modernos condomínios e chácaras diz Benamy Turkienicz ... Estas unidades, além de aumentar os níveis de privacidade de grandes áreas das cidades brasileiras, têm constituído uma nova forma de alterar a fisionomia urbana ao criar a descontinuidade espacial entre os vários setores das cidades. Isto tudo sob a aparente complacência dos órgãos normativos, que vêem os condomínios como formas eficientes de aumentar a segurança urbana. Oscar Newman (no livro *Defensible Space*) não tinha razão. Espaços defendidos criam falsa segurança interna. Em rua movimentada os estranhos se "policiam" mutuamente, além de sofrer o "policiamento" natural dos habitantes que por ela circulam. As barreiras expulsam os estranhos dos espaços de circulação internos, eliminando-se assim uma forma

- II Acesso e circulação de pessoas
- III Instalações sanitárias e de serviços
- IV Acesso e estacionamento de carros".

Em SÃO PAULO, Prefeitura do Município. *Código de edificações, lei n. 8266 20 de junho de 1975*, p. 79 e 80.

13 Sobre o surgimento do playground, ainda na América do Norte, no início do século nos diz Miranda M. Magnoli no seu artigo O parque no desenho urbano: "O período subsequente, de 1900 a 1930, é o de maiores transformações na evolução dos parques: é o *reform park* ou também o *playground-period*. Dois são os aspectos que o fundamentam na necessidade de mudanças: *playgrounds* e espaços locais. Passam a se internalizar no urbano, construindo áreas para crianças ... é decorrência óbvia, já que os espaços são reduzidos, já que próximos as habitações e locais de trabalho."
... Os estudos urbanísticos do após-guerra especialmente ingleses e o racionalismo na arquitetura distribuíam pelo mundo índices

No Rio de Janeiro o processo de verticalização se expande mais cedo, ocupando a orla marítima e consolidando um perfil urbano, como o de Copacabana, até celebrado em filmes, um modelo de ocupação urbana. Neste caso como citado, as desvantagens deste tipo de organização espacial são compensadas pela existência próxima às habitações da extensa faixa de praias, um verdadeiro parque linear de areia e água, em volta do qual flui a vida urbana. Em São Paulo este processo é mais lento e quando se expande para os bairros periféricos à área central, já tem embutido nas novas soluções de ocupação do solo uma forma alternativa de desenho para os espaços internos ao lote. Aos velhos padrões se contrapõe pouco a pouco a idéia do edifício, da torre solitária dentro do lote, recuada das ruas e das divisas do lote. Este não é um fato isolado, paralelamente no país se consolida todo um movimento "moderno" de "pensar" a arquitetura e o urbanismo, que tem como síntese formal, o seu ponto alto, na construção da nova capital – Brasília.

Nesta cidade edificada dentro dos cânones do novo urbanismo, baseado nos preceitos do C.I.A.M.¹⁰ as áreas residenciais estão imersas em jardins, a superquadra como unidade de vizinhança é criada como instituição e o lote tem sua importância reduzida ao mínimo. O "novo e moderno edifício está isolado, implantado no meio de áreas 'verdes', extensos gramados entremeados de árvores, distanciado de muitos metros de seu vizinho mais próximo, em condições 'ideais' de iluminação e ventilação", e a vida ao ar livre acontecerá em algum lugar deste parque contínuo, que se entremeia por entre as edificações¹¹

Este padrão de organização do espaço urbano foi na época uma exceção e ainda hoje permanece como tal. Outras cidades não se fizeram como a nova capital, mas por todos os pontos das nossas tramas urbanas encontram-se reduções aplicadas do modelo, seja na organização de um conjunto

habitacional onde os prédios de apartamentos se não formam superquadras ao menos estão afastados um dos outros, seja no assentamento de um edifício no lote totalmente isolado de seus vizinhos...



Ilustração: Silvío Macedo

de áreas verdes classificadas em *play-lots*, *play-fields*, de forma similar às casas, escolas, comércio, setores industriais e sistemas de trânsito. Em MAGNOLI, Miranda. O parque no desenho urbano. In: SEMINÁRIO SOBRE O DESENHO URBANO NO BRASIL. *Anais*, p. 118 e 119. Naturalmente estes fragmentos da história do playground nos Estados Unidos não explicam o surgimento desta estrutura no Brasil, mas com certeza, os padrões lá adotados, copiados e reduzidos chegaram ao país com maior força no período áureo da arquitetura e do urbanismo modernos nos anos 50 (aqueles de Brasília) e foram introduzidos no espaço de nossas cidades.

14 "Sabemos que as classes populares utilizam com mais intensidade os espaços livres de uso coletivo do que as classes média e alta, cuja rede de relações se constrói muito mais em espaços fechados e privatizados." Holanda, Frederico. "Arquitetura como estruturação social". Em KOHLSDORF, Maria Elaine et al. *O espaço da cidade contribuição à análise urbana*. p. 125

Os espaços livres do lote verticalizado a princípio limitaram-se a pátios e poços de iluminação e esporadicamente correspondem a pátios de serviços ou jardins frontais. As atividades ligadas ao trabalho doméstico, específicas de cada família como o lavar e secar roupas, criação de animais domésticos e plantas são restringidas e incorporadas ao interior das edificações. Poucos são os prédios que apresentam áreas adequadas a este tipo de atividade reservadas sempre à família de funcionários, como zeladores e porteiros.

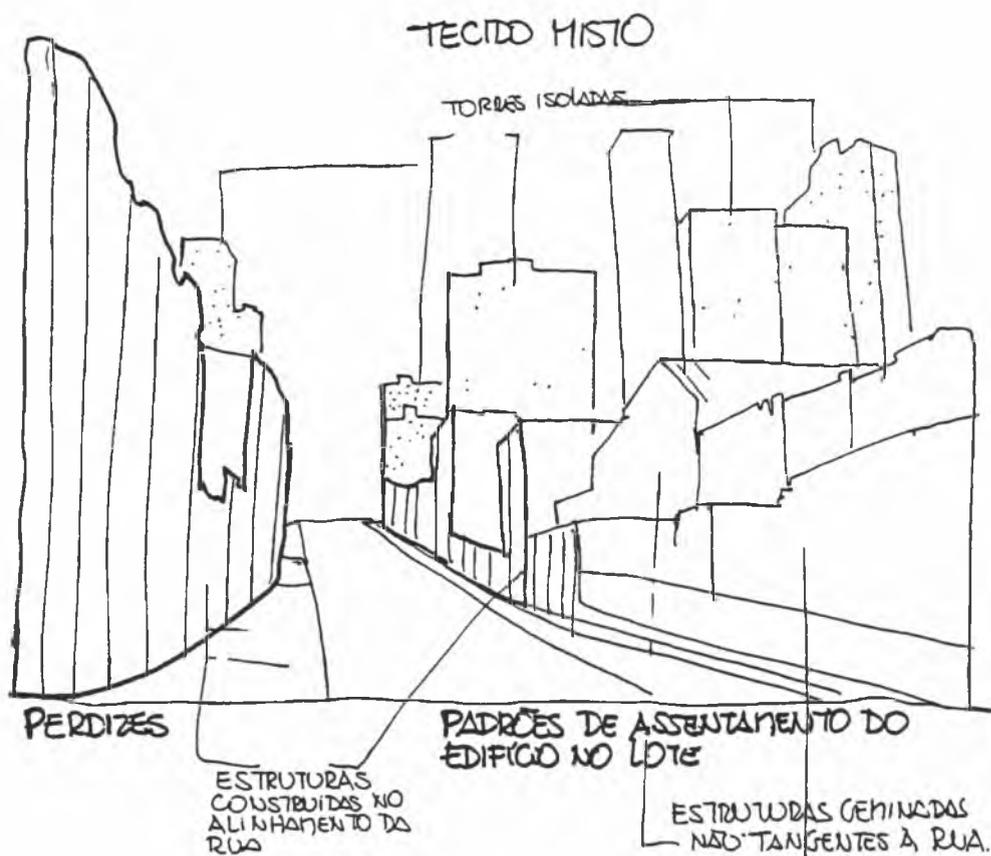
Este fato, que corresponde à eliminação das atividades domésticas do nível do chão, o seu fechamento entre paredes é básico na caracterização do novo espaço livre que se configura mais adiante. Liberado da atividade serviço, o espaço destina-se todo à circulação, ao estar de pedestres e ... veículos! E são estes que ocupam primeiramente os espaços de fundo de lote, o lugar do antigo quintal, enquanto as áreas frontais quando liberadas da construção pouco a pouco vão recebendo jardins maiores e mais elaborados.

Este é um processo lento, de evolução que na cidade de São Paulo, por exemplo, demora várias décadas para se consolidar. A exigência pelos códigos¹² da existência de vagas para estacionamento dentro do lote, que surge no momento do início do processo de expansão da verticalização na cidade, altera mais uma vez a configuração destes espaços. A solução adotada para abrigo dos veículos é na maioria das vezes a garagem subterrânea restando aos pátios e áreas de fundo a função de complementar eventuais necessidades de estacionamento.

Aos espaços livres do lote quando liberados da carga de serviço dos automóveis cabem às funções de acesso e lazer. A princípio, a partir da década de 40 até o início da década de 80, estes espaços são tratados como jardins tradicionais, os de frente



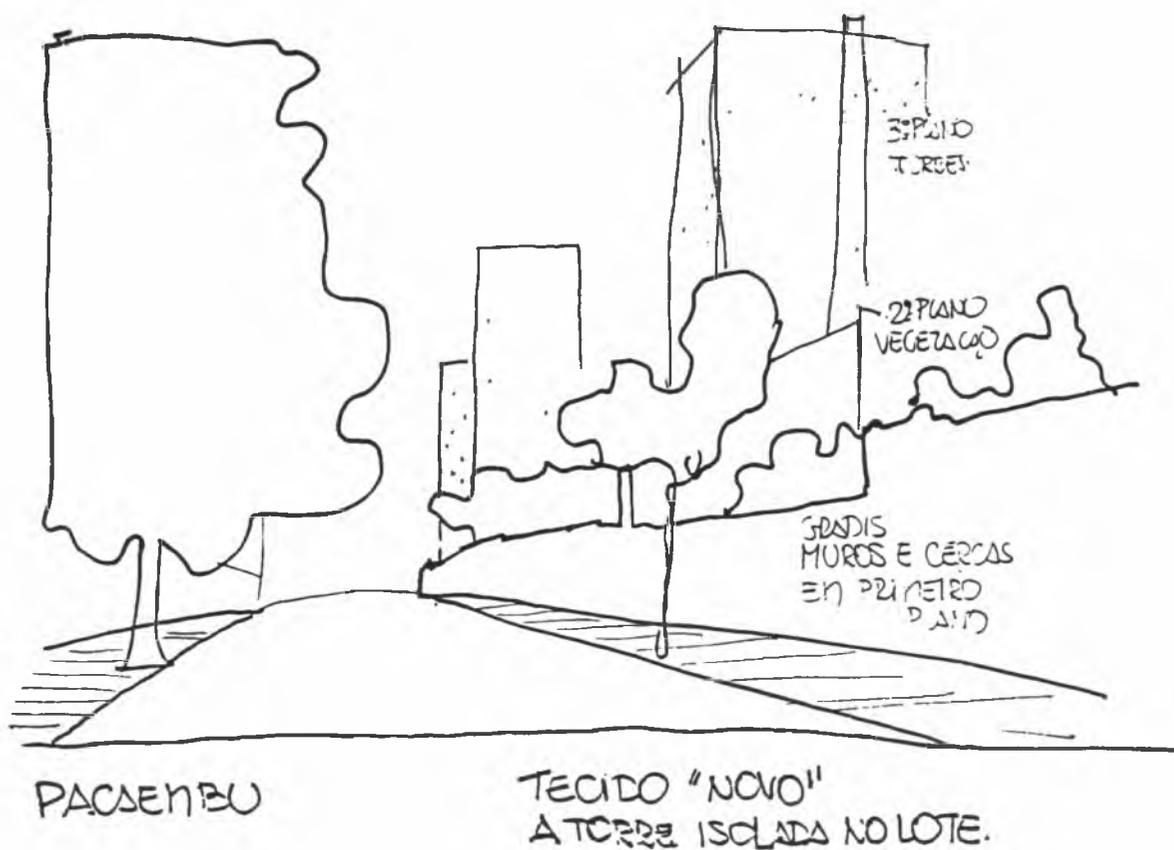
Nesta rua do bairro das Perdizes em São Paulo, observa-se em um mesmo segmento três tipos de formas de relacionamento edifício/rua – o prédio baixo geminado junto à calçada, dotado de recuos e a torre de apartamentos recuada, cada uma típica de um momento do processo de verticalização urbana



Fotos e Ilustrações: Sílvio Macedo



O "novo" esquema de organização do espaço da rua – as calçadas ladeadas de prédios altos, isolados entre si, murados e recuados em relação a rua.



para a rua compondo a fachada, os de fundo ou laterais de um modo mais simples, às vezes apenas pavimentados e com pouca ou nenhuma vegetação.

O ajardinamento frontal dos edifícios é um modo de tratamento do espaço, que se origina e consolida nos bairros mais ricos e de classe média alta como Higienópolis e Perdizes, espalhando-se por todo o resto da cidade, a ponto de que em São Paulo, 1997, dificilmente se encontra um prédio de apartamentos, por mais distante que esteja situado, que não apresente sua parte frontal ao menos possuindo um modesto jardim. A consolidação deste processo é extremamente favorecida pela obrigatoriedade de recuos frontais às edificações, estabelecida pelo novo código de zoneamento, que são prescritos para quase todas as áreas da cidade. Paralelamente aos recuos frontais são também prescritos recuos laterais e de fundo como obrigatórios para diversas áreas, isto consolidando de vez o padrão do prédio isolado no lote.

O tamanho dos recuos e portanto das áreas livres varia de acordo com o lote, com a região da cidade, com os padrões do mercado imobiliário. Pouco a pouco, em torno dos anos 70, desenvolve-se uma tendência, de juntamente com os jardins, ao seu lado ou no lugar destes, de se instalarem uma série de equipamentos de lazer ao ar livre, que passam a ser freqüentemente inseridos no espaço do lote. São introduzidos inicialmente os brinquedos infantis, formando pequenos "playgrounds"¹³ que se popularizam, logo após as piscinas, hoje um equipamento considerado quase que "indispensável" (encontram-se piscinas em pelo menos 50% dos novos empreendimentos imobiliários lançados em São Paulo na década de 80). Seguem-se uma plêiade de outros equipamentos como quadras poliesportivas, de tênis, pistas de cooper, quiosques, etc. em um total de mais de uma dezena de itens¹⁴ Como no caso

15 "A inclusão de uma piscina em um projeto de prédio residencial vem se tornando cada vez mais freqüente. Vários aspectos têm contribuído para que isso aconteça: uma opção de lazer para qualquer faixa etária, um conforto a mais proporcionado pela estrutura de serviços do edifício ou uma facilidade para quem tem filhos pequenos, são algumas das causas mais freqüentes. Há quem, na hora de comprar um imóvel, procure empreendimentos com piscinas e há aqueles que preferem outras vantagens, como o tamanho dos cômodos do apartamento. Contudo, ambas as partes concordam que ter uma piscina em casa é uma boa idéia, principalmente no verão. Segundo Flávio Lúcio Scaf, 43, diretor da Construtora e Incorporadora Edel, a presença da piscina em um edifício é fundamental, chegando até a ser obrigatória. "O imóvel fica mais valorizado com a inclusão de uma piscina, ou melhor, de um conjunto de equipamentos de lazer, como vestiários, sanitários, salão de repouso, enfim, uma infra-estrutura que

ofereça conforto aos moradores", diz ele. É quase certo que grande parte do sucesso que fazem os prédios com piscina se deve às crianças. Scaf afirma que os apartamentos destes edifícios estão mais adequados à venda e ao mercado, porque a maioria dos compradores pensa basicamente nos filhos no momento de fechar o negócio."

Em Otero, Neiva, Lazer e valorização nos edifícios com piscinas, *Folha de S. Paulo*, 7 de junho de 1986, p. 36.

16 "Compatibilização de funções no tempo e no espaço: formas, superfícies e tratamentos diversificados; segurança (de desenho), conforto, adequação às condições de tempo, desenho apropriado à manutenção, localização e acessibilidades não podem ser substituídos por uma coleção de equipamentos por mais bem desenhados que sejam."

Em MAGNOLI, Miranda Martinelli. *Espaços livres e urbanização: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana*, p. 54.

VERTICALIZAÇÃO X LOTE

16

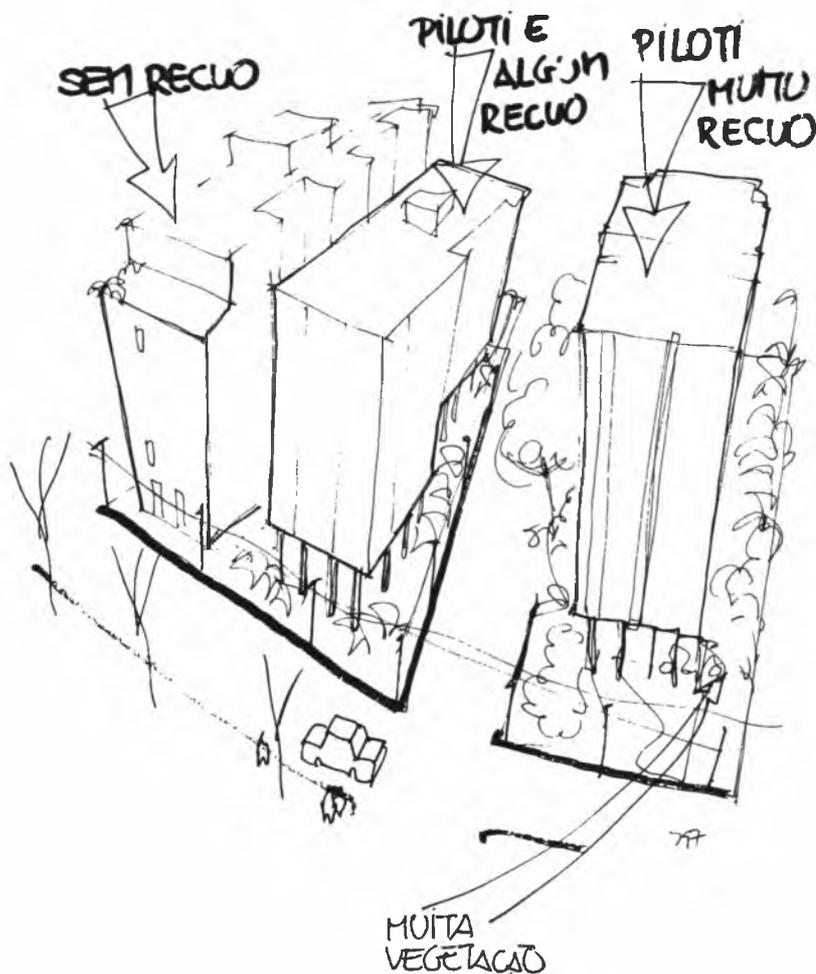


Ilustração: Sílvio Macedo

dos jardins e das garagens subterrâneas estes equipamentos são introduzidos primeiramente nas novas áreas em verticalização destinadas às camadas sociais de maior poder aquisitivo, como Moema, Real Parque e Morumbi, logo depois são adotados nos novos lançamentos imobiliários de áreas cujo processo de verticalização está consolidado, e daí mais lentamente e com menor diversidade pelo resto da cidade¹⁵

As décadas de 70 e 80, pelo menos em São Paulo, são palco do aparecimento e consolidação de uma nova figura urbana, o lote quadra, o grande condomínio verticalizado que ocupa, senão um quarteirão completo, pelo menos uma grande parte deste, no qual os prédios são dispostos mais livremente, sem obedecerem a padrões rígidos de paralelismo em relação às

divisas do lote. Nestes condomínios verdadeiras "superquadras" ou "unidades de vizinhança" existe *a priori* uma possibilidade maior de se equipar e tratar os espaços livres, o que de fato acontece na maioria dos casos. Estes surgem a princípio pontualmente em um ou outro lugar da cidade e depois por todos os pontos.

Paralelamente a esta nova situação observa-se o lento e gradual fechamento formal, por gradis, da maioria dos lotes verticalizados da cidade, dentro de um processo de isolamento do lote, dos condomínios em relação aos ditos perigos urbanos. Estas novas "superquadras" ao contrário das suas congêneres de Brasília e outras cidades novas então são propositalmente isoladas fisicamente do restante da trama dos espaços livres de edificação públicos ... das ruas, praças, da vida urbana.

Mais cedo que os novos condomínios, mas obedecendo aos mesmos princípios formais, do edifício de apartamentos descompromissado com a instituição lote-prédio, surgem já a partir dos anos 40 os conjuntos residenciais patrocinados pelos Institutos de Previdência, sucedidos mais tarde por aqueles produzidos pelas cooperativas habitacionais.

Nestas situações, que formam amplos segmentos de nossas estruturas urbanas o espaço livre é abundante, mas pouco cuidado é dedicado a ele. Não lhe é atribuído, quando da construção dos conjuntos, um valor formal, uma qualidade ambiental que facilite ao seu usuário morador uma vivência destes espaços e a comunidade demora muitos anos a conseguir ocupar, equipar, plantar e adequar formalmente tais espaços¹⁶.

Em geral para os espaços livres junto à habitação, ao contrário do prédio, a qual é naturalmente dedicado todo um projeto detalhado de arquitetura, de modo que seja habitável, que fique de pé, permanecendo assim pela "eternidade"... não é

¹⁷ "A adequação do espaço livre, apenas, não é o suficiente para garantir sua apropriação, uma vez que outras razões de fundo econômico e social podem ter grande importância." Em SALVIATI, Eurico. *Os espaços urbanos de Brasília, uma avaliação preliminar*. p. 18

¹⁸ Sobre os modernos condomínios e chácaras diz Benamy Turkienicz ... Estas unidades, além de aumentar os níveis de privacidade de grandes áreas das cidades brasileiras, têm constituído uma nova forma de alterar a fisionomia urbana ao criar a descontinuidade espacial entre os vários setores das cidades. Isto tudo sob a aparente complacência dos órgãos normativos, que vêem os condomínios como formas eficientes de aumentar a segurança urbana. Oscar Newman (no livro *Defensible Space*) não tinha razão. Espaços defendidos criam falsa segurança interna. Em rua movimentada os estranhos se "policiam" mutuamente, além de sofrer o "policiamento" natural dos habitantes que por ela circulam. As barreiras expulsam os estranhos dos espaços de circulação internos, eliminando-se assim uma forma

natural de controle. Os cachorros, guardas e revólveres são os elementos de contato social dos habitantes de uma área com eventuais estranhos que queiram circular por ela. A vida urbana é aquela que acontece nos recintos fechados das casas, dos locais de trabalho e das instituições. Não mais na rua. A territorialidade ou a vida em comunidade se constitui no apelo publicitário de que se têm valido as companhias imobiliárias, com amplo respaldo em discurso oriundo das escolas de arquitetura, para vender essas alternativas habitacionais fechadas. Curioso é verificar que no Norte da Europa e na Escandinávia as soluções introvertidas fazem parte, em larga escala, das morfologias habitacionais onde habita o operariado. Não têm cercas nem cães e guardas, mas a lógica da separação é a mesma. E o que aumenta, quem sabe, a patologia (além de separar os habitantes do resto dos moradores da cidade e também separa os moradores entre si...! Em TURKIENICZ, B., A forma da cidade, uma agenda para debate em TURKIENICZ, et al. Desenho urbano I. *Em Cadernos Brasileiros de Arquitetura*, n. 12, p. 24 e 25.

dedicado o mesmo cuidado, apesar de constituírem parte da vida, do cotidiano de cada indivíduo. O interesse pelo seu desenho é sempre secundário, no máximo posterior ao projeto do edifício, enquanto na realidade, os dois juntos e sempre inter-relacionados com o seu entorno e com o meio ambiente urbano, estruturam uma parcela, ainda que pequena, do desenho da cidade¹⁷

Dentro do processo constante de evolução dos padrões de organização espacial e ainda em áreas em verticalização ocupadas pelas elites surge um novo padrão de assentamento do edifício no lote, que influencia de imediato a produção formal dos espaços livres do seu entorno e pode levar a novas formas de desenho de configuração do tecido urbano. O edifício, que tradicionalmente era implantado com suas faces dispostas paralelamente aos limites do terreno passa a possuir uma autonomia formal em relação a estes, pois suas fachadas são dispostas mais livremente, obedecendo a necessidades de iluminação natural do edifício e a uma visão formalista do projetista. O novo volume possui inúmeras fachadas, movimentadas, em ângulos diversos, procurando uma fuga do padrão "cubo" que caracteriza a torre de moradia urbana. Os espaços livres do lote favorecem-se deste novo tipo de desenho do volume construído, pois podem, devido a esta forma de organização, dispor de melhores condições de qualidade ambiental, em nível de conforto térmico, acessibilidade e dimensionamento.

Este novo padrão de desenho e assentamento dos volumes urbanos verticalizados não está ainda consolidado no meio dos anos 90, nem mesmo nos setores da cidade onde incide mais freqüentemente. Os padrões tradicionais do prédio assentado qual um tijolo em pé, paralelo às divisas do lote espraia-se por todos os cantos, do centro urbano aos subúrbios caracterizando fortemente o desenho da paisagem. Estes velhos padrões,

Fotos: Silvío Macedo



Os conjuntos habitacionais, como este construído em Cangaíba (zona leste de São Paulo) apresentam formas especiais de organização interna à quadra, liberando o edifício com a quebra na estrutura do lote. Cada uma delas, assume entretanto na maioria das vezes a identidade de um lote, sendo cercadas, como na foto, em cujos espaços livres ocorre a vida urbana junto à habitação



As superquadras de Brasília de resultados discutíveis são com certeza um padrão único de organização do espaço habitacional e as suas reduções conceituais e formais estão expressas nos inúmeros conjuntos habitacionais construídos nos últimos anos, que do padrão original só conservam o recuo entre os prédios e uma certa abundância de espaços livres

PADRÕES DE ASSENTAMENTO

O LOTE

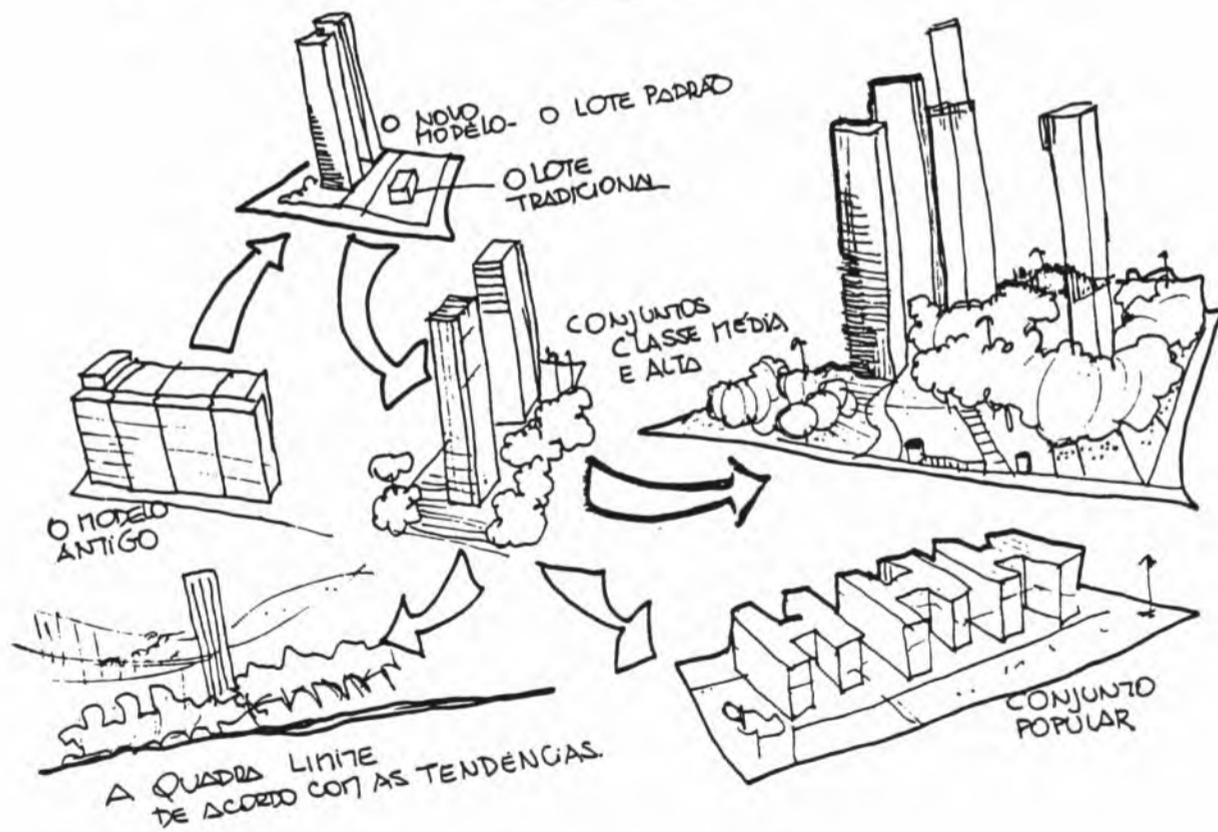
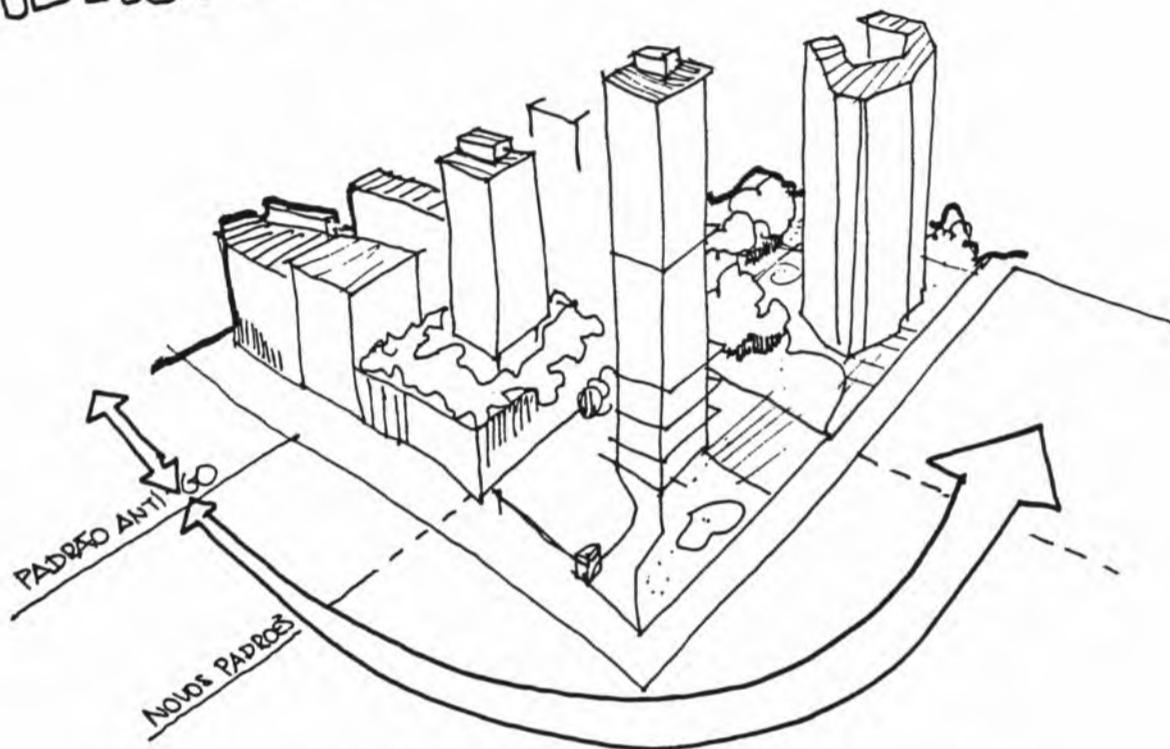


Ilustração: Silvío Macedo

Fotos e ilustrações: Silvio Macedo



Os padrões edificados antigos, principalmente as edificações em altura tem uma vida útil muito grande e são testemunhos de antigos modos de se ocupar e organizar o espaço urbano. (vizinhanças da avenida Dr. Arnaldo/Pinheiros/SP)



Forma "moderna" de ocupação do lote – edifício isolado, ao fundo uma quadra esportiva e a frente jardim e setor aquático – bairro de Moema/SP



BAIRRO DE HIGIENÓPOLIS
PADRÕES DE ESPAÇOS LIVRES

□ lote horizontal ▨ lote vertical 1930-60 ■ lote vertical 1960-80



Todos os novos lançamentos de prédios são cercados por gradis, desaparecendo quase por completo as situações em que os jardins dos prédios eram inter-relacionados diretamente com o espaço das calçadas – Foto da rua Bahia/Higienópolis/SP



Cada novo condomínio é cercado por altos gradis, com portões eletrônicos e guaritas – Foto da rua Tupi/Pacaembú/SP

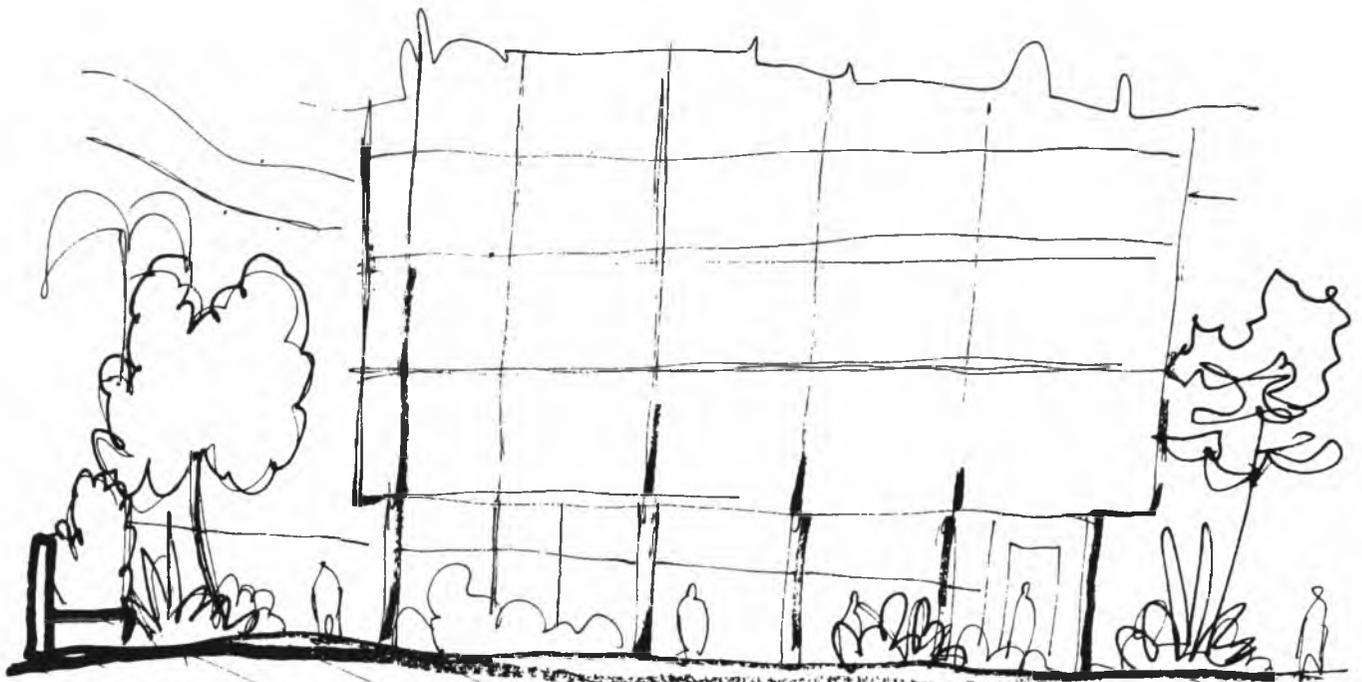
com variações e adequações mínimas se espalham também por muitas de nossas cidades, que copiam o modelo e o transportam indistintamente a um outro ambiente urbano, a sua realidade particular ...

As mudanças e adaptações ocorrem mais rapidamente do que se imagina, dos primeiros prédios construídos com poucos e restritos espaços livres à consolidação do edifício isolado no lote houve um espaço de mais ou menos 50 anos, correspondendo em São Paulo ao período 1920-1972. A primeira data caracteriza o início da década em que se edificam pela primeira vez prédios de apartamentos em certa escala nas grandes cidades brasileiras (caso de São Paulo e Rio) e 1972 marca em São Paulo a promulgação da lei do zoneamento e seus recuos obrigatórios. No ano de 1984, um pouco mais de uma década

após, o edifício tende a se libertar formalmente dos limites do lote, criando novas situações espaciais, negando o padrão rígido vigente através das diversas brechas (e ainda bem!) existentes na legislação. E outras serão feitas, e mais rapidamente ainda, de modo que se possa buscar uma nova linguagem formal, mais adequada à realidade urbana que se configura...

Os cenários criados

À medida que se observa na cidade de São Paulo, a consolidação do novo padrão de formação dos espaços livres de edificação no lote urbano, pelo qual os recuos e reserva de



FLUIDEZ DE ESPAÇOS, PILOTIS, PLANTAS

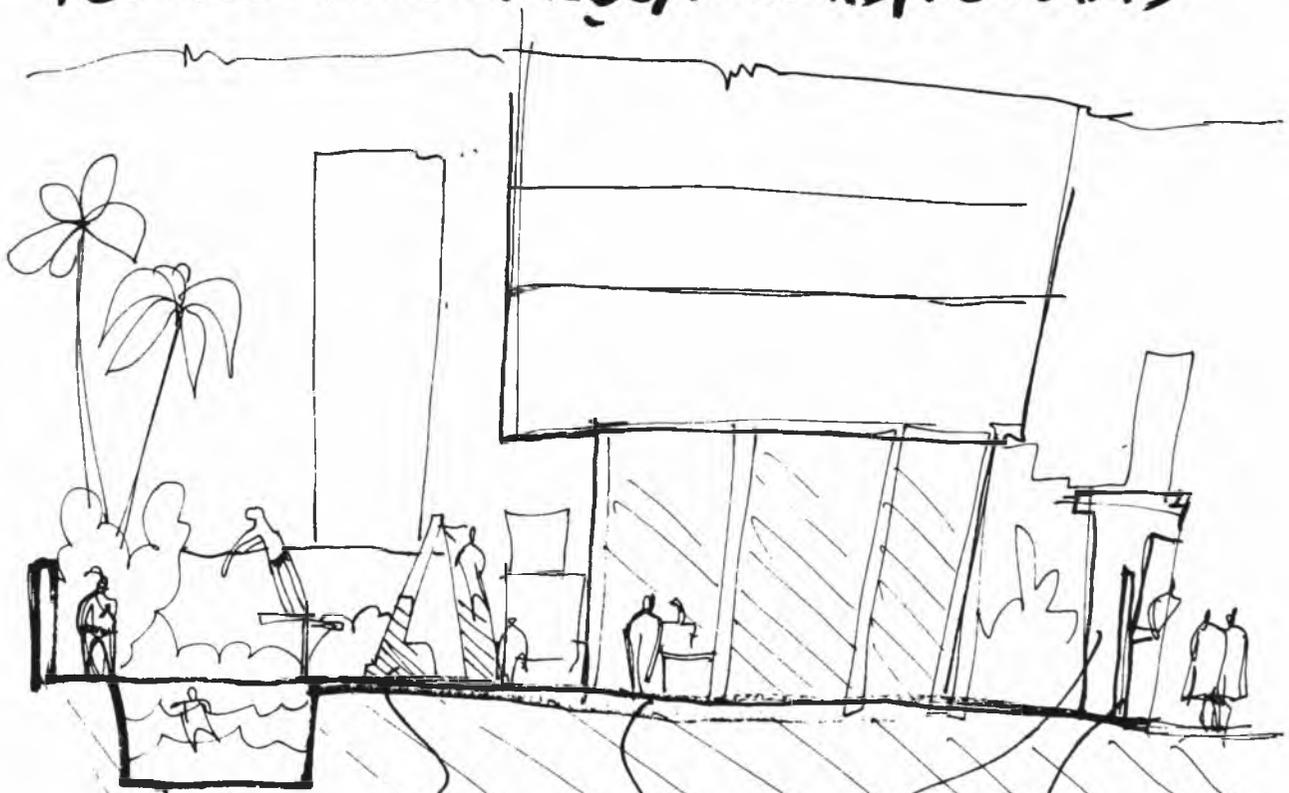


Ilustração: Silvio Macedo

PISCINA
PLAY-GROUND
SALÃO
GUARITA
GRADIL

SETORIZAÇÃO FUNCIONAL, MUROS

697

áreas garantem sua existência uma nova forma de tratamento e organização destes espaços se estabelece. Não se trata agora tão somente de plantar um jardim frontal ou se instalar algum equipamento infantil nos novos empreendimentos imobiliários destinados às classes média e alta, pois um novo padrão de distribuição e tratamento destes espaços se configura e serve de parâmetro a todo um modo de se encarar tais espaços.

O modelo padrão expressa-se através de uma figura urbana na qual uma torre ou um conjunto de prédios de apartamentos (dois, três ou mais volumes) se encontram imersos em jardins tropicais, equipados com quadras esportivas, piscinas e toda a parafernália disponível de equipamentos destinados a lazer ao ar livre, cercados e guarnecidos por muros, gradis e guaritas. Esta forma de arranjo, de uma maneira mais ou menos regular, reduzida ou ampliada ao máximo, pode ser encontrada nos mais diversos pontos da cidade, das áreas vizinhas ao centro aos distantes subúrbios.

As propagandas de venda dos novos empreendimentos imobiliários alardeiam as vantagens da moradia em um lote organizado tal qual um pequeno clube e emoldurado por densa vegetação, transparecendo em seu conteúdo a tendência de fechamento no interior do lote, nos ditos "pequenos clubes" de uma parte da vida urbana antes exercida no espaço da rua¹⁸

A quantidade e a qualidade dos equipamentos e dos tratamentos dos espaços livres variam sempre diretamente em função da disponibilidade econômica do morador do edifício. Observa-se uma drástica redução tanto em quantidade de equipamentos, restritos na maioria das vezes a modestos e pobres *playgrounds*, e de qualidade de tratamento espacial simples, gramados entremeados por algumas árvores e pisos nos lotes verticalizados e conjuntos habitacionais destinados às faixas da

população de menor poder aquisitivo. Estas camadas, justamente devido a este fato (baixo poder aquisitivo) vivem em habitações menores e tendem a usufruir mais os espaços externos a suas moradias¹⁹ E são nestes locais que se produzem as maiores carências a nível qualitativo do tratamento dos espaços livres. Esta simplificação não implica entretanto na fuga ao padrão, os lotes são cercados e murados, o prédio copia a forma e o volume no caso o edifício em lâmina ou no formato da letra H de situações em voga nos bairros mais ricos, em anos passados, caso de Higienópolis e Cerqueira César, sempre isolado dos seus vizinhos. O modelo está consolidado para a cidade como um todo...

No Real Parque – bairro da elite da zona sudoeste em São Paulo a urbanização se completa com a edificação intensiva de altas torres, que nos seus lotes estão cercados por amplos espaços. Lado a lado se edificam torres seguindo as mais diferentes formas de organização espacial



Fotos: Silvío Macedo



Estas novas torres, isoladas, de volumes mais complexos, surgem ainda em pontos esparsos, como nas vizinhanças do Pacaembú

19 "Los edificios se han convertido en objetos aislados en el espacio. Los objetos, o conjuntos, son ahora los elementos perceptuales más notables. El espacio de las calles se ha hinchado y se ha extendido a los espacios entre los edificios. En el curso de ese proceso el espacio de la calle ha perdido su forma y se ha convertido en fondo neutro de la forma de las estructuras."

Em LYNCH, Kevin. *La buena forma de la ciudad*. p. 280.

Os espaços tratados e o lote

Formalmente algumas situações se delineiam:

1. *Torre isolada a partir do segundo andar do edifício*, no caso os espaços livres para estar, serviços, etc., podem ou não estar situados no nível da rua.
2. *Torre isolada no lote*, totalmente separada das vizinhanças por corredores e pátios tratados, podem ou não estar situados no nível da rua.
3. *Torre isolada no lote*, cujas faces não estão necessariamente dispostas em paralelo com as divisas do lote, buscando-se através de uma implantação especial garantir aos espaços livres e ao edifício melhores condições de iluminação.

Sobre estas três situações básicas inúmeras outras derivações são encontradas. Em todas o tratamento formal do espaço do lote tende a seguir os seguintes padrões:

A – Distribuição do espaço em corredores, por vezes extensos e sombreados, de circulação, estar e serviços e pátios destinados a jogos, serviços, etc.

B – Setorização das áreas de estar e lazer. Tem-se aqui por exemplo o *playground* formalmente definido, separado do jardim frontal, do estar eventual, das quadras, etc.

C – Máxima ocupação possível do subsolo do lote por garagens subterrâneas, que sempre ultrapassam os limites da projeção do edifício no solo, chegando até suas divisas laterais e de fundos.

Os exemplos apresentados, lotes A, B, C, e D, mostram bem estas formas de assentamento do edifício no lote e da configuração e tratamento dos seus espaços livres. São figuras extraídas da realidade urbana de São Paulo, de empreendimentos destinados às camadas de alto poder aquisitivo, todos eles situados na zona sul de São Paulo. Em todos, os jardins e equipamentos estão implantados, em sua maior parte, sobre as



Nos imóveis de alto luxo criam-se cenários idílicos, que a propaganda em jornais e revistas procuram acentuar

SÃO PAULO TOWER
PRIVATE CONDOMINIUM

ALTO DE PINHEIROS
Rua Bergamini, 323

- 3 dormitórios, sendo um suíte nobre com closet
- 2 garagens privadas
- Estacionamento para suas visitas
- 2 piscinas
- Sauna
- 227 m² de área total

Arquiteto: Akirudo Lúcio Aguiar

Todos os apartamentos estão voltados para a face norte



Os dois exemplos, o primeiro no Real Parque (zona sul – foto acima à direita) e o segundo no jardim Anália Franco (zona leste – abaixo) regiões de moradia de população de alto poder aquisitivo, mostram o cuidado que é objeto o tratamento dos espaços livres, com pisos elaborados, piscinas, quiosques, etc., neste tipo de habitação todos são fechados, murados e exclusivos ao lote



lajes das garagens, o que implica diretamente na impermeabilização máxima do solo, cada equipamento disposto em uma área própria. São espaços sempre particularizados, os *playgrounds* por exemplo nos casos A e B ocupam áreas restritas, nos fundos dos lotes, enquanto que as piscinas – verdadeiros *playgrounds* aquáticos, mas de uso limitado a determinadas épocas do ano ocupam espaços bem maiores em áreas de destaque – também um símbolo de "status"

De acordo com o padrão de custo do empreendimento imobiliário surgem sobre os jardins e pátios dos lotes os mais diferentes equipamentos de apoio ao estar e lazer junto à habitação, que são listados a seguir:

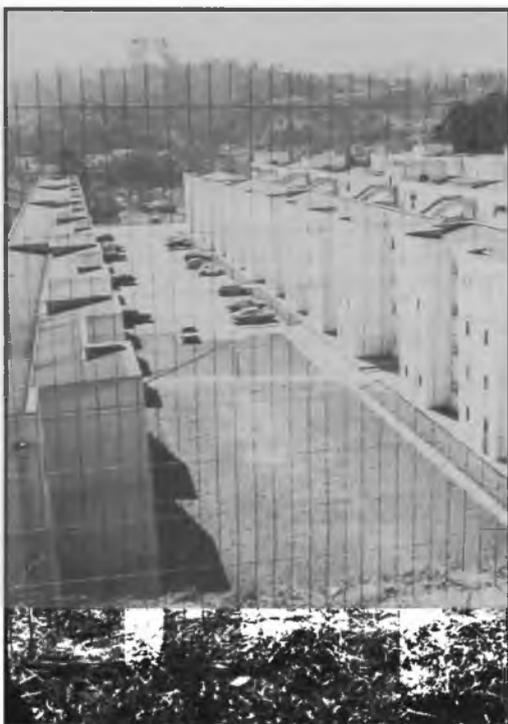
- | | |
|-----------------------------|----------------------------|
| 1 – Piscina | 9 – Quadra de tênis |
| 2 – <i>Playground</i> | 10 – Quiosque |
| 3 – Quadra esportiva | 11 – Campo esportivo |
| 4 – Solarium | 12 – Mini-golfe |
| 5 – Quadra de squash | 13 – Quadra de bocha |
| 6 – Estacionamento em pátio | 14 – Jardim na cobertura |
| 7 – Churrasqueira | 15 – Área verde/ajardinada |
| 8 – Pista de cooper | |

Alguns destes itens são naturalmente mais requisitados pelo mercado imobiliário: os *playgrounds*, por seu baixo custo e obrigatoriedade de uso, as piscinas e quadras – um sonho para classe média a atrair compradores.

Surgem então em grande quantidade nos lotes verticalizados, implantados sempre de um modo particularizado, isolados nitidamente dos outros espaços produzidos. Os demais itens, a exceção do nº 6 – estacionamento em pátio, comum em pequenos e grandes conjuntos habitacionais nos subúrbios, são implantados apenas em situações esporádicas em lotes de alto luxo (caso do bairro do Morumbi – área de luxo, que apresenta a maior diversidade de equipamentos ao ar livre da cidade).

Os quatro exemplos gráficos contêm dentro de si todos os requisitos espaciais para se ter um lote equipado, organizado segundo os padrões culturais vigentes. Possuem projetos de paisagismo, cuidadosamente produzidos, de modo a valorizar os mais diversos quesitos de exigência de seus moradores, como entradas separadas, hierarquias nas circulações, *decks*, pisos elaborados e uma promessa de vegetação luxuriante. Não garantem todos os pontos determinados anteriormente de qualidade espacial do lote, mas estão bem próximos delas. Alguns itens como acesso à iluminação solar, aos ventos escapam do controle do projetista, pois muitas vezes o entorno

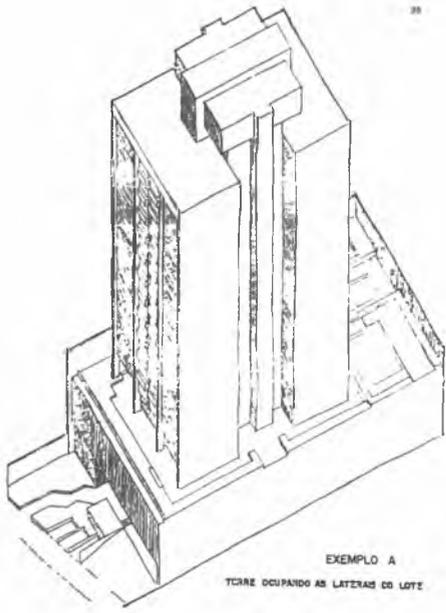
Fotos: Silvio Macedo



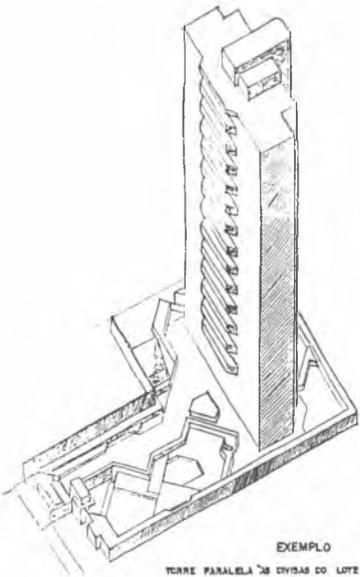
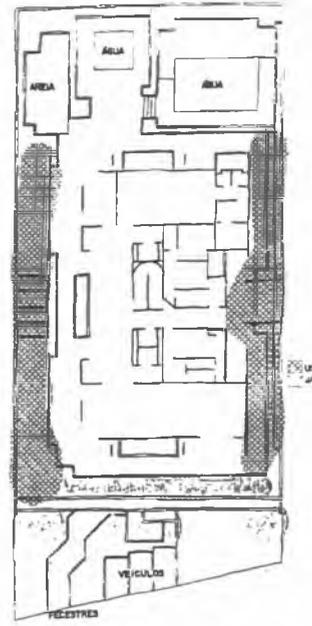
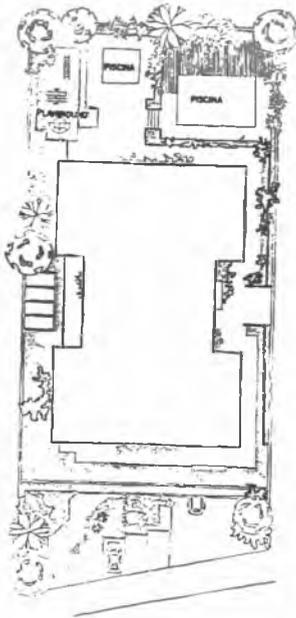
existente quando do início da construção do prédio, constituído por exemplo de casas baixas, que permitem a iluminação total do lote a ser verticalizado, é alterado, sendo substituído por outras tantas torres, que impedem ou dificultam a sua iluminação e ventilação e daí o prédio, já construído, que



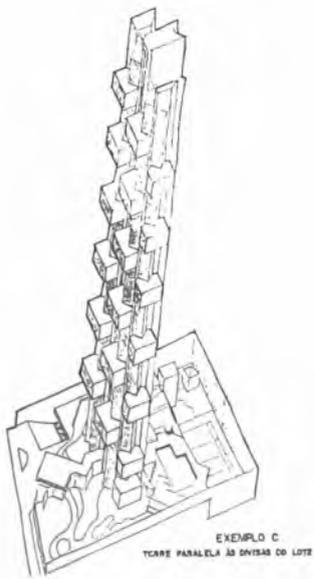
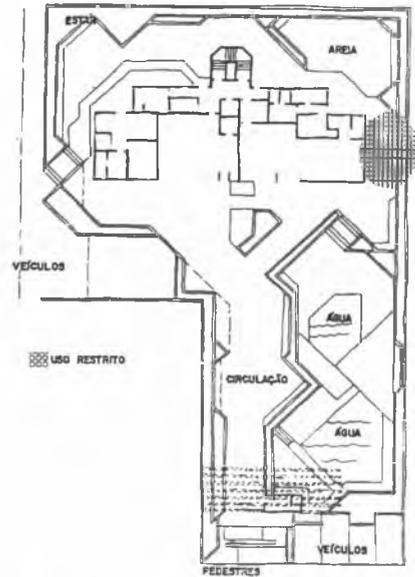
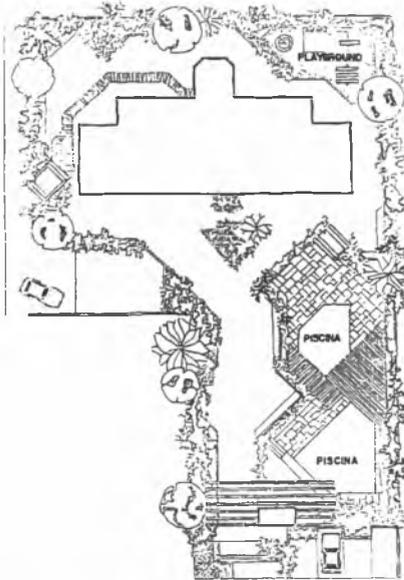
Os dois conjuntos habitacionais, o primeiro (na zona oeste), nas bordas da Rodovia Regis Bittencourt e o segundo no Tremembé (zona norte), mostram em seu interior o padrão de "tratamento" dos espaços livres junto à habitação em setores urbanos mais populares. São amplos espaços gramados ou singelamente pavimentados, às vezes possuindo um pequeno e cercado playground. A grande maioria destes espaços é utilizada como área de estacionamento



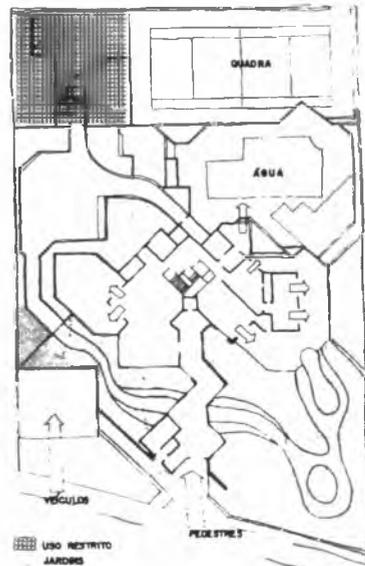
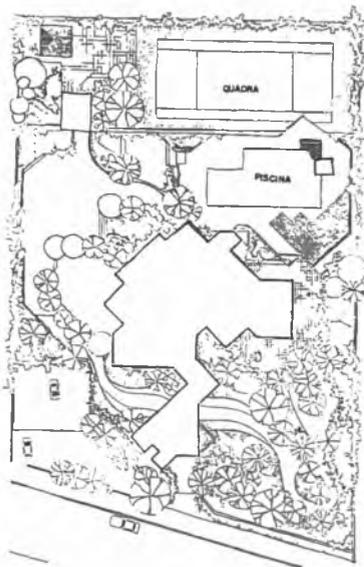
EXEMPLO A
TORRE OCUPANDO AS LATERAIS DO LOTE



EXEMPLO
TORRE PARALELA ÀS DIVISAS DO LOTE

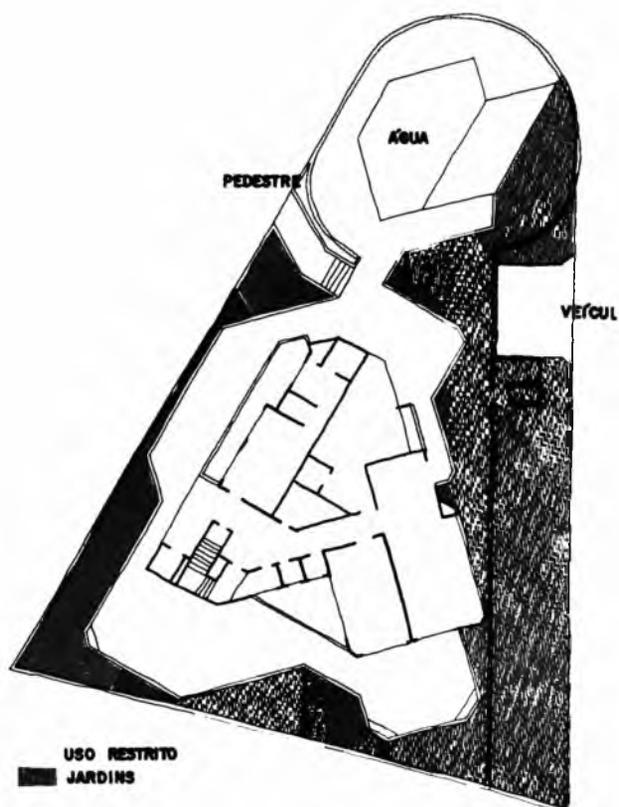
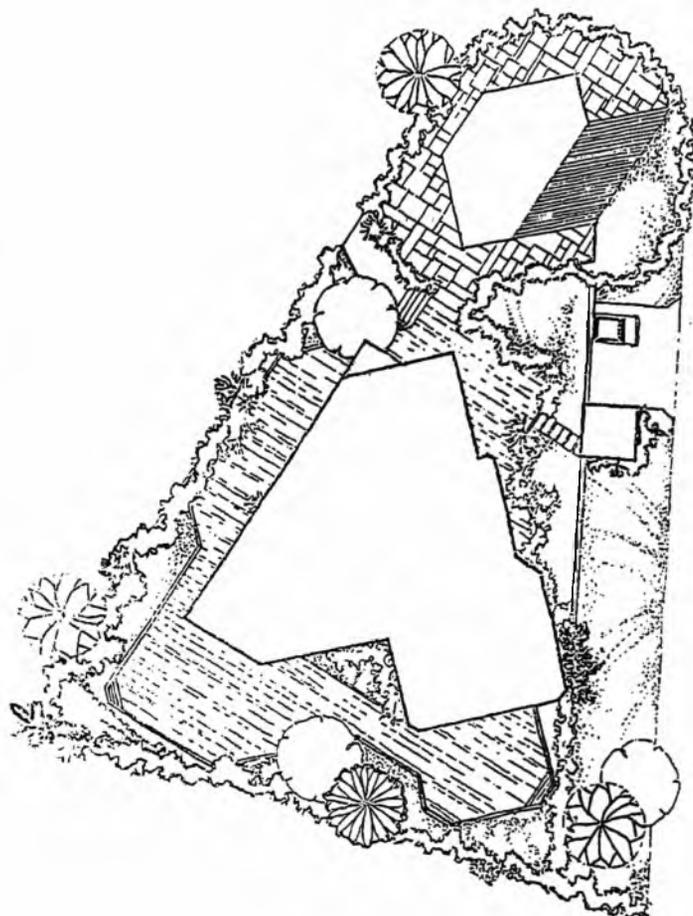
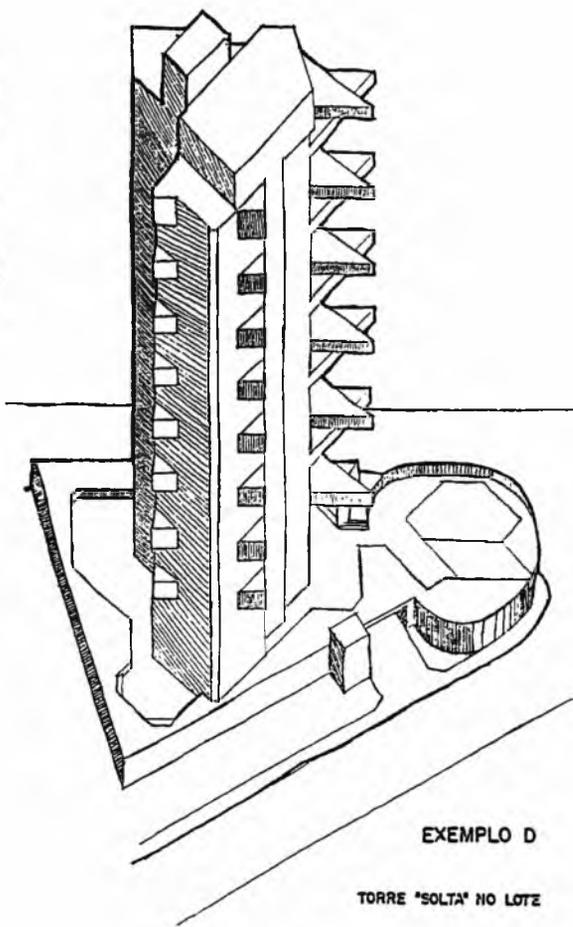


EXEMPLO C
TORRE PARALELA ÀS DIVISAS DO LOTE



Ilustrações: Silvio Macedo

Ilustrações: Silvio Macedo



Rua típica do bairro Real Parque – toda a vida é concentrada no interior dos prédios e a rua é um mero canal de acesso, com pouco ou nenhum uso por pedestres e veículos na maior parte do dia



Fotos: Silvío Macedo



Junto ao "bairro-jardim" Alto de Pinheiros está se formando pouco a pouco situações de verticalização semelhantes a bairros como Morumbi e Real Parque, com condomínios fechados em si

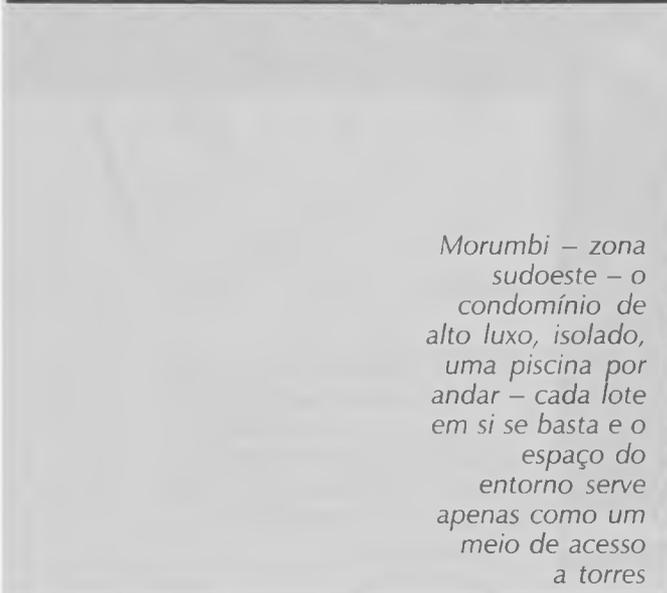
teria boas condições de iluminação está prejudicado. Talvez seja no item adequação formal e cênica que se consigam os melhores resultados, através da criação de "cenas" especiais, por meio de paredes e pisos tratados cuidadosamente com pedras, água, plantas, pérgolas e esculturas.

De qualquer modo, estes exemplos e tantos outros não são mais que um reflexo de um fato urbano em andamento. À medida que aumentam as densidades de população e de verticalização da cidade, em função da expansão das atividades urbanas, pouco a pouco a rua perde suas características de área de lazer, destinando-se seus espaços principalmente à circulação ao acesso dos lotes, tanto para pedestres como para veículos, bem como para ponto de parada destes últimos. As

Fotos: Silvio Macedo



Rua do bairro de Moema (zona sul) restrita ao acesso e estacionamento de veículos – o esvaziamento do espaço da rua como lugar de estar é uma realidade em todas as áreas verticalizadas da cidade



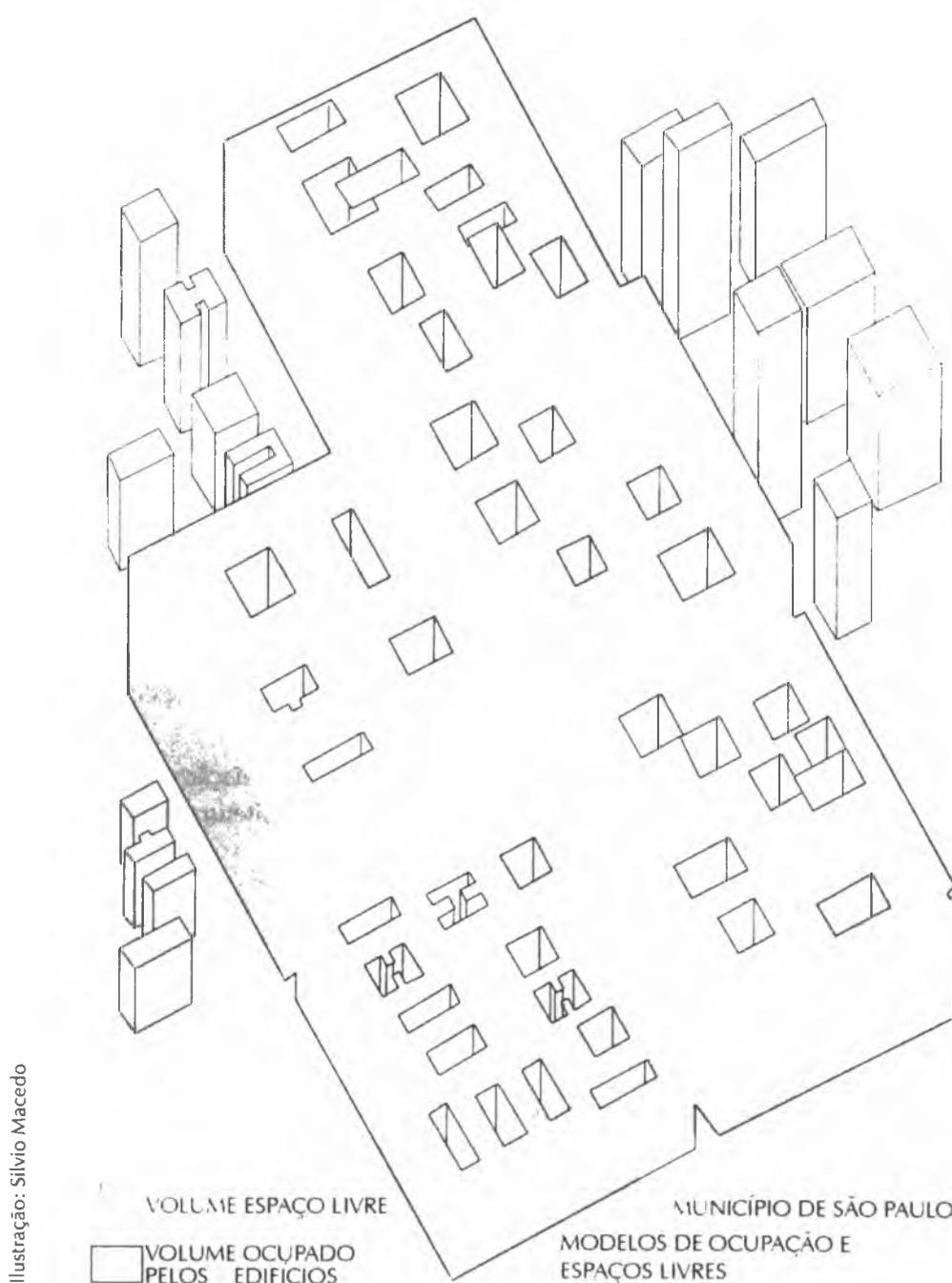
Morumbi – zona sudoeste – o condomínio de alto luxo, isolado, uma piscina por andar – cada lote em si se basta e o espaço do entorno serve apenas como um meio de acesso a torres



praças, parques e espaços livres dos lotes ficam encarregados de cobrir esta falta. Estas duas primeiras estruturas são poucas e mal distribuídas em relação a sua demanda de uso, concentrando-se, em São Paulo por exemplo em sua maioria em alguns setores específicos da região sul-sudeste do município, parques 1 Os seus bairros-jardins (correspondentes às zonas 1) e que possuem o maior número de praças da cidade, bem como os principais parques urbanos, em termos de uso estão também nesta região, rareando sua presença nos demais quadrantes do município. Os espaços livres de edificação dos lotes, verticalizados, ao tentar compensar, ao responder esta situação, consubstanciam um fato – a privatização do lazer coletivo aos interiores das quadras, lotes e condomínios,

esvaziando cada vez mais o caráter de uso múltiplo da rua e enfatizando sua condição de canal de acesso e circulação.

Nas áreas em verticalização ou já verticalizadas têm-se então uma tendência forte de especialização do uso do espaço livre de edificação, seja ele público ou privado, e que em muitos pontos da cidade, como nos bairros do Morumbi e Real Parque, já é um fato concreto nestas áreas residenciais como em outras cada espaço livre possui uma função especial no lote: a área de entrada-jardins, a área molhada – as piscinas, o



lugar para jogos a quadra e assim por diante; nas ruas a calçada para acesso e eventual circulação de pedestres e o leito carroçável para os veículos...

BIBLIOGRAFIA

- FERREIRA, Nadia Somekh M. *A (des)verticalização de São Paulo*. São Paulo, 1987. 214p. il. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- KOHLSDORF, Maria Elaine et al. *O espaço da cidade: contribuição à análise urbana*. São Paulo: Projeto, 1985. 141p. il.
- LAURIE, Michael. *An introduction to landscape architecture*. Nova York: Elsevier, 1976, p.il.
- LEMONS, Carlos A. C. *Álvenaria burguesa*. São Paulo: Nobel, 1985. 194p. il.
- LOMBARDO, Magda Adelaide. *Ilha de calor nas metrópoles: o exemplo de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MACEDO, Silvio S. *O bairro de Higienópolis e arredores: processo de mutação urbana*. São Paulo: Pini/Edusp, 1987. 25p. il
- MAGNOLI, Miranda M. E. M. *Espaços livres e urbanização: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana*. São Paulo, 1983. Tese (Livre-Docência) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- MARX, Murilo. *A cidade brasileira*. São Paulo: Melhoramentos/Edusp, 1980, 151p.
- SEMINÁRIO SOBRE DESENHO URBANO NO BRASIL, 2., Brasília, *Anais*, São Paulo: PINI/CNPq/FINEP, 1986. 392p.il.
- NISHIKAWA, Ayako. *Espaços livres junto às habitações em São Paulo*. São Paulo, 1984. 215p. il. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- REIS FILHO, Nestor G. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1970, 211p.il.
- SALVIATI, Eurico J. *Os espaços livres urbanos de Brasília: uma avaliação preliminar*. Brasília: Departamento de Arquitetura, Instituto de Arquitetura e Urbanismo/UNB, 1980.
- SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. (Org.) *A construção do espaço*. São Paulo: Nobel, 1986, 149p.
- TURKIENCZ, Benany et al. *Desenho urbano I. Cadernos Brasileiros de Arquitetura*, Brasília, n. 12, 1984.
- VILLAÇA, Flávio J. M. *A estrutura territorial da metrópole sul brasileira: áreas residenciais e comerciais*. São Paulo, 1978. 2v. Tese (Doutorado) Departamento de Geografia – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.



**BEIRA DO MAR, LUGAR COMUM?
A VALORIZAÇÃO E A VALORAÇÃO
DOS ESPAÇOS LITORÂNEOS**

Antonio Carlos Robert Moraes

FUNDAMENTOS

**ANTONIO
CARLOS
ROBERT
MORAES**

*Antonio Carlos Robert Moraes – Geógrafo, Professor
doutor do departamento de geografia da FFLCH-USP.*

RESUMO

O presente artigo trata das especificidades da localização litorânea, enquanto indicação para a elaboração de uma teoria acerca da valoração dos lugares. Esta deveria dar conta da avaliação, não apenas dos estoques de recursos naturais ali contidos, mas também dos recursos ambientais presentes, apontando para a vocação da área, definida sempre em termos comparativos e relacionais. A argumentação apresentada, propõe o preço da terra, o mercado fundiário e a atuação estatal, como elementos básicos iniciais para o equacionamento do tema tratado.

ABSTRACT

This paper focuses on the specificity of coastal occupation as an indication for the construction of a theory over the "locus" valuation. This theory should evaluate not only the storage of natural resources, but also the present environmental resources and it will indicate the possibilities of use, comparing and relating with other areas.

The argument is based on three basic elements to solve the problem: the land value, the state control and the land market.

A construção de instrumentos de análise econômica aparece, na atualidade, como a mais premente demanda metodológica dos programas e processos de planejamento e gestão ambientais. Apesar do cabedal de conhecimento na matéria acumulado internacionalmente nos últimos anos, ainda trafe-se num campo marcado por grande experimentação teórica, com soluções ainda provisórias para várias questões, e com paradigmas ainda pouco sedimentados. Contudo, a consciência da importância dessa esfera da vida social para o exercício de políticas ambientais adequadas, fica bem demarcado na própria centralidade adquirida pelo conceito de *desenvolvimento sustentável*, o qual em si mesmo expressa o apelo pela articulação do crescimento econômico com a conservação da natureza.

O estado da arte atual, apresentado pelo campo da chamada economia ambiental ou ecológica, mostra um grande avanço no que tange ao equacionamento teórico do seu universo de análise e aos métodos de valoração dos *recursos naturais*. Hoje, existem metodologias consolidadas de cálculo do valor de um estoque de madeiras nativas ou de uma jazida de minério, e mesmo de contabilização do uso de recursos renováveis, como a água por exemplo. Também a avaliação dos custos da poluição e das políticas corretivas conhecem formas de análise bem resolvidas. A fronteira de reflexão nesse campo encontra-se na geração de teorias e conceitos que permitam uma abordagem segura do valor dos *recursos ambientais*, entre estes os bancos biogenéticos.

A própria distinção entre as duas modalidades de recursos já constitui um resultado teórico precioso da reflexão empreendida. Os naturais referem-se a *produtos*, quantidades de materiais depositados na superfície terrestre que se apresentam nos fluxos econômicos como *mercadorias*, passíveis de

terem seus preços médios aferidos no mercado. Os recursos ambientais referem-se a *condições* de vida e produção, circunscrevendo fatores de difícil contabilização, como a beleza cênica ou a originalidade paisagística por exemplo. O fundamento de tal distinção fica bem evidenciado na diferença entre a “terra-capital” (um meio de produção) e a “matéria-terra” (suporte de qualquer atividade produtiva).

A dificuldade de valorar elementos que a economia tradicional definia como “bens livres” tem gerado experimentos metodológicos variados, alguns de grande sofisticação teórica. Todavia, o debate acadêmico ainda está longe de revelar uma posição hegemônica quanto ao tema. Por outro lado, muitas das proposições existentes necessitam passar no teste de sua eficácia prática para a gestão. Grosso modo, pode-se dizer que os modelos “convencionais” buscam aplicar a metodologia desenvolvida para a análise dos recursos naturais também na valoração dos recursos ambientais, para tanto – por vários caminhos – propõem a construção de mercados fictícios e preços subjetivos que permitam operar os procedimentos de análise preconizados pelo método assumido (a mais conhecida das teorias desse tipo é a que trabalha com a noção de “disposição a pagar”).

Um outro equacionamento teórico possível é o de tentar uma valoração dos recursos (naturais e ambientais) pelo seu uso e rendimento. Nessa visão a atividade e sua lucratividade é que definem o valor econômico de um bem natural, em outras palavras, é a utilização que qualifica o recurso, ao dar-lhe uma destinação produtiva num dado empreendimento. Nesse sentido, a avaliação econômica demanda a exploração dos recursos, sendo um exercício heurístico onde inexistir tal condição sequer como projeto, o que reduz sensivelmente seu alcance em termos da aplicação num planejamento prospectivo.

Uma possibilidade teórica genérica de equacionar a problemática em tela é a de buscar uma valoração de base espacial, tendo por eixo a definição do *valor dos lugares*. Tal ótica poderia retomar algumas teorizações desenvolvidas nos campos da economia regional e da geografia econômica, resgatando novas fundamentações e conceitos para esta reflexão. Enfim, sugere-se um caminho de clara inspiração ricardiana, tendo por paradigmas as teorias da renda fundiária e da valorização do espaço.

Nessa concepção, o lugar é visto como uma unidade de investigação e gestão, uma realidade material físico-biótica e social, cuja denominação obedece ao recorte pelo qual é analisada por seu investigador ou gestor. Nesse sentido, o lugar pode ser um ecossistema, uma biota, uma unidade geoambiental, um *habitat*, um município, uma planta produtiva, etc. Do ponto de vista aqui assumido, o lugar é, antes de tudo, um espaço de produção e reprodução de um grupo humano, uma possibilidade de uso social com um dado potencial produtivo, o qual permite uma abordagem vocacional que desvendaria suas vantagens e desvantagens (face a cada uso) em comparação a outros lugares.

Portanto, o lugar é aqui tomado como uma riqueza natural, representada por uma dada quantidade de recursos naturais ali depositados e por um conjunto de características que podem ser agrupadas nos conceitos geográficos de *posição* e *situação*, em outros termos, pelos elementos que definem aquilo que comumente é denominado de *condições locais*. Assim, o lugar qualifica-se economicamente pelos bens que abriga, mas também por sua localização e caracterização geral (esta, advinda da consideração da totalidade de recursos ali disponíveis, e não de cada um individualmente considerado). É face

a esse quadro que se define a vocação de um lugar e suas vantagens comparativas.

Poder-se-ia, então, falar de um *valor contido*¹ nos lugares, o qual se manifesta concretamente envolto por algumas mediações básicas. Primeiramente, há que se levar em conta suas determinações de ordem histórica, onde se sobressai com destaque a mediação da história das técnicas, na medida em que são elas que qualificam uma dada matéria telúrica como recurso natural. Também tem de ser observado o caráter sempre potencial dessa valoração prévia à valorização substantiva de um lugar. O valor de um espaço preservado² é, portanto, um capital potencial, uma reserva de valor que se expande em relação direta com suas possibilidades de uso. Outra mediação necessária deve contemplar a relatividade social da valoração, onde se projeta a diversidade e os antagonismos dos interesses presentes na sociedade em questão.

A objetivação do valor contido em uma dada localidade manifesta-se através de seu consumo produtivo, com a utilização dos lugares e de seus recursos gerando valores de uso, renda e lucro. Assim, o *valor criado* advém do modo de exploração das condições locais, variando conforme a atividade desenvolvida. Nesse quadro, o padrão sustentável seria aquele que propicia a manutenção das maiores possibilidades de exercício de outros usos, isto é, do potencial de criação de valor existente (enfim, do valor contido). A questão das possibilidades de uso permite agregar à análise o tema do benefício social de cada modalidade, abrindo para a avaliação política das opções de utilização dos lugares, em outras palavras, para a medição do grau de *atratividade social* de cada uso³

A consideração de uma rede de mediações vai afastando a argumentação do plano da universalidade abstrata das teorias gerais. Entre os caminhos argumentativos que, então, se abrem

1 Sobre este conceito, consultar: Antonio Carlos Robert Moraes e Wanderley Messias da Costa. *A valorização do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1984. Nessa obra, o valor contido é denominado de valor **do** espaço, em diferenciação com o valor criado, definido como valor **no** espaço.

2 Espaço preservado é aquele que, por sua baixa ocupação e/ou por sua alta potencialidade em termos de recursos naturais e/ou ambientais, habilita-se para um amplo leque de possibilidades de uso futuro. Nesse sentido, a própria possibilidade de planejar sua ocupação emerge como uma riqueza e uma vantagem comparativa.

3 Este é o ponto central de inovação da metodologia proposta por Waldir Quadros e Otaviano Canuto em *Um modelo de análise sócioeconômica e ambiental para o gerenciamento costeiro*, IE. Brasília: UNICAMP/GERCO-MMA, 1997.

para a discussão em curso, um bem interessante é o de introduzir mediações de ordem geográfica, o que de imediato salienta as características e elementos de natureza locacional. Tomando o presente histórico como marco de referência temporal, vale aprofundar este ponto.

Aproximando bastante o foco da análise para o espaço geográfico de seu maior interesse – as zonas costeiras – pode-se levantar interrogações acerca das particularidades da *localização litorânea*. Em termos ainda bastante genéricos, pode-se dizer que se trata de uma localização diferenciada que, em qualquer quadrante do globo, apresenta características naturais e de ocupação que lhe são próprias, circunscrevendo um monopólio espacial de certas atividades. Portanto, o recorte do “litoral” justifica-se amplamente como uma mediação geográfica.

4 Sobre o tema, ver: Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva. *Direito ambiental Internacional. Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e os desafios da nova ordem mundial*. Rio de Janeiro, Ed.Thex: 1995.

A interface com o mar, sendo o qualificativo básico da posição analisada, propicia alguns usos quase que exclusivos do litoral. Para começar, tal proximidade torna os espaços litorâneos as bases terrestres imediatas de exploração de todos os recursos marinhos, dando-lhes uma ampla vantagem locacional na alocação das instalações dos equipamentos referentes a estas atividades. Cabe salientar que tal vantagem incide sobre a maior reserva de recursos do planeta, que tem seu aproveitamento cada vez mais regulado por normas internacionais⁴, o que bem evidencia seu imenso valor estratégico.

A posição litorânea também revela uma favorabilidade ímpar no que importa à circulação, detendo a primazia na alocação dos pontos terminais dos fluxos intercontinentais de mercadorias, ainda hoje majoritariamente executados pelo transporte marítimo. Vale lembrar que os espaços litorâneos, enquanto bordas continentais, constituem também as áreas de trânsito entre todas as produções da interlândia e as eventuais vias

marítimas de sua distribuição. A navegação é, assim, um elemento importante de qualificação dos sítios litorâneos, os quais detêm um quase monopólio da atividade portuária no mundo.

O litoral também se particulariza, modernamente⁵, por uma apropriação cultural que o identifica como um espaço de lazer, por excelência (e os espaços preservados são, hoje, ainda mais valorizados nesse sentido). Isto sustenta uma das indústrias litorâneas de maior dinamismo na atualidade, qual seja a que serve às atividades turísticas e as de veraneio. Identifica-se, assim, mais um campo onde a posição em tela apresenta, se não exclusividade, pelo menos uma grande favorabilidade locacional.

Enfim, outras atividades de índole litorânea, além das expostas, poderiam ser levantadas particularizando a localização em tela.

As características levantadas acarretam um quadro atual onde cerca de dois terços da humanidade habitam em zonas costeiras, localizando-se à beira-mar a maior parte das metrópoles contemporâneas. Os litorais abrigam, portanto um contingente populacional denso e concentrado, ao qual corresponde também uma concentração de atividades, localizando-se também à beira-mar boa parte das instalações industriais em operação hoje no mundo. O caráter concentrado do povoamento costeiro, de claro perfil urbano, emerge como uma característica internacional que reforça a designação tipológica da localização litorânea.

Enfim, são todas estas particularidades que justificam tomar o litoral como uma localização diferenciada, passível de imprimir especificidades nas formas de ocupação e uso do solo nele praticados. Tal qualidade, somada a sua raridade relativa enquanto fundo territorial, habilita os espaços lito-

5 A atual visão dos espaços litorâneos ancorada na ótica do lazer e da recreação, é um produto cultural recente, como bem demonstra Allan Corban – *Territórios do vazio. A praia no imaginário ocidental*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

râneos como áreas potencialmente geradoras de *renda diferencial*. Tal forma de renda fundiária advém das qualidades relativamente raras dos recursos naturais e ambientais presentes em uma dada localidade. A escassez de oferta de condições locais similares atuaria como alavanca de elevação do valor do lugar, numa valoração necessariamente comparativa e relacional.

Observa-se, portanto, que a zona costeira, em relação ao conjunto das terras emersas, circunscreve um espaço dotado de especificidades e vantagens locacionais, um espaço finito e relativamente escasso. Em outros termos, do ponto de vista global, os terrenos à beira-mar constituem uma pequena fração dos estoques territoriais disponíveis e abrigam um amplo conjunto de funções especializadas e quase exclusivas, como visto. A conjunção de tais características qualifica o espaço litorâneo como raro, e a localização litorânea como privilegiada, dotando a zona costeira de qualidades geográficas particulares.

Face a dificuldade de continuar o encaminhamento da argumentação sem um marco empírico de referência, a busca do detalhamento da particularidade acima mencionada vai referenciar-se no conhecimento do processo de ocupação da zona costeira do Brasil. O que não equivale a renunciar aos objetivos intrinsecamente teóricos do presente texto. Os parâmetros adotados são, portanto, o período contemporâneo, a costa brasileira, e – em termos de ênfase – os espaços litorâneos ainda pouco ocupados ou onde os elementos naturais são ainda preponderantes na paisagem. Acatando-se a favorabilidade locacional geral das zonas costeiras, pode-se dizer que, genericamente, o valor dos lugares no litoral é mais elevado do que na interlândia, o que acaba por condicionar um direcionamento de seus usos. Notadamente

os espaços costeiros ainda bem preservados conhecem no presente uma valoração que deveria limitar as possibilidades de sua exploração a uma gama de atividades restritas, que contemplem o potencial de valor neles identificado. As atividades pecuárias e agrícolas-comerciais, por exemplo, são cada vez menos praticadas nestes espaços, que, em função de seu valor, ficam disponíveis para utilizações de maior rentabilidade no uso do solo.

Vê-se que o valor contido numa localidade pode determinar as formas economicamente viáveis de sua ocupação, num quadro onde as vocações locais e suas vantagens comparativas atuam como fatores de objetivação dos usos, mas cuja decisão repousa no campo da hegemonia política e dos embates sociais. Campo esse, que ultrapassa em muito a mera racionalidade econômica. Porém, antes de adentrar na discussão sobre a formação de redes de interesses e seu papel na definição dos usos do solo, cabe especificar melhor a relação entre a *valoração* e a *valorização* dos lugares⁶.

Inicialmente, cabe precisar que a valoração é um ato de atribuição de valor, isto é, de mensuração qualitativa ou quantitativa de um bem ou conjunto de bens. Seu resultado é um constructo (uma representação, fundamentada em padrões e equivalências), gerado por uma apropriação intelectual (imaterial) da realidade. Nesse sentido, o ato de valorar inscreve-se no universo das práticas discursivas, portando suas formas de expressão e legitimação próprias (algumas correntes da economia, por exemplo, vão limitar seu exercício ao campo da linguagem matemática). O preço aparece como uma boa exemplificação do ato de valorar.

Valorizar, por outro lado, significa a realização (objetivação) do valor, sua apropriação material. É o ato de transformar materiais da natureza em valores de uso, dando-lhes uma

⁶ Quanto ao conceito de valorização pode-se tomar como base a obra citada de Moraes e Costa. Sobre o primeiro conceito, sugere-se a leitura da coletânea organizada por Peter May e Ronaldo Serrôa da Motta. *Valorando a natureza. Análise econômica para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1994.

utilidade para a vida humana. A valorização é, portanto, um resultado do trabalho, ao transformar recursos naturais em produtos e ao materializar-se em objetos criados. Sendo uma ação teleológica – isto é, dirigida a uma finalidade, que na racionalidade econômica moderna é a maximização do rendimento dos investimentos – o processo de valorização implica no estabelecimento de fins e na avaliação de alternativas e meios, logo tem a valoração como um de seus momentos constitutivos.

Observa-se que a distinção exposta não implica na adesão a uma visão empirista do valor. Ao contrário, tem-se clareza de que este manifesta-se como materialidade, mas também (ao mesmo tempo, e cada vez mais) como relação social⁷, e, portanto, o entendimento dos processos de geração da riqueza envolve a consideração dos dois planos. No que importa ao espaço, o debate sobre os mecanismos e formas de sua valorização já se avolumam, notadamente no campo da geografia econômica⁸. Já o tema da *valoração dos lugares* resta mais descoberto de teorizações. A própria dificuldade aludida ao início, de mensurar os recursos ambientais, leva a maioria dos estudos a se direcionarem para tentativas de *valoração da natureza*.

Retomando o que foi dito ao início, o lugar é antes de tudo um meio natural, um substrato físico-biótico que aloca e sustenta grupos humanos. Assim, cada lugar possui determinados estoques de variados produtos naturais, porém seu valor – como já visto – advém não apenas da somatória de tais estoques, mas de uma conjugação desta com outros fatores, notadamente os de ordem locacional. Os graus de acessibilidade, por exemplo, influem bastante na avaliação de uma localidade, sendo um fator de localização chave para muitas atividades, assim como a disponibilidade de energia, ou o clima, entre outros. Por isso,

⁷ A bibliografia sobre a imaterialidade do valor é ampla e complexa. Para uma aproximação filosófica ao tema, sugere-se: José Arthur Giannotti. *Trabalho e reflexão*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

⁸ Nossa contribuição mais recente a este debate foi o texto "Fixação de valor e capital fixo", *Boletim Paulista de Geografia* 72, AGB, São Paulo, 1994.

apenas em situações limite – de grande abundância local de um bem muito valioso – é que a ocupação de um dado lugar será definida por apenas um fator condicionante.

Portanto, a valoração dos recursos naturais, e mesmo a realizada por atividades, quando não concretamente referenciadas no espaço, não conseguem dar conta da riqueza potencial de um lugar, pois este é sempre mais rico que seus componentes tomados isoladamente. Do mesmo modo, a avaliação das vantagens locacionais só pode se exercitar plenamente com o exame das vocações, o que remete ao conhecimento, não apenas das condições locais e suas potencialidades, mas também das tendências globais que definem os termos das comparações.

Porém, para não condenar a análise ao singularismo empirista de que cada lugar é único, é necessário um indicador genérico, que possa fornecer uma referência do valor contido, tomado enquanto totalidade. De certo modo, a questão inicial se repõe: Como valorar condições, vantagens e relevância de certas localizações terrestres? Como captar o valor diferencial dos lugares? Como mensurar os “bens livres” e os recursos “ambientais”?

A linha de argumentação aqui desenvolvida aponta para iniciar este percurso, através da expressão fenomênica mais imediata do *valor do espaço*: o *preço da terra*. Tomando-se, portanto, os fatores acima mencionados em seu rebatimento espacial mais elementar, como *componentes* do lugar, que se expressam embutidos no seu valor de mercado. Assume-se, assim, o conceito de “espaço banal”: condição de produção, suporte de fenômenos, e mercadoria.

O comportamento do mercado fundiário seria, então, um dos indicadores mais objetivos para se aferir a valoração dos

Os fenômenos de criação do gosto e da moda influem diretamente nas “leituras das paisagens” e na “valorização subjetiva do espaço”, sendo portanto elementos atuantes na valoração dos lugares e em seus enquadramentos mercadológicos. O litoral, particularmente, é um produto publicitário básico, cuja imagem é amiúde utilizada inclusive para a venda de mercadorias sem qualquer referência marítima, dada sua associação direta com uma vivência prazerosa.

lugares. As vantagens comparativas existentes, os estoques de recursos ali depositados, o estado geral das condições locais existentes, os atrativos ou retratores locacionais, tudo contribui na composição do preço da terra. Este é sempre a expressão de uma conjunção de fatores, além de manifestar a influência das conjunturas e dos processos mais amplos, trazendo para a análise a ótica relacional dos elementos extralocais (afinal os lugares singulares participam de um mercado cada vez mais globalizado). Além disso, o preço expressa também o resultado de relações políticas e sociais, e, responde aos valores culturais vigentes⁹

O preço da terra é, assim, o resultado de sua valoração social real, com toda a carga de manipulação de interesses vigente no contexto em que é definido. Nesse sentido, ele seria um indicador mais objetivo que a disposição a pagar por um bem ou recurso, na medida que revela – não o valor socialmente justo de um mercado ideal – mas o valor atribuído nas práticas de apropriação realizadas nas condições reais de funcionamento da economia contemporânea, sistema que já foi denominado como o da *cooperação imperfeita* (com monopólios, condições desiguais de competição, e protecionismos). Assim, chega-se ao tema da finalidade da valoração. Afinal, em se tratando da construção de um instrumento de gestão, cabe buscar as tendências de ocupação reinantes, mais do que realizar um inventário de valores ótimos não praticados.

Obviamente o preço da terra não traduz o valor total de um lugar, mas fornece uma indicação preciosa dos vetores que comandam o uso do solo e seu ritmo de ocupação, aparecendo como a expressão de um dos agentes estruturantes do ordenamento espacial de maior poder na atualidade: o mercado. Pensar a gestão ambiental sem esta determinação é condená-la a exercícios estéreis. A própria ação de

regulação estatal é assimilada pelo mercado, fazendo com que a atuação pública de planejamento e gestão também se configurem como fatores na composição do preço da terra (um zoneamento, por exemplo, pode ter profundas repercussões no mercado fundiário). Enfim, além de internalizar a questão ambiental na contabilização do mercado, há também que se avaliar a utilização dos recursos na ótica mercantil para se realizar um bom equacionamento do valor dos lugares.

Voltando à zona costeira, e agora mais especificamente tendo por referência o caso brasileiro, observa-se uma dinâmica mercantil já plenamente instalada na estrutura fundiária da maior parte dos espaços litorâneos. A partir das bases urbanas, principalmente as metropolitanas, nota-se uma expansão gradativa do mercado de terras no litoral, que antecede ou acompanha o próprio fluxo sobrepovoador contemporâneo, ali exercitado com um ritmo veloz e ascendente nas últimas décadas.

Apesar do padrão pontual e concentrado do povoamento litorâneo no Brasil – que entremeia espaços de baixa densidade demográfica com áreas de grande aglomeração populacional – a maior porção da zona costeira, inclusive a maioria das áreas ainda não materialmente incorporadas ao padrão de povoamento urbano, encontra-se submetida a uma lógica mercantil no que importa à apropriação de espaços, onde os processos de ocupação de fato convivem com a ocupação formal amparada em documentos legais (mesmo que de legalidade discutível). Com exceção do litoral da Amazônia Legal e suas adjacências imediatas, todo o resto da costa brasileira conhece ações de reivindicação de pro-priedade, o que evidencia um mercado de terras estruturado e consolidado.

10 O conceito de *sobrepovoamento* é utilizado por Armando Correa da Silva em *O litoral norte do estado de São Paulo. Formação de uma região periférica*. São Paulo: IGEOG/USP, São Paulo, 1975.

Poder-se-ia dizer que um dos problemas mais sérios existentes hoje no litoral, principalmente nas zonas de expansão recente da ocupação, reside nos conflitos oriundos da sobreposição dos títulos de propriedade. Estes originam-se tanto da grilagem de terras, quanto da recorrência de processos de sobrepovoamento nos espaços litorâneos¹⁰, cada um deixando populações residuais numa condição de semi-isolamento, e gerando uma base legal própria de apropriação que se sobrepõe às anteriores. Hoje, do litoral a oeste de Fortaleza até o centro da costa do Rio Grande do Sul, pode-se aventar que inexistem terrenos sem pelo menos um proprietário formal ou reivindicante, sendo, além disso, comuns as situações de conflito pela posse da terra ao longo de todo o litoral brasileiro.

Um quadro histórico da divisão dos terrenos e da distribuição das propriedades, em suma, um estudo da formação da estrutura fundiária em variados locais da costa brasileira, deveria se interligar com a análise da evolução do mercado de terras, dando elementos tanto para compor a base comparativa para o estabelecimento de critérios, de definição das vantagens comparativas e vocações, quanto para fundamentar a valoração do *plus* referente às determinações específicas da localização litorânea. A esta altura da argumentação, a evidência empírica se torna um imperativo. Contudo é possível fazer ainda um último comentário nesse plano teórico-abstrato.

O papel do Estado, e da regulação estatal, na valoração e valorização dos espaços costeiros não pode ser minimizado. Inicialmente, através da legislação, ele cria limitações, impedindo ou induzindo os usos do solo, que influem diretamente no processo de sua ocupação. Através do planejamento, ele busca orientar as tendências presentes, direcionando-as para

padrões sustentáveis de uso ou estimulando a devastação. E, pela gestão, os agentes estatais buscam mediar ou intervir nos conflitos de uso existentes, apoiando o estabelecimento dos consensos possíveis ou intercedendo por uma das partes, através da criação de fóruns de exame e legitimação de planos e projetos ou abrindo exceções nos próprios limites estabelecidos¹¹

Por outro lado, enquanto produtor de espaços (responsável pela edificação das grandes obras de engenharia), o Estado é – através de seus diferenciados órgãos – o maior agente impactante na zona costeira, com a capacidade de reverter tendências de ocupação e gerar novas perspectivas de uso, principalmente pela imobilização de áreas (através de seu tombamento) e pela instalação de grandes equipamentos ou dotação de infra-estruturas (como estradas, portos ou complexos industriais). E, face a uma grande mobilidade demográfica como a observada no Brasil, tal papel se exacerba em sua função indutora do povoamento, processo bastante visível em todos os quadrantes do litoral.

Obviamente, ao ocupar todo este campo de determinação, a ação do Estado emerge como um dos elementos centrais de definição do valor de uma localidade. Assim, ao lado da estrutura fundiária e do mercado de terras, as intervenções estatais devem ser consideradas através da análise da legislação e dos planos e projetos praticados. Acredita-se que tais balizamentos permitiriam iniciar uma linha de estudos sobre a zona costeira, de alta relevância prática e teórica, e de uma importância social significativa para o país. O presente trabalho busca fornecer elementos para tal reflexão, apresentando uma introdução exploratória ao tema da geografia litorânea do Brasil.

Beira do mar, um lugar incomum, uma localização rara e estratégica.

¹¹ Sobre esta temática, ver: Antonio Carlos Robert Moraes. *Meio ambiente e ciências humanas*. São Paulo: Hucitec, 1994.

BIBLIOGRAFIA

- CORBAN, Allan. *Territórios do vazio. A praia no imaginário ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CORRÊA DA SILVA, A. *O litoral norte do estado de São Paulo. Formação de uma região periférica*. São Paulo: IGEOG/USP, 1975.
- GIANNOTTI, J. A. *Trabalho e reflexão*, São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MAY, P.; SERRÔA da Motta, R. (orgs.) *Valorando a natureza. Análise econômica para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1994.
- PROGRAMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. *Macrodiagnóstico da zona costeira do Brasil na escala da união*. Brasília: MMA, 1997
- MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. *A valorização do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1984.
- MORAES, A. C. R. *Configuração de metodologia para o macrozoneamento costeiro*. 2. ed. Brasília, MMA, 1996 [1. ed. IBAMA, 1993].
- _____ *Fixação de valor e capital fixo*. in: *Boletim Paulista de Geografia* n. 72, AGB, São Paulo, 1994.
- _____ *Meio ambiente e ciências humanas*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- NASCIMENTO E SILVA, G. E. *Direito ambiental internacional. Meio ambiente, desenvolvimento e os desafios da nova ordem mundial*. Rio de Janeiro: Ed.Thex, 1995.
- QUADROS, W.; CANUTO, O. *Um modelo de análise sócioeconômica e ambiental para o gerenciamento costeiro*. Brasília: IE/UNICAMP-GERCO/MMA, 1997.

A reflexão apresentada neste texto sintetiza em parte nossa experiência como avaliador e reformulador da metodologia do Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro [GERCO], tarefa na qual coordenamos a elaboração do *Atlas Macrodiagnóstico da zona costeira do Brasil na escala da união*. Brasília, Ministério do Meio Ambiente, 1997. A reformulação do método praticado foi publicada em: MORAES, Antonio Carlos R. *Configuração de metodologia para o macrozoneamento costeiro*. 2 ed. Brasília: PNMA/MMA, 1996 [1a. ed. 1993, IBAMA].



UMA INTRODUÇÃO AO
PLANEJAMENTO URBANO
DE ILHA COMPRIDA

Marília Britto Rodrigues de Moraes

MEIO AMBIENTE

**MARILIA
BRITTO
RODRIGUES
DE MORAES**

Marilia Britto Rodrigues de Moraes – Mestranda, arquiteta da divisão de Planejamento do Litoral da Coordenadoria de Planejamento Ambiental – CPLA da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

RESUMO

O trabalho relaciona aspectos da teoria e prática do planejamento ambiental urbano, retomando na história recente idéias e eventos um pouco esquecidos pela geração formada na cartilha modernista. Aborda a figura da APA – Área de Proteção Ambiental como veículo para se atingir a melhoria da qualidade de vida, através da gestão e zoneamento, sendo importantes os agentes causais, atores e o processo em si. A Ilha Comprida, no litoral sul do estado de São Paulo, reúne elementos característicos do processo de ocupação e urbanização brasileiros, demandando soluções novas e urgentes, quando se apresenta uma oportunidade para fazê-lo.

ABSTRACT

This paper links theoretical and practical aspects of the urban and environmental planning, taking events and ideas on history not so presents in the generation formed by modernists lessons. Approaches the APA – an environmental protected area – as a vehicule for a better life quality, by zoning and managing plans, attending to causes, actors and the process itself. Takes the case of Ilha Comprida (Long Island), in the south coast of São Paulo, that congregates typical elements of the brazilian ocupation and urbanization process, recquiring urgent and new solutions, when there is an appportunity to do it.

INTRODUÇÃO

Às vésperas da virada do milênio, com a preocupação do “bug” dos computadores nesta Era técnico-científico-informacional, a urbanização e o meio ambiente apresentam-se como problemas, não como soluções para a vida do homem.

As transformações deste século foram tantas e em tal velocidade que mesmo historiadores do calibre de Hobsbaum se espantam, chamando-o de Era dos Extremos.

E é em situação extremada que as cidades e a degradação ambiental se encontram, apesar de termos nos acostumado aos exageros típicos do modo de vida que teimamos em não mudar: mídia, comunicações, transporte, toda a tecnologia criada e produzida mais confunde que explica. “Defensores” da cidade se opõem a ambientalistas, quando a crise exige junção de esforços. O discurso “verde” cansa os arquitetos, porém, as novas gerações encaram com naturalidade a preocupação ambiental, buscando, os jovens arquitetos, essa integração.

Daí a idéia de aqui interligar idéias, teoria e prática, passado e presente com vistas ao futuro. O homem tanto insistiu em domar a natureza e agora não sabe como tratá-la. Melhor faziam as sociedades consideradas atrasadas, com quem – constata-se – muito podemos aprender. Mas para isso é preciso humildade e mudança de objetivos de vida, o que não é fácil de fazer.

Nesse contexto Ilha Comprida, APA que se tornou município, quer buscar uma saída sustentável de desenvolvimento, considerando os recursos naturais, culturais e paisagísticos de toda a região lagunar como potencial a ser – bem – explorado. Este trabalho é uma introdução ao processo conjunto entre instâncias de governo e sociedade.

NATUREZA, PAISAGEM, MEIO AMBIENTE

Ainda que intrincados, os significados desses termos não têm sido tratados interativamente de modo a resultar em ações integradas.

Explico melhor: em diferentes épocas a preponderância de um sobre os outros foi motivada por fatores particulares e com reflexos até discordantes, como se não fizessem parte de um mesmo repertório e de um mesmo contexto. São elementos de um conjunto, que respectivamente retratam momentos de um processo, conjunto esse que inclui o homem e sua trajetória.

A paisagem retrata as intervenções do homem sobre a natureza, ambos incluídos em seu meio. Ele se utiliza de seus recursos e gera energia e poluição, necessitando do ambiente natural para a manutenção da sua vida. O grau de entropia é um indicador do sucesso das operações processadas considerando o estado de conservação desse meio. A paisagem é outro indicador, considerando outros aspectos desse meio, um tanto mais subjetivos ou incomensuráveis, por vezes. Mas com igualmente relevantes repercussões sobre o homem e seu meio, ou vice-versa.

Nesse processo de apropriação pelo homem da natureza houve múltiplas fases, a própria idéia de natureza mudou conforme o desenvolvimento do homem.

O homem primitivo temia a natureza, suas forças, manifestações, dádivas, elementos. A partir dos gregos e seu estudo da filosofia a visão pretende ser um pouco mais “científica” (o sagrado ao lado do conhecimento); com os romanos e o direito, a visão é também animista, ou seja, está ligada a deuses, mas com questões mais práticas como a de seus domínios. Os egípcios respeitam a natureza – significa alimen-

to (os homens se alimentam de animais, que se alimentam de vegetais). A visão da Igreja traz a natureza a serviço do homem, que está a serviço de Deus. O Renascimento leva o homem a querer conhecer a natureza de forma sistemática. Movido pela busca do Paraíso, o homem das grandes “descobertas” busca riqueza. E no século 17 o homem das ciências vai conhecer as plantas, os animais, o próprio homem, que está fora, acima da natureza. O conhecimento e a técnica, as ciências, possibilitarão ao homem domar a natureza, usá-la para seu progresso (Costa, 1996).

Com a Revolução Industrial, a natureza identifica-se com a paisagem rural, onde a ocupação humana é menos marcante, e é um pouco a visão que temos. Dependendo da classe sócioeconômica podemos encontrar diversos entendimentos de natureza.

A visão iluminista desenvolve as ciências de forma classificatória, isoladamente, construindo as bases da postura científica até os nossos dias. O contraponto a essa postura começa com o surgimento da ecologia e a defesa do planeta dos ambientalistas, quando o homem passa a ser, se não o elemento mais significativo dentre todos os seres vivos, aquele responsável por sua preservação. De fato, pela primeira vez na história o homem tem que defender a natureza ao invés de defender-se dela (Ragon, 1986).

Odum (1983) define ecologia como o estudo do “ambiente da casa”, ou do “lugar onde se vive”. Economia, palavra que deriva da mesma raiz grega *oikos*, poderia ser traduzida por “manejo da casa”

“Casa”, por sua vez, é uma palavra próxima dos arquitetos, cujo ofício é a arte e a técnica de construir abrigos. Uma concentração de casas tem muitas outras funções além de abrigo, exercidas num ambiente urbano.

Mas o urbano não significa mais apenas a *urbs*, não quer necessariamente dizer cidade, estendendo-se a suas ramificações: ao uso que se faz do território em função das cidades, independentemente da localização ou densidade. Assim, uma decorrência das cidades e da sociedade que as fez crescer e multiplicar é a necessidade de lazer *fora delas*, seja numa segunda casa, seja pelo turismo. Sociedade fruto da indústria, a sociedade urbana transforma o lazer, a construção e o turismo em outras “indústrias” Indústrias que transformam recursos naturais: paisagens e cultura, além da vegetação, solo, clima etc.

PROCESSO DE OCUPAÇÃO

A paisagem retrata o processo de ocupação efetuado pelo homem. A forma e objetivos desse processo são claros aos olhos de quem observa seus indícios.

O Brasil teve uma ocupação movida pelo colonialismo mercantilista. Não era, exatamente, um processo de ocupação para povoamento, mas ocupação para exploração. O povoamento era importante para defesa contra outros exploradores, basicamente. Portanto, não havia a intenção de ocupar adequadamente a terra para construção de uma nação, e, sim, projetos militares, com equipamentos e serviços básicos. Vem daí o velho e conhecido xadrez, modelo de implantação de arruamentos, na verdade entrepostos de mercadorias, coletoria de impostos, igreja e sede do poder da coroa.

Diferente de todo o processo de ocupação europeu e mesmo norte-americano, a América Latina teve um modelo-padrão de assentamentos que marca até hoje a feitura de loteamentos nas porções mais distantes do país. E a divisão das proprieda-

des? Nada mais fácil que a partir do Meridiano de Tordesilhas traçarem-se as retilíneas capitanias hereditárias.

O litoral foi o primeiro estágio da ocupação portuguesa, assim como alvo dos ataques e influências de outros europeus que disputavam as terras e seus recursos. É, portanto, a porção mais alterada do território e mais densamente ocupada.

Entretanto, condições naturais adversas à entrada e ao assentamento humano mantiveram algumas regiões pouco ou nada ocupadas. Pelos colonizadores, pois originalmente estavam presentes os índios – ou para aí afluíram fugindo às ameaças de extermínio dos europeus. E alguns negros, fugindo à escravidão.

Nesses lugares “esquecidos” pelo progresso é que se puderam desenvolver povos e comunidades específicas, que de certa forma mantiveram-se à margem da sociedade “desenvolvimentista” das elites. São os caipiras, no interior, os caiçaras, no litoral. Fruto da miscigenação, as crenças, hábitos e modos de sustento foram sendo construídas a partir de suas fontes de origem e em processo de adequação ao novo meio, só conhecido pelos indígenas, mas com aportes de técnicas e culturas dos chegados. E adequaram-se tão bem aos seus sítios que se tinha a impressão de que estavam desocupados, intactos e virgens. Preservados e conservados, sim, mas manejados e ocupados (Diegues, 1995).

É o caso do Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape, Cananéia e Paranaguá, nos limites entre São Paulo e Paraná. Depois de explorado (porto, ouro, arroz) foi deixado com seus habitantes tradicionais. Sítio de difícil ocupação, constituído de mangues, florestas, lagunas, tem solos que teimosamente vêm se mostrando com baixo potencial agrícola, ao contrário do alto potencial aquícola-pesqueiro. Em termos de biodiversidade

representa os maiores índices brasileiros, com espécies raras, algumas em vias de extinção.

Nesse contexto a Ilha Comprida tem características especiais: função de “barreira” da região lagunar de Iguape e Cananéia, é uma restinga de formação recente e típica do gênero (Maretti, 1989; Mc Harg, 1969).

Imprópria à ocupação nos termos característicos brasileiros, foi, no entanto, vítima de intensa especulação imobiliária. Mais de 300 mil lotes foram desenhados algumas vezes uns sobre os outros, em banhados, dunas, cordões arenosos, cursos d’água, sem falar na própria mata de restinga. Além disso, os *sambaquis* presentes testemunham a posição estratégica e riqueza alimentar que o local propiciava já às populações antigas (Uchoa & Garcia, 1978).

A reação do homem foi então a de restringir a ocupação: começou a criar a legislação ambiental com o caráter que mantém basicamente até hoje. A partir da década de 70, encontros internacionais vieram levantando a problemática ambiental, originando um movimento, o ambientalista, que teve como consequência em nível governamental, a criação de diversas áreas protegidas, sob diversas classificações: parques, reservas ecológicas, estações ecológicas, entre outras, de caráter preservacionista e pressupondo-se a inexistência de ocupação humana.

Tal fato trouxe consequências extremamente negativas para as populações tradicionais aí presentes, pois a região foi alvo de diversas *unidades de conservação*, como hoje são chamadas.

Dentre as chamadas *de uso direto*, as *Áreas de Proteção Ambiental (APAs)* permitem o desenvolvimento de atividades e presença humanas, visando mesmo a melhoria da qualidade de vida dessas populações, além de proteger os atributos que originaram sua instituição. Na região é o caso

da APA Cananéia-Iguape-Peruíbe, em São Paulo e a de Guara-queçaba no Paraná, ambas federais, e a APA de Ilha Comprida e da Serra do Mar, estaduais.

Com relação às demais unidades de conservação presentes na região, elas têm um papel complementar de proteção e de utilização racional, formando um grande conjunto integrante da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

No caso da primeira, a APA Cananéia-Iguape-Peruíbe, um dos atributos a ser protegido é a manutenção dos padrões de subsistência historicamente estabelecidos pelos caiçaras (SMA/ Ibama, 1996). E, no caso da Ilha Comprida, o grande motivo foi defendê-la da ocupação absurdamente imprópria a suas características naturais, movidas por intenso processo imobiliário (SMA, 1989).

A área de proteção ambiental precisa de sua população compreendendo os objetivos, participando das iniciativas e conservando o potencial através de iniciativas de desenvolvimento sustentável, estabelecendo parcerias e em conjunto com os segmentos e respectivos interesses da sociedade envolvida. Trata-se de uma negociação para o estabelecimento e cumprimento de um acordo que envolve planejamento e implantação de projetos, com possibilidade de ganhos para todos.

Hoje se pensa assim, mas há uma década atrás não havia condições para isso. A APA Cananéia-Iguape-Peruíbe, cujo decreto é de 1984 e foi objeto de regulamentação em 1996 terá sua proposta de zoneamento discutida em 1997 com o apoio de um Comitê Gestor, que deverá levar adiante o Plano de Gestão acordado, resultado de um processo minimamente participativo (em função dos prazos).

A regulamentação da APA da Ilha Comprida, oficializada em 1989, terá que ser revista, quase dez anos depois. Revisar o

quê e para o quê? Uma nova proposta de ocupação da Ilha Comprida deve ser o centro da discussão entre estado, município e população. Mudaram as condições políticas e há a oportunidade ímpar de realizar um projeto discutido, com parcerias, inovador, para o que são necessários alguns condicionantes básicos que devem ser sistematizados.

A partir da definição de arquitetura como “toda e qualquer intervenção no meio ambiente criando novos espaços com determinada intenção plástica para atender a necessidades imediatas” (Lemos, 1982), a ligação com outro ofício – o urbanismo – é evidente.

Já não é tão fácil definir esse tal de “urbanismo”, havendo quem propusesse até mesmo uma “urbanologia” (Ragon, 1986), mas ambos pressupõem um projeto e um planejamento, teóricos ou experimentais, sendo que se sabe e se controla muito mais esse processo com relação a uma casa do que com a cidade. Também a inter e transdisciplinaridade demandadas pelo urbano e o ambiental são bastante mais complexos.

A regulamentação existente compõe-se de um zoneamento funcionalista, muito mais numa tentativa de frear a ocupação. Ratificava, de certa forma, o que se considerava inevitável – a urbanização do Boqueirão de Iguape. A Zona de Vida Silvestre foi definida também com base na relação mantida com o continente.

Sobretudo conhecia-se muito pouco sobre a situação dos loteamentos, proprietários, propriedades e “propriedades” Uma medida de emergência frente a um quadro que se impunha, sob a ameaça de conclusão de uma ponte que descarregaria milhares de turistas. Para a conclusão dessa ponte, hoje, trabalha-se para o atendimento às recomenda-

ções feitas pelo Consema (Conselho Estadual do Meio Ambiente) entre as quais um plano de uso e ocupação do solo.

Manteve-se de qualquer forma, a relação com o plano regional que se elaborava na época: o Macrozoneamento do Complexo Estuarino – Lagunar de Iguape e Cananéia (SMA/CPLA, 1990), preocupação que se mantém.

PLANEJAMENTO E PROJETO

A definição de um projeto, no jargão dos arquitetos, pressupõe um “partido” que seria “a consequência formal derivada de uma série de condicionantes ou determinantes, ou condicionadores” (Lemos, 1982, p. 9), os seguintes:

- a. A técnica construtiva, segundo os recursos locais, tanto humanos, como materiais, que inclui aquela intenção plástica, às vezes, subordinada aos estilos arquitetônicos.
- b. O clima.
- c. As condições físicas e topográficas do sítio onde se intervém.
- d. O programa de necessidades, segundo os usos, costumes populares ou conveniências do empreendedor.
- e. As condições financeiras do empreendedor dentro do quadro econômico da sociedade.
- f. A legislação regulamentadora e/ou as normas sociais e/ou as regras da funcionalidade.”

É evidente que essa abrangência exige interdisciplinaridade, cabendo ao arquiteto a visão do todo e caminhos sugeridos, a serem detalhados e discutidos pelos especialistas das diversas áreas envolvidas.

Haveria diferenças para os projetos de uma casa ou de uma cidade ou de uma determinada porção de território? Claro que aquelas inerentes a cada escala do projeto, mas há que se

reconhecer que quer trate-se de um lote, um bairro, uma cidade, ou de uma região, cabem um projeto e um planejamento.

Também deve-se considerar a abordagem das diversas escalas entre si, as inter-relações estabelecidas pelos interesses e/ou temáticas precípuas a cada nível: local, urbano e regional. E – importante – aqueles que são afetados diretamente: a população envolvida.

No caso da APA Cananéia-Iguape-Peruíbe tais premissas foram levadas em consideração para a proposição a ser discutida: unidades de gestão que vão além da própria APA, considerando o entorno e as unidades de conservação presentes, as diversas unidades de paisagem como interação entre geomorfologia, vegetação e uso e ocupação da terra, levando em conta, nas diversas escalas, a Reserva da Biosfera, a parcela paranaense, verificando setores funcionais, o Macro Sul (como é chamado) e as especificidades locais a serem gerenciadas. Não se trata, portanto, de um zoneamento: são unidades a serem gerenciadas, relacionadas com o todo: desde o objetivo global até os particulares, locais – a serem discutidos com a sociedade.

Espera-se para a APA da Ilha Comprida o mesmo procedimento: uma avaliação do contexto geral – como a ilha se inclui nesse todo – o que se pretende para esse município e, especialmente, o que esperam seus habitantes.

Há quem possa questionar o ponto referente ao empreendedor – quem seria o empreendedor no caso do planejamento, que condições financeiras apresenta ou é capaz de reunir? E é justamente aí que reside um dos principais problemas do planejamento regional, do planejamento urbano ou do desenho urbano, como se queira e, claramente, numa APA. Quem paga a conta?

Se olharmos para as diversas áreas de proteção ambiental estaduais, cerca de 16, vemos que muito poucas foram regulamentadas e, praticamente, não foram implementadas no sentido de obtenção dos objetivos. Essa experiência com uma APA federal suscitou problemas e necessárias soluções (ou não) desde o nível de integração interinstitucional – Estado e União – além da pretendida integração com os municípios.

A população em geral não sabe bem as diferenças entre parques, estações ecológicas, APAs, o que é reserva da biosfera, existindo alas favoráveis e contrárias à conservação ambiental: ambientalistas, em geral de origem urbana e sob forte influência e informação internacionais, e os afetados pela legislação que criou tais unidades: a população residente, prefeituras e empresários, para falar nos mais presentes.

Dessa nebulosa idéia que fazem da questão – ou questões – ambientais, restringem-se aos aspectos de “não pode fazer nada” ou “tal espécie ameaçada” ou “e o homem?” Enfim, são frases e idéias preconceituosas e estereotipadas, que mais impedem a desejada interlocução entre os diversos setores que ajudam a atingir os objetivos perseguidos, seja de “preservação”, seja de “desenvolvimento”

Pois é justamente buscando o equilíbrio entre esses dois objetivos que se pretende desenvolver, sim, o conceito e objetivos de uma APA, qualificando-os e, se possível, quantificando-os. Sabe-se que o termo “desenvolvimento sustentável” envolve uma quantidade imensa de dúvidas e incertezas, o que só poderá ser abrandado a partir de experiências e projetos-piloto para posterior avaliação.

Outro ponto que se coloca com relação às APAs é exatamente sua principal diferença com relação às demais unidades de

conservação: a manutenção da propriedade particular, impondo, no entanto, restrições de uso, exploração, ocupação e tantos outros. Esse fator impõe à implantação efetiva de uma APA necessariamente um acordo entre as diversas partes envolvidas, o que apenas recentemente vem sendo considerado com seriedade nos processos de regulamentação. A própria legislação ambiental já o faz, quer pelo código florestal, quer pelo decreto federal 750, que protege a Mata Atlântica. Portanto, busca-se a articulação e esforços sistematizados e acordados entre as diversas partes para uma determinada porção do território. Ainda assim, a dificuldade de comunicação e desconfianças mútuas são imensas, resultado de posturas radicalmente opostas vindas desde os primórdios da defesa ambiental no Brasil.

Hoje, pretende-se discutir o que “pode” e o que “não pode” numa APA num círculo ampliado: universidade, empresários, população local e tradicional, governos.

Voltando à questão dos recursos financeiros, a proposta da APA CIP foi feita levando em conta a quantidade mínima desses frente às necessidades. Mas é preciso formular projetos e “ir atrás” desses, pois, consta, existem (v. Agenda 21). Daí a conformação de um Comitê Gestor capaz de elaborar projetos setoriais (espaço e/ou tema) de maneira programada e implementá-los, pois o poder público sozinho não tem condições para isso. Além disso, há que se preparar tecnicamente setores locais, seja através de ONGs, associações de bairros, etc., para que possam estabelecer parceria e conseguir elaborar e implantar projetos.

Outra recorrência do planejamento dito ambiental é com relação ao urbano. Até há pouco tempo ignorado pela maior parte dos defensores ecológicos, a variável ambiental vem entrando na administração municipal, nos planos diretores,

criando-se Secretarias de Meio Ambiente com programas voltados aos problemas ambientais urbanos. É preciso melhorar os níveis de entropia e qualidade da paisagem da cidade, verdadeira usina de dejetos, efluentes, barulhos: poluição do ar, do solo, sonora, águas e visual.

No caso da APA CIP foram cuidadosamente deixadas fora de seu perímetro as sedes municipais. Entretanto, enquanto gestão eficiente, devem ser monitoradas e integradas ao entorno, pois é dele e para ele que se dirigem os focos de degradação urbana. O quadro urbano consiste no setor mais reigente a propostas de modificação de cultura e comodismos consumistas. O conceito e diretrizes para as “cidades saudáveis” (Sachs, 1993) são os mais difíceis de serem trabalhados e (per)seguidos. Onde a sociedade de consumo se baseia e nutre suas expansões no campo, onde se fabricam necessidades e desajustes, e onde cada vez se torna mais difícil a interação das partes no todo – fisicamente, pelos congestionamentos de todas as redes de comunicação e circulação, espiritualmente, pela falta de identidade do indivíduo com os demais e com o entorno.

Se o quadro das grandes metrópoles e suas funestas consequências começam a ser debatidos em diversos fóruns por diversos especialistas, o caso das cidades turísticas, aquelas que se desenvolveram financeiramente a partir de loteamentos e condomínios de “segunda residência”, têm fatores complicadores um tanto diversos: sazonalidade, com reflexos na economia formal e informal, na paisagem, na vida de seus habitantes, no dimensionamento da infra-estrutura e na capacidade de sobrevivência cultural de seus habitantes. Vistas como a Meca do relaxamento e saúde para as famílias das grandes cidades, reproduzem padrões cotidianos onde quer que vão, sem levar em conta os padrões culturais locais.

Com o êxodo rural, as cidades passaram a abrigar representantes de sociedades formadas para conviver no campo, na mata, meio que manejavam sem dominar (dominavam as técnicas para seu manejo), marginalizando-os na crescente competição no mercado de trabalho. Assim, não dá para pensar em critérios de gestão de uma APA sem considerar as interferências urbanas, ainda que fora de seus limites.

A APA da Ilha Comprida, por sua vez, apresenta um quadro ainda mais peculiar. Trata-se de uma parte do contexto ambiental mais amplo acima mencionado, portanto com condicionantes de nível regional. É uma ilha e é um município. Um município novo. Sem graves problemas de dívidas financeiras, como a grande maioria das administrações municipais. Com um conhecimento ímpar da questão da propriedade da terra em seu território. Com planos para o futuro. E uma nova visão de futuro, a saber, de manutenção da paisagem natural e qualidade ambiental como atrativos para o turismo.

Elencar condicionantes e determinantes físicas, biológicas, de saneamento, estéticas, sócioeconômicas, enfim vindas de todos os aspectos a serem considerados, distinção feita às comunidades tradicionais: o homem que vinha se relacionando adequadamente com a natureza e está em vias de extinção. Eis o trabalho a fazer. Afinal, respeitemos o que “reza” a APA Cananéia-Iguape-Peruíbe sobre a proteção das comunidades caiçaras... Como coadunar ambos anseios, das respectivas parcelas da população: pescadores/coletadores, comércio e serviço locais. Fragilidades ambientais e ambições de desenvolvimento econômico, falta de condições físicas para adequado funcionamento dos sistemas infra-estruturais usuais. E, sobretudo, a oportunidade – e a responsabilidade – de se construir uma paisagem.

VÉSPERAS DO ANO 2000

Não cabe aqui repassar a história do urbanismo desde seus primórdios, mas atermo-nos às principais etapas e marcos que têm relações com o Brasil e com a sociedade global, ou como define o prof. Milton Santos, consideremos o meio técnico-científico-informacional, sem perder de vista a força do lugar (Santos, 1996).

No nível mundial, os países hoje dito desenvolvidos sofreram as fortes conseqüências da Revolução Industrial: as condições sanitárias, sociais e políticas fizeram nascer algumas propostas de novos modelos de cidades. As cidades-jardins de Howard, concebidas entre 1880 e 1898, não são um mero projeto paisagístico e urbanístico, mas um projeto de vida, um novo modelo sócioeconômico: “seu objetivo era resolver ou pelo menos melhorar o problema da cidade vitoriana, exportando uma porção considerável de sua gente e dos seus empregos para novas e estanques constelações de novas cidades construídas em campo aberto, distantes dos cortiços e da fumaça – e, o que é mais importante, da especulação imobiliária – da cidade-gigante” (Hall, 1988). Essa idéia foi sendo distorcida, com aplicações distantes da original, constituindo bairros-jardins especulatórios (como em São Paulo, capital) ou subúrbios-jardim pelo mundo.

No Brasil, tropical que é a motivação sanitária fez de fato com que o governo investisse financeiramente em projetos de urbanização, sendo notório o papel nacional de Saturnino de Brito, com ênfase no saneamento (Gunn, 1997). É interessante notar que dentro da preocupação sanitarista, a vegetação era a princípio, bastante polêmica (Segawa, 1996). Mas na capital do país, Rio de Janeiro, a importância cientificamente defendida da vegetação vai justificar a criação de parques, o que se repetirá em outros planos como o de Belo Horizonte.

Estrangeiros estranhavam e creditavam o descrédito pela vegetação nas áreas urbanas à presença da floresta tão exuberante: pouco “civilizado”(?!!)

A história do planejamento, por sua vez, destaca a visão vanguardista, mesmo premunitória, de Patrick Geddes (1854-1932), conhecido como “pai” do planejamento regional, quem conseguiu estabelecer alguns “postulados” técnicos, como é o caso do levantamento como primeira atividade do processo.

Sob a influência francesa do significado que a *região* detém na França, somado à tradição escocesa, Geddes construiu “seu conceito de região natural, de que é um exemplo sua famosa seção de vale” (Hall, op.cit., p. 162). Chamado a elaborar um plano metropolitano, decide que “... para um levantamento mais geral e comparativo (...), são preferíveis os começos mais simples (...) a perspectiva clara, a visão mais panorâmica de uma determinada região geográfica, como por exemplo a que temos sob os olhos num passeio de feriado na montanha (...) Assim também uma bacia hidrográfica é, conforme salientou certo geógrafo, um item essencial para o estudioso de cidades e civilizações. Daí porque este simples método geográfico deve ser pleiteado (sic) como fundamental para qualquer tratamento realmente ordeiro e comparativo de nosso assunto” escreve Geddes em 1905.

Para Geddes “o planejamento deveria começar pelos recursos de uma determinada região natural, das respostas que o homem dá a ela e das complexidades resultantes da paisagem cultural” (Hall, op. cit., p. 165). Propunha que se traçassem cortes transversais (Seção de Vale) para verificar as relações entre clima, vegetação e vida animal, além de todos os tipos humanos: “ocupados diferentemente, esses povos (caçador,

pastor, camponês pobre e rico) passaram, cada um, a urbanizar os seus próprios povoados e aldeias com um tipo característico de família, de costumes e até mesmo de instituições; e não simplesmente de construções para moradia; embora cada um desses elementos contivesse em germe o estilo arquitetônico que lhe era adequado, desse jeito agrupam-se suas aldeias, de porto de pesca a floresta e desfiladeiro, de jardins e campos nas partes baixas a mina e pedreira nas altas”, escreve em 1925. Parece familiar?

Não poderia deixar de mencionar Lewis Mumford, que contribuiu para o estabelecimento das idéias de Geddes, e que escreveu nesse mesmo 1925 sobre “A Quarta Migração” na América, baseada “na revolução tecnológica ocorrida nos últimos trinta anos – revolução que tornou o atual esquema de cidades e a atual distribuição populacional inadequados para as novas oportunidades que se apresentam”, pois o automóvel e a rodovia proporcionavam acesso a mercados e fontes de abastecimento.

No Brasil os quadros rural e urbano, se construíram diferentemente, numa escala e padrões fundiários de poucas e grandes propriedades, a cidade como “sede urbana” de fazendeiros para fazer política e negócios e, posteriormente, para onde afluem milhares de pessoas que perdem sua ocupação no campo, seja após a abolição da escravidão, seja após as imigrações, seja com a industrialização tardia no país.

“Falar sobre o futuro da urbanização e das cidades é coisa temerária” (Santos, 1993), sendo quase certa a supremacia da população brasileira urbana sobre a rural. Advém daí uma série de problemas, que não cabem aqui. Mas, voltando ao caso específico central deste trabalho, a metrópole espalha-se de tal forma que atinge o litoral como um grande parque seu (Gunn, 1997), notadamente no caso do litoral norte e Baixada

Santista. O litoral sul, por ser “passagem” entre uma metrópole e outra, no grau de isolamento que ficou todo esse tempo, acompanha o Vale do Ribeira, do qual faz parte, na presença do homem no campo. O que é desejável, sob os mais diversos pontos de vista.

Com o turismo chegando também ao litoral sul e Vale do Ribeira, cabe questionarmo-nos sobre os impactos positivos e negativos, avaliá-los e discuti-los com os interessados. Não se pretende “embalsamar” as comunidades tradicionais para que virem atração turística, mas, sim, garantir a eles a possibilidade de continuar desenvolvendo suas atividades e cultura, e, pelo contrário, devidamente valorizados, com qualidade de vida aprimorada.

As tendências para o desenvolvimento do turismo apontam para uma expansão do mercado, principalmente das novas modalidades: rural, de aventura, ecológico, ou turismo ambiental, a região onde se localiza a APA de Ilha Comprida tem um bom potencial a ser explorado, demandando planejamento. A Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira¹ busca a implementação de um turismo sustentável como base de desenvolvimento regional, tentando responder à ecologia, pobreza, distribuição de renda, enfim, proposta integrada com a visão de desenvolvimento adequado para essa região.

“Os conceitos de desenvolvimento e turismo sustentável estão intimamente ligados à sustentabilidade do ambiente, principalmente nos países menos desenvolvidos. Isso porque o desenvolvimento e o desenvolvimento do turismo em particular dependem da preservação de seus recursos de base” (Ruschmann 1992, in Ruschmann 1997).

Essa abordagem inclui uma série de mudanças de posturas seja do turista seja do receptor, mas é sobretudo a questão

¹ Programa do governo estadual, envolvendo seis secretarias.

do impacto verificado nas culturas tradicionais o que mereceria nossa menção.

É certo que num mundo em que os meios de comunicação atingem mesmo os lugares mais isolados verifica-se alteração nos padrões culturais das sociedades antes isoladas. A TV impõe seus modismos assim como cria necessidades de consumo, frustração, revolta e também lazer, notícia, informação. Essa região mantém localidades sem energia elétrica devido à distância ou falta de recursos financeiros para adquiri-la. Tem, por outro lado, uma fonte riquíssima de tradições culturais e folclóricas que tendem a desaparecer em breve. Aconteceu em inúmeros outros lugares. Ruschmann destaca que “os impactos negativos do turismo ecológico sobre o meio ambiente natural e sociocultural superam os positivos” alertando os órgãos governamentais e empresários do setor sobre a irreversibilidade de alguns danos, que podem mesmo comprometer a característica natural desses meios, “motivo principal da vinda dos turistas que buscam a experiência turística nos ambientes ecologicamente preservados” (Ruschmann, 1997). Daí a necessidade de planejamento conjunto, parcerias e discussão com a sociedade.

“A globalidade que a dimensão ambiental exige é fundamental para revelar o que, em cada lugar, é efetivamente um problema da paisagem. As implicações sociais, físicas e econômicas de cada tipo de ação do governo ou da iniciativa privada, serão as questões mais importantes a serem examinadas pelos projetos paisagísticos, esse conjunto de elementos é que deve fornecer os critérios válidos para a adoção ou a rejeição dos projetos” (Leite, 1994).

Hierarquia de polarização, zoneamento funcional, são métodos que não se reafirmam com a diversidade cultural e padrões específicos de cada lugar. São modelos abstratos,

que devem ser complementados, coadunados sintonizados com a percepção do lugar, resultando na valorização da paisagem, características representativas e culturais. A referência contextual é baliza para a organização do território, através das especificidades locais.

“A utilização da escala regional como referência desses projetos pode contrapor, à aplicação mecânica de formas generalizantes para o desenvolvimento ou para o progresso tecnológico, a procura de soluções adaptadas ao clima, aos recursos naturais, à sociedade, à cultura locais. Essas soluções específicas resultam de uma relação homem-ambiente que é diferente em cada lugar, têm como ponto de partida definições claras das funções da paisagem e estão relacionadas com a forma de interação entre os diferentes processos de organização regional” (Leite, 1994).

Voltamos, portanto, à questão do partido, das diversas escalas de trabalho e à consideração das particularidades locais como referência do projeto. Sawaya (1995) levanta a necessidade da leitura em pelo menos três escalas para a feitura de um projeto de edifício: contexto geral, bairro, local.

Cândido Malta (1992) ressalta a importância política do combate à especulação imobiliária, que aumenta o custo urbano e restringe os ganhos a poucos. Aponta como adequada a abordagem urbana através das unidades de vizinhança, a par da proposta de desenho urbano verificada em Del Rio (1990).

Devem ser pensados mecanismos urbanísticos como a contribuição de melhoria, transferência do direito de construir e outros que venham a contribuir para a solução do problema fundiário da Ilha Comprida.

Portanto, vemos que às vésperas do novo milênio, após propostas modernistas, discussões pós-modernistas, cabe

avaliarmos a possibilidade que se apresenta para a Ilha Comprida com a maior amplitude e debate possíveis. É preciso ver as causas do problema, avaliar os diversos interesses em jogo, decidir de forma democrática.

A questão abrange proteção ambiental e da população caiçara, urbanismo, paisagismo, estética e lucro, especulação imobiliária e empregos, pretendendo-se ganho para a maioria, revertendo em melhoria da qualidade de vida.

A presença da universidade, dos órgãos institucionais e demais setores precisa ser efetiva, na prática, agindo como co-partícipes dessa responsabilidade e, ao mesmo tempo, oportunidade. Muito se tem a ensinar à população e muito se tem a aprender com ela.

BIBLIOGRAFIA

- CAMPOS FILHO, CÂNDIDO M. *Cidades brasileiras: seu controle ou o caos – o que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil*. 2. ed, São Paulo: Nobel, 1992.
- CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Resumo da Agenda 21*; Rio de Janeiro, Centro de Informação das Nações Unidas, 1992.
- COSTA, José P. O. Notas de aula. Disciplina AUH- 837: *História da Paisagem Brasileira*, FAUUSP, 1995.
- DEL RIO, Vicente. *Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento*. São Paulo: Pini Ltda., 1990.
- DIEGUES, Antonio C. S. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: NUPAUB/USP, 1994.
- GUNN, Phillip. Notas de aula; disciplina AUT 800: *Os processos de planejamento e de projeto urbano*. São Paulo: FAUUSP, 1997.
- HALL, Peter. *Cidades do amanhã – Uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX*. São Paulo: Perspectiva, 1988.
- IBAMA/ SMA: *Regulamentação da APA Cananéia-Iguape-Peruíbe*. São Paulo: SMA/CPLA, 1996.
- LEITE, Maria Angela F. P. *Destruição ou desconstrução?* São Paulo: Hucitec/Fapesp, São Paulo, 1994.
- LEMOS, Carlos A. C. *Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos/Edusp, 1979.

- MACEDO, Silvio S. *Paisagem, urbanização e litoral: do éden à cidade*. São Paulo, 1983. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo.
- MARETTI, Cláudio C. *Exemplos de geologia aplicada a um processo de planejamento costeiro: cartas geológico-geotécnicas da Região Estuarino-Lagunar de Iguape, Cananéia e da Ilha Comprida*. São Paulo, 1989. Tese (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos – Universidade de São Paulo.
- McHARG, Ian L. *Desing with nature*. John Wiley & Sons, Inc; 1992 (publicado originalmente em 1969).
- ODUM, Eugene P. *Ecologia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1983.
- RAGON, Michel. *Histoire de l'architecture et de l'urbanisme modernes – tome 3*. Paris: Casterman, 1986.
- RUSCHMANN, Doris. *Turismo e planejamento sustentável – a proteção do meio ambiente*. Coleção Turismo. Campinas: Papirus Editora, 1997.
- SACHS, Ignacy. *Estratégias de transição para o século XXI – desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Studio Nobel/ Fundap, 1993.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente – *Macrozoneamento do Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape-Cananéia; Plano de Gerenciamento Costeiro*. São Paulo: SMA, 1990.
- SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- _____. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SAWAYA, Silvio. Notas de aula. Disciplina AUP-801: *Produção arquitetônica e meio ambiente*. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995.
- SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público – jardins do Brasil*. São Paulo: Studio Nobel/ Fapesp, 1996.

* Trabalho originalmente elaborado para a disciplina AUT-800 – Os processos de planejamento e de projeto urbano – no curso de pós-graduação "Estruturas Ambientais Urbanas". FAUUSP, julho de 1997.



**ANOTAÇÕES PARA UMA HISTÓRIA
DO PAISAGISMO MODERNO EM
SÃO PAULO: ELABORAÇÃO DA
LINGUAGEM E CONCEITUAÇÃO DE
UM CAMPO ENTRE ARQUITETOS**

Euler Sandeville Jr.

HISTÓRIA

**EULER
SANDEVILLE JR.**

Euler Sandeville Jr. – Formado em arquitetura e urbanismo, licenciado em educação artística, pós-graduação lato sensu em ecologia, mestre e doutorando em arquitetura e urbanismo, professor da Universidade Católica de Santos, Universidade Bandeirantes e Universidade Braz Cubas.

RESUMO

Este trabalho aborda três pioneiros do paisagismo moderno em São Paulo, Brasil. Mina Warchavchik, Waldemar Cordeiro e Robert Coelho Cardozo, enfocando suas diferentes contribuições para o projeto. Nosso objetivo principal é investigar a inserção cultural desses profissionais, mais do que analisar seus projetos especificamente, cobrindo uma defasagem na literatura sobre o paisagismo brasileiro.

ABSTRACT

This work is about tree pioners of the modern landscape in São Paulo, Brazil - Mina Warchavchik, Waldemar Cordeiro e Robert Coelho Cardozo. We recognize diferents contributions to project. In this text we are loocking for an approach that show the cultural insertion of this professionals, more than analises of especific works, covering a gap in the literature about brazilian landscape architecture.

APRESENTAÇÃO

1 Álvaro Vital Brazil chegou a dizer, em depoimento ao autor, que não conhecia outro paisagista além de Burle Marx.

O interesse pela história do paisagismo e da paisagem brasileira é muito recente e o material de pesquisa ou publicações existentes, com exceção de obra de Burle Marx, é bastante exíguo. Porém, há um desejo grande de conhecer a gênese dessa produção. Citações são encontradas aqui e ali em diversos textos, inclusive dissertações, do tipo: na década de 50 haviam Cordeiro e Cardozo em São Paulo, Burle Marx no Rio¹ Isso parece ser um consenso entre profissionais hoje, que é completado com a afirmação de que Cardozo trouxe a influência de Eckbo e formou uma primeira geração de arquitetos paisagistas, com especial destaque para Miranda Magnoli e Rosa Kliass, que influíram a partir da década de 60 até o presente no panorama do paisagismo em São Paulo.

Estes são os consensos. Mas onde estão os vínculos, os eventos, os projetos, a documentação? Até poucos anos atrás, pudemos encontrar os projetos de Cordeiro empilhados num canto, no acervo da FAUUSP Neste sentido, louvamos o esforço de organização deste acervo, que torna acessível agora a pesquisadores não só arquitetos como Christiano das Neves, Ramos de Azevedo, Warchavchik, mas também paisagistas como Cordeiro e Cardozo.

Sobretudo, o material para estabelecer as relações do paisagismo com a cidade não existe. De fato, são ainda poucos os estudos sobre a cidade que têm abordado as configurações da paisagem e os modos de vida e a cultura espacializada nesse urbano. Nota-se também a dificuldade de se propor um paisagismo que introduza uma abordagem mais profunda da paisagem paulistana. Em geral, e especialmente até a década de 60, o paisagismo restringe-se ao lote, à intimidade do modo de viver das famílias. A união desses fragmentos não chega a atingir questões mais gerais da

paisagem, especialmente enquanto projeto, pelas próprias limitações do lote. Isso sem contar as limitações conceituais² e comerciais impostas ao projeto.

Encontramos em alguns momentos mais recentes uma aproximação da paisagem, mas em um quadro institucional que logo se mostra adverso. E também em um quadro conceitual adverso. A introdução de paisagistas e de uma análise da paisagem no PUB e no PMDI não se reverteu nas definições do trabalho – a paisagem é relegada e perde-se a possibilidade de um enfoque também particularizado da cidade. Em planos recentes, especialmente o das gestões Covas e Erundina, foi dado maior espaço a este aspecto, mas o planejamento já não goza o mesmo prestígio e as articulações na sociedade para sua implementação não logram efetividade. Grande interesse poderia ter tido a criação do Depave (Departamento de Parques e Áreas Verdes da Prefeitura do Município de São Paulo), que poderia resultar num enfrentamento de aspectos da paisagem paulistana, mas que logo se deparou com aspectos político-institucionais desfavoráveis e nem mesmo sua integração na nova Secretaria do Verde e Meio Ambiente está possibilitando esse enfoque, até agora. O trabalho do paisagista, em geral, não é percebido nessas abrangências.

Julgamos necessário abandonar a mera citação de que houveram os fatos ou as pessoas, reconhecendo que são fortes, emblemáticos, referenciais para os paisagistas. Procuramos, então uma abordagem mais detalhada e organizada, preterindo a análise específica de um ou outro projeto para procurar reconstituir um quadro cultural que sirva de ponto de partida na identificação dos vínculos necessários a uma formulação da história do paisagismo moderno em São Paulo. O objetivo deste texto é elaborar uma leitura crítica da bibliografia disponível sobre três pioneiros do paisagismo

■ Sobre esse tema, conferir nossa comunicação no I ENEPEA, ocorrido no Rio de Janeiro em 1995.

moderno em São Paulo (Mina Warchavchik, Waldemar Cordeiro e Robert Coelho Cardozo), reconhecendo diferenças e contribuições nos enfoques projetuais desses pioneiros. Cremos que era necessário esse enfoque inicial, reunindo elementos que venham a favorecer o entendimento do paisagismo entre nós e sua avaliação crítica.

ENTRE ROSAS E CACTOS: MINA KLABIN WARCHAVCHIK E AS ORIGENS DO PAISAGISMO MODERNO EM SÃO PAULO

1 *Diário Nacional* de 17.06.1928, citado por Geraldo Ferraz, 1965.

“... as largas janelas de canto, que não só arejam completamente o interior, como trazem para os aposentos de permanência, a presença constante do jardim exterior. Este representa aliás, uma criação interessantíssima. Os grandes lisos e planos, emoldurados por cactos e palmeiras, são de uma originalidade esplêndida e dão ao conjunto uma nota feliz de tropicalismo e disciplina” (Mário de Andrade)³.

4 Eduardo Etzel destaca na entrada do século 20 três áreas ajardinadas no centro: o largo de São Bento, o largo de São Gonçalo (João Mendes) e o largo do Palácio e menciona também o Bosque da Saúde e da Cantareira (florestas). Segundo ele, os demais não passavam de espaços amplos criados com a expansão da cidade. Curiosamente, omitiu o Jardim Público da Luz. O panorama era o de uma cidade que apenas começava a se arborizar (Etzel, 1982).

No século 19 e no esteio da cultura do café, São Paulo sofre grandes transformações que introduzem novos padrões urbanísticos. Nos bairros aristocráticos que surgem e no centro da cidade nota-se um esforço de embelezamento. São criadas grandes avenidas arborizadas com eixos monumentais, boulevares e atuam na cidade muitos jardineiros estrangeiros. Os jardins passam a ter um papel definido na vida social da cidade, seguindo sempre os modelos europeus⁴

O prefeito Antonio Prado (1899-1910) se empenhou na reformulação e modernização da cidade, criando vias amplas, calçamentos, arborização pública, criação ou reforma de jardins públicos. Também vieram a ser criados o parque do Anhangabaú e o parque do Carmo, com Bouvard e Cochet. Fora estes dois locais, todos os demais ficavam aos cuidados de Antonio Etzel, que fora o jardineiro de D.

Verediana Prado e que dirigia a Administração dos Jardins Públicos criada por Antonio Prado. Simultaneamente ocorria também a reorganização dos espaços privados, seja em sua distribuição na cidade, seja na organização interna ao lote. Entretanto, o processo de urbanização e regionalização alterava profundamente as relações sociais e os modos de vida na metrópole emergente, como demonstrou Nicolau Sevcenko em *Orfeu extático na metrópole*⁵. Funcionalmente, a paisagem moderniza-se. Tanto pelo interior do estado, onde a ocupação do território pelo café substituiu em cerca de 40 anos uma paisagem florestal por uma paisagem de fazendas e cidades novas, quanto na capital. Por todo o canto criam-se estruturas complexas na paisagem subordinando-a ao trabalho humano.

Este era o sentido do progresso, ao qual a idéia de modernidade irá integrar-se na renovação das expressões da sensibilidade, especialmente artística. A cidade, com seu movimento constante, frenético, iluminação intensa, vai e vem de pessoas e objetos movidos pelo ritmo da organização do tempo produtivo, substitui a natureza como base da inspiração para a arte e outros campos da cultura, tornando-se uma referência obrigatória⁶. Paulo Prado, em um texto da década de 20, expressa na apreciação da paisagem a importância da contribuição do trabalho que lhe confere um sentido e, embora lamenta uma ruína eminente da natureza selvagem, a entende como uma necessária e desejável expressão do progresso⁷.

Nesse quadro de transformações, era inevitável uma revisão de todos os valores culturais, o que teria grande vitalidade. Por vezes, mencionamos a Semana de Arte Moderna como se fosse um fato recente, desvinculada do ambiente, dos valores, da "bela época" para a qual foi organizada. Pintores,

5 Sevcenko, 1992.

6 A partir de 30, entretanto, o processo assume feições mais dramáticas. Prefigura-se uma cidade agigantada e fora de controle, onde a qualificação estética dos espaços urbanos cede lugar às urgências da circulação e da construção imobiliária. Grandes transformações estruturais serão evidentes na configuração da paisagem. Introduce-se a verticalização na cidade e o aumento do número de automóveis, demandando novos espaços de circulação. O processo de crescimento urbano irá destruir então sucessivamente os espaços públicos criados no período anterior. Esse processo se torna tão intenso, especialmente após a Segunda Guerra, que surge uma demanda inversa, motivada pela necessidade de referência e identificação com a paisagem e a natureza, mas de pouca expressão prática na construção da cidade.

7 Prado s/d.

músicos, literatos, intelectuais, escultores, em geral jovens, se uniram em um movimento de renovação e busca de identidade. A arquitetura não compareceu nos primeiros momentos numa condição de vanguarda. Até o final da década de 20, entretanto, a participação de arquitetos seria cada vez mais intensa, chegando por vezes a serem os principais catalizadores desses grupos de artistas e intelectuais, ao lado de segmentos da elite paulistana alinhada com a vanguarda. Naqueles primeiros anos, esse papel era desempenhado por Flávio de Carvalho e pelo casal Warchavchik.

A arquitetura moderna, como a do ecletismo, irá buscar uma relação significativa e própria com o espaço livre criado por sua implantação no lote e seus melhores exemplos procurarão uma relação entre interior e exterior, plástica e conceitual. *“Assim, os velhos quintais das residências isoladas, com seus compromissos rurais, reduziam-se a pátios ou corredores murados, deixando para usos socialmente mais valorizados a maioria dos espaços externos (...) fundos, frentes ou lados, viriam a ser jardins e locais de estar (...) Correspondia claramente a um desenvolvimento do paisagismo, de modo a explorar cada parcela de área livre, ligando os espaços externos aos internos.”*⁸ As respostas para a cidade, nesse período, não virão entretanto do movimento de renovação arquitetônica, que dará contribuições absolutamente isoladas na paisagem urbana. Prestes Maia estabelece a diretriz para a cidade na década de 30 e a imagem de cidade disponível era ainda um empréstimo um pouco retórico as mais diversas experiências que se divulgavam na Europa e Estados Unidos. Na década de 20 (efetivamente, até depois da Segunda Guerra Mundial⁹) era inviável uma referência moderna para um projeto de paisagem para São Paulo, de modo que o repertório e os valores eram dados pelo

8 Reis F^o, 1978.

9 A situação não é específica do Brasil, como anotamos no capítulo de nossa dissertação de mestrado sobre as origens do paisagismo moderno nos Estados Unidos. Nos Estados Unidos, onde o paisagismo no final do século 19 se estabeleceu em uma perspectiva que sob alguns pontos ainda é avançada hoje, o repertório para o projeto urbano era substancialmente aquele definido pelas Beaux Arts na Exposição Colombiana.

ecletismo que conferia grande importância tanto ao paisagismo do entorno das edificações, quanto à configuração da cidade.

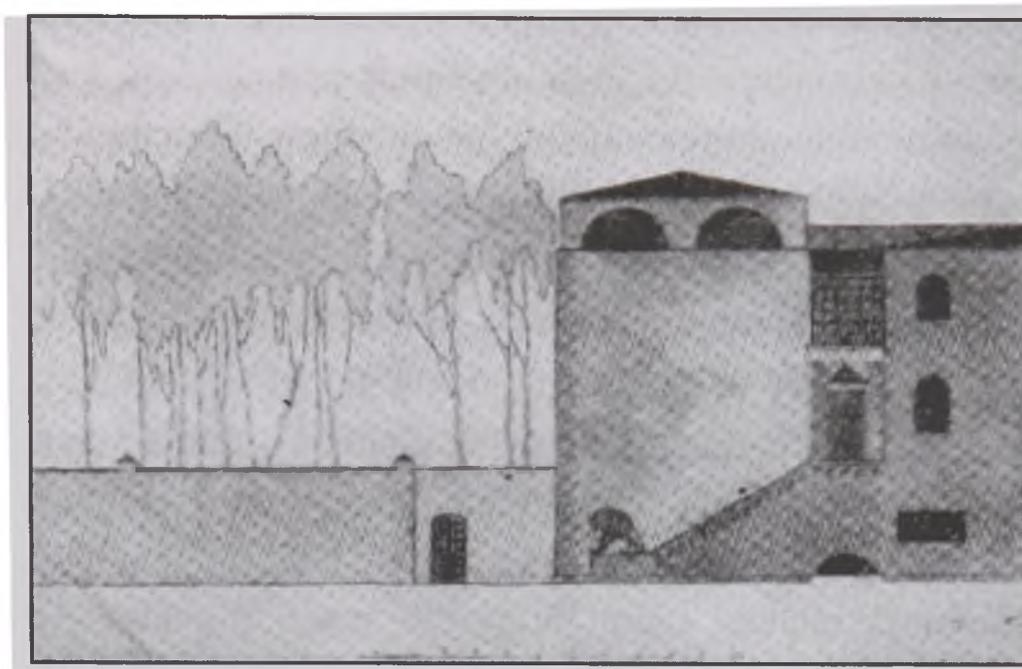


Figura 1
Projeto de Warchavchik realizado em Roma, 1921, mostrando já alguma preocupação com o tratamento das áreas externas como um cenário de sua arquitetura. In: Ferraz, 1965, p.49.

A vinda de Gregori Warchavchik para o Brasil (Figura 1), seu manifesto de 1925, são todos fatos bastante discutidos pela historiografia da arquitetura moderna brasileira, inclusive seu casamento em 1927 com Mina Klabin. Ela se tornaria uma colaboradora de Warchavchik, especialmente com seus jardins. Veio a ser considerada uma pioneira no jardim moderno brasileiro, especialmente pelo emprego de plantas tropicais. “O jardim, de caráter tropical, em redor da casa, contém toda a riqueza das plantas tropicais brasileiras”, declarou Warchavchik no *Correio Paulistano* em 1928¹⁰.

Apesar de Mina Warchavchik sempre ser citada como pioneira, sua obra atinge até o momento um interesse muito circunscrito e pouco avaliado, o que aliás será difícil de ser superado devido à carência do material hoje disponível, já que seus jardins são conhecidos apenas por uma via extremamente indireta a partir de fotos¹¹ que visam mostrar a arquitetura modernista que se iniciava com esses poucos exemplos solitá-

¹⁰ Ferraz, 1965.

¹¹ Especialmente as fotografias parciais publicadas por Geraldo Ferraz, 1965.

rios na cidade. Mesmo referidos tantas vezes nos textos que tratam da arquitetura de seu marido, o são de modo vago, de passagem, sem nos trazer um melhor entendimento.

O fato é que essa ausência de dados sobre os jardins e mesmo sobre a personalidade de Mina, dificulta qualquer perspectiva de resgatar melhor o significado dessa experiência. Além disso, não consta que ela houvesse atuado profissionalmente, restringindo-se a executar os jardins da arquitetura de Warchavchik. O que não deixa de revelar algo sobre essa arquitetura, que além de sentir a necessidade desse enquadramento “verde”, natural, obtinha na colaboração do casal o controle total do projeto-obra, uma intenção evidenciada também pela decoração interior.

Na produção mais conhecida do arquiteto transparece algo daquela idéia de Morris (a arquitetura como sendo o inteiro controle do ambiente humano) e de Gropius (uma disciplina racional). O projeto da residência envolvia também o projeto e execução de móveis compatíveis, alguns dos quais desenhados por Mina, segundo depoimento de Mauris Warchavchik. A edificação é locada e projetada levando em consideração a liberação do lote e a integração dos espaços exteriores, embora mediado pelos claros limites da edificação que são realmente os definidores do desenho. Não se pensa em integração com o entorno urbano, ao contrário, estabelece uma relação programática de choque com a tradição, através do qual se impõe ao ambiente. Nessa atitude de choque (internacionalismo), mas também de preservar valores e princípios que conferem identidade local (nacionalismo) reside algumas das características da vanguarda brasileira.

Isso aparece na arquitetura – nos materiais e espaços da casa da rua Santa Cruz, e nos jardins criados por Mina (Figuras 2 e 3), que integravam a implantação da casa no seu entorno

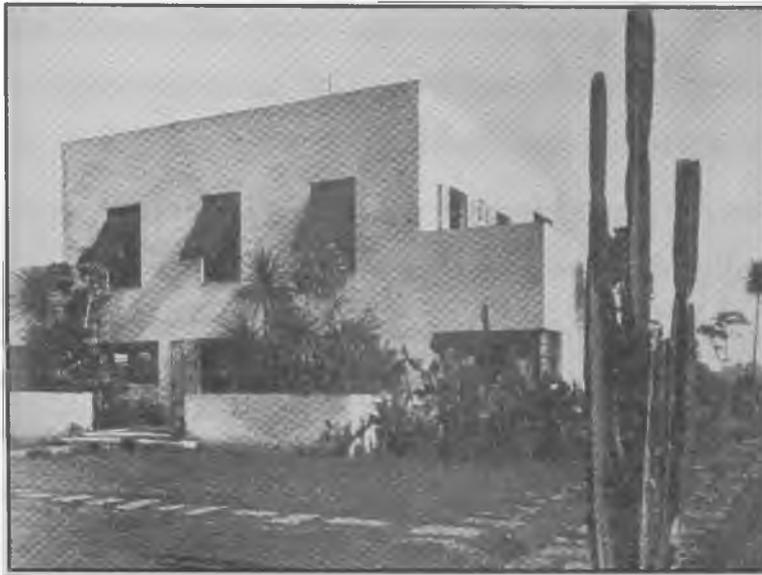


Figura 2: Casa da rua Santa Cruz (1927-29), considera Geraldo Ferraz o jardim elaborado por Mina Warchavchik uma primeira tentativa para um jardim tropical, in: Ferraz, 1965, p.51.



Figura 3: Caminho da entrada da casa da rua Santa Cruz, com cactáceas e guapuruvús, in: Ferraz, 1965, p.58.

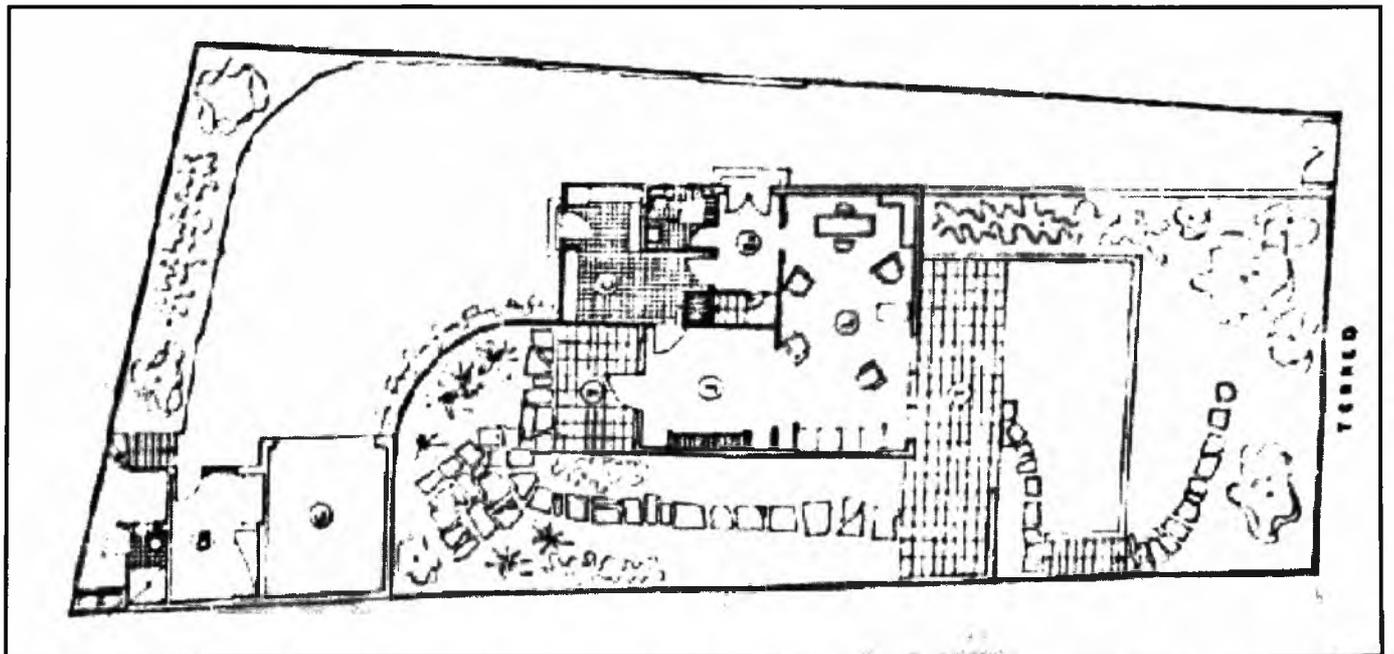


Figura 4: Planta da casa modernista do Pacaembú, de 1930, in Ferraz, 1965, p.88.

não edificado imediato, para o uso da família. A busca de identidade numa linguagem abstrata e internacional contemporânea e de identidade com a terra americana, tropical, forneceram alguns dos princípios programáticos com os quais a vanguarda cobrou seu espaço e estarão presentes também nas concepções paisagísticas. Já se vão 70 anos.

12 Bruand, 1981.

“Esse compromisso (na casa da rua Santa Cruz) denotava indiscutível apreço pelo país onde decidira estabelecer-se e foi bem recebido pela crítica, que via nos elementos tomados de empréstimos e no elegante jardim tropical, que envolvia e complementava harmoniosamente a construção, o símbolo de uma arquitetura atualizada no plano internacional e ao mesmo tempo profundamente brasileira.” E: “O jardim, com sua flora tropical de palmeiras e cactus, cuidadosamente ordenados para ressaltar a arquitetura, cujas linhas puras contrastam com a exuberância disciplinada da natureza, era obra de Mina Warchavchik, mulher do arquiteto e sua importante colaboradora, também uma pioneira em sua especialidade.”¹²

Os jardins não obedeciam a um projeto e eram executados sob sua supervisão, a partir de um planejamento de massas de espécies definidas, dispostas segundo um padrão predominantemente “formal”, ou melhor, com forte influência da geometria. É o que sugere a concepção do único plano a que tivemos acesso, justamente da casa da rua Santa Cruz, segundo Mauris Warchavchik que o mostrou, e do qual não temos reprodução. A rigidez desse desenho, dispondo a vegetação em canteiros ao redor da casa, com alguma preocupação funcional é, entretanto, de difícil harmonização com as fotos disponíveis. Apesar de muito parciais, pelas fotos podemos chegar com alguma segurança a características desses jardins (Figuras 4 e 5). São bastante empregados pisos formados por retângulos

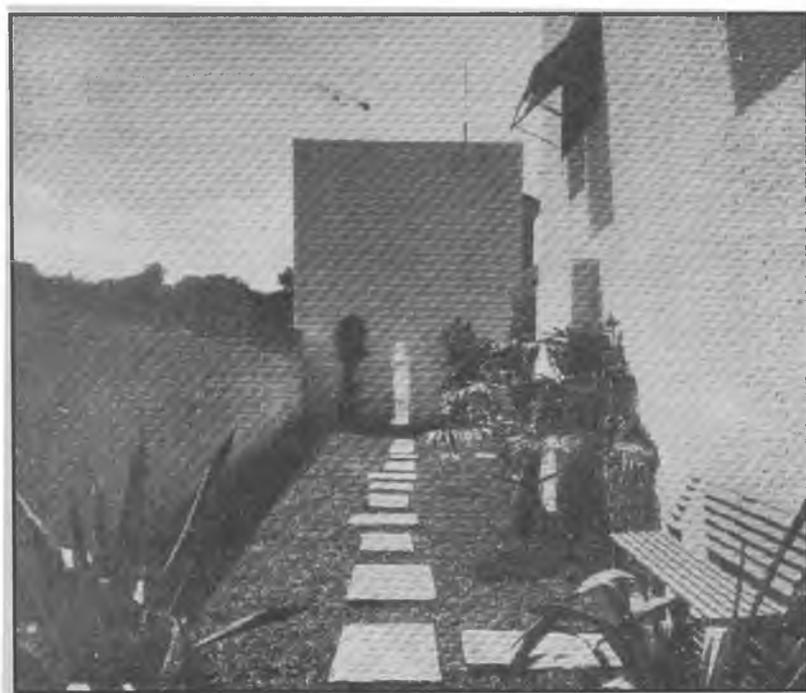


Figura 5: Foto dos jardins da casa modernista no Pacaembú. Observa-se que há uma preocupação em estruturar as principais percepções no que se refere à área externa, como se evidencia pela foto do "jardim íntimo" com a escultura de Brecheret (in: Ferraz, 1965, p.91).

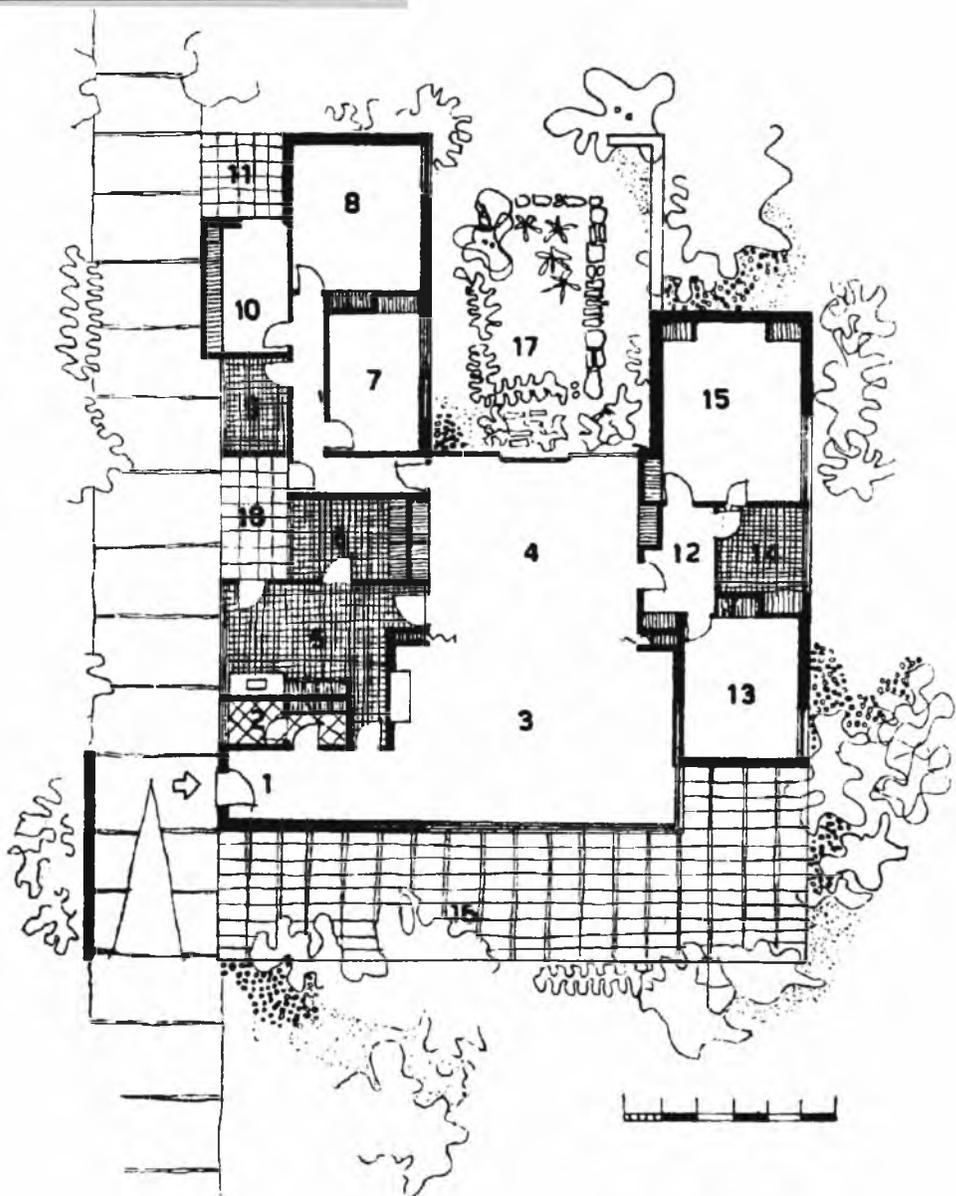


Figura 6: Planta da casa Silva Prado Neto, na rua Estados Unidos, São Paulo, de 1931. Observa-se que o jardim nas imediações da casa está pensado de modo integrado a ela e merece destaque a linguagem gráfica empregada em sua representação. Fotos da época de sua construção (Figura 7) e de 1945 (Figura 8) testemunham o crescimento exuberante da vegetação tropical ao redor da casa, in: Ferraz, 1965, p.115.

¹³ Lemos, In: Zanini
1983.

irregulares, com junta de grama. A vegetação – cactos, dracenas, pinheiros, agaves, guapuruvus (“árvore caipira que nunca havia recebido as honras de participar de uma jardim urbano”¹³) parece ser disposta em canteiros no meio do gramado e próximas às paredes da edificação e, em função da topografia, em escalonamentos do jardim governados por muros de contenção. O jardim dá o enquadramento da arquitetura (Figuras 6 a 8), não apenas como uma ornamentação, mas chegando em muitos casos a procurar um diálogo com ela, encobrido parcialmente paredes cegas, crescendo sobre o edifício, dando ritmo aos percursos ao seu redor. Em muitos casos podemos observar o jardim prolongando-se sobre a calçada, talvez em consequência dos bairros em que foram construídas as casas, ou denotando um cuidado na sua relação com a rua.

¹⁴ Reproduzido em
Tunnard, 1950.
Reproduzido em
Tunnard, 1950 e
Adams, 1991.
Adams, 1991.

Pelo menos no jardim da rua Bahia, parece-nos possível um paralelo estético com dois jardins modernos europeus. Os fundos da casa formam três planos (Figura 9) que são tratados de modo diferenciado e, embora dois desses níveis sejam tratados com pisos irregulares, os conceitos são bastante diversos. Particularmente o nível intermediário lembra um jardim de Canneel-Claes, na Bélgica¹⁴ e guarda notável parentesco, ao que percebemos das fotos, com um jardim de Guévrékian de 1927-28¹⁵ (Figuras 10 e 11). Guévrékian trabalhou com Hoffmann em Viena e com Mallet-Stevens em Paris, que o convidou para desenhar um jardim na Exposição de 1925: “*The first garden to make a dramatic break with the established traditions of spatial and compositional arrangement came in 1925 at the Exposition des Arts Décoratifs in Paris.*”¹⁶ Esta é, porém, uma possibilidade que apenas podemos indicar, pela pobreza dos dados disponíveis e pela relatividade da informação acessível nas fotos.



Figura 7: Residência Silva Prado em 1931, in: Ferraz, 1965, p.115

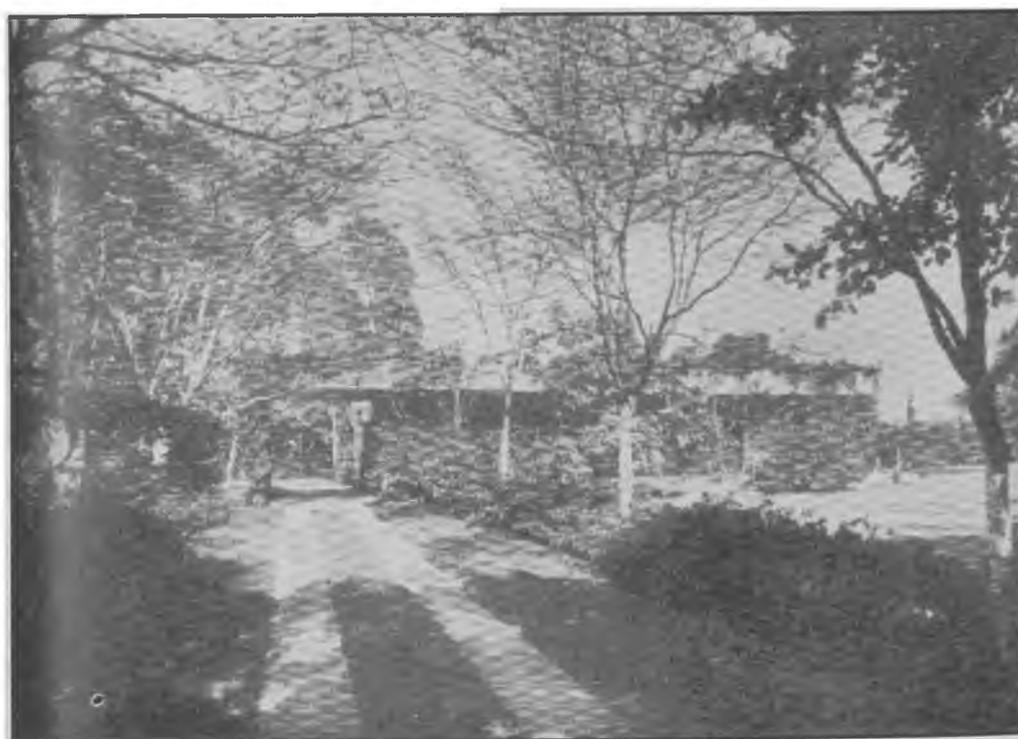


Figura 8: Residência Silva Prado em 1945, in: Ferraz, 1965, p.115

**ANOTAÇÕES PARA UMA HISTÓRIA DO PAISAGISMO
MODERNO EM SÃO PAULO: ELABORAÇÃO DA
LINGUAGEM E CONCEITUAÇÃO DE UM CAMPO
ENTRE ARQUITETOS**

Figura 9: Jardim recém-plantado da casa da rua Bahia, 1930, in: Ferraz, 1965, p.115



Figura 10: Projeto de Gabriel Guévrekian para jardim de Noailles, França, 1927-28, in Adams 1991, p.1. A ilustração parece mostrar uma gênese compositiva na estética do art deco e nos planos geométricos da arte abstrata

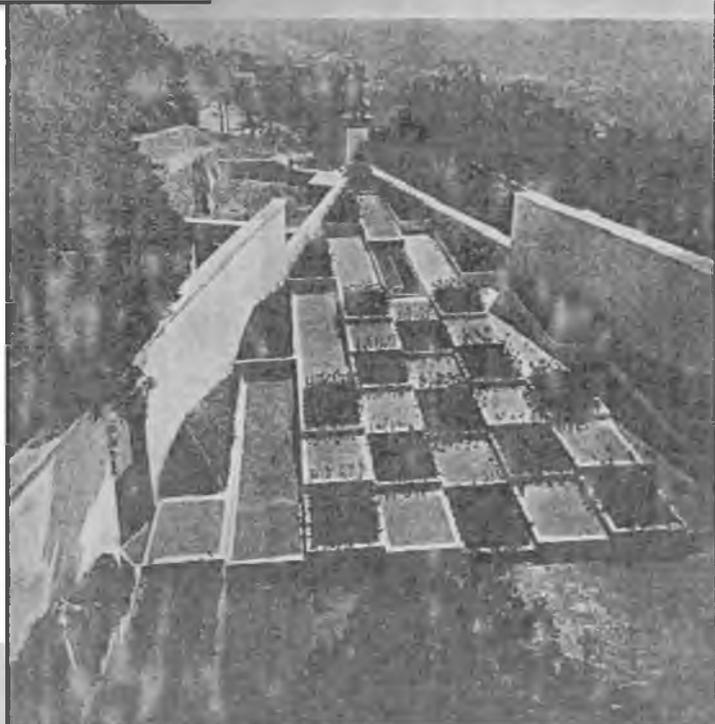


Figura 11: Projeto de Gabriel Guévrekian para jardim de Noailles, França, 1927-28, Tunnard 1950:70

“... os jardins, desenhados por Mina Klabin Warchavchik, de índole nativista, valorizando nossas plantas prosaicas e ‘selvagens’, passaram a servir de modelo não só a outros jardins como aos cultores das artes decorativas e vimos, por exemplo, o cacto mandacaru caipira ilustrar vitrais, tapeçarias e bordados art-deco.”¹⁷ Grande valor é dado por Mina aos arranjos de cactos, que se tornam um dos elementos marcantes de seus jardins. Chegam, de fato, a constituir um tema, e são usados pelo casal até na decoração dos interiores. Mostram ser, portanto, um elemento simbólico muito forte, que encontramos também na pintura modernista desse período.

Já em 1917 comparecem em um quadro de Anita Malfatti denominado *Índia* (Figura 12) e em 1922 no quadro denominado *Moema*. Podem ser vistos também em inúmeros quadros de Tarsila do Amaral. A partir de 1923 as obras dessa pintora revelam uma forte influência de Léger e das paisagens brasileiras, onde muitas vezes aparece a vegetação local, os tipos humanos e uma luminosidade e colorido nacionais, em quadros como *Morro de Favela* (1924), *Vendedor de Frutas* (1925), o *Momoeiro* (1925) e *Manacá* (1927), que evidenciam essa natureza, clima e “cultura” tropical, também representada na mesma linha de pensamento por outros artistas do momento, inclusive Segall.

“Tarsila, como outros modernistas – e perto dela Oswald de Andrade –, foi movida por Blaise Cendrars, naquele ano em visita ao Brasil, na descoberta de arquétipos culturais e artísticos do país.”¹⁸ Diversos

17 Lemos, in: Zanini, 1983.

18 Zanini, 1983.



Figura 12: Anita Malfatti, *Índia*, 1917
(in: Pontual, 1987, p.45).

¹⁹ Tarsila, in: RASM, 1939.

²⁰ Zanini, 1983.

²¹ Zanini, 1983.

²² In: RASM, 1939.

desses artistas realizaram viagens descobrindo o Brasil e procurando uma nova síntese por via da arte moderna. Nas palavras da própria Tarsila: *“Íamos num grupo a descoberta do Brasil, Dona Olívia Guedes Penteado à frente, com sua sensibilidade, o seu encontro, o seu prestígio social, o seu apoio aos artistas modernos. Blaise Cendars, Oswald de Andrade, Goffredo da Silva Telles, René Thiollier, Oswald de Andrade Fº, então menino, e eu.”*¹⁹ E nisso tiveram papel importante os Andrade. Preparava-se na defesa do primitivismo nativo, a *“independência cultural para o país, com o retorno à terra”*²⁰.

Zanini descreve a fase de Tarsila iniciada em 1928 com o Abaporu: *“Tão ou mais importante que seu ciclo ‘pau-brasil’ foi a fase ‘antropofágica’ e sua surreal presença de seres florestais disformes e cenários tropicais encantados.”*²¹ Nos quadros desse período notamos a presença de cactos e bananeiras, como no próprio Abaporu (*“uma figura solitária monstruosa, pés imensos, sentada numa planície verde, o braço dobrado repousando num joelho, a mão sustentando o peso-pena da cabecinha minúscula. Em frente, um cactus explodindo numa flor absurda”*, escreveu Tarsila²²), Antropofagia (1929) e tantos outros. O que demonstra o forte papel simbólico da natureza nessa interpretação moderna de nossa nacionalidade, e que nos parece dar conta de um enquadramento cultural plausível para os jardins de Mina, especialmente, no que se refere a seu alegado caráter tropical.

Fato que, por sinal veio a ser notado com descontentamento por Waldemar Cordeiro em artigo de 1970: *“O movimento cultural e artístico de 22 – e Prestes Maia pode ser filiado a esse movimento – perde a oportunidade de compreender a essência do momento histórico que viveu. (...) Quando o*

processo de urbanização começava a apresentar os primeiros conflitos, Mario de Andrade preferiu dedicar-se ao estudo do folclore rural. (...) Tarsila estudou com Léger – o artista precursor da linguagem da máquina é um dos mais importantes cubistas na opinião de Mondrian – para retratar (é esse o termo) as paisagens de sua fazenda.”²³ Esse desligamento do rural no modernismo teria entretanto que esperar a emergência de novos patrocinadores, não mais ligados tão intimamente à produção agrícola, como era a família Prado, e sem tradições com a terra, como por exemplo, Matarazzo na metrópole industrial da década de 50.

Um outro antecedente possível nos é proposto por Zanini²⁴, cuja repercussão não estamos bem certos: o artigo de Rino Levi publicado em 1925 no *Estado de S. Paulo*. Segundo o autor teria sido um forte antecedente teórico que preparava o campo do paisagismo no Brasil, “pela primeira vez posto em prática em 1927 por Mina Klabin” O trecho mencionado de Rino Levi diz apenas o que já vinha acontecendo em toda a vanguarda paulista: “É preciso estudar o que se faz e o que

²³ Cordeiro, in: Amaral 1986.

²⁴ Zanini, 1983.



Figura 13:
Recepção na sala de música da casa da rua Santa Cruz, com Guilherme de Almeida, Di Cavalcanti, Raul Bopp, Flavio de Carvalho, Brasil Gerson, Anita Malfatti, Nenê Moura, Alayde Borba e outros, in: Ferraz, 1965, p.57.

²⁵ Levi, 1960.

²⁶ Conferir o trabalho de
Hugo Segawa, 1996.

se está fazendo no exterior e resolver os nossos casos sobre a estética da cidade com alma brasileira. Pelo nosso clima, pela nossa natureza e nossos costumes, as nossas cidades devem ter um caráter diferente das da Europa. Creio que a nossa florescente vegetação e todas as nossas inigualáveis belezas naturais podem e devem sugerir aos nossos artistas alguma coisa de original dando às nossas cidades uma graça e vivacidade de cores únicas no mundo."²⁵ Além disso, é um eco de clamores que remontam ao romantismo do início do século 19 e aos viajantes estrangeiros desse período²⁶

A demanda pelo emprego da flora nativa já ocorre desde o início do século 19 e Glaziou, o paisagista francês que foi diretor de parques e jardins da Casa Imperial entre 1869 e 1897 já as empregava sistematicamente em seus jardins, além de ter enviado para seu país uma notável coleção de espécies nativas do Brasil. O que nos parece é que o pioneirismo de Mina Warchavchik não está tanto no emprego em si de espécies autóctones, e sim no emprego dessas e de outras exóticas no âmbito de uma linguagem moderna, da produção artística do espaço.

²⁷ Almeida, 1976.

Deve-se observar as ligações de Mina com os artistas da vanguarda, não sendo ela nem arquiteta nem artista. Gregori e Mina estavam amplamente comprometidos com os ideais e ações da elite que constituía a vanguarda paulista (Figura 13). Eram nos encontros desse grupo, muitos deles na casa dos Warchavchik, que todos esses ideais e novidades eram discutidos e convergiam. Foi na residência do casal que em 1932 criou-se a SPAM, integrando Mina a primeira diretoria²⁷ A sociedade reuniu artistas e intelectuais da primeira cena da vanguarda paulista, cuja ebulição pode ser seguida até a década de 50, descobrindo-se múltiplas relações entre os diversos setores aglutinados assim.

A condição de uma extrema vitalidade cultural numa sociedade provinciana e pretenciosa, que se modernizava, foi fundamental para a proposição e consolidação de uma linguagem artística e arquitetônica. Apesar de Lemos²⁸ afirmar que os jardins de Mina vieram a exercer influência sobre os jardins posteriores, não temos evidências disso. Entretanto, contribuíram seguramente despertando e reforçando a necessidade de uma “natureza” na arquitetura moderna e uma “natureza nacional”, o que quer dizer tropical, compondo a visão plástica de um mundo ameno e exuberante, ao mesmo tempo que portador de um choque, justificando a pretensão de coerência e totalidade artística pelo projeto moderno.

A opção tropical de seus jardins são uma transposição dos pressupostos intelectuais da época, especialmente em nível simbólico. O tropical não era ainda interpretado como uma natureza própria ou ecologia, mas como símbolo, como demonstram os cactos mencionados. Como a Semana, restrita aos salões da Paulista e ao *foyer* do Municipal (embora sua repercussão seja nacional), seus jardins ficam restritos aos lotes. Vinculados a uma experiência arquitetônica bastante circunscrita e motivados apenas por ela, o paisagismo moderno de Mina não atinge qualquer visão urbana. Não que naquele momento o paisagismo não tivesse uma participação na cidade. Além dos antecedentes mencionados do ecletismo, cremos haver em Prestes Maia uma preocupação cenográfica, que indicam a existência de um repertório e de uma necessidade. Porém, o paisagismo moderno ainda se acanha frente à cidade, ambientando umas poucas experiências isoladas e pontuais. Apesar de seu interesse permanecer restrito, sugere que a arquitetura moderna necessita de um exterior moderno e que a seleção de espécies vegetais pode se constituir em um discurso de intencionalidade cultural e

²⁸ Lemos, in: Zanini, 1983.

artística, cuja renovação já se colocava na obra hoje silenciosa de Mina Warchavchik na movimentada metrópole de estrangeiros e industriais que se insinuava.

O PAISAGISMO PARA A SÃO PAULO DOS INDUSTRIAIS

29 Morse, 1954.

“Na moderna cidade de São Paulo, é certo, o clima de vida está ainda impregnado – talvez mais do que nunca antes – de secularismo e oportunismo amorais, de relações humanas transitórias, parciais, individualizadas; da necessidade neurótica de poder, prestígio e posse, em suma, do ethos de ‘anomia’ de Émile Durkheim. Há, entretanto, indícios significativos de que novas maneiras de compreensão, planejamento e integração estão sendo apreendidas. Isto se reflete às vezes na visão atingida pelo poeta, pelo compositor ou pelo pintor. Às vezes se concretiza nos projetos ou realizações do arquiteto ou do planejador urbano. Outras vezes se afirma de um modo mais amplo e anônimo na atitude de certo grupo, burocracia ou empreendimento.” (Morse²⁹)

O panorama em que iremos analisar as formulações do paisagismo na década de 50 vem precedido de eventos notáveis. Com o fim da Segunda Guerra, a ditadura do Estado Novo (1937) não tinha como sustentar-se. Iniciava-se o período de redemocratização, legalização dos partidos e elaboração da Constituição. Os eventos foram marcados pela continuidade do governo Vargas, porém, num quadro democrático. Internacionalmente, os eventos são marcados pela “Guerra Fria” e pelo alinhamento com os EUA.

São Paulo, em 50, passara e passava por grandes transformações. A capital do café havia cedido à metrópole industrial, “a cidade que mais cresce no mundo” Paisagens de 20 anos

antes, quando o Martinelli despontava isolado como marco vertical da cidade, já não eram mais reconhecíveis. Santo André e São Caetano estavam integrados à malha urbana contínua e se entrelaçava o mesmo quanto à São Bernardo, Osasco, Guarulhos, São Miguel, Itaquera e outros. *“As ruas extravasam gente como a torrente que desliza na calha de um vale. Subindo ou descendo, as correntes humanas que sulcam as ruas e becos do Triângulo como que se dissolvem e quebram em pontos fixos subitamente, como que desaparecem, tranquilizam-se em remansos no Largo da Sé, Praça do Patriarca, Largo São Bento, Largo dos Correios...”*, escrevia Santa Rosa em 1935³⁰.

³⁰ Petrone, 1957.

Na verdade, a influência direta da cidade ia muito além dos municípios vizinhos. São Paulo tornara-se um pólo regional do país, atraindo cada vez mais pessoas devido à oferta de empregos nas indústrias, no comércio e na prestação de serviços. Também atraía investimentos crescentes, que encontravam disponível mão-de-obra e infra-estrutura necessária à produção. As grandes indústrias que se localizavam na região de Santo André e São Caetano consumiam 14,6% da energia produzida em todo o estado³¹. As ferrovias que haviam dado a centralidade de São Paulo na virada do século, foram substituídas pelo transporte rodoviário. (Anchieta, Anhanguera e Dutra são posteriores a 1947). Entre 1947 e 1952 o Aeroporto de Congonhas foi totalmente reformado e remodelado; ainda assim o tráfego internacional logo teve que ser transferido para Viracopos. Essa rede de transportes e comunicações era essencial à metrópole na década de 50 para circular mercadorias, pessoas, informações.

³¹ Mattos, 1957.

Todo esse quadro era perceptível através de drásticas transformações na paisagem. Além da verticalização as áreas centrais, obras de infra-estrutura incluíram pontes, retifica-

ção e canalização de rios, recuperação de várzeas, desapropriações para alargamento de muitas avenidas, que foram então asfaltadas (Santo Amaro, Tiradentes, Água Funda, Nove de Julho), passagens de nível como o “buraco do Adhemar” como a população apelidou a passagem sob a av. São João no Anhangabaú (antigo). Esses aspectos mencionados, entre outros, não se referem apenas a concentração dos meios para a produção, mas são índices da qualidade de vida urbana, o cenário onde ocorre o cotidiano dos seus moradores, com problemas de educação, saúde, habitação, transporte, meio ambiente, cultura...

A intensificação das questões urbanas traz um interesse renovado para a questão do planejamento. Em 1947 foi criada a Comissão Orientadora do Plano Diretor da Cidade – Plano Anhaia Mello – no Departamento de Urbanismo dirigido por Gomes Cardim. Em 1950 veio a equipe do Instituto Nelson Rockefeller, o IBEC, que redigiu o “relatório Moses”, propondo soluções baseadas em comparações com cidades dos EUA. Depois, em 1957, veio a equipe do padre Lebrecht, conhecida por SAGMACS, engendrando o sistema municipal e metropolitano de planejamento das décadas seguintes. Em nível nacional também havia um quadro favorável ao conceito de planejamento, expresso no Plano de Metas e na criação da Sudene.

São Paulo viveu no período um intenso movimento de renovação cultural. Os esforços da vanguarda desde 30 irão encontrar agora um espaço favorável, no nível particular fundamentalmente, que de certo modo institucionaliza a vanguarda em São Paulo. Assis Chateaubriand e Francisco Matarazzo Sobrinho foram os mecenas dessa movimentação artística da “metrópole industrial”. Em 1949 foi inaugurado o MASP, criado o MAM e a Vera Cruz. Em 1950, a TV Tupi e em 1951 a 1ª Bienal de São Paulo, que apresenta o expres-

sionismo abstrato norte-americano de Pollock e Tobey e os concretistas suíços, com destaque para Max Bill, que seriam uma influência determinante no meio artístico de São Paulo e Rio de Janeiro na década de 50, com sua repercussão inclusive no paisagismo. *“A capital paulista mostrava-se fértil de iniciativas culturais, de que são exemplos a Escola de Arte Dramática, o Teatro Brasileiro de Comédia...”*³², que se somam aos fatos já citados.

32 Zanini, 1983.

Em São Paulo, até o final da década de 40, atuaram isoladamente alguns arquitetos, como Bernardo Rudofsky, Warchavchik, Rino Levi, Jacques Pilon, Jacob Ruschti, arquiteto que integrou a comissão do III Salão de Maio de 1939, presidido por Flávio de Carvalho (sua esposa, Irene Ruschti, posteriormente veio a dedicar-se aos jardins, com muita sensibilidade e intuição). *“O quadro da arquitetura paulista começou a alterar-se, tendendo a um pensamento coletivo voltado à modernidade, somente na década dos anos 40 devido à ação de suas ocorrências: a chegada de significativo número de arquitetos estrangeiros, na grande maioria refugiados da guerra, mas também outros vindos logo após o armistício por razões várias, dotados de real valor profissional e a instalação das Faculdades de Arquitetura, a do Instituto, hoje Universidade Mackenzie e a da Unversidade de São Paulo.”*³³

33 Lemos, 1979.

Não foram apenas arquitetos estrangeiros que vieram para São Paulo. Nessa época, não sendo favorável a situação dos escritórios no Rio, vêm para São Paulo alguns arquitetos recém-formados na ENBA (que mantinha um ensino estritamente “acadêmico”), mas que haviam se posicionado por uma arquitetura moderna, procurando estágios na já afirmada vanguarda carioca. Apesar da produção moderna ser ainda isolada em São Paulo, o ambiente era promissor, pois

34 São muitos os destaques arquitetônicos da década em São Paulo: como o Ibirapuera e seus edifícios (Niemeyer, Lotufo, Uchôa, Kneese, 1951), a Fábrica da Duchena na Via Dutra (Niemeyer e Uchôa, 1950), o *Diário Popular* (Heep, 1946), o Estádio do São Paulo (Artigas, Cascaldi, 1952), o Edifício das Nações Unidas (Abelardo, 1953), o Conjunto Nacional (Libeskind, 1955), o Edifício Itália (Heep, 1956), o Masp (Bardi, 1957), entre tantos outros. Sua importância também poderia ser verificada em episódios que não ganharam tanta evidência, mas que apresentam interessantes conexões culturais entre os arquitetos do período, em articulações com o ensino e com o poder público, como foi o caso do Convênio Escolar. Apesar de sua breve duração – sua crise já se prenuncia nos preparativos das comemorações do IV Centenário e são profundas na prefeitura de Jânio Quadros teve um longo alcance no setor público. Muitos dos profissionais que atuaram no convênio (Helio Duarte, Tibau, Corona)

aliava-se ao crescimento industrial e urbano um amplo movimento de renovação cultural.

Os arquitetos interessados na renovação arquitetônica uniam-se em torno ao IAB, que tinha à sua frente Kneese de Mello, numa experiência que incluía o intercâmbio com artistas de vanguarda. Nesse ambiente intelectual procuravam a afirmação profissional num mercado ao mesmo tempo adverso e promissor, mantendo a fidelidade a uma proposição sem concessões do que deveria ser a arquitetura. A produção desses arquitetos viria a formar uma “escola paulista” de arquitetura moderna³⁴

Normalmente é entendido que, a par da renovação programática da arquitetura, não ocorre a renovação preconizada da estrutura urbana que tem como unidade a propriedade individual do lote, e a cidade simplesmente segue seu processo de valorização imobiliária. Essa tese é defendida no importante “Quadro da Arquitetura no Brasil”³⁵ de 1970. A imagem perseguida é a do edifício em meio ao verde e a reestruturação fundiária pretendida é a de uma estrutura urbana fundada na quadra (e não mais no lote, propriedade individual), propriedade coletiva, chão liberado. Os pilotis são o símbolo dessa idéia. Entretanto, esta contradição parece ser produzida por um modelo utópico, que acaba condicionando a pesquisa tipológica e impede a análise, naquele momento, de outras alternativas. Miguel Pereira³⁶, numa palestra em 1977, falando de Brasília, diria que o urbanismo brasileiro não acompanhou a evolução de nossa arquitetura moderna, na medida em que não soube reinterpretar nossa herança tradicional de cidade, enquanto a arquitetura estabeleceu um programa de modernidade em que essa reinvenção estava, em algum grau, presente.

Porém a estruturação da cidade muda grandemente no período. Em que pese a permanência do lote, seu conceito é totalmente modernizado e revisto, o que está a merecer estudo específico. O processo urbano introduz inúmeras modificações no parcelamento dos lotes, com possibilidade de verticalização que também representa uma nova forma de trabalhar e habitar, com a conseqüente valorização imobiliária e a introdução do conceito de zoneamento. Há um deslocamento crescente do centro urbano e as alamedas e boulevares do ecletismo são substituídos por avenidas que subordinam a estruturação da cidade à circulação rodoviária. A própria dinâmica urbana é outra, com terceirização das atividades e deslocamento das grandes indústrias na área metropolitana. Os arquitetos paulistas (e de outros lugares) se voltarão para o enfrentamento desses problemas pelo viés do planejamento urbano e regional; planejamento que também marca o discurso e ações do Estado. É nesse quadro urbano real e desarmônico que o paisagismo será solicitado.

Do ponto de vista da arquitetura, aparentemente, o paisagismo será solicitado porque uma casa moderna exige um exterior moderno. Na verdade, conceitualmente, há causas mais profundas. No lote, a distribuição, formulação, conceituação, hierarquia dos espaços externos depende do modo de morar, do programa e do partido arquitetônico adotado. Era sentida a necessidade de formulação de um ambiente arquitetônico que transcendesse o edifício, que remonta a Willian Morris e tem a ver com a renovação programática da arquitetura no início deste século. Mas, em que consiste essa renovação programática? A característica mais marcante e definidora da arquitetura moderna não é sua forma, mas condiciona sua forma: é seu conceito de espaço. Conceito que é discutido num texto breve, mas brilhante, de

foram também professores da recém-criada FAUUSP (1948).

35 Reis F^o, 1978.

36 Pereira, 1984.

37 Pedrosa 1981.

Mário Pedrosa³⁷ – “Espaço e arquitetura”, publicado no *Jornal do Brasil* em 1952.

A certa altura Pedrosa nota que o “*espaço é um nada – uma pura negação do que é sólido –, e por isso nós não o notamos*” Segundo ele, o movimento seria a chave para o valor espacial, perseguido já na Renascença, porém unidirecional, em perspectiva. Vejamos como entende o movimento: “*A noção de movimento dá um ritmo novo ao edifício, que passa a dilatar-se e a recolher-se como um organismo vivo, obedecendo a uma cadência semelhante à respiração.*” O espaço moderno não seria então a soma dos elementos espaciais, mas a fusão. Como conseqüência desse conceito, a casa moderna seria extremamente sensível ao mundo exterior e oposta às divisões por cubículos, dirigindo-se para fora e para dentro do edifício. A sensibilidade dinâmica do homem moderno o estaria exigindo. “*A civilização hoje conforma-se cada vez mais dificilmente à prisão espacial dos edifícios em alvenaria. Ela anseia, ao contrário, por espaços mais livres, maleáveis, ilimitados, como se estivéssemos todos à espera misteriosa de uma nova dimensão para além das três euclidianas. Essa concepção nova é o oposto ao espaço estático do cubo, mesmo o das construções modernas.*”

Como conseqüência, “*em lugar do ornato fatalmente resolvido no bidimensional (no plano estático, portanto), a qualidade plástica é dada pelos elementos dinâmicos estruturais, resultantes das relações abstratas de planos e volumes, que se interpenetram, de tensões espaciais que nos tocam e comovem*” Essa fluidez e transparência espacial dão de fato o programa arquitetônico moderno, em sua conceituação. Diga-se, de passagem, que essa sensibilidade já parece haver mudado atualmente. Mas, em nossa opinião, uma nova sensibilidade espacial teria sido uma das grandes contribui-

ções dadas ao projeto pelas vanguardas arquitetônicas, e ainda dá frutos criativos.

A arquitetura contemporânea exigia particular atenção à sua implantação e às relações dos interiores e exteriores, como já vimos³⁸. Além disso, a necessidade do verde como qualidade ambiental, lazer e referência está impregnada nos discursos modernos e assim fixada pela historiografia engajada e pelo imaginário da cidade que se propôs. Pevsner, como Gropius, retornam a William Morris para discutir a origem do design e da arquitetura moderna. O que nos remete, dentro do espírito das preocupações de Morris, a uma outra escala do ambiente humano que divergia dos *slums* da cidade industrial e remetia ao passado idealizado pelos pré-rafaelitas. Antes deles Owen, também na Inglaterra, propunha comunidades dispersas e baseadas numa relação com o campo produtivo, sendo que estes seriam rodeados por árvores frutíferas³⁹. Prazer, higiene e saúde a partir do trabalho e do convívio social.

Já Giedion⁴⁰ retorna à Roma dos Papas e aos espaços barrocos para explicar o vocabulário formal de Haussmann, a quem Le Corbusier⁴¹ elogia por haver, com suas “cirurgias”, tornado Paris uma cidade viável ao século 20. No outro lado do ringue, a tradição paisagística naturalista inglesa e o urbanismo de Camillo Sitte⁴², violentamente criticado por seu traçado irregular por Le Corbusier⁴³, que via na reta a expressão mais própria do espírito humano. Para Sitte a vegetação aparece na cena urbana basicamente como exemplar isolado enquanto que para Le Corbusier seus edifícios, implantados supostamente liberando espaços para o pedestre, emergiam da vegetação que lhes quebraria a monotonia. Os exemplos seriam muitos e poderiam ser aprofundados, tanto quanto acrescidos. O fato é que a vege-

38 O que é facilmente percebido nos escritos de Garret Eckbo.

39 Benevolo, 1981.

40 Giedion (1941).

41 Mencionado por Paulo Santos, 1981.

42 Sitte, 1980.

43 Le Corbusier, 1962.

tação, a partir do século 18, passa a assumir um papel simbólico e higiênico para os homens das cidades. Veremos que mesmo Waldemar Cordeiro, um artista avesso à cópia da natureza, levanta essa bandeira.

Nessas condições, o paisagismo como projeto dos espaços exteriores, não seria mera decoração de exteriores, atualizada esteticamente enquanto linguagem representativa da modernidade proclamada. Na verdade, está em discussão a função do exterior, a relação rua-edifício, edifício-exterior-interior, o modo de viver na cidade. Ampliando essa perspectiva, o que se discute é a função social do projeto do espaço livre, uma necessidade contemporânea das cidades e dos ambiente extremamente complexos em que vivemos. A resposta, na década de 50 em São Paulo, será formulada a partir de duas abordagens diversas, que partem do repertório da arte e da arquitetura modernas.

Segundo Ana Belluzzo, *"em São Paulo só por volta de 1950 alarga-se o espaço antes preenchido pelo arquiteto e pelo jardineiro, dando lugar à figura do profissional paisagista. Contavam-se no dedos: eram Roberto Coelho Cardozo e Cordeiro"*⁴⁴ Cordeiro representa uma experiência mais isolada, sem continuidade enquanto Cardozo teve grande influência no paisagismo paulistano, contribuindo para a formação naquela década de uma primeira geração de arquitetos paisagistas. O quadro alinhavado até aqui serve de ambientação a esses dois profissionais, que dão uma fisionomia própria ao paisagismo moderno paulista, em parte iniciado por Mina Warchavchik e diversa daquela dada por Burle Marx no Rio de Janeiro⁴⁵ As escalas, os conceitos, os modos de projetar divergem, menos presos a uma visão da paisagem natural exuberante, mais vinculados à paisagem urbana do lote e à abordagem do planejamento urbano.

⁴⁴ Belluzzo, In: Amaral 1986.

⁴⁵ Conferir capítulo em nossa dissertação de mestrado sobre Roberto Burle Marx, publicada resumidamente na *Revista Projeto*, n. 179 (1994).

WALDEMAR CORDEIRO: “HOUE IDÉIA, SIM...”

“Houve idéias, sim, no segundo pós-guerra, sobre o destino e os rumos da arte e da cultura brasileiras, bem como sobre suas destinações sócio-políticas” declarou Décio Pignatari⁴⁶ ao referir-se a Waldemar Cordeiro. Malevitch, van Doesburg, Mondrian, Schwitters, Duchamp, Ray, Arp, expressam na segunda década deste século a necessidade científica de objetividade e a impossibilidade da objetividade: a irracionalidade da falta de continuidade. Neste sentido, o concretismo da década de 50, na sua afirmação “não há mais continuidade”, no manifesto “Ruptura” de 1952, é a continuidade da ruptura, inserida agora em um novo quadro da contemporaneidade.

Para Cordeiro, esse “representante transparente do delírio da vanguarda dos anos 40 aos inícios do 70”⁴⁷, a questão da arte precisava ser recolocada, revendo sua relação com a natureza, a vida e a produção humana. O paisagista Waldemar Cordeiro é antecedido pelo artista e crítico de arte Waldemar Cordeiro. Os anos 50 são fundamentais na produção de Cordeiro. As obras de Cordeiro, segundo Belluzzo, baseiam-se em oposições entre retas e círculos e as resultantes desse encontro, valendo-se da figura-fundo de instrumentos para o traçado geométrico e materiais como esmalte sobre compensado que “impessoalizam a fatura e aproximam as obras plásticas dos projeto de consumo”

O artista concreto procurava, através da arte, discutir e atuar na sociedade, discutindo também o conceito de arte numa sociedade industrializada⁴⁸. Enquanto a vanguarda norte-americana descobria o expressionismo abstrato, e de sua crise saía para o objeto, a colagem, a apropriação e o evento, no Brasil a maior vitalidade cultural era dada pelo abs-

⁴⁶ Pignatari, 1986.

⁴⁷ Amaral, 1986.

⁴⁸ “A arte apresenta-se então como campo para a atuação do artista-projetista ordenador do espaço para uma nova sociedade, a arte a serviço da beleza sem

ranços morais, como disse ele, ou seja, mantendo sua pureza – arte pura – utilitária e coletiva, sempre a partir do abstracionismo geométrico, no anos 50” Amaral, 1986.

tracionismo geométrico, que ocultava a fatura humana, talvez em consonância com a euforia dos “50 anos em 5”

Nos anos 60 a obra plástica de Cordeiro procura um encontro mais ativo com o espectador. No concretismo, segundo Belluzzo, “o observador desvenda a construção da forma”, isto é, tem um caráter mais contemplativo. Segundo essa autora, *“As obras de paisagismo de Cordeiro vinham deslocando o observador platônico e privilegiando o uso e a percorribilidade dos espaços em sua dimensão real. Os percursos forneciam tanto os pontos de vista, como os tempos subjetivos.”* De certo modo, esse é o movimento de toda a arte do período, que se desloca do objeto para o ambiente.

No caso de Cordeiro, entendemos também que o paisagismo o tenha influenciado, especialmente quando surge a oportunidade de atuar em espaços mais abrangentes como no caso do planejamento urbano, que atraiu muito a atenção dos arquitetos nos anos 60 e 70. Essa preocupação poderia ter ocorrido, entretanto, sem a mediação do paisagismo, na medida em que germinava no âmago das propostas artísticas do período, como é o caso de Lígia Clark e Helio Oiticica. Os pop-cretos de Cordeiro são empréstimo a Schwitters e Duchamp comuns ao período e atualização a Rauschenberg. Representava um abandono da abstração geométrica, ou antes, um retorno parcial à figuração via pop e arte conceitual. E ao fazê-lo, não desprezava o aspecto básico da comunicação, implícito também no concretismo.

A arte concreta, apesar de sua objetividade pretendida, resulta decorativa, no seu esvaziamento da representação e da expressão e na sua investigação perceptiva. *“Essa nova atitude do artista de vanguarda é justificável diante do fracasso de todas as utopias de fundamento tecnológico. O fetiche tecnológico criou uma razão monstruosa. O*

irracionalismo do racionalismo abstrato já custou muito caro ao homem do nosso tempo. É um fato: o progresso técnico em si não resolve os problemas sociais e individuais, e, às vezes, agrava-os até a ruína", expressou Cordeiro no artigo "Musa da vingança e da tristeza" de 1965.

Cordeiro reconhece, portanto, as contradições internas ao esforço da arte concreta, a qual procurou fundamentar-se na evolução dos meios de produção industrial, eliminando vestígios artesanais e vendo a obra como projeto. Mas, eram apenas "amores platônicos", pois *"apesar das aparências é feito artesanalmente ou pelo mesmo na base do objeto único"*, como reconheceu o artista. Suas leituras são muito baseadas então na semiótica. No início dos anos 70 justificaria um retorno à figuração (mas não ao "naturalismo") em função da crise nas tendências construtivas promovida pelos meios de comunicação de massa e pelos meios eletrônicos⁴⁹

Desde 1965 ocupa-se também com a pesquisa da arte por computador, que na época era outro equipamento, diverso do que temos e envolto ainda em preconceito. Para Cordeiro, permitiria atualizar-se com o movimento da sociedade, que se deslocava do espaço propriamente dito para o fluxo de informação. Num artigo de 1970⁵⁰, ele nos mostrava que a roda de ferro e a roda do pneu, haviam introduzido mudanças nas cidades, levando à polinucleação e à aglomeração linear, mas que nos deparávamos com nova mudança: *"Acaba de ser criada a sociedade do 1º Centro Industrial, em Presidente Prudente, a 600 km da GSP. Os hiatos podem ser preenchidos pelo telex e pelo telefone, sem necessidade de continuidade urbana-física."* Para ele, com grande sensibilidade aos movimentos da sociedade, os computadores seriam um meio de vencer essas contigências espaciais, colocando

⁴⁹ Amaral, 1986.

⁵⁰ Cordeiro, in: Amaral 1986.

⁵¹ As pesquisas de Cordeiro iam num encaminhamento que reconhecem que a fotografia é um olhar do século 19, mecânico. "Nos últimos cinquenta anos, desde a Segunda Guerra Mundial, vem ocorrendo uma substituição de paradigma que deveria ter afetado profundamente a arquitetura: trata-se da substituição do paradigma mecânico pelo eletrônico. Podemos entender essa mudança

simplesmente comparando o impacto no papel do sujeito humano causado pelos modos fundamentais de reprodução tais como a fotografia e o fax; a fotografia no interior do paradigma mecânico e o fax no interior do paradigma eletrônico." observou o arquiteto Peter Eisenman, em 1993.

52 "Foi o paisagista profissional que sustentou financeiramente o artista puro", Belluzzo, in: Amaral, 1986.

a arte num circuito nacional. Vinte anos depois, já estamos nas possibilidades do fax, da Internet e os microcomputadores operam mais do que os computadores de 30 anos atrás, quando Cordeiro iniciou suas pesquisas, sem contar sequer com a tela, o visor⁵¹

Sua dedicação ao jardim foi incidental, derivada de necessidades financeiras⁵². Segundo Belluzzo, iniciou-se na atividade em 1950, com o paisagismo de uma obra de Artigas, e aparentemente por sua sugestão. Observamos na publicação do Mac que desde 1950, Cordeiro participa de reuniões promovidas por Artigas *"com o intuito de mobilizar os artistas e intelectuais contra a criação e a direção da Bienal do Museu de Arte Moderna de São Paulo"*

Ana Belluzzo também afirma que a partir de 1952 Cordeiro estudou botânica. O que demonstra que, apesar de sua opção por paisagismo ser decorrência de necessidade e oportunidade, o artista procurou uma relação compromissada com a atividade, procurando torná-la conseqüente. Na verdade, a melhor produção do artista de vanguarda, de 49 a 73, é acompanhada pela atuação como paisagista. Nessas condições ele procura também alguma coerência teórica entre essas duas atividades.

Há um constante questionamento em Cordeiro de todo tipo de naturalismo. Entendia que essa idéia não correspondia à natureza de artefatos do homem contemporâneo. *"O fato, porém, de que os artistas tenham desistido de tomar a natureza como modelo, não prova que se pretenda afastar a arte daquelas condições que tornam possível a existência real da linguagem artística. A arte não copia a natureza, ela é a natureza. E no empenho de superar os esquemas convencionais, a fim de remontar às razões primárias, a arte concreta descobre leis morfológicas. Coincidências fasci-*

nantes acontecem entre os objetos naturais e os criados pelo homem."⁵³

53 Cordeiro, 1957.

Essas idéias serão tranpostas para o paisagismo, porém apenas a nível visual. Para Cordeiro, cremos, o jardim ainda é um lugar convencional, o espaço da natureza para a arquitetura, o encontro entre natureza e artefato necessário ao equilíbrio psicológico, preconizado pela *Carta de Atenas*, como veremos. É interpretado com base numa linguagem artística contemporânea, como transposição das teorias plásticas. A discussão do conceito de jardim, em si, e de espaço livre, parece não ser levada muito longe. São, sobretudo, artesanais, seu modo de produção não é discutido. A transposição da teoria artística não é plena.

Apesar disso, não notamos que tenha chegado a definir seus jardins estritamente como artes plásticas, ainda que os produza como arte. Na sua visão de jardim, parece ansiar uma formulação de cunho urbanístico, pelo viés da *Carta de Atenas* inicialmente e depois pela semiótica. Talvez pela proximidade com os arquitetos e pela procura de um produto artístico não naturalista do concretismo, estivesse predisposto a encarar a prática da jardinagem como um projeto de significado urbano, que se expressa em seu paisagismo no nível da linguagem.

Para nós, neste momento, o que nos interessa mais não são seus jardins em si, que sem dúvida foram uma proposição avançada na década de 50, mas a discussão de conceitos que permitem seus textos sobre eles. Duas citações de Belluzzo, sobre o modo como viu seus jardins, indicam para nós o conteúdo convencional, talvez comercial, desses jardins "*Os jardins, espaços intermediários entre a arquitetura e o entorno urbano, nem sempre puderam favorecer sua interação, qualificaram, muitas vezes, o isolamento do habitar*"; e "*A*

vegetação cerca a obra, redefine os cantos à sua volta, qualifica espaços, preenche vazios, corrige a percepção" Essa função de espaço intermediário necessário qualifica o espaço em função da arquitetura.

O que Cordeiro parece ter procurado, na verdade, foi superar foi o mimetismo tropical dos jardins da época, aparentemente expresso na seleção de folhagens nativas comuns ao paisagismo em meados do século. Neste sentido, um pequeno triunfo da abstração e da indústria humana sobre a representação da natureza, que lhe fornece necessariamente parte dos elementos que especifica no projeto. Triunfo então definido pela disciplina do desenho, embora condicionado pela atávica necessidade do recinto-floresta, a idéia naturalista de jardim.

54 Na verdade, ainda não temos material adequado divulgado sobre os jardins do eclétismo e da primeira metade deste século.

Mesmo assim, os jardins de Cordeiro teriam que ser entendidos em parte como figurativos (quer dizer, naturalistas), nos termos conceituais propostos por ele. Embora sejam pictóricos e não imitativos, a função e aspecto de um lugar da natureza reinterpretada, é que dá o "tom" de seus jardins. Não há aquela proposição de "leis morfológicas" que superaram a figuração e revelam a natureza humana e cultural dos "mecanismos" perceptivos. No sentido em que estamos trabalhando agora, parte considerável dos jardins de Burle Marx seria ainda figurativa, isto é, naturalista, na medida em que também guarda uma intenção de reinterpretação da paisagem natural e do repertório artístico da estética pitoresca. Nos deparamos aqui com uma subversão dos conceitos habituais por Cordeiro e também com uma insuficiência terminológica quanto à estética dos jardins. O próprio conceito do que seja um jardim moderno e um acadêmico ou eclético não está claro, embora a imagem sugerida por essas expressões seja muito forte⁵⁴

O conceito de um jardim, ou melhor, de um paisagismo que possa responder a essa exigência conceitual proposta por Cordeiro no concretismo só será possível quando ele supera essa corrente e abandona a abstração geométrica, na época dos “pop-cretos”. Na década de 60 sua arte e seu paisagismo abrem-se de fato a uma perspectiva ainda mais urbana. O elenco de seus projetos datados o demonstrará. Igualmente sua formulação conceitual será mais sofisticada, como poderemos observar na análise dos dois textos seus sobre paisagismo.

O primeiro, foi publicado na *Revista Acrópole* 223, de 1957: *“Para uma justa proporção entre volumes edificados e espaços livres.”* Nesse texto, já com anos de experiência na profissão, entende que *“O paisagismo, como atividade complementar da arquitetura, só encontra condições favoráveis ao seu desenvolvimento quando o equilíbrio entre volumes construídos e espaços livres vem criar o problema de planejamento de áreas verdes.”* A par de uma percepção básica, há uma dupla concepção aqui, um entendimento urbanístico do que seja o espaço livre e do paisagismo como uma atividade complementar à arquitetura.

A fonte desse pensamento está na *Carta de Atenas*, a qual cita no parágrafo seguinte. Então lamenta: *“Cabe lembrar que a presença ou não do jardim não é uma questão de gosto, mas de higiene e também de cultura. Esse aleijamento cada vez maior dos elementos naturais – diz a Carta de Atenas – aumenta na mesma medida a desordem e a higiene. É esta aliás uma questão que poderia ser debatida em termos ainda mais amplos, verificando em que medida as novas formas de viver e de pensar possam prescindir das ‘condições da natureza’ ”* Conclui então com um argumento de força moral digno de Loos, nos primórdios do modernismo: *“A redução*

progressiva do verde nas grandes cidades não traz apenas a enfermidade e a decadência física do indivíduo. A natureza é ainda ao lado do conhecimento livresco, um manancial inesgotável de conteúdos."

Talvez essa formulação seja bastante influenciada por seus contatos com os arquitetos no período, quando Brasília exatamente colocava em discussão essa proporção entre volumes edificados e espaços livres na perspectiva da *Carta de Atenas*. Na década seguinte, num texto de 1964, reproduzido na publicação do MAC sobre o artista, nos aproximamos mais da paisagem como um fato social e cultural, numa complexidade urbana que a *Carta de Atenas* não compreende. É mais ou menos desse período o *playground* do Clube Espéria (1966), o qual nos parece a transposição conceitual mais plena atingida por Cordeiro para o projeto paisagístico do espaço externo.

O texto em questão intitula-se "Conceituação do paisagismo enquanto comunicação e arte" e baseia-se sobretudo na semiótica. Formula um conceito mais elaborado de paisagem e conseqüentemente do paisagismo na sociedade contemporânea. A aplicação desse texto ao projeto talvez viesse a permitir um resultado menos vinculado as formas naturais, o que nos parece interessante enquanto argumentação, especialmente no que se refere à paisagem urbana. Ainda que não estejamos procurando esse efeito, entendemos que o projeto de paisagismo também passa hoje por um momento de busca de identidade, que torna válido considerar essas hipóteses.

Para ele, uma atitude naturalista quanto à paisagem conduz à omissão e à neutralidade, porquanto desconsidera que a paisagem passou a ser um produto da cultura, um fato de comunicação, que se apresenta através de sinais naturais e

artificiais, símbolos e signos. Os geógrafos, discute o artista, distinguem entre paisagem geográfica e sensível, mas ambas são descrições da paisagem natural, percebida em sua mecânica. *“Diversamente o paisagismo, como atividade cultural, considera a paisagem enquanto realidade imediata, concreta, em que há identidade entre aparecer e ser. A paisagem sensível, então, nos termos da criação paisagística, é a paisagem no âmbito condutal (gestalt), cujo sentido não depende de explicações fundadas em fenômenos geográficos mas da sua realidade comunicativa, objetiva e direta. Ela não indica, é. Essa realidade, que é uma realidade psicológica, funda-se nas leis da percepção...”*

Cordeiro estabelece também uma diferença entre equilíbrio natural e cultural. O equilíbrio natural é expressão de uma relação econômica e tecnológica, que adquire novas formas e se revela mediante sinais. O equilíbrio cultural, englobando também aqueles sinais, funda-se em outras realidades – os signos e os símbolos. *“O paisagista na sua tarefa específica, embora opere nas condições do banal, do material, da corporalidade, do consumo e do redundante, propõe-se o ideal, a integridade, a perfeição e a informação imprevisível. É evidente pois que o equilíbrio da paisagem que pode ser alcançado pelo paisagista é o cultural, estando o outro, o natural, na dependência de condicionamentos gerais.”* O paisagismo se apropria da geografia para transformá-la em signo que comunica valores. Os geógrafos descrevem a paisagem de um modo naturalista, sem intencionalidade, sem a “subjetividade transcendente” que está na base de toda a criação. A paisagem deixa então de ser um cenário para ser autocompreensão que se realiza nos termos de um novo humanismo. *“Tudo na paisagem revela o sentido profundo do homem e da sua historicidade.”*

O texto permanece aberto, enquanto programa de paisagismo. Podemos, a partir daí, adotar múltiplas concepções. Inclusive uma que, segundo o concretismo de Cordeiro, procurasse um objeto puramente essencial e perceptivo, industrializado e reproduzível enquanto jardim, pois é nesse sentido que seus jardins permanecem naturalistas e objeto único artístico. Poderíamos procurar outros caminhos também, que explorassem o emprego da vegetação na paisagem urbana como intenção de comunicar um sentido. Interessa-nos é que a formulação de Cordeiro sobre paisagismo e sua função urbana evoluiu; como disse Pignatari: “Houve idéias, sim...”

Ao longo dos anos de 1950 até 1973, quando faleceu aos 48 anos, Cordeiro exerceu a atividade de paisagista. Da publicação do MAC sabemos que seu escritório adotou o nome inicial de “Jardins de Vanguarda” (1950/61), bastante sugestivo; depois, de 1961 a 1966 o nome “Waldemar Cordeiro Paisagista” e daí em diante “Waldemar Cordeiro Paisagista: Planejamento e Projeto Ltda” De acordo com o levantamento de suas obras constante dessa publicação, podemos verificar 223 projetos, dos quais 76 não estão datados. Destes, 70 referem-se a residências (40 projetos não datados) e edifícios (30 projetos não datados). Um número expressivo, que inviabiliza a distribuição dos projetos de residências e de apartamentos ao longo de sua carreira. Ainda assim, algumas hipóteses iniciais podem ser propostas. Na década de 50, Cordeiro realiza 22 projetos residenciais, 6 de apartamentos, 4 de sítios, clubes, obras públicas e 1 de planejamento, com Anhaia Mello. Na década seguinte, 22 residências, 34 de apartamentos, 15 de sítios, clubes, obras públicas e outros e 7 de planejamento, quase todos com Jorge Wilhelm. Na década de 70, isto é, em 3 anos, constam apenas 6 residências e 8 apartamentos (lembrando que há nessas categorias 70

projetos não datados) e 18 sítios, fazendas e outros, e 4 de planejamento. Não podemos concluir se houve redução ou não do número de projetos residenciais, mas é provável que não. Entretanto, podemos concluir que houve um notável acréscimo de projetos em outras escalas, inclusive de planejamento, a partir da década de 60. Ao todo, 55 projetos não residenciais, dos quais apenas 5 constam na década de 50 e 6 estão sem data.

Esses dados nos levam à hipótese de que o envolvimento constante de Cordeiro com arquitetos, no ambiente dos anos 50 e seguintes, corresponde também a uma mudança de perspectiva profissional do arquiteto, que participa de um mercado de trabalho composto não só por residências e que o paisagismo é chamado a uma compreensão cada vez mais abrangente do meio ambiente contemporâneo. Nesses anos são inúmeros os arquitetos com os quais Cordeiro parece haver trabalhado e também os clientes, que mereceriam uma identificação para avaliar melhor a inserção social do paisagismo.

Da avaliação de seus projetos na publicação do MAC e das revistas de arquitetura do período, podemos observar algumas características. Há nitidamente um primeiro momento, representado pelo Condomínio Itapoã (Figura 14) e pelas residências Keutenedjian (Figura 15) e Huck (Figuras 16 e 17), onde ocorre a transposição do artista plástico concretista para o plano (literalmente) dos jardins. Há uma diversidade, em cada jardim, de desenhos e possibilidades de pisos e caminhos, tratados com motivos geométricos lineares-angulares, curvilíneos ou circulares, dispostos de modo dinâmico, que estruturam os jardins e subordinam a vegetação. No jardim Keutenedjian, Waldemar Cordeiro declarou: “O número de materiais e espécies vegetais é o estritamente

ANOTAÇÕES PARA UMA HISTÓRIA DO PAISAGISMO MODERNO EM SÃO PAULO: ELABORAÇÃO DA LINGUAGEM E CONCEITUAÇÃO DE UM CAMPO ENTRE ARQUITETOS

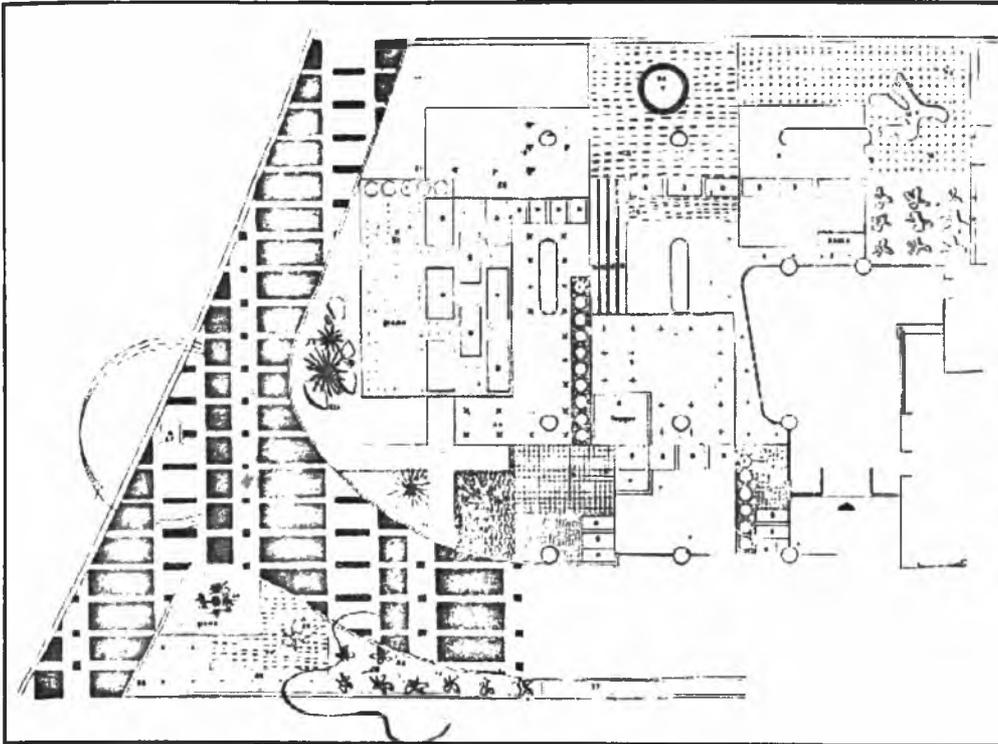
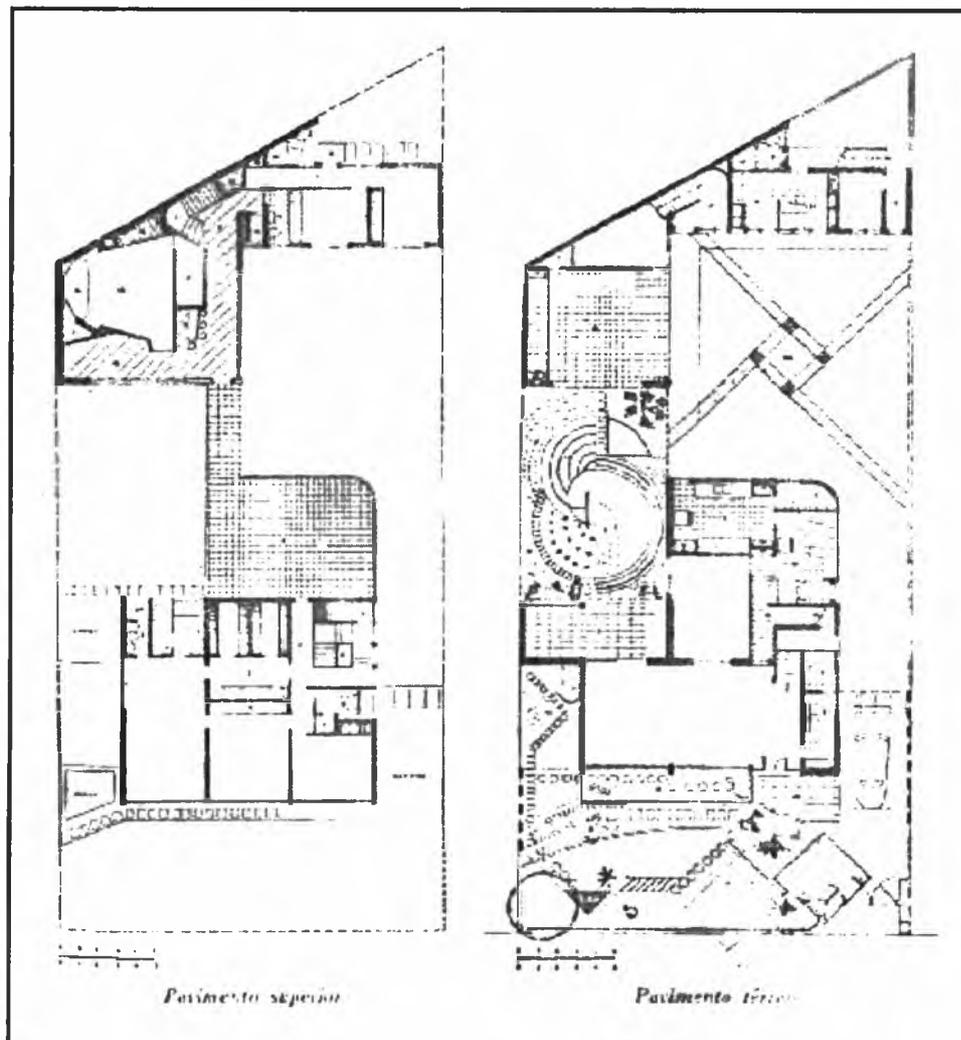


Figura 14: Condomínio Itapuã, 1950-55, paisagista Waldemar Cordeiro, arquiteto Lauro da Costa Lima (in Revista Acrópole (n. 223) p. 244-5, 1957). O texto destaca que as mudas estão plantadas em rigorosa distância geométrica e que os canteiros são retangulares por ser a forma mais precisa do ponto de vista do plantio. O trabalho baseia-se no emprego de uma diversidade de materiais e de texturas vegetais, organizadas a partir de uma composição geométrica abstrata no plano

Figura 15: Planta de residência no Jardim Europa, 1955, paisagismo de Waldemar Cordeiro e arquitetura de Lauro Costa Lima (in Revista Acrópole (n. 237) p. 423-5, 1958). Compare-se o detalhe (in Waldemar Cordeiro uma Aventura da Razão 1986:135) de composição com círculos, alternando forações materiais inertes com o desenvolvimento ótico da espiral de Arquimedes, de 1952 (esmalte s/ compensado, 71x 60,5 cm, in Waldemar Cordeiro Uma aventura da razão 1986:29), mostrando a relação do artista com seus trabalhos de paisagismo



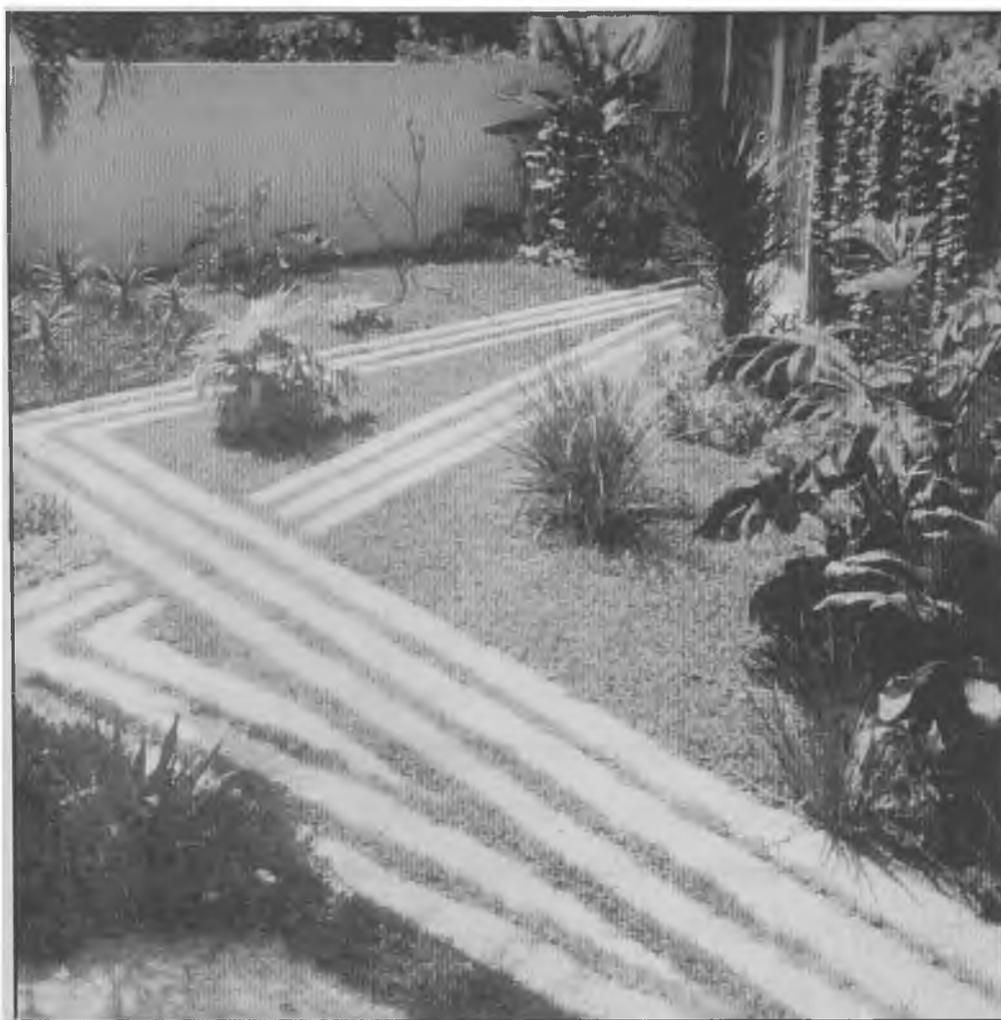
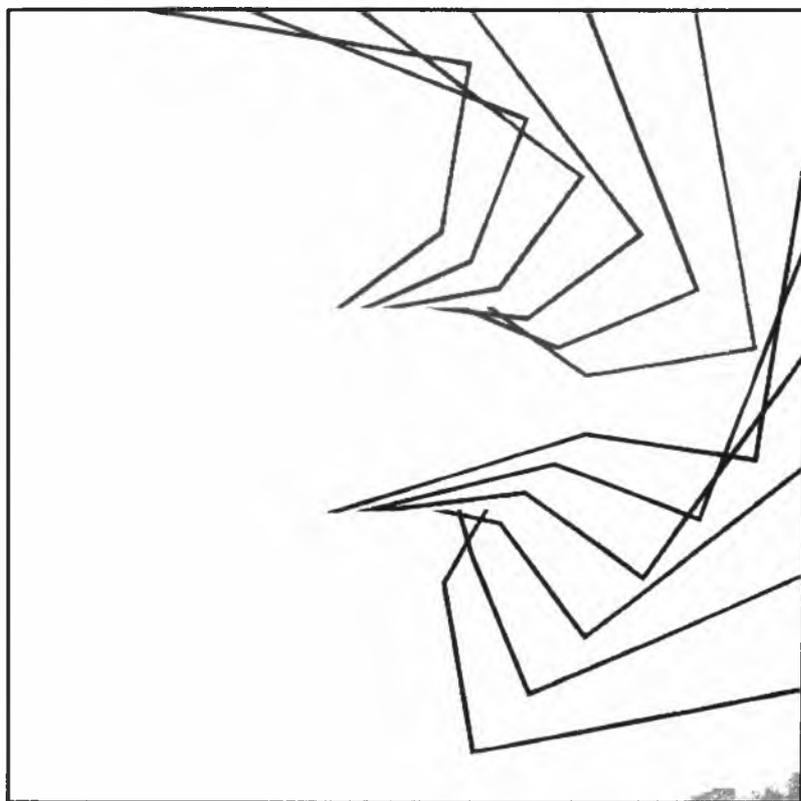


Figura 16: Detalhe do jardim da residência Abraão Huck, de 1956. Compare-se com a obra *Idéia Visível* de 1957 (Figura 17), mostrando ainda a relação entre o artista plástico e o paisagista

necessário a articular a estrutura plástica.”⁵⁵ Ainda assim são empregados muitos materiais diversos – fulget, litocerâmica, cepos de ipê, mosaico, ladrilho e talvez outros, inclusive uma gaiola de ferro e plexiglass azul, definindo texturas e linhas. Há uma intencionalidade plástica e uma relativa sutileza no arranjo da vegetação, apesar da rígida estruturação geométrica do desenho em planta, a qual se torna ela mesma uma obra de arte abstrata. Obedece assim a padrões de sobreposição e transparência, como em Moholy-Nagy, mas, devido ao emprego de materiais diversos e de espécies vegetais o “campo gráfico” é totalmente preenchido, diluindo o aspecto figura-fundo e essa referência fica implícita. Fica mais evidente a derivação, no conjunto, da musicalidade de linhas, pontos, massas, cores, de Kandinsky e, em seus segmentos, da geometria do concretismo.

⁵⁵ *Acrópole*, n. 237, 1958.

Figura 17: *Idéia Visível de 1957* (in: Waldemar Cordeiro *uma aventura da razão* 1986, p. 134 e 44).



Uma das características desses jardins é a fragmentação da composição geral, como são fragmentados esses espaços livres no lote. Cada setor é entendido de modo temático, com uma plástica autônoma. Ao contrário de Burle Marx, o artista parece abandonar a idéia de totalidade, favorecendo a “ruptura” entre as unidades dentro de sua linguagem. As espécies também são diversificadas, com distanciamento ritmado das mudas, muitas vezes em canteiros homogêneos com outras espécies pontuadas ou intercaladas matematicamente entre aquelas que formam as massas dos canteiros. Estabelece assim um jogo de cores, formas, texturas, com plantas que são colocadas com nítida intenção escultórica, dado pela diversidade; é um jogo perceptivo. Há uma alternância de pisos e canteiros, uma preocupação com um percurso não linear do usuário, ordenado graficamente, e contrastes quase sensoriais dos materiais. Apesar desse rigor geométrico, o jardim permanece ainda um produto artesanal.

Os projetos da década seguinte já apresentam novas preocupações. O jardim Munir Abud⁵⁶, de 1967, apesar da diversidade de materiais, parece ter um maior resultado de conjunto. Trabalha diferenças sutis de níveis e procura uma integração com o plano vertical da parede através de um mural abstrato. O jardim Anibal Haddad, 1962⁵⁷, resolve uma diferença de ambiente com um “mural cinético estrutural”, que estabelece um jogo com a idéia de parede que se transforma “em virtude de mudanças de luz (inclusive artificial) e do movimento do espectador”. É particularmente no playground do Clube Espéria de 1966 (Figuras 18 e 19), que Cordeiro realiza sua transposição artística e conceitual mais plena e coerente, como já mencionamos. Baseado ainda num zoneamento rigidamente segmentado (em função de faixas etárias), como uma junção de idéias, desenvolve plenamente a tridimensionalidade da construção, valorizando os aspectos lúdicos dos percursos e dos usos, com cores, jogos de luz e sombra, sensações táteis, numa construção abstrata, “gestaltiana”, que abandona a representação naturalista. É na procura do lúdico e da percepção dinâmica da criança que o projeto se desenvolve. Nesses projetos o percurso, que continua fundamental, não é mais gráfico, cria lugares para o usuário e talvez procurem mais a presença humana no espaço concebido.

Waldemar Cordeiro estabelece uma relação nítida na década de 50 entre a questão da linguagem artística e do paisagismo. O faz, porém, por um caminho diverso

⁵⁶ *Acrópole*, n. 340, 1967.

⁵⁷ *Acrópole*, n. 302, 1964.



Figura 18: Detalhe do playground do Clube Espéria projetado por Waldemar Cordeiro, 1966 (in: Waldemar Cordeiro *uma aventura da razão* 1986 p. 140).

Figuras 19: Detalhe do playground do Clube Espéria projetado por Waldemar Cordeiro, 1966 (in Waldemar Cordeiro *uma aventura da razão*, 1986 p. 141). As figuras 18 e 19 mostram a valorização dos elementos construídos e dinâmicos (luz, água) em composições espaciais e abstratas, onde a idéia do jardim como imagem da natureza não se coloca. Observa-se que uma obra sua de 1964 (Figura 20), *Contra os Urubús da Arte Concreta Histórica* (in Waldemar Cordeiro *uma aventura da razão* 1986:95) é bastante crítica em relação às tendências que abraçara na década de 50 e procura uma espacialidade que rompe com a noção de quadro seguindo as tendências da arte da época, mas também, segundo pensamos, expressando uma renovação da linguagem do artista plástico a partir de seu amadurecimento também como paisagista



58 Para maiores esclarecimentos sobre a obra desse artista, remetemos ao capítulo a ele referente em nossa dissertação de mestrado, do qual uma síntese foi publicada na *Revista Projeto* n. 179.

de Burle Marx⁵⁸ Este constrói com a natureza, Cordeiro descobre uma natureza recriada através de sua construção. Ambos, ligam-se a correntes da arte moderna com resultados confrontáveis. Burle Marx liga-se também ao naturalismo paisagístico e à idéia da “villa” e do parque do século 19. Cordeiro, pós “Victory boogie-woogie”, busca a objetividade da comunicação. A escala do urbano, Burle Marx busca um conceito ecológico didático, Cordeiro a racionalidade do planejamento. Natureza e artifício, um jogo básico ao projeto de paisagismo, ganha aqui novas possibilidades ao colocar em discussão não só a relação dos arquitetos com o construído e o natural, mas a relação da percepção do usuário e da criação artística.

Roberto Coelho Cardozo: Adequação ao Lugar, Atenção ao Detalhe e um Método para o Projeto

59 Magnoli, 1987.

“Cardozo é, enquanto professor e autor de muitos projetos, a origem dos arquitetos que atuam na paisagem em São Paulo.”⁵⁹ (Miranda Magnoli)

Cardozo trata para nossas discussões a mudança nos referenciais de projeto, especialmente em sua formulação conceitual, que se distanciam dos referenciais artísticos claramente determinantes em paisagistas como Burle Marx e Cordeiro, para a questão da metodologia do projeto de paisagismo enquanto uma atividade racional. Neste sentido, sua aproximação ao paisagismo e sua abordagem é radicalmente diferentes das anteriores. Seus projetos, entretanto, nos parecem familiares, pois coube a Cardozo influir diretamente na formação das primeiras gerações de arquitetos paisagistas em São Paulo numa acepção plena do termo.

Ele e sua esposa, Suzan Osborn, que também trabalhava com paisagismo e jóias, chegaram ao Brasil em torno de 1950. Sua esposa nos permanece um pouco mais obscura e foi de fato Cardozo quem exerceu maior influência. Graduado na Universidade de Califórnia, Berkeley, trabalhou com Eckbo antes de mudar-se para o Brasil. *“Era natural que uma série de circunstâncias facilitassem a transferência de inovações do jardim doméstico, que se alastrava principalmente a partir da década de 40, na Califórnia com os trabalhos de Thomas Church, logo acompanhado por Eckbo, Royston, Willians, Halprin e outros arquitetos paisagistas sediados basicamente em São Francisco, EUA. Nos típicos espaços da casa urbana dessa cidade se experimentavam formas, linhas assimétricas, e ângulos que permitissem alterar visualmente as dimensões aparentes dos espaços reduzidos, se procurava conferir uma estruturação escultórica ao espaço; a expressão espacial procurava novas formas visuais além de atender às exigências específicas de cada cliente na ‘utilização funcional’ e reduzir a manutenção pela seleção de vegetação, tratada como volume plástico e pela introdução de pavimentos e elementos construtivos relacionados à edificação.”*⁶⁰

⁶⁰ Magnoli, 1981; a autora chama atenção, entretanto, para as diferenças entre o lote californiano e o paulistano.

Chegado ao Brasil, Cardozo localizou-se por um período, aparentemente curto, no Rio de Janeiro, onde trabalhou com Burle Marx. Depois veio para São Paulo. Da análise de sua obra, não parece que ele tenha se permitido permear por Burle Marx, seja na concepção estética, seja na concepção sobre vegetação. Através dele a influência de Eckbo, a quem de fato está filiado Cardozo, seria profunda e duradoura em São Paulo, que até hoje mantém uma referência com o paisagismo norte-americano, em especial com a produção acadêmica de Berkeley e, mais recentemente, de outros centros de formação.

61 Depoimento do arq. Eduardo Corona ao pesquisador.

Seu percurso é semelhante ao de outros profissionais cariocas que nessa época vieram para São Paulo. Temos em mente Eduardo Corona que, formado na ENBA (Escola Nacional de Belas Artes), trabalhou com Niemeyer antes de mudar-se para São Paulo. Em depoimento ao pesquisador⁶¹, conta que Abelardo de Souza teria ido ao Rio procurar um professor assistente. A FAUUSP, criada em 1948, era implantada sob a liderança de Anhaia Mello e Corona vem trabalhar como seu assistente. Artigas também era assistente de Anhaia. Não sabemos em que circunstâncias, mas Cardozo também é convidado por Anhaia para assumir a disciplina de arquitetura paisagística, prevista no currículo para o 5º ano, com urbanismo, e que iniciou em 1952.

62 Depoimento de Lauro Birkhols ao pesquisador.

Segundo Lauro Birkhols, em depoimento ao autor⁶², Anhaia Mello, apesar de ser um arquiteto tradicionalista (a Igreja do Colégio São Luiz foi projeto seu), tinha um postura avançada no urbanismo paulista. Estava preocupado com uma distribuição não adensada no espaço urbano, com o “índice de aproveitamento” Estava atualizado com as utopias urbanísticas, especialmente o urbanismo inglês e as “New Towns” e interessava-se pela sociologia da “Escola de Chicago” Sabemos

que se atualizava também com o urbanismo e o “landscape architecture” norte-americano, como atestam livros que lhe pertenceram, hoje na Biblioteca da FAUUSP. Num texto seu de 1929, contemporâneo, portanto, a Prestes Maia que também estava atualizado com o urbanismo internacional, encontramos várias referências aos planos urbanísticos norte-americanos do início do século e às suas associações profissionais que, como sabemos, estão muito próximos ao paisagismo no “parks movement” e na “city beautiful” Talvez esses dados no ajudem a compreender como Cardozo teve a oportunidade de implantar a primeira cadeira de ensino de projeto paisagístico em bases modernas no país⁶³.

Cardozo não se mostrou muito afinado à reflexão teórica, seus artigos são iminentemente práticos, mais que isso, basicamente de divulgação. Suas declarações, entretanto, ao autor e a outros professores e pesquisadores do GDPA (Grupo de Disciplinas Paisagem e Ambiente da FAUUSP)⁶⁴, permitem elencar alguns aspectos que considerava prioritários à formação do arquiteto na disciplina que desenvolvia. Apontou-nos três, que consideramos da maior relevância: a implantação (onde se coloca a arquitetura, mas também porque, como, a quantidade de informação que se dá à arquitetura); a natureza como símbolo (vegetação, estações, ritos, passagem do tempo, materiais refletem o tempo); e a relação homem-natureza (que é de caráter sócioeconômico, que discute a fatura). Enfatizou-nos outros aspectos, como a diferença entre manutenção e *care*. Segundo ele, *care*, no inglês, expressaria um cuidado que envolve afetividade, não apenas do ponto de vista de manter funcionando. Com relação à vegetação, enfatizou-se muito sua especificidade, a aprender com ela. Segundo Luciano Fiaschi, que trabalhou com Cardozo após se formar em 68, em depoimento ao pesquisador Cardozo tinha uma enorme habilidade

⁶³ “Robert Coelho Cardozo tinha tido um papel extremamente importante ao valorizar o desenho: a simples existência de uma disciplina com a denominação de Arquitetura Paisagística já se constituía em exigência de reflexão; até a origem americana de sua formação já despertava o interesse para enfoques totalmente desconhecidos na época; em que pesem as lacunas graves de iniciativas para a formação de quadros, sua contribuição foi fundamental, para deixar, apesar de tudo, o germe para a equipe paulista de arquitetos paisagistas.” Magnoli, in: Mariano, 1992.

⁶⁴ Cardozo esteve em duas oportunidades com as quais participei com professores do GDPA, no escritório da Arq. Maria Franco e na FAUUSP, além de outro momento em que me concedeu um depoimento, em seu apartamento.

no trato com a vegetação, sabia conduzi-la com maestria para obter da planta em seu crescimento o resultado desejado. Cardozo nos chamou também muito a atenção para a pertinência, a adequação dos materiais inertes. Trabalhavam para ele profissionais experientes, acostumados às suas concepções, sabendo interpretar seus objetivos e exigências numa execução detalhada na obra, não no projeto mas *in loco*, no processo de sua feitura, onde se resolviam muitos encaixes, sobreposições, resoluções de materiais. Essas características apontam e explicam a procura de um emprego sensível de cada espécie, massa ou material, quer como detalhe, quer como obtenção de um resultado de conjunto.

Quanto aos valores de projeto respondeu-nos com uma ilustração inesquecível. O que se deveria procurar é sua adequação, expressa no que chamou de “bem contido”. O “bem contido” implicaria, além da adequação funcional, estética, ergonômica, a adequação sensorial, o sentido elaborado e peculiar de cada material, no tempo. Um dos e-

xemplos que deu, foi o de uma embalagem plástica de leite, que não nos traz maior compreensão do que é contido. Um copo de cristal antigo, daria um prazer especial à degustação de um vinho, ao tato dos dedos, da boca, o prazer mais sensível em sua função de copo do que

Figura 20: Waldemar Cordeiro, *Contra os urubús da arte concreta histórica*, 1964 (montagem com calota, guidão e roda de triciclo, 110 x 80 cm). A obra mostra a evolução do artista sempre crítico e ao mesmo tempo engajado na produção contemporânea. Na década de 60 o artista abandona a ruptura concretista da década de 50, atualizando-se com as tendências internacionais da arte povera, do pop e com o extravasamento da pintura para o objeto, sempre preocupado, entretanto, com o fazer, a produção material da obra, explorando, como já se notou também no paisagismo diferentes materiais



um grosseiro copo de plástico. A questão essencial ao projeto seria então como conter atividades diferentes, valendo-se do emprego de materiais inertes ou de vegetação, de uma sensibilidade à identidade e ao lugar, não só no espaço, mas também do tempo.

Apesar do caráter conceitual limitado de seus textos publicados nas revistas de arquitetura, podemos depreender algumas características de seu projeto e da maneira como concebia a utilização da vegetação. Por uma publicação de 1952⁶⁵, de apresentação da residência Rosenthal (Figura 21), vemos que através de elementos curvos o paisagista procura ampliar o espaço limitado do lote, favorecendo correções de suas proporções através das formas construídas e vegetais e introduz elementos de interesse, no caso, um “lago”. Nesse mesmo artigo propõe a vegetação em termos de tamanho, textura, forma das folhas. Por exemplo, sobre a *Dieffenbachia regina*: “Qualidade de superfície de planta baixa, de tamanho médio, com desenho miúdo em verde e branco sobre as folhas” e “Superfície bidimensional das paredes demonstrada por meio de plantas de desenho miúdo: *Ficus pumila* (...), superfície perfurada com desenho médio: *Hedera helix*...” Em um outro artigo, de 1955⁶⁶, divide a vegetação em plantas rasteiras destinadas à organização das superfícies e em árvores (em função de escala, forma, criação, controle de volumes), em três níveis: sob a superfícies (raízes), sobre a superfície (caules) e superior (copas) que organizam espaços e desempenham funções perceptíveis, ambientais e funcionais.

Podemos observar nessas publicações de seus projetos que as massas de vegetação visam principalmente orientar os percursos e formar espaços contingentes, com valorização da riqueza de texturas das folhagens. Estabelece assim uma relação rica entre usuários e vegetação, baseada na sensibi-

⁶⁵ *Habitat*, n. 6.

⁶⁶ *Acrópole*, n. 196.

ANOTAÇÕES PARA UMA HISTÓRIA DO PAISAGISMO
MODERNO EM SÃO PAULO: ELABORAÇÃO DA
LINGUAGEM E CONCEITUAÇÃO DE UM CAMPO
ENTRE ARQUITETOS

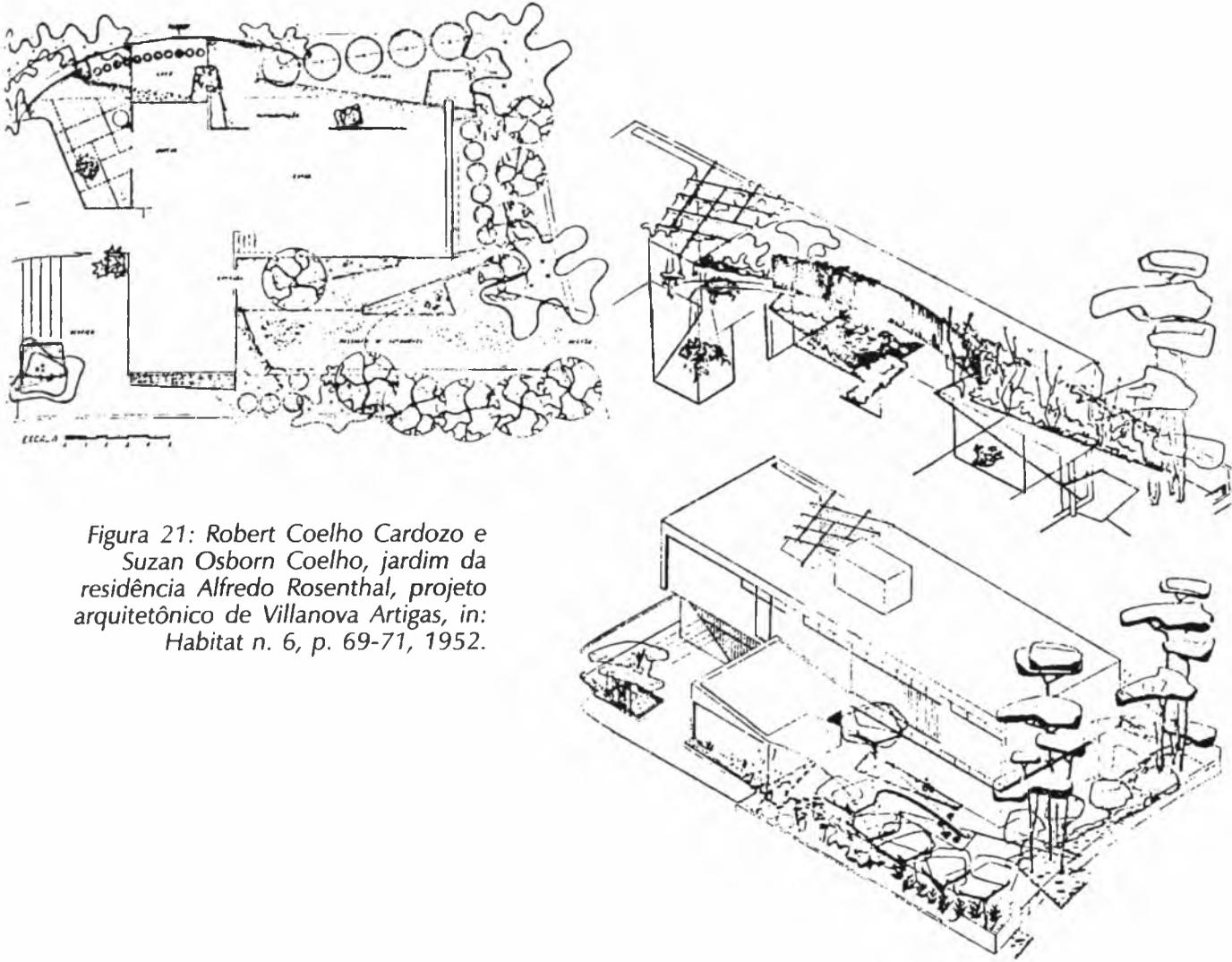


Figura 21: Robert Coelho Cardozo e Suzan Osborn Coelho, jardim da residência Alfredo Rosenthal, projeto arquitetônico de Villanova Artigas, in: Habitat n. 6, p. 69-71, 1952.

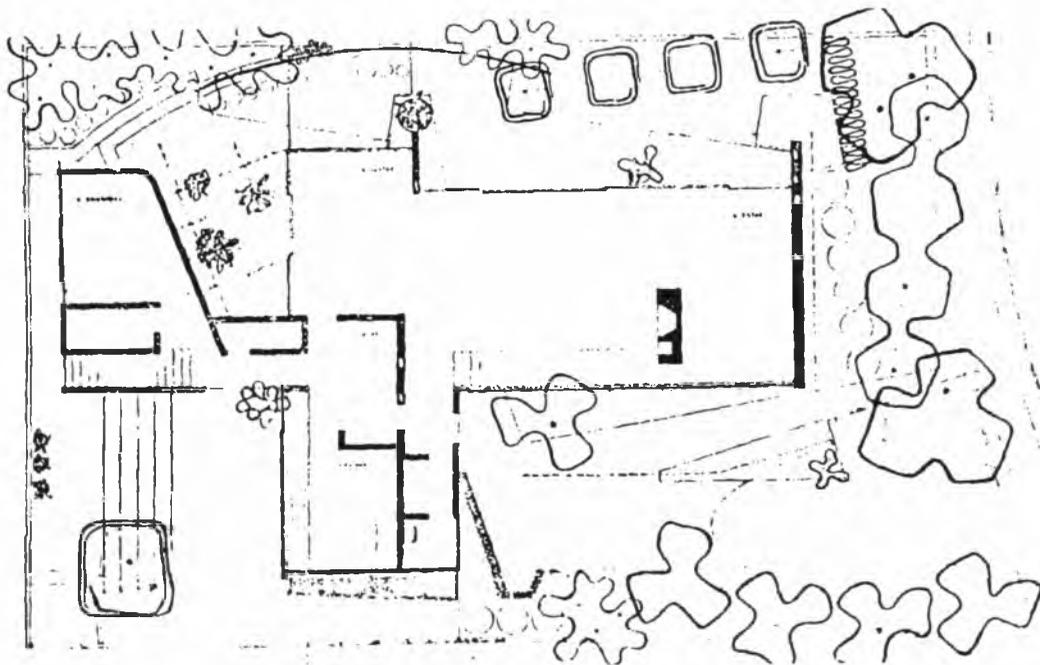


Figura 22: Robert Coelho Cardozo e Suzan Osborn Coelho, projeto de jardim de residência no Pacaembú, arquitetura de Villanova Artigas, in: Acrópole n. 212, p. 308-11, jun 1956.

lidade perceptiva. Seus percursos, no mais das vezes indiretos, e espaços são formados também pela disposição de gramados e pisos, bem como outros elementos construídos (muretas, bancos, desníveis), numa linguagem de ângulos, arcos que se confrontam (Figura 22), e de valorização das texturas dos materiais.

As plantas para seus projetos, como os detalhes construtivos resolvidos na obra, eram escolhidas uma a uma, a partir do esboço (projeto). Procurava criar fechamentos, surpresas, valorizar a luz sobre a vegetação. *“Procurei analisar as plantas que Cardozo usava, ver essa paleta do Cardozo, que em relação ao Burle Marx tem um aspecto muito diferente. O Cardozo praticamente trabalhava com aspectos sutis, com formas que se sobrepõem a outras formas, com tons de verdes, com plantas caducas e não caducas, enfim, com uma riqueza muito grande e muito mais sutil, menos explícita do que as cores do Burle Marx. A paleta do Burle Marx é uma coisa muito mais forte, ele usa muito vermelho, muito amarelo, verde e ele faz manchas, desenhos, coisas muito gritantes. O Cardozo tinha uma coisa mais delicada, mais sutil. Não que seja melhor, é diferente. Comecei a aprender a ver Burle Marx através do Cardozo, uma comparação por contraste”*⁶⁷, observou Benedito Abbud, que ainda ressalta que sua seleção de espécies não obedecia a um programa que privilegiasse a vegetação nativa; baseava-se na planta oferecer-lhe ou não determinado contraste ou efeito que lhe interessava, independentemente da origem. Podemos observar ainda que seus projetos buscam um zoneamento funcional e simbólico dos espaços da residência. Assim, dedica um artigo às áreas de entrada⁶⁸, as quais determinam a “individualidade dentro da unidade de vizinhança”, sendo uma “zona semipública”

⁶⁷ Benedito Abbud, depoimento ao pesquisador.

⁶⁸ *Acrópole*, n. 195, 1954.

⁶⁹ Abbud, 1986.

Alguns destes aspectos até aqui mencionados são encontrados nos projetos de arquitetos paisagistas até o momento e na dissertação de Abbud⁶⁹, embora ampliados e talvez mais dependentes de Eckbo e outros autores norte-americanos. Abbud na sua dissertação parece resumir a tendência no ensino do projeto paisagístico da FAUUSP e do emprego da vegetação, referente à escala do lote e da praça. Baseia-se num zoneamento funcional e na vegetação vista como massa e morfológicamente como um elemento arquitetônico (parede, teto, piso, meia parede...), isolada ou em agrupamentos. Esse aspecto também está presente em apostilas de curso mais antigas de Silvio Macedo. Ainda que Cardozo não chegou a produzir um material teórico, ele formou um modo de ver o projeto. Destaque-se entretanto, que a par dessa concepção arquitetônica da vegetação, Cardozo tinha especial consideração e conhecimento das características específicas da planta.

⁷⁰ *Acrópole*, n. 198, 1955.

Talvez o único texto em que ele formula uma concepção abrangente, mas ligeira, sobre paisagismo seja “O campo da paisagismo”⁷⁰, onde afirma que “a profissão – imediatamente – torna mais agradável e valoriza a paisagem” Em seguida explica que “o paisagismo é, em essência, um esquema próprio, adequado para o local” Afirmações que já estão na linha daquelas dadas em depoimentos ao autor. O trabalho do paisagista, para ele, depende de uma sensível percepção, capacidade de visualização, conhecimentos específicos e capacidade de equilibrar e amalgamar fatores, numa concepção complexa mas racional. Como características da profissão aponta a base científica referente à natureza e a reflexão artística amadurecida no traço das diversas questões de projeto. O método de trabalho lança mão de três recursos: um esquema de organização, seu desenvolvimento tridimensional e então o projeto de plantação. É uma concepção que

não chega a inserir o paisagismo (o projeto) num quadro social, como procurarão posteriormente fazer os arquitetos que contribuiu para formar. Para ele, basicamente, o paisagismo é uma questão de conhecimento técnico da natureza, de sensibilidade amadurecida pela experiência e munida da capacidade de representação espacial, e da interpretação da situação específica, o lugar em que se projeta. Nesse processo, procura criar formas do usuário estar “bem contido”

É nesse conjunto de fatores trabalhados no projeto por Cardozo e transmitidos de modo sensível aos arquitetos paulistas que passaram a se interessar pelo projeto da paisagem, no seu modo de conceber o emprego de vegetação e seu equilíbrio com materiais inertes na composição, que atenta para os detalhes e para o conjunto, na influência norte-americana que fornecia uma visão transmissível, sistematizável do projeto moderno à escala do lote e do urbano, que reside a herança deixada por Cardozo e desdobrada nas décadas seguintes.

Não conseguimos, entretanto, situar bem o trabalho de Cardozo para a praça Roosevelt (Figura 23), elaborada entre 1967 e 1968, na administração Faria Lima. Apesar de seus trabalhos mostrarem sempre uma preocupação com o meio ambiente construído, mostram também uma preocupação grande em equilibrar elementos naturais e construtivos na criação desse ambiente. Na Roosevelt, a idéia de adequação ao local refere-se apenas a uma laje sobre local de circulação, sem diálogo com o entorno (embora o projeto previsse sua extensão sobre quadra vizinha), antecipando a invenção do metrô na praça da Sé. Talvez houvesse aqui alguma influência de projetos norte-americanos da época. Aparentemente, seus projetos na década de 60 tendem a um aspecto cada vez

mais construtivo, onde a vegetação diminui sua função, mais subordinada aos elementos propriamente arquitetônicos. Na Roosevelt, entretanto, ela desaparece. De seus desenhos restam os ângulos, as variações de direção no percurso, a criação de lugares diferenciados e o emprego de arcos que se confrontam.

Miranda Magnoli, que por vários anos trabalhou com Cardozo e foi sua aluna na FAUUSP, acredita que sua maior contribuição foi como projetista e não como professor. Como professor, conta Miranda, causou impacto sobre seus alunos, principalmente através de seu questionamento constante das idéias preconcebidas e dadas como certas, colocando perguntas, desafios ao pensamento, que surpreendiam e faziam reavaliar. Segundo ela, entretanto, deixou de exercer uma influência de maior abrangência na medida em que não procurou montar equipes de trabalho e em formar quadros na universidade para o paisagismo.

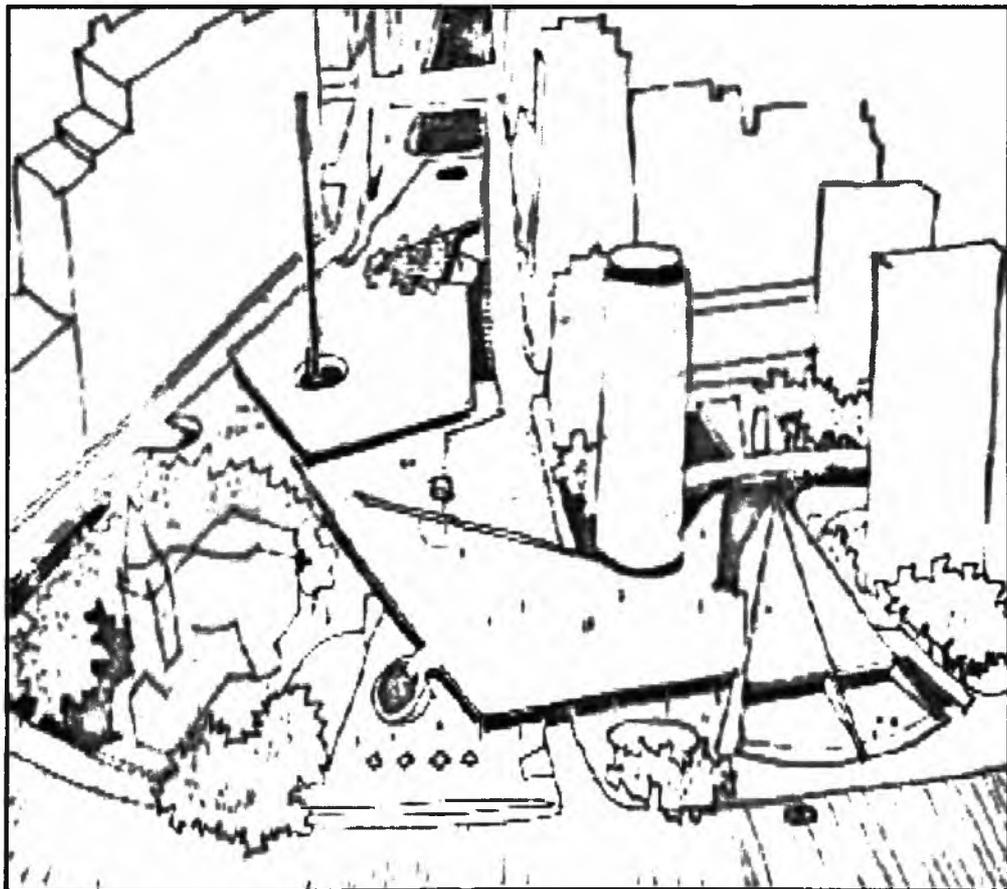


Figura 23: Robert Coelho Cardozo e outros, perspectiva da concepção original para a praça Roosevelt, in: Acrópole n. 380, p. 11-21, dez. 1970.

Em 1962 a FAUUSP passou por total reformulação didática, com criação de novas disciplinas agrupadas em departamentos e seqüências (no Departamento de Projeto, as seqüências de: projeto, planejamento, desenho industrial, comunicação visual), “correspondendo a uma ampliação do campo profissional do arquiteto”⁷¹ A disciplina de paisagismo veio a se localizar no 3º ano, na seqüência de planejamento. “... a implantação gradual dos Departamentos e das carreiras docentes na Universidade de São Paulo encontravam a área de Paisagismo a descoberto para garantir um espaço próprio a esse campo de conhecimento que ficou sob a responsabilidade a nível institucional da Disciplina de Planejamento I...”⁷² A partir de 1969, Cardozo muda-se para a Inglaterra e a disciplina é assumida por Antonio Antunes e depois em 1973, por Miranda Magnoli.

⁷¹ Magnoli, 1981.

⁷² Magnoli, 1981.

Magnoli⁷³ esclarece que a prática profissional era o elemento fundamental que alimentava o ensino de arquitetura, isto é, não se baseava em linhas de pesquisa. Na década de 50 não se colocaram aos arquitetos paulistas experiências de organização do desenho urbano e de grandes conjuntos construídos. Isso correspondia e formatava ainda uma demanda de formação do profissional. Como vimos, a disciplina de urbanismo era ministrada apenas no último ano da faculdade, ainda que contando com o interesse específico de Anhaia Mello na área. Na década de 60 essa perspectiva urbana é reforçada pela ideologia de um planejamento regional econômico governamental, e pela institucionalização de um sistema de planejamento urbano em São Paulo, com a equipe do grupo Economia e Humanismo, coordenada em 1957 pelo padre Lebrecht, conhecida por “SAGMACS” Essas abordagens iam de encontro a uma crise urbana de largo alcance e não apenas urbanística.

⁷³ Magnoli, 1981

74 Magnoli, 1981.

*“Os anos de década de 60 e boa parte da década de 70 seriam marcados por intensa agitação e crises: não era especificamente o ensino de arquitetura, isoladamente que estava em crise; eram as extensas transformações sociais, políticas e econômicas a nível mundial em curso, as violentas mudanças institucionais no país; a arquitetura sofria a crise da inserção da produção para uma sociedade de massas.”*⁷⁴ Talvez essas ênfases profissionais e acadêmicas (no contexto social delineado), concorressem para o salto considerável existente entre o edifício e a cidade até há alguns anos. Nesse quadro, o paisagismo solicitado na década de 50 que mantinha referência básica em São Paulo com o lote urbano, passa na década seguinte a ter preocupações mais abrangentes. Já o vimos no caso de Cordeiro e agora no de Cardozo e dos profissionais que lhe sucederam.

Pensamos que talvez o paisagismo, embora nitidamente condicionado em sua conceituação pelos movimentos de cada período, tenha antecipado algumas abordagens para superar esse salto do edifício para a cidade que prevaleceu pelo menos até meados da década de 80 com a emergência do desenho urbano entre nós. Vemos que a partir da década de 70, talvez fins de 60, o paisagismo de arquitetos (incluímos nesse caso Cordeiro, pela proximidade de suas formulações) procura uma abordagem racional integrativa do plano. *“Segundo Magnoli, no período do final da Segunda Guerra Mundial até a década de 70 seriam intensas as transformações do pensamento no paisagismo no exterior. ‘Os princípios do racionalismo na Europa, são retomados após a deflagração, conjuntamente com grande volume de estudos de planejamento em que se incorporam as questões dos espaços verdes urbanos, dos espaços recreacionais; é enfática a influência das concepções inglesas, ao mesmo tempo em que as necessidades de recons-*

truções e construções novas de inteiros bairros são de larga escala. Por vários anos se procuram estabelecer normas para esses espaços, a partir de observações sobre usos e freqüências de parques, áreas esportivas e áreas infantis (...). Apesar de iniciados de forma rígida e determinada na obtenção de superfícies, de índices, com o decorrer dos estudos, nos casos dos países de maior maturidade na área, foi possível chegar a traçar políticas globais de espaços e atividades ao ar livre de um lado e, de outro, a revalorizar a importância do desenho, enquanto composição paisagística (...)’ ”⁷⁵

75 Mariano, 1992.

Creemos que a natureza fragmentada do objeto – os espaços livres urbanos, sua diversidade e sua necessidade de configuração inerente ao paisagismo, favorecem a integração escalar. Uma abordagem conceitual que se movia da racionalidade abstrata do plano para a necessidade de dar forma, identidade ao lugar. Um exemplo dessa antecipação, de um planejamento que incluía o projeto, é dado na origem do Depave, que mencionaremos adiante. No âmbito da arquitetura, somente quando as utopias com relação à ordenação do ambiente caem em descrédito, é que se formulam conceitos alternativos, que se voltam para a identidade e tradição dos lugares. Muitos dos conceitos procurados, entretanto, se esgotam rapidamente na busca da irracionalidade da arquitetura, em esteticismos de apropriação pop, atualização com o consumo, que duram, para lembrar Warhol, cinco minutos de fama. Ainda que correspondam a uma mudança nos conceitos espaciais e de representação, não chegam a uma formulação consistente, em geral, até o momento.

A natureza da disciplina de paisagismo, abrindo-se para o planejamento na década de 70, num movimento que também é internacional, que acompanha a “crise ambiental”, promove o encontro com outras abordagens. A própria natureza do objeto, a paisagem, pela sua fluidez e ambiguidade

76 Pellegrino, 1987 e
Lima, 1987

de recortes possíveis, o evidencia. A aproximação com geógrafos no processo de planejamento, com botânicos no trato da vegetação já desde Burle Marx, favorece uma abordagem interdisciplinar. Não se consegue dar conta do ambiente apenas a partir dos enfoques propriamente projetuais. O conteúdo mencionado no últimos parágrafos acima transcende a Cardozo, mas é tornado possível a partir de sua atuação em São Paulo, ao formar arquitetos que se ocupam da paisagem e ao introduzi-los numa herança norte-americana que as formula a partir de Eckbo, McHarg e outros. Dissertações como as de Paulo Pellegrino e Catharina Cordeiro Lima⁷⁶ demonstram essa vinculação aos referenciais do projeto ambiental norte-americano.

O panorama do paisagismo paulista, dominado na década de 50 por Cordeiro e Cardozo se ampliaria gradualmente, com o surgimento de novos profissionais a partir do final da década, especialmente Miranda Magnoli e Rosa Kliass, que viriam a desempenhar esse papel fundador da profissão para as gerações seguintes. Na perspectiva de análise dos quatro pioneiros citados, o trabalho de Cardozo nessas duas décadas (50 e 60) em São Paulo, significa que a abordagem da profissão desloca-se do campo específico das artes plásticas e da botânica, para incluir uma formulação conceitual do paisagismo em condições urbanas, segundo uma visão do arquiteto. Nem por isso o paisagismo deixou de ser campo de sensibilidade, mas abria-se à oportunidade de uma formulação mais abrangente e necessária ao paisagismo.

Desdobramentos: Algumas Notas Complementares

O paisagismo residencial, institucional ou cívico sempre foi, e ainda é, a grande demanda dos escritórios. Basicamente ocupa-se do entorno das edificações e de cenários urbanos

–logradouros, parques, monumentos. Porém, a década de 60 assiste à afirmação de um pensamento mais ligado ao planejamento em São Paulo e paisagistas participam desses planos, elaborados por escritórios e órgãos públicos. Pode-se citar o exemplo da participação de Waldemar Cordeiro junto ao escritório de J. Wilhelm ou a discussão da paisagem urbana e metropolitana à qual concorrem profissionais da área como no PUB (Cardozo e Antunes) e PMDI (Cordeiro e Miranda), que trazem interessantes análises da paisagem e território, as quais são desenvolvidas também por geógrafos. Diluem-se, entretanto, as preocupações com a paisagem metropolitana e rural, com o meio ambiente e com a forma urbana correlata, na prioridade dada às abordagens sociológicas, a circulação, a aspectos econômicos da produção e institucionais-políticos. Em geral as preocupações com o meio ambiente e a forma urbana aparecem para endossar os documentos, investindo-os de um discurso suficientemente totalizador, mas que nem por isso chega a enfrentar efetivamente aqueles problemas.

A ideologia do plano substitui a preocupação paisagística da urbanística anterior, que em geral concebia sua abordagem a escalas mais locais; temos como exemplo os trabalhos propostos por Bouvard no início do século, que chegaram a configurar uma imagem de São Paulo. Mesmo o Plano de Avenidas de Prestes Maia, um trabalho afinado com as discussões urbanísticas da época, mostra ainda a descida a escala dos monumentos e percursos urbanos, fazendo propostas para sua organização formal numa composição do conjunto das soluções urbanas propostas. Mais recentemente, várias intervenções realizadas pela Emurb e pela Companhia do Metrô tiveram nas duas últimas décadas, elaboração de projetos complementares de paisagismo, o que não lhes garante, contudo, a compreensão deste campo.

77 Acrópole, n. 361,
1989.

Experiência de grande interesse e alcance foi realizada na prefeitura a partir de 1967-68. Miranda Magnoli e Rosa Kliass realizaram um cadastramento das áreas livres, tendo participado como estagiárias Edith Gonçalves e Maddalena Re. *“Foram locados todos os espaços livres de propriedade municipal, destinados a parque. Essa locação baseou-se através de verificação ‘in loco’ e nos desenhos dos arruamentos arquivados no Departamento de Urbanismo da Prefeitura Municipal de São Paulo. Procedeu-se à caracterização dos mesmos através da indicação da superfície, da topografia e de observações particulares a cada um, tais como: manutenção, existência de construções, rios, córregos, etc. Estes dados constam de ‘relações de áreas verdes’ anexas a cada uma das zonas. Constatou-se a existência de 3.260 espaços livres, complementando 2.670 ha, dos quais somente 210 são tratados, sendo todos os demais terrenos baldios!”*⁷⁷

78 Segundo Ayako Nishikara, depoimento ao pesquisador.

O trabalho, com uma metodologia influenciada pelo planejamento urbano e especialmente pelas propostas de planejamento de áreas livres correntes na época, previa a criação de parques de vizinhança, de bairro setorial e metropolitanos, com quantificação realizada a partir de dados demográficos, acessibilidade, raio de atendimento, estimativas de frequência, áreas de demanda respectivas e de índices urbanísticos. Do primeiro contrato chegaram a ser criadas 15 praças e de um segundo contrato, 36 praças⁷⁸

Desse trabalho realizado na gestão Faria Lima, resultou a criação do Departamento de Áreas Verdes do Município – Depave. Diversos arquitetos vieram a atuar no órgão: Ayako, Segnini, Lucia Porto, Vera Catunda e outros. Com a administração Maluf essa equipe foi desmontada; segundo Ayako arquitetos foram removidos (ela foi para limpeza pública) ou exonerados. Conta que permaneceram apenas Clayton,

Mitushi e Pitombo. Este último havia participado do convênio escolar desde sua origem (era engenheiro), uma experiência pioneira, considerada a primeira vez em que um grupo de arquitetos com programa moderno participou regularmente no âmbito do serviço público, sob a liderança de Helio Duarte⁷⁹

Na administração Olavo Setúbal, o Depave é reabilitado, com uma nova equipe. Nesse período são criados grande parte dos parques municipais (Carmo, Anhaguera, Piqueri). Porém, após essa administração, o órgão é sucessivamente desmantelado e não voltou a encontrar um papel de destaque necessário. A questão dos espaços livres de São Paulo, no âmbito da prefeitura, resulta sem um enfoque adequado, com suas competências divididas entre as ARs (Administrações Regionais, previstas no relatório de SAGMACS e criadas na gestão Faria Lima sem uma competência de planejamento) e Depave, porém sem qualquer política urbana para o setor, (mesmo após sua absorção na Secretaria do Verde e Meio Ambiente na gestão de Paulo Maluf, 1992-95). As áreas livres acabam sendo uma questão de cadastro imobiliário apenas. Também a qualificação dos espaços públicos urbanos, de modo geral, em suas múltiplas interfaces, permanece sem um enfoque adequado.

A partir dessas experiências e da atuação dos escritórios, surgem novas gerações de arquitetos que se especializam na arquitetura paisagística (Maddalena Re, Luciano Fiaschi, Benedito Abbud, Suely Suchodolski, Jamil Kfourri e tantos outros, que hoje chegam a formar um quadro bastante heterogêneo). As bases do ensino de paisagismo são revistas a partir de 1974, no contexto de uma outra abrangência e conceituação para o paisagismo: *“A análise em 1974 do que deveriam ser os conteúdos de ensino, nos levou a uma revisão dos funda-*

⁷⁹ Na administração de Jânio Quadros da prefeitura o órgão foi desfigurado de suas intenções originais. Entretanto, nas décadas seguintes ampliou suas atividades, tornando-se responsável pelas construções municipais, recebendo depois a designação de Edif. Com a contratação de projetos no setor privado, o órgão passou a cuidar essencialmente de manutenção dos próprios municipais. A lembrança do Convênio Escolar aqui é relevante, pois dá um quadro da inserção de arquitetos no serviço público.

⁸⁰ Magnoli, 1987.

mentos em que se processava a disciplina até então. E a procura de um novo enquadramento teórico se colocou como essencial: as mudanças fundamentais nas diretrizes mundiais após a Segunda Guerra, os arranjos nas relações entre os povos, o progresso do conhecimento científico, as possibilidades tecnológicas, transformavam as bases materiais da vida em escala e tempo antes inconcebível. Essas mudanças agiam de forma complexa, em todos os níveis, em articulações e combinações que levavam questões consideradas periféricas a uma posição central; novos territórios seriam ocupados para utilização de recursos ou para garantia de poder futuro sobre recursos; novas tecnologias de comunicação contribuíam fortemente para alterar, mais do que as distâncias entre os espaços, os tempos entre as idéias e os espaços. Os padrões de comportamento se alteravam; as noções de grupo e de comunidade estimulavam o deslocamento da preocupação com o indivíduo para os problemas das relações sociais. As transformações também atingiram as relações do homem com a natureza: a harmonização dessas relações teria como requisito o desafio da relação do homem com o homem, a aceitação dos conflitos inerentes a essa relação de grupos, comunidades, sociedades; o respeito ao homem sem coisificá-lo, sem reduzi-lo a uma categoria da economia. Essa deveria ser meio, ao invés de finalidade. Os objetivos de desenvolvimento seriam questionados. Essa era a paisagem do homem que sentíamos (...)"⁸⁰

A profissão ganha na década de 80 um status de reconhecimento, embora ambíguo, de maior solicitação conceitual e prática. Para o seu quadro atual, a crise ambiental que se torna evidente, solicita geógrafos a intervenção, mobiliza ambientalistas e ecólogos que introduzem uma visão aparentemente não intervencionista nos valores naturais, e amplia

as possibilidades de ação do paisagista. Por outro lado, consolida-se a mudança na forma de atuação dos arquitetos, num mercado bastante competitivo e estrangulado. E isso ocorre num contexto de crise dos pressupostos projetuais até então aceitos, uma busca constante de novidades (mesmo nas questões acadêmicas), que entretanto não é capaz de recolocar um caminho. Uma melhor avaliação desta experiência e desta herança é agora necessária, especialmente quando paisagismo se torna também moda e atrai a atenção de novos arquitetos que vêm no campo uma alternativa profissional; nem sempre com uma preocupação mais profunda do que seja o projeto da paisagem. Há também uma diluição de fronteiras entre paisagismo e arquitetura. Isso pode ser notado quando, em diversas faculdades, conteúdos inicialmente desenvolvidos por paisagismo passam a ser incorporados a outras disciplinas, em alguns casos tendendo-se inclusive pela diluição da disciplina no âmago de diversas outras que passam a oferecer esse conteúdo necessário.

Em outro campo, o urbano, com a retomada do projeto do espaço público como objeto arquitetônico e de planejamento (ou desenho) das cidades, o paisagismo também contribui com conteúdos. Para nós, o que está em causa é o projeto da paisagem. A tradição do projeto paisagístico que discutimos, que atualmente ganha novo interesse, nova força romântica, é um modo rico de discutir culturalmente as qualidades propostas ao ambiente. A mudança nos referenciais que forçam a revisão do projeto moderno em todos os níveis e campos de atuação e a mudança no entendimento da cidade, que passa a ser vista como história e como espaço público objeto de desenho⁸¹, demandam que a arquitetura dos arquitetos veja e interprete a paisagem.

81 Ainda que Otília Arantes tenha levantado, em artigo relativamente recente na *Folha de S. Paulo*, uma dúvida sobre o conteúdo ideológico que resta após alguns anos dessas aproximações.

Se nossa proposição sobre o projeto reside numa síntese cultural, é válido supor que se insinuem modificações nas questões e, portanto, os referenciais expressos 40 anos antes passam agora por uma revisão. O discurso da “era da máquina”, embora dê sua contribuição, é incompetente para a “era da informação”. De um lado, há o impacto de novas tecnologias que possibilitam uma visão muito mais global das questões, que introduzem a interdisciplinaridade; de outro lado, há uma diversidade de informações e conhecimentos particularizados que, entretanto, diluem os campos disciplinares, que acabam por compor um mosaico de opções que se renovam sucessivamente.

Devemos então perguntar o quanto essa metodologia do projeto paisagístico formulada na década de 50 e sua estética que surge a partir da década de 30 é ainda paradigma. A vanguarda a que se vinculam Church, Eckbo e outros já mencionados, é ainda a vanguarda da década de 20, atualizada aos desenvolvimentos artísticos contemporâneos a esses paisagistas. Desenvolvimentos que são de outra ordem e conduzem ao ambiente e a participação do usuário. A década de 60, no contexto da contracultura, favorece a valorização ambiental, a necessidade de expressão e identificação individual, a participação do usuário e o processo criativo, abrindo outras perspectivas ao projeto. A mesma década assiste à crise do objeto artístico que conduz ao “esgotamento das vanguardas”, que tendem a se ensimesmar e a se repetir gratuitamente de modo tedioso nas décadas seguintes. É no âmago dessa crise que a arquitetura chega a atualizar-se com as questões artísticas, a partir do pop. Rejeita-se o funcionalismo, reabilita-se o ornamento e a arquitetura torna-se um discurso sobre si mesma.

Enquanto as bienais estão cheias do refugo cultural, industrial e ambiental, os espaços urbanos se tornam o suporte para a realização da arte, através de edifícios e quarteirões de “grife”. O paisagismo tende a acompanhar essas proposições lingüísticas e subjetivas, exercícios formais que nos parecem muitas vezes inconseqüentes, um frenesi de linguagem e um preâmbulo de algo diferente. Há, é óbvio, produções interessantes, como as questões propostas pelos parques recentes de Paris ou pelo trabalho de Peter Walker nos EUA. A questão está aberta. O que representa uma oportunidade absolutamente essencial de discutirmos tanto a herança do projeto de paisagem que recebemos e estamos transmitindo, quanto a situação crítica da paisagem e do ambiente, enquanto projeto cultural, enquanto conceito de natureza que compete à nossa cultura, face a um quadro institucional e financeiro mergulhado em descrédito e depressivo.

BIBLIOGRAFIA

- ABBUD, B. *Vegetação e projeto. Estudos de caso em São Paulo com as reflexões de um arquiteto*. São Paulo, 1986. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo.
- ADDAMS, W. H. *Roberto Burle Marx. The unnatural art of the garden*. Nova York: The Museum of Modern Art, 1991.
- ALMEIDA, P. M. *De Anita ao museu*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- BENÉVOLO, L. *As origens da urbanística moderna*. São Paulo: Editorial Presença/Martins Fontes, 1981.
- BRUAND, Y. *Arquitetura contemporânea no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1981.
- CARDOSO, R.C. Áreas de entrada. Individualidade da unidade de vizinhança. In: *Acrópole*, n. 195, 1954.
- _____. Árvores (seus componentes essenciais). *Acrópole*, n. 196, 1955.
- _____. Praça Roosevelt. *Acrópole*, n. 380, 1970.
- _____. Um jardim. *Habitat*, n. 06, 1952.
- CORDEIRO, W. A arte concreta e o mundo exterior. *AD Arquitetura e Decoração*, n. 23, 1957.
- _____. Mural cinético estrutural. *Acrópole*, n. 302, jan.1964.
- _____. Para uma justa proporção entre volumes edificados e espaços livres. *Acrópole*, n. 223, 1957.

**ANOTAÇÕES PARA UMA HISTÓRIA DO PAISAGISMO
MODERNO EM SÃO PAULO: ELABORAÇÃO DA
LINGUAGEM E CONCEITUAÇÃO DE UM CAMPO
ENTRE ARQUITETOS**

- _____ Realismo – Musa da vingança e da tristeza. *Habitat*, n. 83, maio-jun., 1965.
- _____ Residência em Indianópolis. *Acrópole*, n. 340, mar. 1964.
- _____ Residência no Jardim Europa. *Acrópole*, n. 237, maio-set., 1958.
- EISENMAN, P. Visões que se desdobram. A arquitetura na época da mídia eletrônica. *Oculum*, n. 3, mar. 1993, FAU-PUCCAMP.
- ETZEL, E. O verde da cidade de São Paulo. *Revista do Arquivo Municipal*, n. 195, 1982.
- FERRAZ, G. *Warchavchik e a introdução da nova arquitetura no Brasil: 1925 e 1940*. São Paulo: MASP, 1965.
- GIEDION, S. *Espacio, tiempo y arquitectura*. Barcelona. Editorial Científico-Médico, 1958, 2. ed. (1941).
- LE CORBUSIER. *La ciudad del futuro (Urbanismo, 1924)*. Buenos Aires: Ediciones Infinito, 1962.
- LE MOS, C. A. C. *Arquitetura brasileira*. São Paulo: Melhoramentos/Edusp, 1979.
- _____ Arquitetura contemporânea. In: *História geral da arte no Brasil*. São Paulo: Instituto Walther Moreira Salles, 1983.
- LEVI, R. A Architectura e a esthetica das cidades. (1925). In: *Depoimentos I*, p. 32, São Paulo: FAUUSP, 1960.
- MAGNOLI, M. M. *A universidade, a pesquisa em paisagem e ambiente e o ensino nas escolas de arquitetura*. São Paulo: FAUUSP, 1987, mimeo.
- _____ Ambiente, espaço, paisagem e recursos humanos e meio ambiente. In: *Paisagem e Ambiente – ensaios II*. São Paulo: FAUUSP, 1987.
- _____ Experiência de ensino de paisagismo para arquitetos na FAUUSP. In: *Ensino e Pesquisa*. São Paulo: FAUUSP, 1981.
- MARIANO, C. R. *Parques metropolitanos de São Paulo: subsídios pra o desenho*. São Paulo, 1992. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo.
- MATTOS, D. L. de O parque industrial paulistano. In: *A cidade de São Paulo*, v. III, cap. I São Paulo: AGB, 1957.
- MORSE, R. M. *De comunidade a metrópole – biografia da cidade de São Paulo*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.
- PEDROSA, M. Introdução à arquitetura brasileira II. In: *Dos murais de Portinari aos espaços de Brasília*. São Paulo: Perspectiva, 1981.
- PELLEGRINO, P. R. M. *Paisagem e ambiente – um processo de aproximação no setor oeste da macrometrópole de São Paulo*. São Paulo, 1987. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo.
- PEREIRA, M. Arquitetura brasileira pós-Brasília. In: *Arquitetura e os caminhos de sua explicação*. São Paulo: Projeto, 1984.
- PETRONI, P. São Paulo no século XX. In: *A cidade de São Paulo*. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1957.
- PIGNATARI, D. Um radical inseguro. In: *Waldemar Cordeiro, uma aventura da razão*. São Paulo: MAC-USP, 1986.

- PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil. Ensaio sobre a tristeza brasileira*. 7. Ed. Rio de Janeiro: Col. Documentos Brasileiros, n. 152, p.146-235, 1928.
- RASM REVISTA ANUAL DO SALÃO DE MAIO, 1939 reed. 1984.
- REIS Fº, N. G. *Quadro da arquitetura no Brasil (1970)*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- SANDEVILLE JR., Euler. A herança da paisagem. São Paulo, 1994. Dissertação (Mestrado).
- _____ Paisagem completa. Breve viagem pela obra de Burle Marx. In: *Revista Projeto*, p. 89 e 90, out. 1994.
- SANTOS, P F *Quatro séculos de arquitetura*. Rio de Janeiro: IAB, 1981.
- SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público. Jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1996. 255 p.
- SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.
- SITTE, C. *Construccion de ciudades segun principios artisticos*. Barcelona: Gustavo Gili, 1980.
- TUNNARD, C. *Gardens in the modern landscape*. Londres: The Architectural Press (1938), 1950 (ed. revisada em 1948).
- WALDEMAR Cordeiro, uma aventura da razão. São Paulo, MAC-USP, 1986.
- ZANINI, W. (org.) *História geral da arte no Brasil*. 2V São Paulo: Instituto Walther Moreira Salles, 1983.



**O PROJETO, AS FUNÇÕES E O USO
DOS PARQUES URBANOS DO RECIFE**

Ana Rita de Sá Carneiro

HISTÓRIA

**ANA
RITA
SÁ
CARNEIRO**

Ana Rita de Sá Carneiro – Doutora em Planejamento Paisagístico pela Universidade Oxford Brookes, Inglaterra, Professora Adjunta do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco.

RESUMO

O trabalho que apresentamos é parte da tese de doutorado denominada "The relationship between park design, functions and uses. A case study in Recife, Brazil" (1996). Teve como objeto de estudo a investigação entre o projeto paisagístico, as funções e os usos dos parques urbanos.

O estudo focalizou o Recife e originou-se da observação acerca da necessidade de criação de novos parques na cidade e da carência de pesquisa sobre parques no Brasil. Também foi realizado um levantamento da literatura na Europa e nos Estados Unidos sobre as concepções de projetos de parques que influenciaram a criação dos parques nos países em desenvolvimento como o Brasil.

A relação entre o projeto e o uso foi analisada avaliando-se a compatibilidade entre o projeto e as reivindicações dos usuários levando-se em conta a provisão de equipamentos, o tipo de atividades realizadas e os problemas identificados.

ABSTRACT

The research had as its main aim the investigation of the relationship between park design, functions and uses. This study, focusing on the city of Recife, originated from observation of a need for new parks in the city, and the limited research about existing parks in Brazil. A literature study of different concepts of park design in Europe and America which have influenced the development of parks in developing countries such as Brazil.

The links between park design and uses were investigated by assessing the level of match between design and user requirements, taking into account the provision of facilities, the type of activities undertaken and the level and type of problems identified.

INTRODUÇÃO

Este estudo se originou de um interesse pelos espaços livres de recreação a partir de uma dissertação de mestrado (1989) sobre as diferentes formas de ocupação e usos encontrados no Parque Histórico Nacional dos Guararapes na Região Metropolitana do Recife.

A observação sobre a visível carência de áreas livres de recreação no Recife, tendo como indicador importante a quantidade de campos de pelada (campos de futebol improvisados em áreas devolutas) existentes por toda a cidade; a falta de informações a respeito de parques bem sucedidos em outras cidades brasileiras, a precariedade de estudos sobre as influências estrangeiras na concepção dos nossos parques; e finalmente, a ausência de pesquisas sobre as necessidades recreativas da população recifense foram os principais motivos que levaram à elaboração deste trabalho. Recorreu-se à literatura sobre o desenvolvimento dos parques na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos que esclareceu como as diversas concepções de parques têm mudado durante os anos, influenciadas pelas características sócioeconômicas e culturais das populações e também pela localização nos aglomerados urbanos. Assim surgiram os vastos jardins contemplativos do século 19, o parque de paisagem da Grã-Bretanha, o *parkway* e os parques de vizinhança americanos, e os formais e monumentais parques urbanos franceses. Além disso, a literatura mostra que as idéias dos paisagistas nos países desenvolvidos influenciaram os projetos dos paisagistas nos países em desenvolvimento e que não existe um projeto ideal de parque que atenda igualmente aos dirigentes e aos usuários nos diferentes países e nem mesmo nas diferentes cidades de um mesmo país.

Assim como os projetos paisagísticos dos parques variam, também as funções e os usos irão variar, pois os projetos dos parques são elaborados para responder a funções a ele atribuídas, que por sua vez devem refletir o modo de viver da população. Recentes pesquisas em parques, em cidades européias e americanas, sobre aspectos do comportamento e percepção dos usuários (Carr et al., 1992; Burgess, Harrison e Limb, 1988; Comedia/Demos, 1995), assim como aspectos sócio-culturais e do planejamento da hierarquia de espaços livres (Llwyn-Davies Planning, 1992), têm focado a participação dos usuários nesse planejamento e no gerenciamento dos parques. E os debates têm crescido em torno da hierarquia de espaços livres, o que tem requerido a formulação de políticas que garantam uma inclusão do sistema de espaços livres no planejamento urbano da cidade.

Muitos problemas também têm sido identificados nos países desenvolvidos como falta de verbas para manutenção, definição de responsabilidades entre o governo central e local, falta de funcionários treinados, falta de segurança, vandalismo e necessidade de espaços livres que atendam aos diferentes grupos sociais incluindo os deficientes físicos e idosos.

Diante das questões citadas, o principal objetivo desta pesquisa foi investigar as relações entre o projeto paisagístico do parque urbano, as suas funções e o seu uso, levando em conta as características do sítio e as condições sócio-econômicas da população que mora no entorno. Assim, a formulação do principal objetivo teve como base o seguinte argumento adaptado de estudos da arquitetura de edifícios: se o paisagista atende no projeto do parque à função definida pelos dirigentes refletindo as necessidades dos usuários, esse projeto estaria compatível com o uso, o que resultaria no sucesso do parque.

A CONCEPÇÃO DOS PARQUES URBANOS DO RECIFE

Comparada com outras metrópoles brasileiras e considerando-se a demanda existente pela grande freqüência nos parques, o grande número de assentamentos populares sem áreas de recreação e jardins, incluindo conjuntos habitacionais e favelas e a presença dos campos de pelada que demonstram a necessidade de áreas de recreação, o Recife é uma das menos beneficiadas pela presença de parques. E parece que a forte presença de elementos naturais – água e vegetação – distribuídos nas praias e áreas ribeirinhas levou os dirigentes a esquecerem a criação de parques públicos, principalmente, para as classes de mais baixa renda, como se a cidade aquática de diferentes manchas, cores e cheiros fosse um grande parque.

No Recife, o primeiro parque denominou-se Parque do Palácio de Friburgo (aproximadamente 6 ha) construído pelo Príncipe Maurício de Nassau por volta de 1642 contendo um jardim botânico e situado onde hoje está a praça da República, em frente ao Palácio do Governo local. Depois surgiu o primeiro Passeio Público (1879) na atual praça 17, também no núcleo central da cidade. O parque 13 de Maio (com 6,9 ha e denominado na pesquisa PP2), cujas discussões foram iniciadas no século passado, foi inaugurado em 1939 numa concepção de parque contemplativo inspirado nos jardins ingleses e franceses, tendo como referenciais os parques do Rio de Janeiro e o Central Parque em Nova York (Foto 1).

A partir de 1985 surgiram o parque da Jaqueira (7 ha – PP1, Foto 2) e o parque de Santana (4,2 ha – PV3, Foto 3), seguido do parque Arnaldo Assunção (2,4 ha – PV5, Foto 4) em 1987 e finalmente, em 1992, o parque Robert Kennedy (1,8 ha – PV6, Foto 5) e o parque Arraial Velho do Bom Jesus (4,6 ha

Fotos: Ana Rita de Sá Carneiro



Foto 1: O caminho principal do parque 13 de Maio, mostrando na parte posterior a Faculdade de Direito



Foto 2:
A forma escultural da raiz da jaqueira –
parque da jaqueira



Foto 3:
Jardins, playground e
ciclovía do
parque de Santana



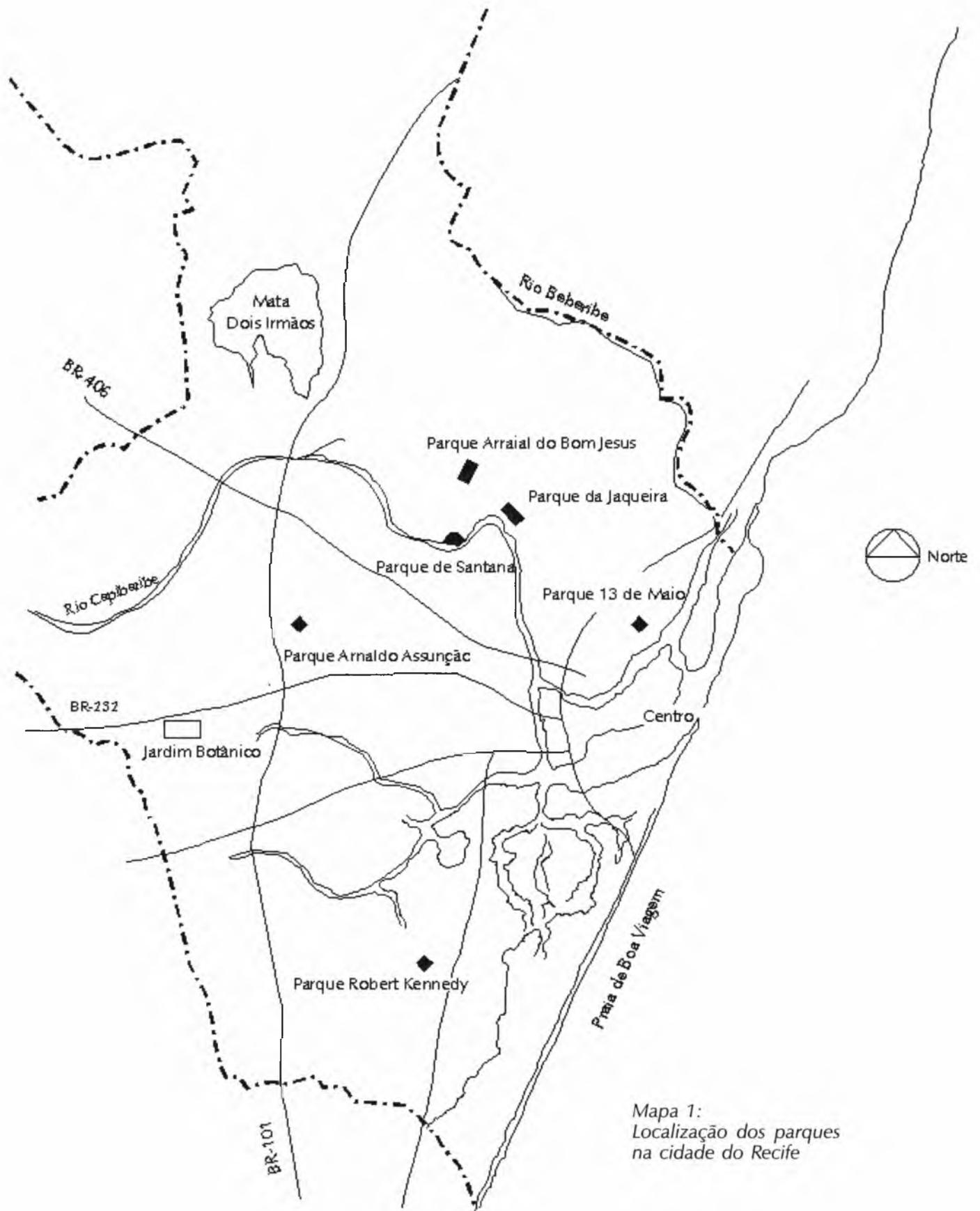
Foto 4: Área de estar próxima ao playground do parque Arnaldo Assunção

– PV4, Foto 6), todos localizados em bairros residenciais (Mapa 1). Além do parque 13 de Maio, apenas mais um desses parques foi idealizado dentro de uma concepção contemplativa; o que predominou foi o parque de atividades esportivas definido pelos paisagistas a partir de uma visão geral sobre a preferência da população pelos esportes. Esses seis parques foram comparados na pesquisa.

Foto 5: Aula de Ginástica com os usuários do parque Robert Kennedy



Foto 6: Arborização densa e passeios do parque Arraial velho do Bom Jesus



Mapa 1:
Localização dos parques
na cidade do Recife

QUAIS AS FUNÇÕES DOS PARQUES DEFINIDAS PELOS DIRIGENTES E COMO ELAS FORAM INTERPRETADAS PELOS PAISAGISTAS?

Os resultados da pesquisa mostraram que no Recife a função dos parques não foi claramente expressa pelos dirigentes e que foram criados não como parte de um processo de planejamento de espaços livres em nível municipal integrado à esfera metropolitana, mas como uma iniciativa de políticos visando sua popularidade ou como promessas de campanhas eleitorais. Assim os projetos dos parques foram concepções individualistas de paisagistas sem discussões com as comunidades ou orientações dos dirigentes. Apenas o parque 13 de Maio foi contemplado com algumas propostas que se sucederam desde 1860 até a terceira década deste século, incorporando influências inglesas e francesas. As funções de parque ecológico, parque educativo, parque de turismo, área de renovação urbana, espaço de relaxamento ou de atividades recreativas não foram especificadas pelos responsáveis. Com um limitado conhecimento acadêmico específico, além das restrições do sítio pela presença de vegetação existente e reduzidas áreas, por exemplo, a maioria dos paisagistas entrevistados, dispensando muitas vezes a participação dos usuários nas decisões e por trabalharem numa estrutura municipal fragmentada, demonstraram que tentavam fazer o que melhor podiam para proporcionar espaços agradáveis nos parques propostos.

QUE FATORES INFLUENCIARAM O PROJETO DOS PARQUES (ÁREA DE PAISAGEM X ÁREA DE ESPORTES)?

De um modo geral, vários fatores podem influenciar a concepção do parque: a história, a localização, o tipo de

mobiliário urbano, os tipos de brinquedos infantis, a qualidade arquitetônica e a locação das edificações utilitárias do parque, a provisão dos equipamentos recreativos e, também, a disponibilidade de recursos.

No Recife, certos aspectos históricos exerceram influência de grande relevância na criação dos parques: os jardins das casas de engenho (Figura 1), os jardins das casas dos comerciantes ingleses, os trabalhos profissionais da Missão Francesa e dos imigrantes ingleses no Brasil, e, através da imprensa com os comentários realizados sobre os parques no Rio de Janeiro e nas cidades européias como também a criação do Central Parque em Nova York no século



Figura 1: Sítio do Chacon, Recife, 1859 (Ferrez, 1988)

passado. Isso incorporou-se às idéias de escritores e jornalistas desde o século passado, que se manifestaram na tentativa de se criar um parque público no Recife tomando como exemplo a qualidade de vida em cidades como Roma, Paris, Londres e Rio de Janeiro. Mas só em 1939 foi inaugurado o parque 13 de Maio sob essa influência.

Além disso, de 1934 até 1937, o paisagista Roberto Burle Marx trouxe sua contribuição à arte da paisagem do Recife projetando os seus primeiros jardins públicos como membro da Diretoria de Arquitetura e Urbanismo do Governo do Estado junto ao arquiteto Luis Nunes, e os engenheiros Joaquim Cardoso e Antonio Bezerra Baltar. Burle Marx foi influenciado pelo estilo de Glaziou, um francês que projetou o parque Quinta da Boa Vista no Rio de Janeiro em 1858, e pelas qualidades paisagísticas dos parques alemães que ele visitara ainda jovem como aluno de pintura e música.

Foi com a presença de Burle Marx no Recife, que houve uma preocupação com o valor estético da paisagem natural dentro do planejamento urbano. Seu primeiro trabalho foi o jardim de Casa Forte onde concebeu um desenho geométrico com espécies amazônicas e exóticas (Foto 7); em seguida a praça Euclides da Cunha (Foto 8) com plantas regionais, as cactáceas; além das reformas na praça Artur Oscar, na praça 17, na praça da República, na praça do Entroncamento, na praça do Derby; e posteriormente o projeto da praça Salgado Filho, nos anos 50. Apesar de seu trabalho ter sido reconhecido por muitos, seu estilo não foi perpetuado como deveria com base em estudos e interpretações dos arquitetos e paisagistas locais, nem utilizado nos projetos paisagísticos dos parques novos dos anos 80

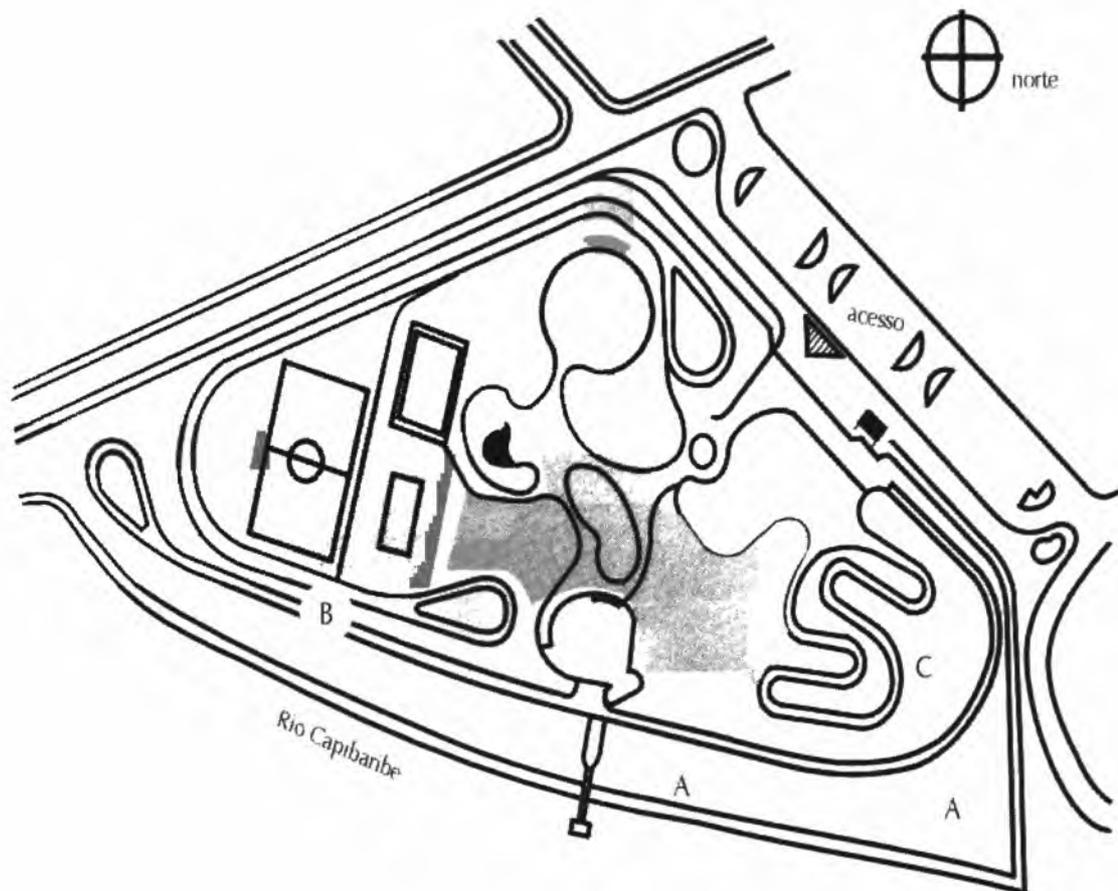
os quais se caracterizaram mais pela presença de equipamentos esportivos.



Foto 7: Canteiros floridos, passeios em terra batida e o elemento água da praça de Casa Forte concebidos por Roberto Burle Marx em 1935

Foto 8: Jardim de cactáceas na praça Euclides da Cunha projetada por Burle Marx





- | | | |
|---------------------------------------|---|--|
| Uso dos parques nos dias úteis | — | A - ÁREA subutilizada considerada perigosa |
| Uso dos parques no fim de semana | ■ | B - PONTO de Conflito (futebol/cooper) |
| Uso nos dias úteis e no fim de semana | ■ | C - ÁREA ociosa |

Mapa 2:
Parque de Santana,
uso nos dias úteis/
fim de semana

Esse procedimento é reforçado quando se constata que os parques do Recife tiveram sua origem a partir de campos de pelada (futebol) instalados espontaneamente pela população pobre, origem, portanto, de uma modalidade de esporte, o futebol. Os sítios onde foram construídos os parques não constituíam áreas muito extensas, continham algumas edificações de serviços e algumas árvores antigas. Como a preferência por esportes era grande, comprovada por pesquisas realizadas, muitas vezes a quantidade de atividades propostas provocava conflitos de uso entre as áreas de esportes, e as áreas de contemplação (Mapa 2). Eram esses dados que orientavam os arquitetos paisagistas, aos quais, por sua vez, faltava informações sobre as preferências da população do entorno, sobre os trabalhos estrangeiros e

experiências bem sucedidas de parques no Brasil, o aprofundamento sobre os princípios básicos para a elaboração do projeto paisagístico, enfim, a compreensão da complexidade do projeto de parque e sua inter-relação com outros campos de atuação. Segundo os paisagistas, autores dos projetos dos parques, entrevistados na pesquisa, a fragmentação na estrutura administrativa dos parques envolvendo o projeto e a manutenção, o número insuficiente de funcionários e a falta de recursos financeiros constituíam dificuldades para um bom uso dos mesmos.

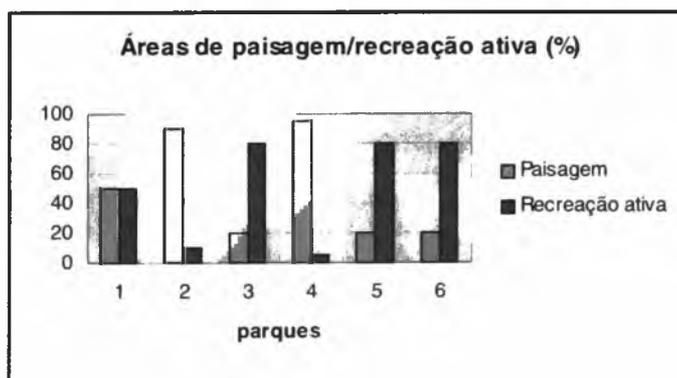
Dois dos seis parques estudados destacam-se como parques essencialmente de paisagem ou parques contemplativos com grande quantidade e qualidade de elementos naturais e reduzida proporção de área de esportes (parque 13 de

Tabela 1 – Percentual aproximado das áreas de paisagem e recreação ativa (por parque)

Categoria	Tipos de parque					
	Público		Vizinhança			
	1	2	3	4	5	6
Paisagem	50	90	20	95	20	20
Recreação ativa	50	10	80	5	80	80
Total	100	100	100	100	100	100

áreas de paisagem inclui vegetação, edifícios e mobiliário

áreas de recreação ativa inclui áreas de esporte e playground



Maio e parque do Arraial – Tabela 1). Os outros parques, pelo contrário, apresentam-se essencialmente como parques de recreação ativa, contendo vários tipos de equipamentos esportivos incluindo quadra ou campo de futebol, pista de cooper e *playgrounds*. Por isso também apresentavam conflitos no uso dessas áreas pela falta de uma definição dos espaços e/ou ausência de elementos de separação através de grades, vegetação ou alhambrado. Entre esses quatro parques restantes apenas um, o parque da Jaqueira, pode ser classificado em outra categoria tendo proporcionalidade entre as áreas de esportes e as de paisagem, porém seu desenho não proporcionou harmonia entre a área histórica, onde se encontra uma capela barroca, e as outras áreas incluindo os espaços apropriados para contemplação. Além disso, de maneira geral, as edificações de apoio não têm qualidade arquitetônica e estão mal situadas faltando preocupações voltadas para o aspecto da segurança e administração.

ATÉ QUE PONTO AS NECESSIDADES DOS USUÁRIOS FORAM ATENDIDAS NO PROJETO DOS PARQUES?

A existência de uma inter-relação entre o atendimento às necessidades dos usuários e o projeto do parque variou nos diferentes parques estudados, dependendo da frequência de uso, da opinião dos usuários sobre o tipo de equipamentos recreativos existentes que satisfaziam às suas expectativas e do gerenciamento proporcionado. Em dois deles essa inter-relação acontecia quanto à provisão de equipamentos, número de funcionários no quadro administrativo e participação satisfatória dos frequentadores nas atividades e programas (parque da Jaqueira e parque do Arraial). Nos outros parques o atendimento decaía devido à inadequação



Foto 9: Conservação precária e vandalismo
no parque de Santana

dos equipamentos, pouca participação dos freqüentadores e número insuficiente de funcionários envolvidos.

Não obstante todos esses fatores, havia problemas de vandalismo, manutenção (Foto 9), segurança e a presença de mendigos, ambulantes e traficantes de drogas, relacionadas com a localização do parque muitas vezes próxi-

mo a favelas ou localizado na área central um tanto deteriorada da cidade (parque 13 de Maio, parque de Santana e parque Arnaldo Assunção).

De um modo geral foi realizada, neste trabalho, uma análise dos projetos dos seis parques através de observação *in loco* abrangendo os tipos de equipamentos existentes (monumento, lago, *playground*, pista de cooper, quadra de jogos, etc.), a quantidade e qualidade dos elementos naturais e construídos (texturas, folhagens, composição, integração entre as edificações, etc.) e outros princípios gerais de projetos paisagísticos utilizados pelos paisagistas ingleses no século 19 (hierarquia dos passeios, proporcionalidade entre as áreas de paisagem natural e áreas para esportes, separação entre as zonas de diferentes atividades).

Nessa análise os parques 13 de Maio e Arraial destacaram-se como parques essencialmente de paisagem pela riqueza de elementos naturais e reduzidas áreas para esportes. Foi constatado que nesses parques os usuários demonstraram maior interesse pela variedade de elementos naturais, entendendo-se assim o parque como um veículo de educação ambiental. Ressalte-se que a importância dada aos elemen-

Fotos: Ana Rita de Sá Carneiro



Foto 10:
Parque 13 de Maio,
valorização do aspecto
natural da paisagem



Foto 11:
Árvores antigas e
mirante do parque Arraial
do Bom Jesus

tos naturais, de uma maneira geral, foi demonstrada pela preferência em admirar jardins com flores e árvores, o que foi constatado na pesquisa com os usuários (Tabela 2). Os outros parques apresentavam-se como de atividades recreativas convivendo na maioria com conflitos de uso pela falta de elementos definidores dos espaços que inclusive facilitasse a sua identificação, e pelo acúmulo de atividades oferecidas. A análise serviu não só para classificar os tipos de parques, mas para demonstrar que a prioridade dada aos

esportes atendia a alguns grupos de freqüentadores deixando insatisfeitos outros grupos como o de mulheres e idosos.

Tabela 2 – Elementos da paisagem que os usuários gostariam de ver no parque

Categorias	Em todos os seis parques	
	Nº	%
Jardins e flores	171	68,5
Árvores e flores	170	65,4
Banheiros conservados	158	60,8
Gramma	145	55,8
Paisagem artística	119	45,8
Água	118	45,4
Competição de esportes	93	35,8
Esculturas/coreto	80	30,8
Animais	79	30,4
Museu	75	28,8
Café/restaurante	48	18,5

QUAIS OS PROBLEMAS DOS PARQUES E COMO ELES SÃO INFLUENCIADOS PELO ENTORNO?

Os problemas identificados nos parques estão relacionados com falta de segurança, falta de policiamento, vandalismo, comportamento anti-social de usuários – os quais podem ser influenciados pelo entorno – além dos conflitos gerados por imprecisões nos projetos e pela falta de gerenciamento adequado. Apenas dois dos seis parques, parque da Jaqueira e parque do Arraial, apresentam um bom nível de uso, o que está relacionado à existência de um escritório de administração local e um número maior de funcionários, o que demonstra de algum modo uma melhor condição de gerenciamento. A pesquisa constatou que mesmo situados em áreas de média e alta renda, o entorno do parque pode trazer influências positivas e/ou negativas. No caso do parque da Jaqueira e parque Robert Kennedy há participação dos usuários na administração dos mesmos, mas no caso

dos parques 13 de Maio, Santana e Arnaldo Assunção a presença de traficantes de drogas que moram ou trabalham no entorno, mendigos e desocupados ocasionam problemas de uso.

CONCLUSÕES

As principais conclusões desta pesquisa relacionam o projeto, a função e o uso dos parques urbanos do Recife.

As funções de cada parque não foram claramente definidas pelos dirigentes devido a deficiências no sistema de planejamento urbano que não tem priorizado os parques como parte essencial do desenvolvimento urbano da cidade sem excluir as camadas de baixa renda, e um plano de espaços livres públicos de uso recreativo. Não havendo funções definidas previamente os próprios paisagistas procuravam idealizá-las apesar da carência de informações sobre parques de maneira geral incluindo estudos acadêmicos e pequenos cursos de formação além da fragmentada estrutura organizacional do governo local onde são realizados os projetos.

Por outro lado, a relação entre o projeto e as necessidades dos usuários variaram não só devido à indefinição de uma função como pela falta de consulta aos usuários o que se refletia em desajustes nos projetos, além das condições precárias de gerenciamento pela carência de recursos do órgão municipal. Assim sugere-se a participação dos usuários desde a elaboração do projeto até o gerenciamento através de associações de amigos do parque como uma medida positiva que vem dando bons resultados não só em cidades inglesas e francesas, mas também no parque da Jaqueira em Recife, uma vez que os parques devem oferecer o que os usuários desejam. Esta pesquisa também apresenta recomendações em nível de planejamento, projeto e gerenciamento de parques tais como a necessidade da definição de uma hierarquia de espaços livres inserindo

os parques, considerações em relação à integração das edificações e mobiliário do parque, hierarquia dos passeios, definição de áreas para contemplação e para atividades esportivas dependendo também do tamanho do parque e estímulo à criação de associações de amigos do parque, programação, regulamento e conservação. As recomendações destinam-se ao governo local e órgãos responsáveis objetivando um melhor planejamento de novos parques com base nos resultados obtidos.

BIBLIOGRAFIA

- BURGESS, J., HARRISON, C. M., LIMB, M. People, parks and the urban green study of popular meanings and values for open spaces in the city. *Urban Studies*. n. 25, p.455-473, 1988.
- CARR, S., FRANCIS, M., RIVLIN, L. G., STONE, A .M. *Public space*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- COMEDIA/DEMOS. *Park life, urban parks and social renewal*. Londres, 1995.
- CONWAY, Hazel. *Peoples park*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- COSTA, Lúcia M. S. *Popular values for urban parks: a case study of the changing meanings of Parque do Flamengo in Rio de Janeiro*. Londres, 1993. Tese (Doutorado) – University College London.
- CRANZ, G. *The politics of park design. A history of urban parks in America*. Londres: The MIT Press Cambridge/Massachusetts, 1982.
- FERREZ, G. *Velhas fotografias pernambucanas (1851-1890)*. Rio de Janeiro: Campo Visual, 1988.
- KLIASS, Rosa G. *A evolução dos parques urbanos na cidade de São Paulo*. São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo.
- LAURIE, Iam C. Aesthetic factors in visual evaluation in Zube, Brush and Fabos. *Landscape Assessment. Values perception and resources*. Pennsylvania. In: Dowden/Hutchinson & Ross, Inc., 1975.
- PREECE, R. *Design on the landscape*. Londres/Nova York: Belhaven Press, 1991.
- RIBEIRO, Ana Rita Sá C. *Um espaço com histórias e batalhas. O Parque Histórico Nacional dos Guararapes*. Recife, 1989. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco.



**OS ESPAÇOS LIVRES DE EDIFICAÇÃO
NAS PERIFERIAS URBANAS
UM DIAGNÓSTICO PRELIMINAR EM
SÃO PAULO E SALVADOR**

Angelo Serpa

PESQUISA

**ANGELO
SERPA**

Angelo Serpa – Doutor em Planejamento Paisagístico e Ambiental pela Universidade de Agronomia de Viena, professor adjunto do Departamento de Geografia e do mestrado em arquitetura e urbanismo da Universidade Federal da Bahia

RESUMO

O artigo trata dos espaços livres de edificação nas periferias urbanas e os mecanismos de apropriação social dos espaços públicos pela população de bairros periféricos em São Paulo e Salvador. Discute também a relação sociedade/espaço baseado na interpretação dos conflitos entre as esferas pública e privada no cotidiano da cidade contemporânea.

ABSTRACT

The purpose of the present paper is to analyse the existing open spaces in the periphery of São Paulo and Salvador as well the social use of the public urban areas. We try to clarify the society/space relationship too, based on the interpretation of the conflicts between private and social life in the contemporaneous city.

INTRODUÇÃO

1 MACEDO, S. S.
Espaços livres. *Revista Paisagem e Ambiente – Ensaíos*, v. 7, FAUUSP, São Paulo, p. 16, 1995.

Os espaços livres, que podem assumir no contexto urbano a forma de ruas, praças, largos, pátios, quintais, parques, jardins, terrenos baldios, corredores externos, vilas e vielas¹, são a matéria-prima do paisagismo urbano. A hierarquização destes espaços é importante não tanto por sua categorização, mas sim pela noção de conjunto que ela evoca, a partir da definição dos limites geográficos para a sua análise. É na contextualização das categorias de análise que os espaços livres ganham o aspecto de “sistema”

O CASO DE ITAQUERA E GUAIANAZES EM SÃO PAULO

2 A lei 8.211/93 é uma lei de zoneamento que cria uma Zona de Uso Predominantemente Industrial (ZUPI), numa área de mais de 4 milhões de metros quadrados, para a concentração de empresas com capacidade de gerar 70 mil novos empregos. As outras duas leis, também leis de zoneamento, criam duas Áreas de Proteção Ambiental – APA da Mata e Parque do Carmo e Mata do Iguatemi –, impedindo a destruição de 9 milhões de metros quadrados de reserva ecológica (leis 6.409.89 e 8.284/93).

A zona leste de São Paulo e, nela inseridos, os bairros de Itaquera e Guaianazes, possui características de cidade-dormitório, sem um pólo de desenvolvimento e produção própria, abrigando mais de um terço dos 9,5 milhões de habitantes da cidade. As estatísticas apontam uma média de apenas 16 empregos para cada 100 habitantes, enquanto a média da cidade é de 50 para 100 e a do centro de 200 para cada 100 moradores. Tais fatos caracterizam a zona leste de São Paulo como espaço periférico e, por que não dizer, marginal, dentro do contexto da metrópole paulistana.

Situados numa das últimas áreas de expansão urbana da cidade de São Paulo, os bairros de Itaquera e Guaianazes assistem, nas últimas décadas, a chegada de milhares de novos moradores, com a implantação, pelas Companhias Habitacionais do Estado, dos conjuntos habitacionais Manoel da Nóbrega, José de Anchieta e José Bonifácio e, mais recentemente, dos conjuntos do Projeto Cingapura, do governo municipal. Com a criação do Pólo Industrial e Ecológico da Zona Leste² consolida-se a tendência de industrializa-

ção verificada nos últimos anos³ com a instalação de indústrias metalúrgicas e de cimento.

PARQUES E PRAÇAS

O parque do Carmo (Foto 1), um parque metropolitano localizado na zona leste de São Paulo, foi instalado nas antigas terras da fazenda do Carmo, de propriedade de Oscar Americano. Essa área de 1.500.359 m², desapropriada pelo prefeito Olavo Setúbal, pertencia a uma gleba muito maior, de propriedade da Companhia Brasileira de Projetos e Obras (CBPO)⁴ Por suas dimensões e pelas diferentes alternativas de lazer que oferece, o parque atrai levas de moradores

3 Exemplos de indústrias instaladas no bairro de Itaquera antes da aprovação do projeto de lei: Vulcânia S/A, Concremix S/A, Niquelação Peres Ltda, Cimetal Ltda, Metalúrgica Gaiser Ltda, Magnum Metal Ltda, Perpal Ind. e Com. de Metais Ltda, Plast Seven Indústria de Plásticos Ltda, etc.

4 KLIASS, R. G. *Parques urbanos de São Paulo*. São Paulo: 1994, p. 177.

Foto 1: Idílio no parque do Carmo, zona leste de São Paulo



Fotos: Angelo Serpa



Foto 2: "Do estacionamento até lá são cerca de dois quilômetros de distância", parque do Carmo

de bairros periféricos como Itaquera, Guaianazes e São Miguel Paulista. A frequência é maior nos finais de semana.

Para a arquiteta Ayako Nishikawa, do Departamento de Áreas Verdes do município, o conflito institucional entre o Depave e a administração regional de Itaquera-Guaianazes impede um uso mais racional do parque do Carmo. Ela acha que tudo no parque leva a marca do improvisado e reclama da má-distribuição dos equipamentos: *“O local onde fizeram o anfiteatro foi bem escolhido, mas não pensaram no acesso dos usuários. Do estacionamento até lá são cerca de dois quilômetros de distância.”* (Foto 2)

No tocante às praças, a divisão de responsabilidades entre o Depave e as administrações regionais obedece a uma norma informal (não é lei todavia) de que áreas com menos de 5.000 m² são de responsabilidade das administrações, que devem implantá-las e mantê-las, não havendo necessidade de projeto arquitetônico e paisagístico. A implantação de praças pelas administrações regionais obedece, principalmente, a critérios políticos, ditados pela política do “é dando que se recebe”

5 SEGAWA, H. *Do amor ao público. Jardins no Brasil 1779-1911: São Paulo: 1994, p. 23 e 25 – FAUUSP.*

*“A praça é um espaço ancestral que se confunde com a própria origem do conceito ocidental de urbano (...) a cultura popular não oficial dispunha na idade média e ainda durante o renascimento de um território próprio: A praça pública, e de uma data própria: Os dias de festa e de feira.”*⁵

Enquanto as praças do centro de Itaquera conservam ainda esse ar de “festa e de feira”, de exercício de cidadania, muito relacionado ao passear descompromissado por caminhos sinuosos e arborizados (em meio a outros que passam ou sentam-se nos bancos das alamedas), as praças mais afastadas do centro do bairro, na nova “cidade-Cohab”, tornam-se espaços desertos, cegos das suas possibilidades.

“As praças centrais possuem mais dinâmica de passagem que de estagem. E assim devem ser consideradas: um acidente espacial de ruptura com o volume edificado. Existem pessoas, objetos constantes e imóveis, ou móveis, dentro de um pequeno espaço, sendo entornados por um ir e vir incessante de passantes e momentaneamente apreciadores deste situacionismo mutavelmente decadente, renovador, vindo a criar novos estímulos nestes espaços, onde, por outro lado, a idéia de descansar, repousar, não se dá só ao nível de sair da área de circulação, pois o elemento pedestre passante é imagem (seja qual for o gesto, a atitude, a pressa, a vinda, a fala, o vestir, etc.) a ser observada por parte do estante na praça.”⁶

A praça da Estação é esse lugar de encontro para senhores de idade que jogam cartas e conversa fora com os amigos (Foto 3). Também vem gente das lojas próximas, sentar nos bancos e aproveitar a hora do “almoço-sanduíche” sob a sombra das árvores. Para o “cidadão-Cohab”, a praça da Estação tem até ares de “natureza” (Foto 4). Para os moradores do Conjunto José Bonifácio e redondezas faltam árvores de grande porte, bancos e equipamentos para as crianças nas praças novas. É o caso das praças Bom Pastor e Carmen Verdegay, ambas localizadas no conjunto (Fotos 5 e 6).



Foto 3: Praça da Estação: Lugar de encontro para senhores de meia-idade



Foto 4: Praça da Estação: Ares de “natureza”

6 GOULART, P. C. A. *Pracidade*. Trabalho de Graduação Interdisciplinar. FAUUSP, São Paulo, p. 40.

OS ESPAÇOS LIVRES DE EDIFICAÇÃO NAS
PERIFERIAS URBANAS UM DIAGNÓSTICO
PRELIMINAR EM SÃO PAULO E SALVADOR

Foto 5: Praça Carmen
Verdegay, Itaquera



Fotos: Angelo Serpa



Foto 6: Praça Bom Pastor

A iniciativa dos moradores compensa, em alguns casos, a falta de cuidados da administração regional, mas isso nem sempre funciona a médio prazo:

“Para plantar árvores nessa praça em frente de casa (Foto 7), a regional veio aqui, fez reuniões com os moradores. Na época houve toda uma conscientização, todo mundo plantando. Mas algumas pessoas começaram a jogar lixo e entulho naquela área. O pessoal do entorno reclamava, perguntava àquelas pessoas se não viam que aquilo ali era

uma praça. Só que essas pessoas que tomavam frente das coisas, que iam lá e cuidavam daquele espaço, estão cansadas.” (Maria do Carmo Camargo, 36 anos, moradora de Itaquera.)

Samuel Firmo, que foi funcionário da Administração Regional de Itaquera-Guaianazes na gestão da prefeita Luiza Erundina, conta o que era feito na época contra os “jogadores de entulho”: *“Aqueles canteiros centrais da avenida João Batista Conti foram feitos para que o pessoal não jogasse entulho ali. Na Cohab os caras fazem uma reforminha e não sabem onde jogar o entulho. Aí nós fizemos o canteiro. Porque aí ninguém teve mais a cara de pau de jogar entulho no meio do canteiro.”*



Foto 7: *“O pessoal do entorno reclamava, perguntava àquelas pessoas se não viam que aquilo ali era uma praça”*

A praça Brasil (Fotos 8 e 9), também situada no Conjunto José Bonifácio, tem seu uso ligado ao terminal de ônibus e às lojas existentes no local. É uma praça grande (20.331 m²), com anfiteatro e *playground* para as crianças, mas subutilizada pelos moradores do conjunto. É mais um lugar de “passagem”, do que um lugar de “estagem”

Os dados fornecidos pela Administração Regional de Itaquera-Guaianazes mostram que de 1989 a 1994 foram implantados cerca de 139.305 m² de áreas ajardinadas nestes bairros. Para a arquiteta Laís Monteiro da Silva, do Depave, a manutenção destas praças acaba sendo complicada porque não há um responsável direto por elas: *“Antes existia a figura do jardineiro, mas hoje isso não existe mais. A administração regional tem um engenheiro-agrônomo e*



Fotos: Angelo Serpa



Fotos 8 e 9: Praça
Brasil, Itaquera

uma equipe de mão-de-obra braçal para fazer a manutenção das áreas verdes da região, mas não desta ou daquela praça (...) Isso não ocorre necessariamente dentro de um parque. Lá é possível ter um administrador que zela por aquela área, uma equipe contratada para cuidar da manutenção e um viveiro para suprir as suas necessidades."

A arquiteta ocupa-se no momento com um projeto de revitalização do parque Raul Seixas (Fotos 10 e 11), que prevê a instalação de uma quadra de bocha, para os mais velhos, e a ampliação de um galpão existente, transformando-o em um espaço circular, com um palco em declive no centro. O espaço deverá abrigar, no futuro, exposições e eventos. A idéia é diversificar o uso da área do parque, sem contudo, retirar dela o seu "ar descompromissado"

Fotos: Angelo Serpa



Fotos 10 e 11: O ar "descompromissado" do parque Raul Seixas

Como o parque do Carmo, o Raul Seixas leva também a marca do improviso, desde o momento da sua concepção: *"Aquilo lá foi um ato de ousadia, porque a gente viu que dava para aproveitar aquela área verde vazia. Nós metemos a cara e fizemos, até meio sem apoio das instâncias centrais. Foi a regional que fez na raça"*, reconhece Samuel Firmo. Firmo diz que quando estava na prefeitura,

o pessoal era muito festeiro: *“A Secretaria Municipal de Cultura criou várias casas de cultura durante a gestão da secretária Marilena Chauí. A Casa Raul Seixas é um exemplo. Ela conta com funcionários próprios e seleciona monitores da própria comunidade”*

Isabel Lagedo, diretora da Casa de Cultura Raul Seixas, explica que a *“primeira coisa que se fez foi realizar alguns encontros de formação para funcionários. Discutimos o que é cultura, o que é arte”* A Casa de Cultura também realizou enquetes do tipo: *“você ouve rádio?” “que programas prefere na tv?”*, para conhecer os gostos e interesses da comunidade. As atividades da casa incluem ainda a realização de shows e oficinas.

A diretora da Casa de Cultura reclama, no entanto, do horário de funcionamento do parque (fecha às 18 horas) e de não poder utilizar muitas vezes os equipamentos existentes na área para a realização das oficinas: *“Quando se fala em meio ambiente, não se pensa nunca na praça do bairro. Nosso trabalho é com a comunidade. Quando a pessoa passa por aquela porta, ela não quer saber se aqui é o Depave ou a Secretaria de Cultura, ela só quer saber que aqui é um parque com atividades culturais. Para ela é tudo a mesma coisa.”*

ESPAÇOS LIVRES PRIVADOS: JARDINS, PÁTIOS E ESTACIONAMENTOS

“O ajardinamento frontal dos edifícios é um modo de tratamento do espaço, que se origina e consolida nos bairros mais ricos e de classe média alta como Higienópolis e Perdizes, espalhando-se por todo o resto da cidade, a ponto de que em São Paulo 1987 dificilmente se encontra um prédio de apartamentos, por mais distante que esteja situado, que não apresente sua parte frontal ao menos

possuindo um modesto jardim. A consolidação deste processo é extremamente favorecida pela obrigatoriedade de recuos frontais às edificações estabelecida pelo novo código de zoneamento, que são prescritos para quase todas as áreas da cidade. Paralelamente aos recuos frontais são prescritos recuos laterais e de fundo como obrigatórios para diversas áreas, isto consolidando de vez o padrão do prédio isolado no lote.”⁷

No Conjunto Habitacional José Bonifácio, a privatização de espaços considerados no projeto original como “públicos” resulta do fato de que os mutuários cercam o lote do prédio depois de quitarem o imóvel junto à Cohab. Observa-se que as camadas menos favorecidas da população acabam assumindo o “ideal das elites”:

“Os padrões de organização social dos mais ricos são reproduzidos, como todos os demais, típicos das elites sociais, de um modo reduzido, e na medida do possível, por todas as camadas sociais. A população de um conjunto habitacional, Cohab, recodifica e transforma seus espaços livres, seguindo os arquétipos das classes mais ricas, criando ao seu modo cercas, pátios, guaritas, jardins e estacionamentos.”⁸

No Conjunto José Bonifácio, cercados os prédios de apartamentos, começa a disputa interna pela ocupação e apropriação do espaço privatizado. Ganha em regra quem grita mais alto nas assembléias dos condôminos. O que prevalece são os estacionamentos com garagens (Fotos 12 e 13) e lojas (Fotos 14 e 15) de construção precária: ocupam 41% da área total. No entanto, a percentagem de áreas ajardinadas (Fotos 16 e 17) e terrenos baldios nos espaços internos aos prédios é alta, cerca de 29%.

Nos prédios com menos espaço a tendência é a redução e, em alguns casos mais radicais, a total eliminação das áreas ajardinadas no interior das edificações. Os terrenos baldios,

7 MACEDO, S. S. São Paulo, paisagem e habitação verticalizada. Os espaços livres como elementos de desenho urbano. Diss. (Doutorado). São Paulo: 1987, FAUUSP, p. 64.

8 MACEDO, S. S. Espaços livres. Revista Paisagem e Ambiente – Ensaios, v. 7, FAUUSP, São Paulo, p. 50.

OS ESPAÇOS LIVRES DE EDIFICAÇÃO NAS
PERIFÉRIAS URBANAS UM DIAGNÓSTICO
PRELIMINAR EM SÃO PAULO E SALVADOR



Fotos 12 e 13: Estacionamentos e
garagens, Conjunto José Bonifácio



Fotos 14 e 15: Lojas,
Conjunto José Bonifácio



Fotos: Angelo Serpa



Fotos 16 e 17: A percentagem de áreas ajardinadas nos espaços internos aos prédios é alta no Conjunto José Bonifácio



“incorporados” aos prédios vizinhos e cercados, ou apresentam declividade muito alta e são abandonados pelos moradores, ou servem como varal de roupas coletivo (Fotos 18 e 19). Nas casas padrão da Cohab (Fotos 20 e 21), cerca de 15% das unidades construídas no Conjunto José Bonifácio, os jardins frontais e os quintais desaparecem, dando lugar a garagens e a cozinhas ampliadas.

Nas casas-padrão da Cohab ninguém teve a mesma sorte que Maria Barros Ferreira, 51 anos, moradora de uma casinha “autoconstruída”⁹ em Guaianazes, e que dispõe de um imenso quintal, onde o marido cultivava uma horta (Foto 22):

9 “A expansão da mancha urbana e a ocupação do espaço periférico na cidade de São Paulo são decorrentes, a partir de um dado momento histórico, da combinação entre a casa precária autoconstruída ou autogerenciada pelos moradores e o loteamento popular freqüentemente irregular ou clandestino. Essa expansão e ocupação resultaram em práticas urbanísticas peculiares, que configuraram um desenho urbano característico ao processo de urbanização do município” (Grostein, M. D. Uma cidade por refazer: a periferia paulistana. In: *Revista USP, Dossiê Cidades*, Mar/Ab e Maio/1990, p. 35).

OS ESPAÇOS LIVRES DE EDIFICAÇÃO NAS
PERIFÉRIAS URBANAS UM DIAGNÓSTICO
PRELIMINAR EM SÃO PAULO E SALVADOR

*“Meu marido foi quem construiu a casa com a ajuda dos
meninos, que agora estão casados. Eu gosto de planta, eu
não tenho é tempo para cuidar. Meu marido é aposentado,
tá por aí, pelos bares. Quando está em casa gosta de cuidar
das plantas.”*

Fotos: Angelo Serpa



Fotos 18 e 19: Terreno baldio,
Conjunto José Bonifácio



Fotos 20 e 21: As casas padrão da Cohab



Foto 22: “Eu gosto de planta, eu não tenho é tempo para cuidar”

O CASO DE PLATAFORMA E CAJAZEIRAS EM SALVADOR

Com cerca de 58 mil habitantes, Plataforma é um bairro centenário, de origem operária¹⁰. Com a decadência do transporte ferroviário e a desativação da linha de barcos que encurtava a travessia da Baía de Todos os Santos para a Ribeira e o centro da cidade, o bairro sofre com o isolamento e o descaso dos órgãos públicos. Erguidos pela Urbis (Habitação e Urbanização da Bahia) na década de 80, os conjuntos habitacionais populares de Cajazeiras equivalem em dimensão e população ao bairro de Plataforma¹¹, mas apresentam características bastante diferentes quanto ao desenho urbano. Em comum, os dois sistemas possuem a topografia acidentada, o isolamento do centro da cidade e a forte descontinuidade entre os diferentes setores.

OS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS

Plataforma apresenta uma maior percentagem de espaços abertos sobre a área total (18%) que os conjuntos Cajazeiras X e XI (10,5% e 13%, respectivamente). Embora com caracterís-

¹⁰ A velha fábrica de tecidos São Brás, junto ao terminal marítimo de Plataforma, guarda, por trás da sua fachada, mais de cem anos da história do bairro: são quase 10 mil metros quadrados de edificações em estilo inglês, típicas das tecelagens industriais do início do século. A tecelagem foi fundada em 1875 e sofreu sua primeira reforma em 1908. O bairro cresceu a partir da fábrica, especialmente o comércio local. É difícil encontrar em Plataforma quem não trabalhou ou tem pelo menos um parente na família que era empregado da indústria de tecidos.

11 Os conjuntos habitacionais em Cajazeiras foram construídos em quatro etapas, de acordo com os dados fornecidos pela Urbis:

Primeira etapa (ano de conclusão: 1978): Cajazeiras IV (641 unidades) e V (1001 unidades).

Segunda etapa (ano de conclusão: 1979): Cajazeiras VII (708 unidades).

Terceira etapa (ano de conclusão: 1983): Cajazeiras VI (1254 unidades), VIII (1476 unidades), X (1775 unidades) e XI (2400 unidades).

Quarta etapa (ano de conclusão: 1985): Cajazeiras III (605 unidades).

ticas morfológicas distintas, os bairros apresentam um relevo bastante acidentado, que se constitui em um fator determinante na ocupação dos espaços disponíveis. A forte descontinuidade da massa construída é definida, portanto, por barreiras naturais (diferenças de nível), intransponíveis para as pessoas em sua movimentação normal sobre o solo. Em Cajazeiras, os conjuntos de prédios, casas e sobrados estão distribuídos como “ilhas”, contornando morros e áreas mais inclinadas (Foto 23). Em Plataforma, as áreas mais densamente ocupadas são os fundos de vale e os poucos platôs naturais existentes (Foto 24).

Os espaços livres públicos possuem dimensões médias menores no bairro de Plataforma que nos conjuntos Cajazeiras X e XI (tamanho médio de 296 m² contra 432 m² em Cajazeiras X e 590 m² em Cajazeiras XI). Mesmo entre os conjuntos habitacionais analisados existem diferenças de organização e concepção da massa construída bem como do sistema de espaços abertos. Em Cajazeiras X, há um dimensionamento mais humano dos espaços livres de edificação que em Cajazeiras XI, devido talvez à inexistência, no primeiro caso, de prédios mais altos e à predominância de casas e sobrados (Foto 25).

Em Plataforma há uma maior distribuição dos passantes/usuários nas diversas unidades do sistema de espaços abertos, enquanto que nos conjuntos habitacionais há uma maior “canalização” de percursos, com a circulação dos usuários concentrada nas vias centrais, ao longo das quais se distribuem perpendicularmente às ruas secundárias, caracterizadas na sua maior parte como becos sem saída.

Em Plataforma há isolamento não só em relação ao exterior mas também um isolamento intrabairro, com a concentração de passantes/usuários nas vias e espaços centrais (praça São Brás

e adjacências – Foto 26) e nas proximidades do terminal de ônibus (Largo do Tanque – Foto 27). A falta de planejamento e o grande número de construções ilegais no bairro fecha acessos e impede a circulação dos usuários, isolando a região do loteamento orla.



Fotos: Angelo Serpa

Fotos 23 e 24: O relevo acidentado é um fator determinante na ocupação dos espaços disponíveis em Cajazeiras e Plataforma



Foto 25: Os sobrados de Cajazeiras X

Fotos: Angelo Serpa



Fotos 26 e 27:
Praça São Brás,
Plataforma;
Largo do Tanque



APROPRIAÇÃO SOCIAL DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS

Em Plataforma, a alta densidade populacional, a ocupação desordenada do solo e a predominância de habitações auto-construídas restringem a apropriação dos espaços livres de edificação existentes. A maioria das ruas não possui calçamento (Fotos 28 e 29), largos e praças são subdimensionados e pouco utilizados pelos moradores.

Exceção à regra são a praça São Brás (3.304 m² de área), localizada no “miolo” do bairro e para onde convergem as

Fotos: Angelo Serpa



Fotos 28 e 29: A falta de calçamento é comum em Plataforma (Fotos: Angelo Serpa)

ruas principais, e o largo do Tanque (3.512 m² de área), onde está situado o terminal de ônibus. Nos dois casos verifica-se uma alta concentração de barracas para venda de comidas e bebidas alcoólicas, além da existência de um comércio incipiente. Na praça São Brás encontram-se padarias, armarinhos, lojas de móveis, depósito de bebidas, além da associação de moradores¹², do Cine-Teatro Plataforma (fechado há alguns anos) e da Igreja São Brás, referencial arquitetônico do bairro.

Algumas praças e largos de importância local podem ser encontrados no loteamento Orla (pequenos espaços verdes, utilizados principalmente pelos moradores das casas vizinhas como extensão da casa – Fotos 30 e 31), no Mabaço de Baixo (um pequeno largo, onde se localiza uma das igrejas evangélicas do bairro – Foto 32) e no Baixo São João (também um largo pequeno, onde se localiza um ponto de ônibus, utilizado principalmente como “local de passagem” – Foto 33). Alguns campos de futebol, distribuídos próximos ao largo do Tanque e no Baixo São João (Foto 34) completam a “oferta” de espaços livres existentes em Plataforma.

Nos conjuntos habitacionais de Cajazeiras, os espaços públicos são superdimensionados e, na maior parte dos casos, pouco utilizados (têm “vocaçãõ” de lugar de passagem). Em

12 Organizados em uma associação (AMPLA), os moradores de Plataforma vêm lutando, desde 1978, pela melhoria das escolas locais, abertura de novas escolas e creches. Sem ajuda dos poderes públicos fundaram eles mesmos, em 1979, a Escolinha Comunitária Chapéuzinho Vermelho e, em 1982, a creche comunitária. O prédio, onde hoje funcionam a creche, a escola e a sede da associação de moradores foi construído através de mutirões e supre, dentro das possibilidades de uma instituição criada e mantida por uma associação de moradores, as necessidades locais em termos de atendimento às crianças com idade variável de 3 a 6 anos. A creche-escola se

mantém graças ao trabalho voluntário das mulheres da comunidade e atende a cerca de 110 crianças em regime de tempo integral. Além disso, a associação dispõe de um núcleo de costura e tecelagem, marcenaria, serralheria e padaria comunitária.

Cajazeiras XI uma sucessão de estacionamentos pavimentados, dispostos ao longo das vias centrais, são utilizados pelos moradores como quadras improvisadas de vôlei (Foto 35) e futebol de salão e, em alguns casos, transformados em pequenas praças pelos próprios moradores do entorno. Em Cajazeiras X uma praça de porte médio é intensivamente usada pelos moradores das casas mais próximas (Foto 36).

Ao contrário do Conjunto José Bonifácio em Itaquera, São Paulo, não se verifica a privatização dos espaços livres entre os prédios pelos moradores. Com raras exceções, não há muros isolando o prédio no lote, o que torna possível o acesso a estes espaços não só para os moradores dos edifícios, mas também para os passantes e visitantes.

Os espaços livres localizados na frente dos prédios adquirem em alguns casos feições de pequenas praças de importância local (com plantio de árvores e utilização de bancos), bastante usadas pelos moradores do entorno (Fotos 37 e 38). Os espaços mais reservados são utilizados para varal de roupas (Foto 39), estacionamento (Foto 40), plantio de hortícolas, temperos e plantas ornamentais ou área de estar (com bancos improvisados de madeira).

ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

O homem moderno é um homem só. Prisioneiros da cultura do ego, vivemos em uma sociedade onde o indivíduo se sobrepõe ao coletivo. Para que os conflitos sejam minimizados e para que se preserve uma certa “soberania” sob condições de proximidade física, fazemos questão de manter alguma distância psicológica, mesmo nas relações mais íntimas. Nossas relações de vizinhança são condicionadas de uma forma determinante pela densidade populacional do local que habitamos, pelo nível econômico

Fotos: Angelo Serpa



Fotos 30 e 31:
Loteamento Orla, Plataforma



Foto 32: Largo no Mabaço de Baixo, Plataforma



Foto 33: Terminal de ônibus, Plataforma



Foto 34: Campo de futebol no Baixo São João,
Plataforma



Foto 35: Quadra de vôlei improvisada em Cajazeiras XI

OS ESPAÇOS LIVRES DE EDIFICAÇÃO NAS
PERIFÉRIAS URBANAS UM DIAGNÓSTICO
PRELIMINAR EM SÃO PAULO E SALVADOR



Foto 36: Praça em Cajazeiras X



Foto 37: Espaços livres entre os prédios
de Cajazeiras XI



Foto 38: Espaços livres entre os prédios
de Cajazeiras XI



Foto 40: Estacionamento entre os prédios,
Cajazeiras XI



Foto 39:
Varal de roupas
em Cajazeiras XI

e o grau de cooperação dos seus habitantes, bem como pela distância entre as unidades de habitação¹³ Estamos sós e gostamos de estar sós.

As relações de vizinhança na cidade contemporânea são muito determinadas ainda pelas diferenças entre classes sociais. Nos bairros operários, a limitação de oportunidades, a pobreza e o isolamento relativos, a insegurança e o medo acabam por fortalecê-las e torná-las parte fundamental da trama de relações familiares. Nos bairros de classe média, as relações entre vizinhos são mais seletivas e pessoais, já que o maior poder aquisitivo faz diminuir a necessidade de ajuda mútua e aumentar a necessidade individual de espaço¹⁴

A privatização dos espaços livres de uso coletivo é, no entanto, um problema que atinge as cidades como um todo, sem distinção de classes. Na sua coluna diária em *A Tarde*¹⁵ o jornalista Samuel Celestino anuncia, por exemplo, a preocupação da prefeitura de Salvador com o combate às chamadas “invasões de colarinho branco” São condomínios que ocupam terrenos com *playgrounds* e áreas de lazer (de uso restrito aos moradores dos prédios), são escolas e faculdades particulares que levam seus muros alguns metros à frente para abrigar mais laboratórios e salas de aula (de uso restrito aos estudantes daquelas instituições). O outro lado da moeda mostra uma Salvador favelizada, sitiada por 357 assentamentos espontâneos, de acordo com um estudo recente da Conder¹⁶

A privatização de ruas e acessos restringe o movimento de passantes, canaliza percursos e provoca a desertificação de muitas áreas urbanas periféricas. O arquiteto Bill Hillier¹⁷, um teórico inglês do desenho urbano, chama atenção para o fato de que os passantes representam um importante papel no controle e fiscalização do espaço. Suas pesquisas mostraram que os passantes controlam o espaço e os habi-

¹³ KELLER, S. (1979), cit. por RIGATTI, D. Apropriação social do espaço público. Um estudo comparativo. *Revista Paisagem e Ambiente-Ensaio*, v. 7, FAUUSP, São Paulo, 1994, p. 149-150.

¹⁴ Idem, *Ibidem*.

¹⁵ *A Tarde* é o jornal de maior circulação no Norte-Nordeste (100.000 leitores), editado em Salvador-Bahia.

¹⁶ Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador.

¹⁷ HILLIER, B. & HANSON, J. *The social logic of space*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

OS ESPAÇOS LIVRES DE EDIFICAÇÃO NAS
PERIFERIAS URBANAS UM DIAGNÓSTICO
PRELIMINAR EM SÃO PAULO E SALVADOR

tantes, por sua vez, os passantes. Assim, uma fração do espaço poderia ser automaticamente fiscalizada e controlada, sem o uso de vigias, porteiros ou equipamentos eletrônicos. Com o confinamento dos moradores nos prédios dos conjuntos habitacionais populares, agrava-se a questão das drogas e aumenta a violência urbana; decreta-se (muitas vezes de modo irreversível) a morte dos espaços livres de uso coletivo.

Nas ruas das áreas centrais, os pedestres cedem seu lugar nas calçadas aos automóveis e camelôs (Fotos 41 e 42). Em uma

cidade como Salvador, com ruas estreitas e tortuosas, parece não haver mais espaço para o passeio a pé. Quem se arrisca a fazê-lo deve disputar o asfalto com os carros, ambulantes e caminhões, que também transitam livremente pelo centro da cidade (não há horários específicos para carga e descarga).



Fotos 41 e 42: Centro de Salvador tomado por camelôs.



Todos estes exemplos nos mostram que a crise da modernidade é uma crise nos domínios público e privado. A erosão do equilíbrio entre a vida pública e a vida privada destrói o pilar que sustentava a sociedade nos primórdios do capitalismo¹⁸. Caminhamos para a consagração do individualismo como modo de vida ideal, em detrimento de um coletivo cada vez mais decadente. Estamos sós e gostamos de estar sós (até quando?).

18 SENNET, R. (1988) cit. por RIGATTI, D. Apropriação social do espaço público. Um estudo Comparativo. *Revista Paisagem e Ambiente-Ensaio*, v. 7, São Paulo: 1994, FAUUSP, p. 146.

BIBLIOGRAFIA

- GOULART, P. C. A. *Pracidade*. Trabalho de Graduação Interdisciplinar, São Paulo: FAUUSP
- GROSTEIN, M. D. Uma cidade por refazer: a periferia paulistana. In: *Revista USP, Dossiê Cidades*, mar./abr. e Maio, São Paulo, 1990.
- HILLIER, B., HANSON, J. *The social logic of space*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- KELLER, S. El vecindário urbano: una perspectiva sociológica. 2. ed. México: Siglo XXI ed., 1979, cit. por RIGATTI, D. Apropriação social do espaço público. Um estudo comparativo. *Revista Paisagem e Ambiente-Ensaio*, v. 7, São Paulo: FAUUSP, 1995.
- KLIASS, R. G. *Parques urbanos de São Paulo*. São Paulo: Pini Editora, 1994.
- MACEDO, S. S. *São Paulo, paisagem e habitação verticalizada. Os espaços livres como elementos de desenho urbano*. São Paulo, 1987. Diss. (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo.
- MACEDO, S. S. Espaços livres. In: *Revista Paisagem e Ambiente – Ensaio*, v. 7, São Paulo: FAUUSP, 1995.
- SEGAWA, H. *Do amor ao público. Jardins no Brasil 1779-1911*. São Paulo: FAUUSP, 1994.
- SENNET, R. *O declínio do homem público*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988, cit. por RIGATTI, D. Apropriação social do espaço público. Um estudo comparativo. *Revista Paisagem e Ambiente – Ensaio*, v. 7, São Paulo: FAUUSP, 1995.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO REVISTA PAISAGEM E AMBIENTE – ENSAIOS

1. *Paisagem e Ambiente* é uma revista da FAUUSP que tem como objetivo a divulgação de trabalhos da área de Paisagismo em suas diversas escalas de abrangência da arquitetura paisagística do planejamento paisagístico e ambiental.

2. O Conselho Editorial da revista *Paisagem e Ambiente* decidirá quais artigos terão a possibilidade de publicação, considerando para tanto o espaço disponível e a pertinência do tema face à linha editorial.

3. Os originais deverão ser apresentados:

– em disquetes – utilizando processador de texto WORD 5.0 ou superior. Deverá conter entre 21.600 a 43.200 caracteres, incluindo o resumo, o abstract e a introdução. Juntamente com o disquete deverá acompanhar uma cópia impressa do arquivo.

4. Os títulos e os subtítulos deverão aparecer em maiúsculas, pois é importante que no original fique clara a sua natureza. Também deverão ser concisos e explícitos quanto ao conteúdo tratado.

5. Logo após o título deve constar o nome do autor, sua qualificação e procedência.

6. As notas e referências bibliográficas deverão ser agrupadas no final do texto e devidamente referenciadas, de acordo com as normas da ABNT - NB 66.

7. As ilustrações deverão ser entregues em folhas separadas com as devidas indicações de créditos e legendas, devidamente referenciadas no texto.

– os desenhos deverão ser entregues em arte-final, preferencialmente a nanquim sobre papel schoeller. No caso de fotografias deverão ser entregues os originais.

8. Após o ato de entrega, as condições dos originais serão analisadas criteriosamente. Os trabalhos que estiverem em desacordo com os padrões aqui descritos serão devolvidos em seguida para que se providencie sua regularização.

9. Os autores receberão gratuitamente três exemplares do fascículo em que tiver sido publicado o artigo.

R. João Lira

PAISAGEM AMBIENTE **10**